

9 | 2024

ATAS DO 16.º
ENCONTRO
DA PRIMAVERA

OMNI TEMPORE

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO



Omni Tempore
Atas do Encontro de Primavera 2024
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ficha Técnica

Título: Omni Tempore – Atas do 16º Encontro da Primavera 2024

Volume: 9

Comissão editorial: Érica Silva, Isabela Ramos, João Oliveira, José Pinho, Mariana Fernandes, Nuno Oliveira

Edição: Biblioteca Digital – Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Local de edição: Porto

Data de edição: novembro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-33-8/omn9>

ISBN: 978-989-9193-33-8

Capa: Pieter Boel, c. 1658. Martwa natura globus I. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:P_boel_martwa_natura_globus_1.jpeg.

Domínio público. Design: Marta Sofia Costa (CITCEM-FCT)

Contacto: encontrosprimavera@letras.up.pt

Website: <https://omnitempore.wordpress.com/>

Esta publicação está alojada na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A referenciação bibliográfica segue o modelo da Norma Portuguesa n.º 405.

Comissão Científica

Conceição Meireles, Inês Amorim, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Luís Amaral, Luís Miguel Duarte, Sílvia Correia.

Revisores

Ana Paula Pires (Universidade dos Açores, HTC-CFE da Universidade NOVA de Lisboa)

Carla Cerqueira (Universidade Lusófona, CECS)

Carla Maria Sequeira Ferreira (CITCEM, FLUP)

Isabel dos Guimarães de Sá (Universidade do Minho, CECS)

Joana Catarina Machado Alves

João Madeira (Instituto de História Contemporânea)

José Manuel Lopes Cordeiro (CICS.NOVA, Universidade do Minho)

Laurinda Abreu (Universidade de Évora)

Lídia Fernandes (Museu de Lisboa – Teatro Romano)

Luís Farinha (Instituto de História Contemporânea)

Luís Miguel Duarte (CITCEM, FLUP)

Maria João Castro (CHAM, NOVA/FCSH)

María Teresa López de Guereño Sanz (Facultad de Filosofía y Letras – Universidad Autónoma de Madrid)

U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Apoio:



Índice

Editorial	p.07
I Época Medieval	p.11
Jogos de Estratégia e Azar na Idade Média Peninsular: Xadrez, Dados e Tábulas	
Guilherme Walter.....	p.12
As ‘Madalenas’ portuguesas: um estudo sobre as mancebias e suas implicações na sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV	
Isabela S. Ramos.....	p.46
II Época Moderna.....	p. 87
As Crianças da Roda do Porto: aspetos familiares e afetivos (1700-1705)	
Erica Ariana Castro Silva	p.88
III Época Contemporânea.....	p.120
Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa	
Daniel Filipe Soares da Silva	p.121
«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)	
José Pedro Amorim Pinho	p.146
A Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e de Gaia: (1914-1917)	
Nuno Oliveira.....	p.174

Editorial

A *Omni Tempore* surgiu como uma iniciativa dos estudantes de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A partir deste periódico pretendeu-se dar a oportunidade aos alunos – inscritos no terceiro ano dessa mesma licenciatura – de publicar os seus trabalhos desenvolvidos nos Seminários de História da Época Medieval, Moderna e Contemporânea. Estes trabalhos foram apresentados no Encontro de Primavera, evento que procura promover o diálogo entre os estudantes e os diferentes ramos da licenciatura de História.

Os discentes são convidados, na fase final de seu curso, a experienciar as realidades do mundo profissional na área de investigação histórica, isto é, o processo de edição e publicação. Para este fim, transformaram seus trabalhos em artigos aptos para publicação, fase que é acompanhada pela Comissão Editorial, constituída igualmente por estudantes que participaram no Encontro de Primavera e que, a par da Comissão Científica, procura selecionar revisores qualificados para dar a estes estudantes as correções e sugestões necessárias, garantindo que a melhor versão possível dos seus artigos seja publicada.

Celebrámos desta forma a 16ª edição do Encontro de Primavera e os trabalhos que resultaram desta. Os artigos presentes não representam a totalidade dos projetos apresentados nestes encontros, mas refletem os trabalhos árduos dos estudantes que neles participaram e que envergaram neste longo e desafiador caminho. Desempenhado o seu papel como historiadores, estes estudantes contribuem para ampliar o conhecimento da sociedade sobre o passado, ajudando-a a compreender o seu presente e planear o seu futuro.

Em tradição com edições passadas, esta publicação encontra-se dividida em três partes, correspondentes aos três seminários disponíveis para os estudantes de História da FLUP no terceiro ano da sua licenciatura. Cada seminário dedica-se a uma época distinta da História: Época Medieval, Época Moderna e Época Contemporânea.

Começando por ordem cronológica, a primeira parte é dedicada à Época Medieval, contendo dois artigos. O primeiro, de Guilherme Walter, “Jogos de Estratégia e Azar na Idade Média Peninsular: Xadrez, Dados e Tábulas”, que pretende evidenciar a perceção e relação sociocultural sobre os jogos e seu distinto estatuto no medievo hispano-português ao longo dos séculos XIII, XIV e XV. E o segundo artigo, de Isabela Ramos, “As ‘Madalenas’ portuguesas: um estudo sobre as mancebias e suas implicações

na sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV”, analisa as mancebias nas cidades medievais portuguesas durante os séculos XIV e XV, por meio da leitura de cartas de perdão.

A segunda parte dedica-se à Época Moderna, este ano a Comissão Editorial só teve a possibilidade de trazer um único trabalho para representar este período, contudo cremos que a exploração do mesmo é bem servida pelo artigo de Érica Ariana Castro Silva, intitulado “As Crianças da Roda do Porto: aspetos familiares e afetivos (1700-1705)”, o qual procura analisar o complexo mundo das relações emocionais que se estabeleciam entre os diferentes indivíduos envolvidos com a Casa da Roda da cidade do Porto no período indicado.

Finalizamos esta edição na terceira parte, dedicada à Época Contemporânea, e representada por três artigos. Primeiramente, o artigo de Daniel Filipe Soares da Silva “Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa”, o qual se debruça sobre o papel da imprensa nas representações da revolta de fevereiro de 1927 que ficaria conhecida como o “Revirvalho”. A este artigo segue-se o trabalho de José Pedro Amorim Pinho “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)” que analisa vários periódicos manuscritos comunistas produzidos dentro das prisões do Estado Novo. E finalmente, como conclusão desta publicação, temos o artigo de Nuno Oliveira “A Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e de Gaia: (1914-1917)” que explora as diferentes visões/opiniões dentro do movimento socialista português da primeira metade do século XX, perante as realidades da Primeira Guerra Mundial.

Em conclusão, gostaríamos de agradecer a todos os estudantes que participaram na 16ª edição do Encontro de Primavera, não só aos aqui publicados, como a todos que apresentaram os seus trabalhos, e todos os estudantes que a estes assistiram.

Agradecemos à Comissão Científica como apoiantes desta iniciativa e o contributo da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: a diretora Dra. Isabel Pereira Leite, Dra. Mariana Selas e Dra. Ana Paula Soares.

E finalmente, um especial agradecimento à Sra. Prof. Dra. Inês Amorim, a qual acompanhou sempre de perto todo este processo, E aos professores orientadores dos Seminários de História Medieval, Moderna e Contemporânea pelo apoio que deram aos estudantes a si encarregados: Sr. Prof. Dr. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Sr. Prof.

Dr. Luís Carlos Amaral, Sr. Prof. Dr. Luís Miguel Duarte, Sra. Prof. Dra. Conceição Meireles e Sra. Prof. Dra. Sílvia Correia.

I

Época Medieval

Jogos de Estratégia e Azar na Idade Média Peninsular: Xadrez, Dados e Tábulas

Guilherme Walter

guilherme@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo evidenciar a percepção e relação sociocultural sobre os jogos e seu distinto estatuto no medievo hispano-português ao longo dos séculos XIII, XIV e XV. Para tanto, valemo-nos do método de pesquisa qualitativo, auxiliados por fontes documentais e bibliográficas nas quais destacam-se, para além do Livro de Jogos de Afonso X, algumas das mais importantes fontes portuguesas impressas, bem como das mais recentes pesquisas neste campo de estudo. Através do mesmo conseguimos romper com aquilo que alguns autores se referem como "uma historiografia silenciosa", que relega os jogos à um segundo plano, dando a devida ênfase e importância que merecem para melhor compreensão de uma sociedade guiada moralmente pela Igreja e, maioritariamente, dirigida para e pelo trabalho. Assim, observamos um elevado privilégio do xadrez sobre os demais, sempre associado à nobreza e à guerra, uma péssima percepção e relação acerca dos jogos de dados com as muitas formas de violência e blasfêmias e, no que tange os jogos de tabuleiro, uma percepção mista, todavia, mais bem tolerada entre as classes mais elevadas. Por fim, analisamos um pequeno grupo de jogos cuja alegoria teológico-filosófica estava destinada a uma igualmente pequena elite intelectual.

Palavras-chave: jogos, idade média, xadrez, blasfêmias, Afonso X.

Abstract

This article aims to highlight the perception and sociocultural relationship about games and their distinct status in medieval Spanish-Portuguese throughout the 13th, 14th and 15th centuries. To this end, we use the qualitative research method, aided by documentary and bibliographical sources in which, in addition to Afonso X's Book of Games, some of the most important printed Portuguese sources stand out, as well as the most recent research in this field of study. Through this we managed to break with what some authors refer to as "a silent historiography", which relegates games to a secondary level, giving the due emphasis and importance they deserve for a better understanding of a society morally guided by the Church and, for the most part, directed to and by work. Thus, we observe a high privilege of chess over others, always associated with nobility and war, a terrible perception and relationship between dice games and the many forms of violence and blasphemies and, regarding board games, a mixed perception, however, better

tolerated among the higher classes. Finally, we analyzed a small group of games whose theological-philosophical allegory was aimed at an equally small intellectual elite.

Keywords: games, Middle Ages, chess, blasphemies, Alfonso X.

Introdução

Ao longo da evolução da humanidade, os jogos sempre estiveram presentes como um dos aspetos socioculturais mais intrínsecos e interessantes da sua história. Apesar disso, o estudo dos mesmos nem sempre recebeu a devida ênfase que merecem.

Todavia, no âmbito do recente projeto “História dos Jogos em Portugal”, Fernanda Frazão, Lídia Fernandes, Edite Alberto e Jorge Nuno Silva têm, felizmente, trazido à luz alguns dos trabalhos mais importantes e recentes acerca deste tema e, entre nossos vizinhos espanhóis, Maria Teresa López de Gereño Sanz e Ángel Luis M. Molina são apenas dois dos nomes que poderíamos citar como parte desse movimento em busca das raízes lúdicas de Portugal e Espanha. Seus estudos são citados ao longo de todo este artigo e recomendamos incomensuravelmente sua devida consulta na secção destinada à bibliografia utilizada.

Tais estudos têm revelado que fascínio, prazer, ganância, amor, violência e vício, para além da ordem moralmente desejável e imposta por lei e a prática indiferente e marginal a esta mesma ordem, são alguns dos elementos que compõe um grande mosaico sociocultural capaz de revelar parte da interação social para com o ócio lúdico de um determinado coletivo peninsular medieval.

Assim, por via da análise do *Libro del Acedrex, Dados y Tablas* de Afonso X e apoiados nestes mais recentes estudos, pretendemos desenvolver um ensaio acerca dos *Jogos de Estratégia e Azar na Idade Média Peninsular*, a fim de descrever em suas páginas, com base em exemplos encontrados na arte, literatura, legislação e moral religiosa, a forma como eram os jogos percebidos – aceites ou reprimidos – e sua relação com a sociedade e cultura hispano-portuguesa entre os séculos XIII a XV.

O Livro de Jogos de Afonso X

Em 1283, Afonso X, rei de Castela, dedicou parte dos seus officios régios à confeção de um tomo de carácter filosófico-teológico, acerca dos jogos mais populares

àquela altura, apresentando-os como parte da vontade divina na criação do universo¹. Nenhum outro livro ou obra retrata de modo tão fiel e ao mesmo tempo tão incrível a cultura recreativa que permeava parte das relações sociais do Ocidente na Baixa Idade Média, sendo assim fonte primordial para o estudo da ludologia histórica.

O *Libro del Acedrex, Dados y Tablas* de Afonso X consiste, sumariamente, numa coletânea de regras e problemas de xadrez, maioritariamente extraídos de fontes islâmicas², assim como muitas outras relativas aos jogos de dados, tábulas e suas variantes. A forma como os tabuleiros, dados e trebelhos³ deveriam ser feitos é também descrita e ilustrada⁴ por Afonso, que define os materiais, formatos e demais detalhes a serem seguidos e utilizados pelos artesãos dedicados a tais ofícios⁵.

Ricamente ilustrado, uma centena e meia de iluminuras exemplifica tais problemas e definições, retratando não apenas o contexto em que tais jogos se davam na corte castelhana, como também revelando a própria família real, na qual Afonso, a rainha, sua amante e infantes⁶ (fól. 18r, 54v e 65r) são encontrados a praticar o prazeroso ócio lúdico.

Jorge Nuno Silva, responsável pela realização da obra traduzida e atualizada em 2013 para o português por Ida Boavida⁷, faz-nos algumas pertinentes análises a respeito destas iluminuras, onde se destaca o imaginário cultural, étnico e religioso da sociedade cortesã que rodeava a Coroa: cristãos, muçulmanos e judeus são expostos frente a dados e tabuleiros (fól. 36v e 71v); sacerdotes e cavaleiros são também figuras constantes (fól.

1 SCHÄDLER, Ulrich – Organizing the Greed for Gain: Alfonso X of Spain’s Law on Gambling Houses. In BORNET, Philippe; BURGER, Maya – Religions in Play: Games, Rituals, and Virtual Worlds, 2012. ISBN 978–3–290–22010–5. p. 41. RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 1r: “*Por que toda manera de alegria quisio Dios que ouviessen los omnes en si naturalmentre [...] Onde por esta razon fallaron y fizieron muchas maneras de juegos y de trebeios com que se alegrassen.*”

2 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile: The “Libro de ajedrez” of Alfonso X, el Sabio. *Speculum*. vol. 82, Nº 2 (2007) p. 305–306. Dos 103 problemas abordados, apenas 20 são totalmente originais, não sendo encontrados em tratados árabes de xadrez anteriores à época de confecção da coletânea afonsina.

3 Trebelhos: “Cada uma das peças do jogo do xadrez”. Porto Editora – trebelho no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2024-05-11]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/trebelho>

4 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 309.

5 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Escenografía y discursos visuales en torno al ocio en el siglo XIII hispano: el Libro de los Juegos de Alfonso X el Sabio, in *Lienzos del recuerdo: estudios en homenaje a José M^a Martínez Frías*. Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. p. 330. Alguns exemplos de artesãos podem ser encontrados nos fól. 3r, em que um mestre afana um tabuleiro de madeira enquanto um aprendiz modela uma peça em um tomo de arco vertical, e 65v no qual, entre outros operários, alguns aprendizes, acompanhados de um artesão a manejar uma serra em punho, elaboram dados cúbicos.

6 SILVA, Jorge Nuno – O Livro de Jogos de Afonso X, o Sábio. Lisboa : Apenas Livros, 2013. Tradução de Ida Boavida. ISBN: 978–989–618–421–6. p. 12.

7 SILVA, Jorge Nuno – op. cit.

25r e 25v); mulheres e crianças não são excluídos (fól. 24v e 74r) e, em alguns casos, até mesmo alguns indivíduos aparentemente menos afortunados, com vestimentas mais simples e pés descalços, jogam o xadrez⁸.

É necessária, todavia, alguma precaução ao interpretar as iluminuras que compõem o *Livro do Xadrez*, primeira parte da coletânea afonsina. Casos como estes últimos induzem os incautos, afoitos por uma rápida “leitura artística”, a pensar que até mesmo as massas populares se encontram ali representadas. Entretanto, mesmo não sendo difícil perceber, na forma como Afonso os descreve, uma certa relação entre os jogos considerados “nobres” à própria nobreza e os tidos como “vulgares” ao povo miúdo, é necessário lembrar, tal como alerta Constable, que, pela sua própria natureza, o Livro de Jogos de Afonso X é uma obra de luxo, cujo custo de produção condiz com despesas dignas de um rei, dedicada ao gozo de um pequeno círculo cortesão de companheiros e aliados régios que, ao observarem as ilustrações ali contidas, naquele livro se reconheceria retratado⁹. Quando aparecem trajados de modo trivial, descalços e com simplórias túnicas, ainda assim não passam de nobres em momentos de descontração e relaxamento, portanto¹⁰. A fim de melhor percebermos a relação do povo com os jogos, faz-se necessário, como veremos adiante, recorrer a outras fontes e documentos.

Todavia, tendo ainda em vista a análise do Livro de Jogos de Afonso X *per se*, outras observações remetem para a própria estrutura e conteúdo literário da obra, dividida em doze capítulos – tal qual o número de signos do zodíaco, – e intencionais sete partes.

A “coincidente intencionalidade” destes números é explicada por J. N. Silva (e outros autores): ora, sendo sete um número carregado de significado entre os cristãos e de união entre o céu e a terra, revela um profundo e proposital sentido espiritual e de afeição à ciência da antiguidade por parte do monarca, que também deixou obras como o *Setenário* e as *Sete Partidas*¹¹. O simbolismo numérico é ainda levado mais adiante na

8 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 8v.

9 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 301 e 322.

10 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “Mas ualie sesso que uentura”. El ajedrez en la Edad Media hispana, in BANGO TORIVSO, Isidro G. (dir) e LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa (coord.) - *Alfonso X el Sabio [exposición]*. Murcia, 2009. p.570. Quanto à parte dedicada ao xadrez, López de Guereño Sanz discorda de tal afirmação. De facto, de acordo com a autora, embora encontremos maioritariamente representantes da classe social mais elevada, as imagens traduzem a popularização do jogo através de ilustrações que apresentam gentes procedentes de todos os lugares e condições.

11 SCHÄDLER, Ulrich – Organizing the Greed for Gain..., p. 44. Em inglês: “For Alfonso, 7 was a cuento muy noble as is expressed in a chapter of the prologue to the *Siete Partidas* dedicated to the question why this law code was divided into exactly seven parts. Not only would the *sa bios* antigos have devised the world according to this number, but also God is shown through several biblical examples to have used it so as to express his will and to establish order among humankind”.

estrutura do capítulo dedicado ao xadrez, na qual os sessenta e quatro fólhos fazem referência clara ao número de casas do tabuleiro¹². Pode-se assim dizer que, no jogo da estrutura e organização da obra, correspondendo a uma evidente atração pela numerologia, a intenção espiritual empregada pelo monarca castelhano carrega algum sentido lúdico e místico em si mesma.

Já quanto à origem dos jogos sobre os quais pretende discorrer, logo no prólogo, Afonso recorre à lenda do rei que, na Índia Maior, consultou três sábios da antiguidade acerca da importância e prevalência da inteligência sobre o azar e vice-versa. Com o auxílio de jogos que apoiassem as suas respostas, o primeiro sábio, aquele que priorizava a inteligência, apresentou ao rei o xadrez; o segundo que, por sua vez, acreditava no poder da sorte e que nenhuma inteligência que tivesse lhe desvirtuaria do seu destino final, apresentou-lhe os dados, enquanto o terceiro sábio, defensor do uso da prudência, – ou seja, o emprego da inteligência para superar os desatinos do azar e, ainda assim, aproveitar as oportunidades da sorte, – mostrou-lhe o gamão¹³.

Observa ainda J. N. Silva que o emprego dessa lenda por parte de Afonso não é absolutamente injustificado. A alusão a três sábios revela uma astuta intenção em ligar-se diretamente aos três Reis Magos e, conseqüentemente, à religião cristã. Não obstante, Santo Isidoro em suas *Etimologiae* já havia mencionado os mesmos jogos, na mesma ordem¹⁴.

Assim sendo, tendo em vista tal precedência, seguiremos uma análise dos jogos da coletânea lúdica afonsina na mesma ordem em que são apresentados, e aproveitando-

MESQUITA, Armindo Teixeira – A simbologia dos números três e sete em contos maravilhosos. *Álabe: Revista de investigación sobre lectura y escritura*. nº 6, 2012. ISSN 2171-9624. p. 1, 3-5. DELUMEAU, Jean – O Pecado e o Medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). Bauru : EDUSC, 2003. Vol.1. Tradução de Álvaro Lorençini. ISBN 85-7460-175-6. p. 366. Mesquita aponta a importância simbólica que diversas religiões e civilizações ao longo da história atribuíram aos números três e sete, normalmente associados a conceitos de perfeição e totalidade e diz que, em relação à religião cristã, “a essência simbólica do número sete deriva diretamente do poder divino, acreditando-se que representa a totalidade da vida moral, numa mistura de magia e sagrado”. No contexto medieval, Delumeau aponta, de acordo com as palavras de Hugues de Saint-Victor, que o número sete é o número humano por excelência, “composto de quatro, algarismo do corpo e de três, algarismo da alma”. A própria vida humana estava, assim se acreditava, dividida em sete épocas, correspondentes às sete virtudes que se opunham a um setenário de vícios e pecados capitais. Posto isto, a literatura espiritual medievla fez amplo uso desse número, reforçando seu aspeto e significado simbólico. Alguns exemplos incluem “as sete obras de misericórdia, os sete salmos da penitência, as sete horas canônicas, as sete partes do firmamento espiritual, os sete sinais do nascimento de Cristo, etc.”

12 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 14.

13 “Seso”, “Ventura” e “Cordura” são os termos originalmente empregados por Afonso X.

14 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 14.

nos das palavras do *Rei-Sábio*, como “[E]l *acedrex es más noble e de mayor maestría que los otros*”, na seção seguinte “*ffablamos del primeramiento*”¹⁵.

O Xadrez

Introduzido na Península Ibérica durante a expansão islâmica, o jogo que hoje conhecemos por xadrez teve sua origem por volta do século VI, na Índia, sob o nome *chaturanga* – facto que faz com que a lenda empregada por Afonso X a fim de explicar a sua proveniência não se encontre completamente incorreta. Contudo, ao longo destas migrações e assimilações regionais causadas pela introdução muçulmana em áreas diversas, o nome e as regras do jogo foram pouco a pouco alteradas. Em Portugal e Espanha é seguro afirmar que seu nome advém do vocábulo que designa, em persa, o rei: *xá*¹⁶. De facto, devido à presença do rei, o xadrez distingue-se dos demais jogos de tabuleiro pela existência de uma peça chave, de maior importância sobre as demais, cuja captura ou cerco define o vencedor. As regras medievais, todavia, causariam alguma estranheza ao jogador contemporâneo. Explica-se: em sua quase totalidade as regras mantêm-se as mesmas ainda hoje, porém, a excentricidade do xadrez medieval reside na aparição, nomenclatura e movimentação de duas peças distintas: o Alferza e o Alfil.

A fim de explicar a função ou mesmo existência destas peças, distintas do xadrez atual, faz-se necessária a percepção da organização dos exércitos à época, pois tal como explica o monarca castelhano, jogos como o xadrez emulavam e organizavam-se assim...

“[...] como os reis, em tempos de guerra, quando os exércitos são constituídos, [e] devem travar a guerra contra seus inimigos, lutando para os conquistar, capturando-os e matando-os ou expulsando-os de seu território [...]”¹⁷.

Nesse contexto, se organizava um microcosmo com regras fixas e limitações espaciais que, para além de descrever parte das atividades bélicas, leva-nos a crer que o posicionamento e respectivas representações sobre o tabuleiro ilustravam parte dos costumes, comportamento e hierarquia social:

“Na primeira fileira, se colocam [...] os peões, feitos à semelhança do povo ‘*que vá en la hueste*’.
Detrás vão os maiores, e em cada uma das casas do centro, o rei, que é senhor de todos eles. Ao

15 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 1v.

16 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 14.

17 AFONSO X apud SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 43. Parênteses nossos. Tradução e atualização para o idioma português por Ida Boavida.

seu lado está o alferza, assim chamado à semelhança do alférez. Nas casas ao lado do rei e do alferza, se colocam duas peças chamadas alfiles que, segundo etimologia persa, ‘*fil*’ significa elefante, como os que levavam os reis em suas batalhas, dois ao menos, porque se um morresse, outro lhe restava. Ao lado de ambos, se situam os cavalos, cujos nomes ‘*derechos son caualleiros*’ [...] para ‘*ordenar las azes de la hueste*’. E nas últimas casas os ‘*roques*’ que se assemelham às ‘*azes de los caballeiros*’¹⁸.

Pode-se dizer, assim, que o par de Alfiles (os Elefantes) e o Alferza (o Conselheiro) são remanescentes representativos das divisões tradicionais dos exércitos orientais, de onde teve inspiração o jogo¹⁹. Adaptados à realidade ocidental de finais do século XV, Alferza e Alfiles dariam origem à “Dama” ou “Rainha” – a peça mais poderosa do jogo²⁰ – e aos “Bispos” do xadrez moderno²¹, respetivamente, observando-se um grande incremento em sua mobilidade e poder de jogo.

A limitação no movimento destas peças ao longo da Idade Média, quando comparadas às suas equivalentes modernas, fica evidente na descrição de Afonso X, tal como se vê:

“O Alferza move-se uma casa na diagonal, a fim de proteger o rei e de não se afastar dele e também de o proteger dos xeques e dos mates, quando estes lhe são desferidos, e a fim de avançarem, ajudando-o a ganhar quando o jogo acaba bem. Mas, no primeiro lance, também pode saltar para a terceira casa, ‘*a derecho*’ ou na diagonal, mesmo que se encontre outro trebelho no meio, e isso faz-se à maneira de um bom comandante que avança com grandes feitos nas batalhas e ocorre a todos os lugares que precisam dele. Os Alfiles saltam três casas na diagonal, à semelhança dos elefantes que, nessa época, os reis costumavam levar porque ninguém ousava fazer-lhes frente e os homens que estavam montados neles faziam-nos mover obliquamente para golpear as fileiras dos seus inimigos, de modo que estes não fossem capazes de se defender”²².

18 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media. Miscelánea medieval murciana. ISSN 0210-4903. vol. 21-22 (1998). p. 223. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “Mas ualie sesso que uentura”..., p.560.

19 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 14.

20 WESTERSVELD, Govert apud MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 225. Embora se acreditasse que tais mudanças tivessem como origem a França ou Itália, mais recentemente o historiador holandês, apoiado em um trabalho de Ricardo Calvo (jogador espanhol e historiador do xadrez), explica o maior poder da rainha sobre o rei no xadrez: “Em 1469 uma dama castelhana se casou com o herdeiro do trono aragonês, Fernando; porém essa dama, a princesa Isabel, se converteu em 1474 em rainha do reino de Castela, com maior poder efetivo que seu marido. Portanto, quando em Espanha de 1492 se libertava Granada, o último reino mouro, se descobria a América e se ordenava a unidade religiosa em seu território, era justificado usar, de repente, no xadrez uma nova rainha com mais poder que o rei”. Tradução pessoal. O Professor Doutor Luís Miguel Duarte aconselha, no entanto, alguma prudência ao tomar estas afirmações como causa de tais alterações. Há que se questionar, por exemplo, os motivos que levaram às mudanças no movimento dos bispos no mesmo período, provavelmente, sem correlação aparente com o poder da rainha castelhana.

21 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 14.

22 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 45. Afonso X, neste texto, inclui sempre a casa de partida em sua contagem.

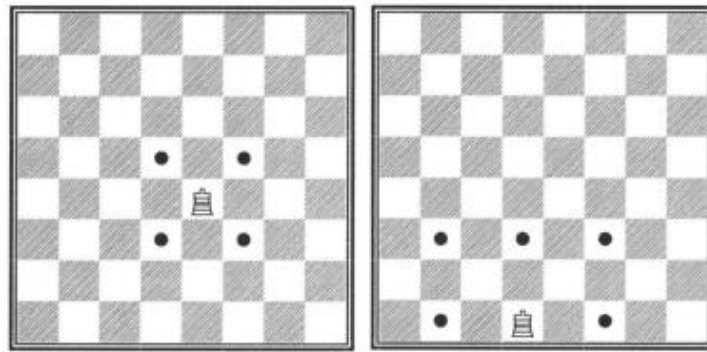


Figura 1: À esquerda, o movimento de deslocação e captura do alferza. À direita, a possibilidade de movimento do alferza, descrito por Afonso X, na sua primeira deslocação. Silva, Jorge Nuno - *O Livro de Jogos de Afonso X*, p. 22.

Evidente que fica a associação entre o xadrez e a guerra – função primordial da nobreza numa sociedade tripartida – e, por consequência, o exercício da realeza – bem como a organização de um coletivo de indivíduos hierarquizado sobre o "tabuleiro social" mediante a presença e defesa de um rei, – não surpreende que Afonso, em suas *Siete Partidas*, tenha recomendado tal jogo, assim como a caça, como uma das atividades aos quais os reis deveriam dedicar-se em momentos de descontração em meio às suas muitas responsabilidades²³. Tendo em vista tais recomendações e diretivas descritas na mesma obra, uma vez que era esperado que os progenitores reais ensinassem seus príncipes “a cavalgar, caçar e jogar todos os tipos de jogos”²⁴, não à toa, “três séculos depois, Filipe II mostraria também sua preferência e afeição por este nobre jogo que, de certo modo, resumia e atualizava, de uma forma mais civilizada, o ideal cavaleiresco de conduzir questões bélicas ou políticas em uma partida”²⁵.

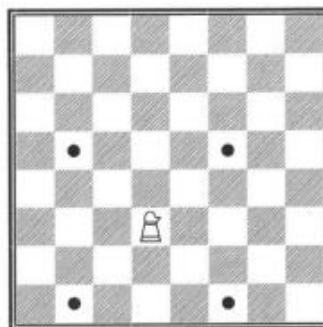


Figura 2: O movimento do alfil. Silva, Jorge Nuno - *O Livro de jogos de Afonso X*, p. 23.

23 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 221.

24 AFONSO X – Siete Partidas apud CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 319.

25 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 221. Tradução pessoal.

Em Portugal, D. João I, em seu *Livro da Montaria*, ao classificar os jogos úteis ao entretenimento dos praticantes da guerra, de modo que pudessem se divertir e também exercitar o “*feito das armas*”, acaba por descrever o xadrez como um dos poucos jogos úteis a ambas as coisas:

“E porem assacaram os antigos jogos que conviesse a estas duas cousas, a recrear o entender, e outrosi que o uso das armas nom se perdesse, e cataram jogos, que a cada hua destas cousas comprisse, e pertencesse a ambas juntas. E assacaram primeiramente o joguo do axadrez, que lhes parecia que convinha a ambas as cousas, ca o axadrez lhes parecia como batalha, e outrosi que era joguo [...] Depois deste assacaram os outros jogos das tauolas de todallas maneiras que elles joguem, e viram em como nom eram bõos, e leixaromnos...”²⁶.

Frequentemente referenciada a associação do xadrez à atividade, sabedoria e à guerra, menos evidente é, entretanto, a relação do xadrez com a sexualidade e o amor romântico, assim como com as histórias, músicas, humor e literatura coeva que alimentava o imaginário cavaleiresco da nobreza cortesã. Tanto na literatura medieval europeia quanto na árabe, frequentemente o xadrez é observado em um contexto romântico, jogado entre dois amantes, no qual o herói procura conquistar a sua amada²⁷. Diz-nos Markl acerca desta relação entre o xadrez, a literatura e o amor:

“No século XII, Chrétien de Troyes incluiu-o na sua obra Lancelot du Lac, tornando-o elemento de ligação entre Lancelote e sua amada Ginebra, mulher do mítico Rei Artur. Tristão e Isolda enamoram-se, tomando o fatal elixir de amor, quando jogam uma partida de xadrez”²⁸.

De facto, a popularidade do jogo de xadrez entre Tristão e Isolda transpassa a literatura arturiana e encontra referências nos *Cancioneiros* do século XIII, também atribuídos a Afonso X, sendo algumas versões em castelhano e galaico-português do século XIV ainda hoje preservadas²⁹. Ultrapassando as fronteiras castelhanas, à semelhança de Tristão e Isolda, D. Pedro I e Inês de Castro jogam xadrez no facial da

26 JOÃO I, Rei de Portugal – Livro da Montaria, feito por D. João I, Rei de Portugal; publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa. Ed. de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1918. p. 8. MARKL, Dagoberto – O xadrez na arte e na literatura portuguesas na Idade Média e no Renascimento. Breves exemplos. Évora : A Cidade de Évora, Nº 1 (1995) p. 339

27 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 323.

28 MARKL, Dagoberto – O xadrez na arte e na literatura portuguesas..., p. 331.

29 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 323.

cabeceira do túmulo do monarca português, hoje situado no Mosteiro de Alcobaça³⁰, tamanha eram as influências.

Ademais, o xadrez eventualmente poderia ser a desculpa perfeita para que um amante pudesse desfrutar de seu tempo ao lado de uma dama de modo que o próprio jogo pudesse tornar-se em uma metáfora literária para cortejar e seduzir³¹. E, neste jogo de aparências e gestos pelo qual o pretendente procura conquistar, por amor ou desejo, a sua pretendida, a estratégia e o azar, o acaso e a prudência, transcendem os movimentos e



Figura 3: Uma dama entrega, sugestivamente, um anel ao seu vitorioso oponente. RMBE - Libro del axedrez, dados e tablas, fól. 40r.

trebelhos, e assim se interpenetram, de tal maneira que a vitória sobre o tabuleiro é, por vezes, retratada na arte de seu tempo pela entrega da própria mulher ao seu vencedor masculino. Vê-se claramente isso num dos problemas descritos e ilustrados no *Livro do Xadrez*³², no qual jogam um homem e uma mulher, ambos cristãos, sendo o final da partida favorável ao oponente masculino. Como recompensa pela sua vitória, a dama entrega ao vencedor um anel. Esta imagem sugere, de acordo com Constable, uma narrativa romântica ou sexual entrelaçada ao jogo de xadrez entre amantes já estabelecidos ou potenciais, na qual a derrota da mulher e, acima de tudo, a entrega do seu anel representa, por extensão, a entrega de si mesma ao vencedor³³.

Neste sentido, curioso é o caso citado por Markl no qual xadrez, amor e conflito bélico se misturam naquele que é considerado o primeiro relato a tal jogo em Portugal. De acordo com o mesmo autor, e fazendo referência à Mattoso, diz-nos que no reinado de D. Afonso II, D. Mécia Lopes de Haro, a despeito de já se encontrar comprometida com D. Sancho II, teria sido motivo de disputa entre outros dois pretendentes. No cerco de Paredes, D. Álvaro [Peres] de Castro teria se apaixonado por esta senhora, – cujas

30 MARKL, Dagoberto – O xadrez na arte e na literatura portuguesas.... p. 338.

31 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile.... p. 323.

32 RBME, Libro del ajedrez, dados e tablas. fól. 40r. CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile.... p. 324.

33 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile.... p. 324.

aventuras guerreiras e amorosas já eram conhecidas, – ocasionando um conflito entre este e D. Martim Sanches, filho natural de D. Sancho I, igualmente enamorado por D. Mécia. E assim, em meio ao cerco, enquanto Martim Sanches jogava em sua tenda o “*acedrenche*” na companhia de D. Mécia...

“[...] dom Alvar Perez armou-se e colhou-se a seu cavalo, e fez sua esporada, em guisa que chegou aa tenda” no momento em que “u Martim Sanchez siia com a rainha. E quando o vio viir; levantou-se mui toste e filhou um escudo e ua lança que siia acostado [sic] a uu esteio da tenda u eles siiam, e deu uma tam gram lançada a dom Alvar Perez que lhi passou o escudo e o perponte e a loriga, e achegou na carne. E dom Alvar Perez, porque o vio desarmado, nom lhe quis dar com o ferro da lança, e tomou o conto e deu-lhi com ele no escudo, e tornou-se mui passo contra a vila”³⁴.

Por fim, em meio a tantas associações, cabe reforçar e relembrar um dos aspetos fundamentais do xadrez sobre os demais jogos: especialmente entre a nobreza cortesã, seja por sua natureza estratégica e destreza mental, seja justamente pelos aspetos sobre os quais acima discorremos, o xadrez sempre foi considerado o mais nobre entre os jogos³⁵. Graças a esta percepção, muito distinta daquela imposta sobre os jogos de azar, comumente associados aos vícios, conflitos e crimes, as restrições impostas pelas Coroas Ibéricas, aquando das várias tentativas de controlo e regulamentação dos jogos em seus territórios, foram em sua maioria brandas ou quase inexistentes quando relacionadas ao xadrez. Menos “sorte” teve, assim, sua contraparte: os dados.

Os Dados

Ao longo da Idade Média, não só na Península Ibérica como em toda a Europa, os dados reinaram invictos como principal representante dos jogos de azar, sendo sua hegemonia ameaçada somente aquando do aparecimento dos jogos de naipes³⁶.

Sua origem, entretanto, é desconhecida. Sabe-se tratar-se de um jogo muito antigo, presente tanto nos hinos em sânscrito védico da *Rigveda* como na *Odisseia* de Homero.

34 MATTOSO, José Apud MARKL, Dagoberto – O xadrez na arte e na literatura portuguesas..., p. 337.

35 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. lv. “*El acedrex es más noble e de mayor maestría que los otros*”. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “Mas ualie sesso que uentura”..., p. 560-561. López de Guereño Sanz aponta que a “nobreza” do xadrez nem sempre foi tamanha. Inicialmente jogado com dados, a Igreja demonstrou alguma hostilidade ao jogo cujo *azar* era contrario aos designios divinos. A mudança de comportamento só ocorreu mais tarde, ao longo dos séculos, quando o xadrez se afastou do uso de dados, adquirindo estatuto honorável e valoroso, ao ponto de as autoridades eclesiásticas começarem a incluir tal jogo em suas doutrinas moralizantes.

36 MOLINA MOLINA, Angel Luis – El juego de dados en la Edad Media. Murgetana. ISSN 0213-0939. N^o 100 (1999). p. 97. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”. Los dados: juego y azar en la época medieval, in BANGO TORIVSO, Isidro G. (dir) e LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa (coord.) - *Alfonso X el Sabio [exposición]*. Murcia, 2009. p.598.

Os gregos acreditavam, ainda, que o mítico Palamedes, durante o sítio de Troia, tivesse inventado os primeiros dados³⁷. Todavia, tendo como base documental mais uma vez o Livro de Jogos de Afonso X, podemos determinar alguns aspetos mais concretos e relevantes relacionados a este jogo durante finais do século XIII e seguintes.

De maneira diferente do xadrez, Afonso não se dedica a descrever uma lista detalhada de problemas específicos aos dados. Além-se assim, na seção que abarca dos fólhos 65 a 71 do *Livro dos Dados*, a uma breve descrição das muitas maneiras de se jogar tais jogos, lembrando aos leitores a forma como o sábio defensor da primazia da sorte teria apresentado os dados ao rei da Índia Maior e descrevendo como estes deveriam ser feitos. Nesse sentido, preocupava-se o monarca que os dados fossem

“figuras cuadradas de seis cantos eguales, tamaño ell uno como ell otro en grandez e en igualdad de la cuadra” para que caíssem *“tan bien d’una parte como dotra”*, pois, do contrário, *resultariam em “enganno mas que uentura, siendo esta una de las maneras [...] con que fazen los dados engannosos aquellos que quieren engannar con ellos”*³⁸.

Assim, aconselha que, *“fuste o de piedra o de huesso o de todo metal”*, deveriam ser estes os materiais utilizados em sua confecção, revelando uma certa predileção por aqueles feitos em osso³⁹. Há ainda espaço para determinar o número de pintas em cada face: *“E devem seer puestos los pontos en esta guisa: so la faz del seys, el as; e so el cinco, el dos; e so el quatro, el tria”*. Ou seja, a soma dos lados opostos de um dado deveria ser igual a sete⁴⁰ e o total de pintas em um único dado deveria ser igual a vinte e um pontos.

37 MOLINA MOLINA, Angel Luis – El juego de dados en la Edad Media... p. 97. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”..., p. 598.

38 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. folio 65r. ORELLANA CALDERÓN apud LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”..., p. 602.

39 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. folio 65v. Afonso X diz: *“[...] mas semaladamientre son meiores de huesso el mas pesado que falarem que dotra cosa ninguna [...]”*. ORELLANA CALDERÓN apud LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”..., p. 602.

40 SCHÄDLER, Ulrich – Organizing the Greed for Gain..., p. 44. Aqui talvez se revele mais uma das predileções de Afonso X por esse número, se tivermos em conta que *“Alfonso [...] may have regarded the cubic die as an instrument suitable to unfold the ‘muchos bienes que en este cuento son’”*.

Relativamente às distintas variantes de jogos de dados que se praticavam, todas consistiam no lançamento destes e no maior ou menor número de pontos obtidos ao desvendar a face resultante⁴¹. Por fim, Afonso X nomeia doze destes jogos:

“*El juego de mayores e de tanto en uno como en dos*”; as três modalidades do “*juego de triga*”; “*el juego que llaman de azar*”; “*el juego de marlota*”; “*el juego de la rifa*”; “*el juego que llaman par con as*”; “*el panquist*”; “*el juego que llaman medio azar*”; “*el juego que llaman azar pujado*”; e “*este juego que llaman guirguesca*”⁴².

Então, se por um lado a escrita de Afonso X atém-se a questões relacionadas às regras e confecção dos dados, por outro, uma análise da iconografia e arte da seção dedicada a eles revela mais do que o monarca descreve em suas linhas.

Comparadas as imagens do *Livro do Xadrez* com aquelas do *Livro dos Dados*, ou ainda aquelas das *Cantigas*, as ilustrações permitem imaginar as atitudes e gestos do *tafur* e o local habitual onde se praticavam tais jogos, a *tafureria*⁴³. Nelas evidencia-se uma notável diferença, seja na variedade de géneros, idades, etnias e religiões que acabam restritas, quase que exclusivamente, ao retrato de homens cristãos reunidos em grupos



Figura 4: Taverna, Tafureria e Bordel (Cantiga 140 f). Cinco jogadores apostam a dinheiro e reúnem-se ao redor de um tabuleiro de dados. Uma barrigã mais à direita, enquanto deixa-se beijar por um homem, rouba-lhe a algibeira. À esquerda, o taverneiro, auxiliado por outra barrigã, serve vinho a um homem, enquanto outro, sentado ao chão, bebe direto do odre. A personagem diabólica mais à direita lembra a todos os muitos pecados que nesse tipo de ambiente são cometidos. Menéndez Pidal, Gonzalo – *La España del Siglo XIII Leída En Imágenes*, p. 264.,

41 ORELLANA CALDERÓN apud CRUZ GÁMEZ, Borja – Dentro de las tafurerías de la Castilla del siglo XIII. Investigación sobre el Ordenamiento de las tafurerías de Alfonso X el Sabio. Barcelona : Universitat Pompeu Fabra, 2021. Treball de fi de grau d'Humanitats.

42 MOLINA MOLINA, Angel Luis – El juego de dados en la Edad Media... p. 97. Não nos dedicaremos, entretanto, a descrever seus modos e regras de jogar pois, do contrário, seria necessária a quase literal transcrição e interpretação das mesmas, expandindo este ensaio para além dos limites praticáveis. Molina mesmo não o faz.

43 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Arte y gestualidad en el Libro del acedrex, dados e tablas de Alfonso X el Sabio. Laboratorio de arte : Universidad Autónoma de Madrid. ISSN 1130-5762. Nº 29 (2017). p. 43. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”..., p. 601. MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo – Juegos, Caza, Música, Castigos, in MENÉNDEZ PIDAL, G. – *La España del Siglo XIII en Imágenes*. Madrid : Real Academia de la Historia, 1986. p. 262. O verbete “*tafur*”, ou “*tafuee*” no português medieval, de acordo com Menéndez Pidal, teve origem nos tempos da Primeira Cruzada e designava os membros, possivelmente arménios, de uma temerosa tropa auxiliar famosa por dedicar-se ao saque. “*Tahúr*” em arménio tinha valor significativo a “vagabundo”. Entretanto, já nos tempos de Afonso X, designava o jogador viciado, profissional ou propenso ao uso de burlas e técnicas enganosas, ocasionalmente referenciado ou associado a delinquentes. Embora se pudesse jogar em outros sítios, a tafureria era, de maneira muito sumária, a casa de apostas onde se desenrolavam os jogos de azar cujo espaço, por vezes, se confundia com aquele das tavernas e bordéis. Algumas eram ilegais, enquanto outras faziam parte da propriedade régia, administradas por funcionários da Coroa responsáveis pela ordem, organização e manutenção dos jogos e trebelhos, aplicação da lei sobre agressões, blasfêmias e danos sobre o material de jogo, assim como pela centralização das atividades lúdicas nas tafurerias do rei. Na documentação portuguesa, aparecem frequentemente referenciadas como ato de dar “*tavollagem*”.

desordeiros em meio a apostas e bebidas, em tavernas e ambientes interiores e exteriores muito mais simples que aqueles frequentados pela nobreza cortesã retratada a jogar xadrez⁴⁴. Enquanto “no xadrez as atitudes dos participantes são elegantes e reflexivas, [...] nos dados, pelo contrário, prevalece o ambiente desafiante, enfadado e violento da taverna e da tafureria” e cujo reflexo documental e visual tem como função advertir acerca dos males e pecados associados ao dito jogo⁴⁵. Não à toa, as imagens representam uma série de indivíduos de moral questionável a frequentar tais ambientes: aqueles desesperados por terem perdido, as prostitutas, os bêbados e os ladrões⁴⁶. Isso não quer dizer, no entanto, que mulheres, “*ricos omes*”, “*fijos d’algo*”, escudeiros, judeus e muçulmanos e até mesmo, apesar das proibições, eclesiásticos⁴⁷ não praticassem o jogo de dados da mesma maneira que os demais indivíduos anteriormente citados. Porém, acima de tudo, deixa entrever o dissemelhante prestígio entre jogos de habilidade mental, como o “nobre xadrez”, associado às elites sociais, e os “infames dados”, frequentemente ligados a todo o tipo de crime, vício, desordem e, por conseguinte, à arraia-miúda. Assim, como se pode imaginar, e especialmente no que diz respeito aos dados, jogos pelos quais somente a sorte podia determinar o vencedor, sempre foram os menos valorados e, conseqüentemente, os mais perseguidos e combatidos por moralistas contrários a estes.

Justamente devido a isso, a tradução para o castelhano de *De regimine principum* (c. 1316) escrito por Gil da Roma, alertava aos príncipes dos perigos da prática do jogo de dados⁴⁸. Em 1325, Pedro de Cuéllar, Bispo de Segóvia, advertia o prelado de que...

...“*del juego de los dados se levantan muchos males: levantase dende despreçiamiento de la iglesia e husura, que en tablaje a husura; e levantanse robos e escándalos e mengojas, blasfemias, fuerzas, furtos, falsedades e razones de muerte, e engaños, e perdimientos, e vida torpe*”⁴⁹.

Não obstante, em 1365, Carlos II de Navarra era...

44 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 316.

45 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Escenografía y discursos visuales en torno al ocio en el siglo XIII hispano..., p.327 e 333. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Arte y gestualidad en el Libro del acedrex, dados e tablas..., p. 29. Tradução pessoal.

46 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa apud CRUZ GÁMEZ, Borja – Dentro de las tafurerías de la Castilla del siglo XIII..., p. 23.

47 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Arte y gestualidad en el Libro del acedrex, dados e tablas..., p. 43.

48 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 316.

49 MOLINA MOLINA, Angel Luis – El juego de dados en la Edad Media... p. 97.

...“*certificado por fidedignas perssonas que mucha peleas, enemiztades et muertes se an seguido ata agora et acaecen de cada dia por el juego de los dados, el quoyal a present es muy continuado, et lo que peor es, los jugadores, sobre l’encendimiento del juego et perdida de los dineros blasfeman el nombre de Dios et dizen mal d’El et de sus sanctos, la quoyal cosa no es de soffrir*”⁵⁰.

A situação não era muito diferente em 1400, quando seu sucessor, Carlos III, assinalava que, na ocasião, o jogo de dados era...

...“*causa et ocassion de mucho mal y que muchos hombres de malla vida et conuerssacion continuauan de cada dia en el dicho juego en nuestra villa de Ollit en logares ocultos, los quoaalles con engaynmos de falsos dados e con otras mallicias ouiendo collerterales en lur companynia engaynauan a muchas personas ganando lis los dineros et las vestiduras et contescian sobre aqueillo muchas peleas et riotas*”⁵¹.

De maneira não muito diferente, os tratados de D. João I e D. Duarte de Portugal, seguiam a mesma linha, e condenavam “os jogos de azar, tidos como práticas viciosas para o espírito cavaleiresco”⁵².

Ora, como se observa em tais relatos, os crimes mais comuns são aqueles sobre os quais recaem aspetos de violência, furto e enganação, mas, sobretudo, preocupam-se os moralistas com os crimes contra Deus, Santa Maria e toda a “Corte Espiritual”. No acaloramento do jogo, mediante uma derrota, e não raro sobre os efeitos do álcool, os *tafures* blasfemavam e ofendiam a Deus e a seus Santos com nomes, atos e maldições dignas de escandalizar e corar a face de seus mais puros fiéis. Afonso X, na tentativa de educar e repreender seus súbditos, recorreu à outra de suas obras, as *Cantigas de Santa*

50 HERNÁNDEZ, Enrique Domínguez; ELÍA, Alfredo – Noticias sobre el juego en la Navarra medieval: Juegos de azar. Cuadernos de etnología y etnografía de Navarra. ISSN 0590–1871. vol. 25, Nº 62 (1993) p. 284.

51 HERNÁNDEZ, Enrique Domínguez; ELÍA, Alfredo – Noticias sobre el juego en la Navarra medieval..., p. 285.

52 CAMPOS, Flávio de – Jogos e a temática lúdica em Portugal ao final da Idade Média [Em linha]. Auxerre : Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre, 2008. [Consult. 03 Out. 2022]. Também disponível em PDF. Disponível em WWW: <URL: <https://doi.org/10.4000/cem.9492>>. p. 6. DUARTE, Rei de Portugal – Leal Conselheiro o qual fez Dom Duarte seguido do livro da ensinança de bem cavalgar toda sella que fez o mesmo rei o qual começou em sendo infante fielmente trasladado do manuscrito contemporaneo que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz (...). Pariz : V^o J.-P. Aillaud, Monlon e C^o, 1854. “*Ca pois aos tafuees nom myngua que jogar*” (p. 511) dizia D. Duarte, a quem o bom conselheiro devia atender à “*boa disposiçom em costumes*”, dentre eles “*que se departa e tire dos jogos e deleiçoões carnaaes*” (p. 286). A posição do rei português acerca dos jogos, nomeadamente aqueles de azar, é ainda mais clara quando os elenca como “*pecados da obra*”, ao lado da “*gulla, luxuria, bevedice, sacrilégio [...] furto, ou rapina*” (p. 358). Cabe aqui uma observação quanto à essa fonte: embora a edição de 1942 desta obra, com críticas e notas de Joseph M. Piel, seja mais atual, não é acompanhada pelo Livro da Ensinança de Bem Cavalgar, motivo pelo qual optamos pela edição de 1854, estando de acordo com as observações do Professor Doutor Luís Miguel Duarte, sem que com isso se perdesse em qualidade o conjunto apresentado. Já quanto à posição de D. João I, parece-nos adequado reencaminhar o leitor àquilo sobredito na página 7 deste ensaio.

Maria, para exemplificar em algumas delas os atos e castigos que caíam sobre aqueles que blasfemavam:

“um tafur morreu por injuriar a Santa Maria ao perder uma partida de dados; um homem de Huesca que jogava dados renegou a Santa Maria e perdeu a fala; outro *tafur*, ao perder uma partida de dados, quis se vingar disparando sua besta contra Deus e Santa Maria; um menestrel de Guimarães renegou a Deus e a Santa Maria e recebeu a vingança divina indo parar no inferno;[...] uma mulher, jogava dados frente a uma igreja e, ao perder, lançou uma pedra contra uma imagem de Santa Maria com o Menino”⁵³.

A violência física, por sua vez, não fica de fora da obra afonsina. Possivelmente duas das mais ilustres e expressivas representantes deste aspeto no *Livro dos Dados* são aquelas que aparecem representadas nos fólhos 67r e 70v. Na primeira, oito jogadores nus ou parcialmente vestidos assistem a briga entre dois companheiros, também *seminus*, que lutam entre si ao fim de uma partida. Um dos *tafures*



Figura 5: Jogadores *seminus* brigam motivados por uma desavença no jogo de dados. RMBE - Libro del axedrez, dados e tablas, fól. 67r.

trava uma acirrada batalha contra seu oponente que, a fim de se proteger e contra-atacar, agarra o oponente pela genitália, enquanto que com a outra mão procura proteger e assegurar a posse sobre um pequeno cofre⁵⁴. Na segunda imagem, enquanto dois jogadores distraem-se em uma partida de dados, à direita, dois homens em pé agarram-se às roupas um do outro enquanto apunhalam-se simultaneamente ao peito. À esquerda, outro homem agarra o pescoço de um quarto personagem, ambos sentados, enquanto ergue seu punhal em ameaça contra este, aparentemente surpreso e assustado, prestes a cravar o metal na carne do opositor.

53 MOLINA MOLINA, Angel Luis – El juego de dados en la Edad Media... p. 102. Tradução pessoal. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”..., p. 599.

54 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Arte y gestualidad en el Libro del axedrez, dados e tablas..., p. 45.

Caso mais concreto e representativo desta realidade ilustrada é o de um tal Semeniello de Cadreita, que, em 1342, em pleno mercado da cidade de Tudela, à raiz de uma disputa no jogo de dados, feriu com uma faca a Sancho de Luesia que morreu quinze dias depois. O agressor conseguiu com sucesso fugir da cidade antes de ser apreendido e, como não tinha bens, – atestando sua baixa condição social, – não pôde ser embargado pela justiça⁵⁵.



Figura 6: Um desentendimento no jogo dos dados desencadeia uma briga de facas. RMBE - Libro del axedrez, dados e tablas, fól. 70v.

Seja como for, de volta ao Livro de Jogos de Afonso X, é de se ressaltar ainda a nudez como elemento presente nas representações ilustrativas do *Livro dos Dados*. Se no xadrez as iluminuras procuram sexualizar personagens femininas com roupas translúcidas de maneira romantizada, a nudez apresentada nos dados, – e aqui também se inclui o fól. 67v no qual um cavaleiro perde as roupas devido a uma aposta, – relaciona-se muito mais a uma forma de escárnio com função de advertência àqueles que se envolvem na prática de jogos de azar. Em ambos os casos, a nudez e as insinuações sexuais fazem parte de um contexto satírico próprio do humor elitista da Corte castelhana daquela altura; um tipo de caricatura e zombaria típico da poesia afonsina encontrada em suas *Cantigas d'escarnho e de mal dizer*⁵⁶.

Por fim, outro aspeto pouco abordado quando se trata dos jogos de azar é a sua ligação com as predições, adivinhações e augúrios vários, carregados de significado e herança pagã⁵⁷, de modo que tais jogos se encontram diretamente relacionados ao tempo e ao futuro⁵⁸. Assim sendo, os dados como melhor representante desta categoria de jogos, servem ao mesmo tempo para predizer a sorte ou, de forma quase oracular, conhecer o

55 HERNÁNDEZ, Enrique Domínguez; ELÍA, Alfredo – Noticias sobre el juego en la Navarra medieval..., p. 288.

56 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 323.

57 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media. Miscelánea medieval murciana. ISSN 0210-4903. vol. 21-22 (1998) p. 217.

58 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 218.

futuro⁵⁹. E se, por um lado, inconscientemente os *tafures*, em tom de gozo e distração, procuravam obter os favores da *Fortuna*, por outro, é possível especular que a Igreja não desconhecesse e tampouco visse com bons olhos esta relação.

A exemplo do que fez Afonso X em 1276, perturbados por tantos aspetos negativos que desalinham a ordem social, moral e religiosa, uma série de reis e de poderes locais procuraria, ao longo dos séculos XIII a XV, proibir, limitar ou regularizar os jogos de dados por intermédio de leis cuja severidade penal – corporal e monetária – em muito variavam consoante o estatuto social do transgressor. Nem sempre estas tiveram, de facto, o objetivo de punir aqueles “que tão ousados fossem” em descumpri-las, mas sim impor-lhes medo e respeito. E, sobretudo, nos casos em que nem mesmo o nome de Deus era poupado, o braço secular acudiu com presteza à Igreja. Assim, em Portugal, D. Dinis ordenou que os blasfemos tivessem a língua arrancada pelo pescoço e lançados à fogueira, enquanto que D. Afonso IV, através de suas *Ordenações*, procuraria proibir as tavolagens e jogos de dados em todo o reino⁶⁰. Já D. Afonso V insistiu na proibição das tavolagens, penalizando ainda aqueles que jogassem com dados falsos ou chumbados com o açoite e degredo às Ilhas ou a Ceuta⁶¹. Por sua vez, em território castelhano, a mais ousada medida daria origem a um código legislativo e penal conhecido como o *Ordenamiento de las Tafurerías*, escrito a mando do rei castelhano.

As Tábulas

Assim como os dados, a origem das tábulas – ou, simplesmente, “jogos de tabuleiro” – recai sobre um território de difícil acesso. Alguns dos mais antigos exemplos conhecidos, o *Jogo Real de Ur*, estima-se ter mais de 4500 anos de idade, precedendo o jogo egípcio do *Senet* ou *Senat* em, talvez, 200 ou 300 anos⁶². Por outro lado, exemplos mais recentes englobam o *Nard* persa, do século IV, que inspiraria o *Alea* romano,

59 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 218. GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – Jogos de Tabuleiro, em Contextos Islâmicos (Séculos VIII-XIII), do Castelo de Silves (Algarve). Portugalia, Nova Série, vol. 44, Porto : DCTP-FLUP, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21747/09714290/port/44a5>. p. 119.

60 DUARTE, Luís Miguel – A boca do diabo: A blasfémia e o direito penal português da Baixa Idade Média. Lusitânia Sacra. Série 2, Nº 4 (1992). p. 69 e 70. Livro das Leis e Posturas. Transcrição paleográfica e edição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa : Universidade - Faculdade de Direito, 1971. p. 82 e 400.

61 AFONSO V, Rei de Portugal – Ordenações do Senhor Rey Dom Affonso V. Coimbra : Real Imprensa da Universidade, 1792. p. 146 e 148. Ver especificamente o *Título XXXX: Do que joga com dados falsos, ou chumbados* e *Título XXXXI: Que nom joguem a dados dinheiros, nem aja hi tavollagem*.

62 BOTERMANS, Jack et al – The World of games: their origin and history, how to play them, and how to make them. New York : Facts on File, 1989. ISBN 0-8160-2184-8. p. 22. SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 30.

sucessor do *Duodecima scripta*, por sua vez, de grande semelhança com o gamão⁶³. É este último jogo – o gamão – que, dentro desta modalidade lúdica, aparentemente viria a se destacar ao longo da Idade Média peninsular, indica a obra afonsina.

Afonso X dedica a terceira parte de seu Livro de Jogos (fóls. 72r a 80r) à quinze variantes medievais do jogo de gamão:

“quinze tablas”; “doze canes o doze hermanos”; “doblet”; “fallas”; “el seys, dos y as”; o jogo que chamam “en Espanna emperador porque el lo fizo”; “el medio emperador”; “la pareja de entrada”; duas versões de “Cab y quinal”; “todas tablas”; “laquet”; “buffa cortesa”; “buffa de Baldrac” e “reencontrant”⁶⁴.

E apesar de se distinguirem tanto pelo número de peças ou dados a serem utilizados, todas têm suas regras, em maior ou menor grau, diretamente relacionadas à família dos jogos de corrida, nos quais o valor revelado na face dos dados define o número de casas pelas quais as peças devem forçosamente se mover. Assim, o rei castelhano, desconsiderando as diversas ressalvas que faz aos dados na seção anterior, vê-se forçado a ensiná-los antes de que possa abordar as “tablas”, pois “*Ca bien assi como el cuerpo non se podrie mover sin los pies, assi ellas*” – as peças – “*non se moverien sin ellos*” – os dados – “*pora fazer ningun juego*”⁶⁵.

Relativamente aos objetivos do jogo, explica Afonso, uma “barata” acontecia quando um jogador tomava tantas peças ao seu adversário de modo que lhe privava a possibilidade de ocupar novas casas e, assim, este último perdia o jogo. Já a “manera”, ou empate, acontecia quando ainda que ambos tivessem poucas peças e com elas pudessem ocupar casas, nenhum nem outro pudesse jogar, mesmo que quisessem⁶⁶. Aí residia a prudência da qual o monarca constantemente lembrava através da lenda dos sábios antigos, pois, se os dados revelavam somente a “ventura”, a sorte, cabia aos jogadores usar o “seso”, a inteligência, a fim de distinguir as peças corretas a serem

63 BOTERMANS, Jack, et al. – op. cit. p. 29. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”..., p. 603. SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 31. De facto, Botermans et al afirma que as *tábulas* são uma variante de *Duodecima Scripta* e que, ao longo dos séculos, muitas variantes de *tábula* se desenvolveram naquilo que conhecemos como gamão.

64 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fóls. 75r-79v. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”..., p. 604.

65 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 72v.

66 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 72v.

movidas, capturadas e melhores casas a serem ocupadas. Prudente também era manter as peças aos pares, já que...

“...assi como el juego dell acedrex, quando falla algum trebelo solo apartado delos otros que no a y qui lo guarde y lo puede tomar; outrossi el delas tablas. Si non estan dobladas, ell otro que lançare aquella suerte que conviene aquella casa, la puede tomar a aquesta sola, y no hay y qui gella deffienda”⁶⁷.

Afonso ainda explica como devem ser feitos os tabuleiros: quadrados, com uma marca de delimitação ao centro, de modo que se distinguissem quatro quadrantes e vinte e quatro casas⁶⁸. As peças, por sua vez, deveriam ser ao todo trinta, sendo quinze de cada cor e recomendavelmente redondas, de tal maneira que se encaixassem nas bordas semicirculares esculpidas na madeira do tabuleiro⁶⁹.

Por toda extensão do Livro de Jogos a seção dedicada ao gamão partilha uma estrutura organizacional muito semelhante àquela dos dados. Como se observa, não há a mesma intenção em descrever problemas típicos deste jogo como no xadrez. Afonso X preocupa-se mais com o modo de confecção das peças e tabuleiro, dedicando-se a descrever apenas as regras e variantes possíveis.

67 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 72v.

68 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 72r. “[...] el tablaero en que se an de jogar a de seer quadrado y en medio a de aver sennal en guisa que se fagam quatro quadras y en cada quadra ha de aver seys casas que se fagam por todas veynt e quatro”.

69 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 72r. “E como quer que en algunas tierras fazem las casas de los tableros llanas y pintadas, e otrossi las tablas con que juegam quadradas o redondas y nom fazem logar en que se encajen, por esto fue fallado por mejor de fazer barras de fuste al tablero, cavadas a manera de media rueda, en que püedan encajar las tablas que an de seer redondas. E otrossi a mester que la meetad de las tablas sean duna color y la outra meetad dotra por que sean comosadas unas dotras. E an a seer quinze de cada color [...]”.

Na cenografia, o *Livro das Tablas* ganha ares de certo estatismo, repetindo “esquemas compositivos e atitudes gestuais vistos nas partidas de xadrez”⁷⁰. De modo oposto ao repertório de gestos agitados e violentos do jogo de dados, as imagens dedicadas às tábulas revelam a mesma linguagem gestual das sossegadas partidas de xadrez, “com atitudes comedidas e reflexivas próprias de um jogo intelectual”⁷¹. Por esta mesma razão, não se encontra no *Livro das Tablas* qualquer referência à violência ou nudez. À semelhança dos dados, ainda que sejam retratadas mulheres (fól. 75v) e um monge tonsurado se apresente a jogar com um judeu (fól. 75r), o repertório de personagens é limitado quase exclusivamente por indivíduos cristãos de sexo masculino. Por fim, indo de encontro à recomendação de ensinar aos jovens príncipes o xadrez, o *Livro das Tablas* exhibe dois homens com as mãos sobre os ombros de dois meninos como se os instruissem nas regras deste jogo (fól. 74r). Esta última imagem, em conjunto àquela em que dois reis jogam as tábulas (fól. 76r), permite-nos antever a forma como o imaginário medieval castelhano percebia os jogos de tábulas.



Figura 7: Dois reis jogam uma variante de "tablas". RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 76r.

Como jogos mistos que são, tem a sua natureza constituída no equilíbrio entre a pura sorte e a habilidade, sendo por isso, de acordo com a moral afonsina, hierarquicamente inferiores ao xadrez, porém, não tão mesquinhos quanto os dados. Exemplo dessa percepção se encontra nas *Partidas*: quando se determinam as atividades lúdicas dignas do descanso de reis, as *tablas* aparecem explicitamente descritas ao lado do xadrez⁷².

70 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Arte y gestualidad en el Libro del acedrex, dados e tablas..., p. 36. Tradução pessoal.

71 LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Arte y gestualidad en el Libro del acedrex, dados e tablas..., p. 45. Tradução pessoal.

72 MOLINA MOLINA, Angel Luis – El juego de dados en la Edad Media... p. 96. “E estas son oyr cantares, e sonos, de instrumentos, e jugar axedrez. o tablas, o otros juegos semejantes”.

Já em janeiro de 1384, no reino vizinho, Carlos II parecia seguir à sua maneira as recomendações do rei castelhano, tendo adquirido dezasseis tabuleiros de “*tablas y birlas*” a fim de comemorar em sua Corte as festas de fim de ano⁷³.

A relação com a literatura coeva é também afável para com as tábulas e, à semelhança da percepção do Mestre de Avis acerca do xadrez, revela uma associação à preservação do “feito das armas” e do espírito guerreiro relacionado ao cavaleiro ideal. No *Libro del Caballero Zifar* escrito por Ferrán Martínez (c. 1300), arquideão de Madrid e cânone de Toledo, por exemplo, o rei de Mentón aconselha seus filhos nas qualidades próprias de um cavaleiro⁷⁴, apontando que “*deuedes ser bien acostunbrados en alañar y en bohordar e en bofordar e en caçar e en jugar tablas e axadres, e en correr e luchar*”⁷⁵. Mais à frente, o mesmo texto ainda descreve o príncipe Robóan como “*el mejor acostunbrado cauallero mancebo que ome en el mundo sopiese... jugador de tablas y de axadres, e muy buen caçador de toda aue mejor que otro ome*”⁷⁶. Como se observa, uma vez mais se suprime qualquer menção direta aos dados, cujo ambiente tipicamente taberneiro e pouco ordenado não condiz com as condições necessárias à ensinância dos jogos adequados à príncipes, reis e cavaleiros.

Assim, nos jogos descritos no *Livro das Tábulas* se apresentam muitas semelhanças a aspetos previamente já abordados quanto ao xadrez. Mantém-se a boa imagem de jogo apropriado às elites, ao uso da habilidade mental, à associação à guerra e ao ideal cavaleiresco; exclui-se, entretanto, qualquer relação negativa com os dados embora seu uso seja obviamente intrínseco ao jogo. Porém, esta imagem de jogo nobre e sem restrições morais nem sempre refletiu na realidade aquilo retratado na obra afonsina. De facto, na tentativa de regularizar os jogos de tábulas, as restrições aplicadas pela ação legislativa e penal foram muito mais brandas que aquela aplicada aos dados, porém, não

73 HERNÁNDEZ, Enrique Domínguez; ELÍA, Alfredo – Noticias sobre el juego en la Navarra medieval..., p. 288.

74 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 320. “*Gentleman*” é a palavra utilizada pela autora, pelo que, neste caso, “cavaleiro” parece-me mais apropriado que “cavaleiro”.

75 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 320. Em inglês: “*you should be well versed in the use of the lance, jousting, hunting, playing board games and chess, and running and fighting*”.

76 CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile..., p. 320. Em inglês: “*the best trained young knight that any man ever knew... [H]e was a player of backgammon and chess and an expert hunter of birds*”.

excluíram a intenção de privar o prelado⁷⁷ e a população geral⁷⁸ da prática pública ou privada destes jogos.

Apesar de toda “*cordura*” que pudessem evocar, as “*tablas*” não ficaram impunes.

Outros Jogos

A seção final do Livro de Jogos dedica-se ainda a descrever brevemente uma série de jogos nas quais o interesse de Afonso X pela ciência aplicada à coincidência e estatística se tornam indubitavelmente reveladas e, não obstante, se confundem à astrologia como ferramenta da vontade divina⁷⁹. Sete são os jogos descritos: o “*grande acedrex*”, o “*acedrex delas diez casas*”, o “*acedrex que fue fecho a semejança delos quatro tiempos dell anno*”, as “*tablas delos quatro tiempos dell anno*”, e três variantes do “*alquerque*”.

O grande xadrez, praticado em um tabuleiro quadrado com 12 casas de lado, é uma variante do xadrez tradicional no qual, para além do rei, dos peões, torres e demais peças habituais, se inserem ainda a anca, a cocatrice, a girafa, o unicórnio⁸⁰ e o leão, aves e animais nobres e estranhos aos quais, à semelhança de demonstração de poder das hostes dos reis antigos da Índia⁸¹, os homens obedeciam e temiam.

Difere-se não só por isso, porém, também pela posição inicial avançada dos peões, separados das peças maiores por uma fileira de casas vazias, e pelo uso de dados de oito faces, na forma de um octaedro regular, também descrito por Afonso, a fim de acelerar as partidas deste jogo⁸².

O xadrez decimal, por sua vez, consiste em uma modalidade do xadrez convencional com a adição de uma peça adicional, o Juiz. Afonso, entretanto, não faz menção alguma à movimentação desta peça. Assim como no grande xadrez, o xadrez decimal também podia recorrer ao uso de dados, desta vez, com sete faces, sendo os dois

77 SCHÄDLER, Ulrich – Organizing the Greed for Gain..., p 28.

78 PINO, Miguel apud CRUZ GÁMEZ, Borja – Dentro de las tafurerías de la Castilla del siglo XIII..., p. 19.

79 SCHÄDLER, Ulrich – Organizing the Greed for Gain..., p 45.

80 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 31.

81 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 81r.

82 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 33.

modos de construção descritos, seja como um prisma heptagonal reto alongado, seja como um prisma pentagonal reto, considerados justos e de iguais chances em revelar quaisquer uma de suas faces⁸³.

Quanto ao xadrez das estações do ano, trata-se de uma variante do xadrez na qual quatro jogadores disputam uma mesma partida, sendo a cada um deles atribuída uma estação e a cada estação uma cor, um elemento e um humor. Primavera: ar - verde - sangue; verão: fogo - vermelho - biliar; outono: terra - preto - atrabilis; Inverno: água - branco - fleuma⁸⁴. O tabuleiro de sessenta e quatro casas era dividido por duas linhas diagonais partidas da segunda casa oposta em cada canto. A partir daí, os jogadores posicionavam quatro grupos de oito peças, cujas cores eram representativas de suas respectivas estações, nas esquinas do tablado. Os jogadores então disputavam entre si, tomando as peças “*unos de otros segund los quatro tiempos del anno reciben orossi unos de otros*”. O jogador com as peças verdes iniciava a o jogo pela direita, contra o jogador das peças vermelhas; aquele das vermelhas, defendendo-se das verdes, atacava as peças pretas, e este último devia ir contra as brancas, sendo cada um deles sempre prevenidos em defenderem-se do jogador precedente, depois passando a jogar, porém, à “*sua voluntad*”⁸⁵, até que a partida resultasse em um único vencedor: o último rei sobrevivente.



Figura 8: Em destaque, um recorte do xadrez das quatro estações do ano. RMBE - Libro del axedrez, dados e tablas. Fól. 88v.

Já no jogo das tábulas das quatro estações, quatro jogadores se perseguem num percurso circular, dividido em quatro partes iguais, com vinte e quatro casas ao todo. À semelhança do último jogo, as peças partilham as mesmas cores e associações, sendo doze o número controlado por cada jogador. Antes do início da partida, aquele que obtivesse o

83 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 33.

84 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 33. LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “Mas ualie sesso que uentura”..., p. 572. MATTOSO, José – Saúde Corporal e saúde mental na Idade Média Portuguesa, in MATTOSO, José – Fragmentos de uma composição medieval, Lisboa : Editorial Estampa, 1987, p. 236-237. ORNELAS E CASTRO, Inês de – Prática médica e alimentação nos textos portugueses seiscientistas, in COSTA, Palmira Fontes & CARDOSO, Adelino (org.), Percursos na História do livro médico. Lisboa : Edições Colibri, 2011. ISBN978-989-689-095-7. p. 80-81. Desde a antiguidade clássica até o século XVII, devido a uma renovada popularidade de textos galénicos e hipocráticos traduzidos do grego durante o Renascimento, no que diz respeito ao conhecimento médico, vigorou a teoria humoral pela qual o bem estar do corpo, enquanto instrumento da alma, estava diretamente relacionado ao equilíbrio de quatro humores: o sangue (quente e húmido), a bilis (quente e seca), a atrabilis (fria e seca) e a fleuma (fria e húmida). Cada humor era associado a um elemento: o sangue estava associado ao ar, a bilis correlacionada ao fogo, a atrabilis encontrava representante na terra, e, por fim, a fleuma estava ligada à água. Assim, a escolha de determinadas estações, humores e elementos por Afonso X ao descrever o xadrez das quatro estações do ano não nos parece mera coincidência.

85 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 229.

maior resultado no lançamento de três dados teria o direito de começar o jogo, seguindo sempre o sentido anti-horário⁸⁶. As regras, por sua vez, constituem uma adaptação dos jogos de tábulas convencionais ao tabuleiro circular e ao número de peças e jogadores participantes.

De seguida, Afonso apresenta o *alquerque*, também chamado de *alquerque* em português, jogo cujo nome deriva do árabe *Al-Quirkat*, de origem remota e discutível, já que, embora diversas variantes desse tipo de jogo sejam encontradas em locais tão diversos como a Acrópole ateniense, num barco viking norueguês, num sepulcro irlandês da Idade do Bronze, ou ainda, em Creta e Roma, os testemunhos mais antigos desse tipo de jogo datam de aproximadamente 3500 anos, do Templo de *Al-Qurna*, no antigo Egito⁸⁷. Já quanto à sua introdução e divulgação na Península Ibérica e restante da Europa, as teorias vigentes atribuem responsabilidade aos povos do Norte de África, embora outra hipótese não descarte esse feito aos gregos ou fenícios⁸⁸. Três de suas variantes são apresentadas no *Livro de Jogos de Afonso X*: o *alquerque de doze*, de nove e de três. A nomenclatura dessas modalidades faz referência ao número de peças controladas por cada jogador e o tabuleiro também se altera conforme a variante jogada.

No *alquerque de doze*, o tabuleiro quadrado era marcado ao centro por duas linhas transversais, de modo a criar quatro quadrantes. Cada um dos quatro quadrantes era então dividido ao centro por outras duas linhas transversais e duas diagonais opostas, à semelhança de um asterisco octagonal, gerando assim vinte e cinco interseções sobre as quais as peças, doze de cada cor, eram igualmente posicionadas deixando livre apenas a interseção central.

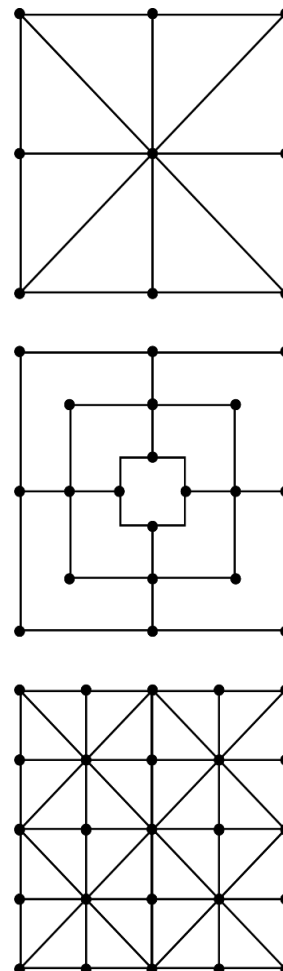


Figura 9: De cima para baixo, representação dos tabuleiros do *Alquerque de Três*, *Alquerque de Nove* e *Alquerque de Doze*, respetivamente. Imagem de própria autoria.

86 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 89r. “[...] son per todas quarenta y ocho y joganse con los dados deste mismo acedrex y han de lançar batalla y el que vence la batalla juega primero. Et juego ell otro que esta cabo dell ala mano derecha y assi ua todos en derredor”.

87 SILVA, Jorge Nuno – op. cit., p. 34. BOTERMANS, Jack, et al. – op. cit. p. 103-107. BELL apud FERNANDES, Lídia; ALBERTO, Edite – Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa. O Arqueólogo Português. série V, Nº 1 (2011). p. 773. FERNANDES, Lídia; SILVA, Jorge Nuno – O tabuleiro de jogo do alquerque dos nove no templo romano de Évora. Lisboa : Apenas Livros, 2012. ISBN: 978-989-618-386-8. p. 13. BELL Apud GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – Jogos de Tabuleiro, em Contextos Islâmicos... p. 118.

88 FERNANDES, Lídia; SILVA, Jorge Nuno – O tabuleiro de jogo do alquerque dos nove no templo romano de Évora... p. 13.

Considerado o precursor do atual jogo de damas⁸⁹, as peças se moviam pelas linhas do tabuleiro, de interseção em interseção, de modo a capturar com “saltos” as peças do adversário até que não houvesse peças suficientes para dar seguimento ao jogo, declarando-se assim um vencedor. Sendo a captura das peças obrigatória, o jogador inicial via-se em legítima desvantagem, já que o único movimento disponível ao início da partida era oferecer uma de suas peças ao adversário.

Uma submodalidade do alquerque de doze, “*cercar la lebre*”, é também apresentada. Na realidade, jogada com treze peças, doze iguais e uma diferente, posiciona-se a peça distinta ao centro do tabuleiro e as demais aleatoriamente nas interseções das linhas do tabuleiro. Um dos jogadores controla a peça única e inicia o jogo, movendo sua peça para uma interseção vizinha, enquanto o outro jogador controla as restantes com o objetivo não de retirar a peça única, mas sim de encerrá-la numa casa de onde não tenha como sair. “O jogador da peça única pode eliminar as do adversário, mas perde o jogo quando não se conseguir mover para nenhuma outra casa”⁹⁰.

Quanto ao alquerque de nove, este é também conhecido como três em linha ou jogo do moinho. O tabuleiro é formado por linhas que originam três quadrados concêntricos de tamanho gradualmente inferior ao quadro mais externo, ligados ao meio por duas linhas transversais que não atingem o centro do quadro menor. As peças, nove de cada cor, são posicionadas sobre as linhas onde estas formam ângulos de noventa graus e sobre as suas interseções. As peças movimentam-se através das linhas de modo que ao alinhar três peças, o jogador pode capturar uma peça adversária.

Por sua vez, o alquerque de três é a versão mais simples deste jogo. O tabuleiro quadrado é delimitado por duas linhas transversais e duas linhas diagonais opostas, de maneira que se formam nove interseções. Três peças de cada cor são utilizadas e as regras empregadas são similares àquelas do alquerque de nove. A simplicidade deste jogo, eventualmente referenciado como jogo do galo, denuncia talvez os motivos pelos quais o Livro de Jogos retrate crianças a jogá-lo⁹¹.

89 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 229.

90 FERNANDES, Lídia; ALBERTO, Edite – Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa... p. 772.

91 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 93v.

Aparentemente muito popular em Portugal e na Galícia, mas possivelmente tão conhecido em toda a Península quanto nestes dois territórios, é digna de breve menção a curiosa relação do alquerque com ambientes eclesiásticos, onde tabuleiros tingidos ou gravados em pedra são comumente encontrados no interior e arredores de conventos, mosteiros, igrejas, etc. Só nas dependências do Mosteiro da Batalha encontram-se cerca de nove exemplares de tabuleiros do alquerque de doze⁹², enquanto a Catedral de Ourense exhibe cinco destes divididos entre as variantes de doze e nove⁹³. O claustro da Sé de Lisboa apresenta dois exemplares, sendo um do alquerque de nove e outro de doze⁹⁴. Não obstante, entre muitos exemplos possíveis, podemos citar o jogo do alquerque de nove do templo romano de Évora⁹⁵, anterior à cronologia desse artigo (c. Séc. I), ou ainda, os exemplares de três e doze do claustro da Igreja de Santa Maria da Oliveira de Guimarães⁹⁶, posterior à mesma (c. Séc. XVII-XVIII).

A aparição desse tipo de jogo em ambientes eclesiásticos não se trata de uma exclusividade, sejamos honestos. Exemplares de alquerque de doze podem ser encontrados no *Domus Municipalis* de Bragança⁹⁷ e nos Paços de D. Dinis de Estremoz⁹⁸. Outros, de nove, foram encontrados tanto no castelo de Silves⁹⁹ quanto exumados no de Alcoutim¹⁰⁰. Todavia, quando encontramos esses tabuleiros em meio a ambientes religiosos e recuamos às recomendações de afastar o clero da prática lúdica, o que nos chama a atenção é a paradoxal convivência entre sagrado e profano encontrados sob o mesmo teto.

Por vezes localizados nas paredes, outras em superfícies horizontais, a explicação para esse incongruente convívio levanta a possibilidade de que tais pedras possam ter sido gravadas previamente nos estaleiros por seus funcionários e construtores, ou que tenham

92 FERNANDES, Lídia; SILVA, Jorge Nuno – Jogos de tabuleiro de pedra em Portugal: o caso do Mosteiro da Batalha. Lisboa : Apenas Livros, 2013. ISBN: 978-989-618-. p. 23.

93 HIDALGO CUÑARRO, José Manuel – Los juegos de tablero medievales de la catedral de Ourense. Porta da aira: revista de historia del arte orensano. ISSN 0214-4964. Nº 12 (2008) p. 113.

94 FERNANDES, Lídia; ALBERTO, Edite – Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa..., p. 742-744. CARREIRA, Adelaide; ALBERTO, Edite; FERNANDES, Lídia – Pedras que jogam. suporte informático (CD. rom) como complemento a exposição do mesmo título. Lisboa, 2004. p. 61-64.

95 FERNANDES, Lídia; SILVA, Jorge Nuno – O tabuleiro de jogo do alquerque dos nove no templo romano de Évora... p. III-IV. Fig. 16, 17 e 18. CARREIRA, Adelaide; ALBERTO, Edite; FERNANDES, Lídia – Pedras que jogam... p. 44-47.

96 CARREIRA, Adelaide; ALBERTO, Edite; FERNANDES, Lídia – Pedras que jogam... p. 48-55.

97 CARREIRA, Adelaide; ALBERTO, Edite; FERNANDES, Lídia – Pedras que jogam... p. 29-30.

98 CARREIRA, Adelaide; ALBERTO, Edite; FERNANDES, Lídia – Pedras que jogam... p. 31-36.

99 GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – Jogos de Tabuleiro, em Contextos Islâmicos... p. 111.

100 CATARINO apud GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – Jogos de Tabuleiro, em Contextos Islâmicos... p. 115.

servido para uso dos próprios monges e sacerdotes, ou ainda, constitua uma simples coincidência “com lugares de permanência e de confluência de populações, evidenciando passatempos para tempos de espera ou, simplesmente causa e efeito de pontos de reunião.”¹⁰¹

A seção final do Livro de Jogos culmina naquela que é possivelmente a maior demonstração do caráter filosófico-teológico e científico que Afonso X pretendeu empregar à sua obra: os jogos de astronomia. Qualificado por Afonso como “*muy noble, muy estranno y muy apuesto y de grande entendimiento para los entendidos e mayormiente para aquellos que saben la arte de astronomia*”, assim passa a explicar o jogo feito à semelhança dos “*siete cielos en que está las siete planetas*” e do “*ochavo en que estan los doze signos e las otras estrellas fixas*”¹⁰². O jogo dos escaques que se jogam por astronomia era constituído, assim, por um tabuleiro



Figura 10: O jogo dos escaques que se jogam por astronomia. RMBE - Libro del axedrez, dados e tablas. Fól. 96v.

heptagonal dividido por oito círculos concêntricos, sendo os sete primeiros correspondentes aos sete planetas do sistema ptolemaico – Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio e Lua – e o oitavo, mais externo, aos doze signos do zodíaco.

“Destes partiam doze linhas que atravessavam os sete círculos planetários, chegando até o elemento fogo, representado por um círculo de cor “*bermeio*”, o primeiro de outros quatro que ocupam o centro do tabuleiro, correspondentes aos quatro elementos. Depois daquele do fogo, figuram o do ar, de cor “*cárdeno claro*”; o da água, de cor branca, e o da terra, de cor parda”¹⁰³.

Sobre o tabuleiro se posicionavam as peças relativas aos planetas, sendo Saturno aquele mais próximo do círculo zodiacal, seguido por Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio e, por último, mais próxima dos círculos elementais, a Lua. Por intermédio de um dado de sete faces, os planetas eram sorteados entre os jogadores, determinava-se quem iniciava a partida e também o número de casas a se avançar. Molina afirma que

101 FERNANDES, Lídia; ALBERTO, Edite – Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa..., p. 763. FERNANDES, Lídia; SILVA, Jorge Nuno – O tabuleiro de jogo do alquerque dos nove no templo romano de Évora... p. 16-17.

102 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 95r.

103 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 229 e 230. Tradução pessoal.

neste jogo “descobrimos a grande paixão do rei Sábio convertida em entretenimento intrascendente e, também, podemos perceber uma boa dose de alegoria e simbolismo”

104.

À semelhança do jogo anterior, Afonso apresenta e explica ainda um último jogo, variante do jogo das tábulas, a que chama de “*tablas que se juega por astronomia*”¹⁰⁵, no qual um tabuleiro heptagonal é dividido igualmente por sete seções com sete casas cada uma. As peças, quarenta e nove ao todo, representantes dos sete planetas, seguiam as mesmas cores do jogo dos escaques, sendo divididas igualmente entre sete jogadores e posicionadas todas na primeira casa à esquerda de cada seção ao início do jogo. A partir daí, com o auxílio de um dado de sete faces, os jogadores moviam suas peças de casa em casa sempre em sentido anti-horário, capturando as peças adversárias até que restasse um único jogador, declarado então o vencedor.



Figura 11: O jogo das tábulas que se jogam por astronomia. RBME – Libro del axedrez, dados e tablas. Fól. 97v.

De maneira sucinta, a seção final do Livro de Jogos toma ares ilustrativos similares àqueles do xadrez e das tábulas, com gentis expressões gestuais e ambientes calmos e ordenados típicos daqueles frequentados pela nobreza. Apesar de apresentar a figura de um homem de aparência nitidamente oriental (fól. 82v), os demais indivíduos aparentam ser todos homens e cristãos, excluindo-se assim a presença de mulheres, judeus e muçulmanos. Embora a presença de armas se faça presente (fóls. 91v e 92v), não se encontram sinais de violência, muito menos nudez. Assim sendo, devido a própria natureza destes jogos, pelo emprego de saberes e ciências de estudo acessível a uma pequena parcela de indivíduos diretamente relacionados à elite intelectual castelhana, pode-se antever os motivos pelos quais, aparentemente, foram os menos desencorajados por poderes legislativos, penais e pela moral religiosa. Diz-se “aparentemente”, pois, a bibliografia acerca destes jogos se mostra limitada, de modo que um aprofundamento neste tópico pode vir a apresentar uma boa oportunidade para estudos futuros.

104 MOLINA MOLINA, Ángel Luis – Los juegos de mesa en la Edad Media... p. 230. Tradução pessoal.

105 RBME, Libro del axedrez, dados e tablas. fól. 97r.

Conclusões

Como se pôde observar ao longo deste ensaio, no âmbito de descrever a percepção acerca dos rituais ludo-sociais da sociedade castelhana, o contributo do Livro de Jogos de Afonso X apresenta-se incomensurável, sendo que tal aporte se expande quando embasado em exemplos encontrados na arte, literatura, legislação e cultura de seu tempo, permitindo traçar um paralelo com a realidade não só do reinado do Rei-Sábio como também dos reinos vizinhos no século XIII, atingindo, inclusive, os meados de quatrocentos e além.

De tal maneira, espera-se que, através da análise desses aspetos artísticos, culturais e morais, suportada por uma consistente bibliografia, o objetivo de evidenciar a percepção social referente às atividades lúdicas no medievo ibérico tenha sido atingida, uma vez que pudemos testemunhar o elevado estatuto do xadrez, o mais nobre de todos os jogos, diretamente ligado à nobreza cortesã, guerreira, cavaleiresca e romântica; os dados como os menos valorados, motivo de conflitos, vícios, blasfémias e crimes, favorecidos por *tafures* e perseguidos por moralistas religiosos; as tábulas como intermédio entre estes dois jogos, compartilhando o estatuto nobre do xadrez e, entretanto, uma certa aversão na lei e entre o prelado; os jogos de astronomia, por fim, como maiores representantes do interesse afonsino pela ciência, teologia e filosofia de seu tempo, nos quais a alegoria empregada se confunde com os mistérios da vontade divina à percepção de uma elite intelectual. Humildemente, abrasando a chama da curiosidade e interesse neste tópico, cuja importância nem sempre é reverenciada, esperamos auxiliar o leitor a ampliar seus horizontes em relação ao emprego e percepção acerca dos jogos e do ócio lúdico numa sociedade frequentemente dirigida para e pelo trabalho.

Entretanto, nesse ensaio, encerramos cada seção abordada e dedicada aos respetivos jogos de modo a prever a vontade e necessidade de aprofundarmos outro aspeto fundamental ao parecer das atividades lúdicas dentro da limitação territorial proposta: as tentativas várias de regulamentação dos jogos por parte de diversas monarquias e poderes locais, mediante a necessidade de ordenação social frente ao violento ambiente tafureiro, no qual o *Ordenamiento de las Tafurerias* foi o expoente máximo destas iniciativas.

Assim, apesar de pressupormos este ensaio como bem sucedido naquilo que se propõe, deixamos em aberto e sugerimos este tópico – bem como a supracitada ausência de referências bibliográficas quanto a regulamentação dos jogos de astronomia, – como uma oportunidade de pesquisa a investigadores esperançosamente motivados pelo conteúdo desta obra. A estes, desejamos boa *ventura* e que *seso* não lhes falte!

Fontes

Fontes manuscritas

RBME, Libro del axedrez, dados e tablas.

Fontes impressas

DUARTE, Rei de Portugal – Leal Conselheiro o qual fez Dom Duarte seguido do livro da ensinança de bem cavalgar toda sella que fez o mesmo rei o qual começou em sendo infante fielmente trasladado do manuscrito contemporaneo que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz (...). Pariz : V^a J.-P. Aillaud, Monlon e C^a, 1854.

JOÃO I, Rei de Portugal – Livro da Montaria, feito por D. João I, Rei de Portugal; publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa. Ed. de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1918.

Livro das Leis e Posturas. Transcrição paleográfica e edição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa : Universidade - Faculdade de Direito, 1971.

AFONSO V, Rei de Portugal – Ordenaçoes do Senhor Rey Dom Affonso V. Coimbra : Real Imprensa da Universidade, 1792.

SILVA, Jorge Nuno – O Livro de Jogos de Afonso X, o Sábio. Lisboa : Apenas Livros, 2013. Tradução de Ida Boavida. ISBN: 978-989-618-421-6.

Estudos

BOTERMANS, Jack et al – The World of games: their origin and history, how to play them, and how to make them. New York : Facts on File, 1989. ISBN 0-8160-2184-8.

CAMPOS, Flávio de – Jogos e a temática lúdica em Portugal ao final da Idade Média [Em linha]. Auxerre : Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, 2008.

[Consult. 03 Out. 2022]. Também disponível em PDF. Disponível em WWW:
<URL: <https://doi.org/10.4000/cem.9492>>

CARREIRA, Adelaida; ALBERTO, Edite; FERNANDES, Lúcia - Pedras que jogam. suporte informático (CD. rom) como complemento a exposição do mesmo título. Lisboa, 2004.

CONSTABLE, Olivia Remie – Chess and Courtly Culture in Medieval Castile: The "Libro de ajedrez" of Alfonso X, el Sabio. *Speculum*. vol. 82, Nº 2 (2007) p. 301-347.

CRUZ GÁMEZ, Borja – Dentro de las tafurerías de la Castilla del siglo XIII. Investigación sobre el Ordenamiento de las tafurerías de Alfonso X el Sabio. Barcelona : Universitat Pompeu Fabra, 2021. Treball de fi de grau d'Humanitats.

DELUMEAU, Jean – O Pecado e o Medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). Bauru : EDUSC, 2003. Vol.1. Tradução de Álvaro Lorencini. ISBN 85-7460-175-6

DUARTE, Luís Miguel – A boca do diabo: A blasfémia e o direito penal português da baixa idade média. *Lusitânia Sacra*. Série 2, Nº 4 (1992) p. 61-82.

FERNANDES, Lúcia; ALBERTO, Edite – Tabuleiros de jogo em pedra na cidade de Lisboa. *O Arqueólogo Português*. série V, Nº 1 (2011) p. 739-783.

FERNANDES, Lúcia; SILVA, Jorge Nuno – Jogos de tabuleiro de pedra em Portugal: o caso do Mosteiro da Batalha. Lisboa : Apenas Livros, 2013. ISBN: 978-989-618-389-9

FERNANDES, Lúcia; SILVA, Jorge Nuno – O tabuleiro de jogo do alquerque dos nove no templo romano de Évora. Lisboa : Apenas Livros, 2012. ISBN: 978-989-618-386-8

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – Jogos de Tabuleiro, em Contextos Islâmicos (Séculos VIII-XIII), do Castelo de Silves (Algarve). *Portvgalia, Nova Série*, vol. 44, Porto : DCTP-FLUP, 2023, pp. 107-138. DOI: <https://doi.org/10.21747/09714290/port/44a5>

- HERNÁNDEZ, Enrique Domínguez; ELÍA, Alfredo – Noticias sobre el juego en la Navarra medieval: Juegos de azar. Cuadernos de etnología y etnografía de Navarra. ISSN 0590-1871. vol. 25, N° 62 (1993) p. 279-292.
- HIDALGO CUÑARRO, José Manuel – Los juegos de tablero medievales de la catedral de Ourense. Porta da aira: Revista de historia del arte orensano. ISSN 0214-4964. N° 12 (2008) p. 107-158.
- LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Arte y gestualidad en el Libro del acedrex, dados e tablas de Alfonso X el Sabio. Laboratorio de arte : Universidad Autónoma de Madrid. ISSN 1130-5762. N° 29 (2017) p. 23-52
- LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – Escenografía y discursos visuales en torno al ocio en el siglo XIII hispano: el Libro de los Juegos de Alfonso X el Sabio, in *Lienzos del recuerdo: estudios en homenaje a José M^a Martínez Frías*. Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. p. 325-337.
- LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “Mas ualie sesso que uentura”. El ajedrez en la Edad Media hispana, in BANGO TORIVSO, Isidro G. (dir) e LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa (coord.) - *Alfonso X el Sabio [exposición]*. Murcia, 2009. p. 560-573.
- LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa – “No ualie nada el seso sino la uentura”. Los dados: juego y azar en la época medieval, in BANGO TORIVSO, Isidro G. (dir) e LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, M^a Teresa (coord.) - *Alfonso X el Sabio [exposición]*. Murcia, 2009. p. 598-605.
- MARKL, Dagoberto – O xadrez na arte e na literatura portuguesas na Idade Média e no Renascimento. Breves exemplos. Évora : A Cidade de Évora, N° 1 (1995) p. 331-346.
- MATTOSO, José – Saúde Corporal e saúde mental na Idade Média Portuguesa, in MATTOSO, José – *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa : Editorial Estampa, 1987, p. 233-252.
- MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo – Juegos, Caza, Música, Castigos, in MENÉNDEZ PIDAL, G. – *La España del Siglo XIII en Imágenes*. Madrid : Real Academia de la Historia, 1986.

MESQUITA, Armindo Teixeira – A simbologia dos números três e sete em contos maravilhosos. *Álabe: Revista de investigación sobre lectura y escritura*. nº 6, 2012. ISSN 2171-9624

MOLINA MOLINA, Ángel Luis – El juego de dados en la Edad Media. Murgetana. ISSN 0213-0939. Nº 100 (1999) p. 95-104.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis– Los juegos de mesa en la Edad Media. Miscelánea medieval murciana. ISSN 0210-4903. vol. 21-22 (1998) p. 215-239.

ORNELAS E CASTRO, Inês de – Prática médica e alimentação nos textos portugueses seiscentistas, in COSTA, Palmira Fontes & CARDOSO, Adelino (org.), *Percursos na História do livro médico*. Lisboa : Edições Colibri, 2011. ISBN978-989-689-095-7. p. 73-91.

SCHÄDLER, Ulrich – Organizing the Greed for Gain: Alfonso X of Spain’s Law on Gambling Houses. In BORNET, Philippe; BURGER, Maya – *Religions in Play: Games, Rituals, and Virtual Worlds*, 2012. ISBN 978-3-290-22010-5. p. 23-47.

As ‘Madalenas’ portuguesas: um estudo sobre as mancebias e suas implicações na sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV.

Isabela S. Ramos

isabelasramos25@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como foco as mancebias nas cidades medievais portuguesas – especificamente no Porto, Coimbra e Lisboa – durante os séculos XIV e XV. O objetivo deste trabalho é dar historicidade ao fenómeno da prostituição por meio da análise de Cartas de Perdão. Desse modo, procuramos entender o estatuto social das mancebas numa sociedade de supremacia masculina. Ademais, iremos analisar como uma parte da sociedade portuguesa pensava temas que envolviam sexualidade, casamento, traição e a própria prostituição à luz de uma mentalidade controlada e influenciada pela moral cristã.

Palavras-chave: Mancebias, Prostituição, Cidades medievais portuguesas, Carta de perdão.

Abstract

This research focuses on the brothels in medieval Portuguese cities – specifically in Porto, Coimbra and Lisbon – during the 14th and 15th centuries. The objective of this investigation is to give historicity to the phenomenon of prostitution by analyzing royal pardons. We seek to understand the social status of the prostitutes in a society of male supremacy. In addition, we will analyze how part of Portuguese society thought about themes that involved sexuality, marriage, betrayal and prostitution itself based on the period mentality - that was controlled and influenced by Christian morals.

Keywords: Brothels, Prostitution, Medieval Portuguese cities, Royal pardons.

Introdução

O presente trabalho tem como foco as mancebias nas cidades medievais portuguesas durante os séculos XIV e XV. O seu objetivo é dar historicidade ao fenómeno da prostituição e, por meio dele, entender o estatuto social dessas mulheres numa “sociedade de supremacia masculina”¹⁰⁶.

Seguidamente, iremos analisar como uma parte da sociedade portuguesa pensava temas que envolviam sexualidade, casamento, traição e a própria prostituição à luz de uma mentalidade muito controlada e influenciada pela moral cristã.

Antes de darmos início ao estudo, as perguntas eram várias: a prostituição era aceita numa sociedade tão religiosa? Qual a relação dos clérigos com as mancebas? Era crime ser prostituta? Ou, era crime frequentar as mancebias? Onde as prostitutas viviam? Quem eram essas mulheres? Quem eram os seus clientes? Quanto as mancebas cobravam pelo seu trabalho? Assim como em qualquer pesquisa na História, depois de darmos início à investigação, as perguntas aumentaram.

Na *História de Portugal*, Armindo de Sousa explica-nos que a prostituição na Idade Média era frequente e aceita¹⁰⁷, mas agora, *porquê?* Com a preciosa dissertação de mestrado da Isabel Queirós, para os estudos da criminalidade feminina medieval, percebe-se que, geralmente, os documentos aos quais temos acesso relatam mulheres de baixo estatuto social na posição de manceba; *então, era uma atividade marginalizada?*

Ademais, a dissertação supracitada utiliza a tipologia proposta por Luís Miguel Duarte¹⁰⁸ para categorizar os crimes cometidos à época. Nessa tipologia a prostituição aparece associada aos crimes contra a “moral e os bons costumes”¹⁰⁹, principalmente quando havia posse de rufião. Mas *quem eram os rufiões?*

¹⁰⁶QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - Theudas e Mantheudas. A criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485). [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 1999, p. 6.

¹⁰⁷SOUSA, Armindo de - A sociedade (Estruturas, Grupos e Motivações), direção e coordenação: José Mattoso, *História de Portugal, A monarquia feudal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 362-363.

¹⁰⁸DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. [Tese de Doutoramento, já publicada]. Edição F.L.U.P. Universidade do Porto, 1993.

¹⁰⁹QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de. Theudas e Mantheudas..., p.7.

E, com o incontornável artigo sobre as mancebias portuguesas de Maria Ângela V. da Rocha Beirante¹¹⁰, percebemos não somente os locais de atuação das prostitutas, como as suas funções sociais e consequências económicas para o poder régio. Ainda assim as perguntas apareciam: *em que medida a prostituição era uma forma de pacificar a sociedade?*

Não há como escapar, as respostas a muitas dessas perguntas serão tentadas ao longo deste trabalho com o uso da matéria-prima do historiador: **as fontes**.

A cronologia aqui proposta engloba 200 anos e, infelizmente, o tempo é curto para visitar todas as chancelarias régias desde o primeiro rei do século XIV, D. Dinis, o qual reina de 1279 até 1325, ao último do século XV, D. Manuel I, de 1495 a 1521. Então, temos de fazer escolhas cronológicas e documentais, que recuam e avançam nos séculos XIV e XV, fazendo um apanhado geral da documentação que toca as mancebias.

Luís Miguel Duarte transcreveu diversas cartas de perdão do reinado de D. Afonso V. É com elas que começamos a nossa investigação. De seguida, passamos à chancelaria de D. João II, que não será um continuador do governo do pai (D. Afonso V); por isso vamos analisar, em comparação com a chancelaria anterior, algumas cartas de perdão desse rei.

As cartas de perdão retratam, sem ter isso como função, o quotidiano português na Baixa Idade Média¹¹¹. Esses documentos carregam em si uma natureza jurídica, em que indivíduos eram acusados de cometerem crimes, e para evitar o moroso processo judicial, ou para atenuar as sentenças, recorriam ao poder Régio em busca do perdão¹¹², como uma remissão penal.

Os casos específicos de cada carta de perdão podem dar respaldo para escrever uma micro-história, ou seja, eles podem representar um indivíduo em uma situação muito específica. Por exemplo, em março de 1471, em Santarém, o monarca D. Afonso V

¹¹⁰BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias nas cidades medievais portuguesas*”, sep. de *A mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas atuais*, Coimbra, 1986, vol.1, pp. 221-241.

¹¹¹GOMES, Wilson - *O crime em Portugal no final do século XV: uma janela para a sociedade medievá?* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 2015, pp. 18-40.

¹¹²Para entender o processo por trás da concessão de perdão régio volto a citar: DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, vol.1, edição F.L.U.P. , pp. 34-37.

outorgou uma carta de perdão a Leonor, uma judia, castelhana e prostituta, acusada de ser “mamceba d’omes casados e de créligos e frades”¹¹³.

A proposta é contextualizar os casos específicos de cada carta de perdão analisada, desenvolvendo o seu significado com base na legislação da época, o que expande o *corpus* documental deste trabalho ao envolver também as *Ordenações Afonsinas*, as *Cortes Portuguesas*, o *Livro de Leis e Posturas*, o *Livro de Posturas do Concelho de Lisboa* e o *Livro dos Pregos*.

Amparados nessas outras fontes, temos base para interpretarmos o caso de Leonor, por exemplo, e assim entender como se dá a linha de argumentação da sua defesa. Veremos mais adiante o pormenor dessa carta de perdão e saberemos quais foram as consequências para uma das nossas “*madalenas*” – a Leonor.

A alcunha que escolhemos para essas mulheres não surgiu de forma aleatória. Armindo de Sousa usa o termo “*madalenas no activo*” numa referência às prostitutas¹¹⁴, no subcapítulo sobre a paradoxal coabitação da norma moral e a prática da sociedade entre 1325 e 1480, na *História de Portugal*, dirigida e coordenada por José Mattoso.

A criatividade de Armindo de Sousa é duplamente interessante: primeiro, porque faz referência a uma figura bíblica em um mundo dominado pela Igreja Cristã, e segundo, porque a construção de Maria Madalena como uma prostituta é feita na própria época medieval¹¹⁵.

1. Historiografia sobre o tema

Em Portugal, os primeiros trabalhos sobre a história da prostituição surgem no século XIX, e devem-se a médicos higienistas preocupados com o problema da saúde sexual, que decidiram reunir alguns elementos de carácter histórico para estudar a prostituição. São eles: F. Ignacio dos Santos Cruz e F. A. Rodriguez de Gusmão¹¹⁶. O

¹¹³A.N.T.T, Chancelaria Afonso V, Livro 16, fólio 56v. A transcrição pode ser vista na tese de doutoramento de Luís Miguel Duarte aqui já indicada. Vol. III, documento 48, edição da F.L.U.P, p. 54.

¹¹⁴SOUSA, Armindo de - A sociedade (Estruturas, Grupos e Motivações), direção e coordenação: José Mattoso, *História de Portugal, A monarquia feudal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 2. p. 362.

¹¹⁵Sobre Maria Madalena e suas lendas ler: RÉAU, Louis - *Iconografia del arte cristiano*. Tomo 2. Volumen 4. Espanha: Ediciones del Serbal, 1997, pp. 293-306.

¹¹⁶F. Ignacio Dos Santos Cruz - *Da Prostituição na cidade de Lisboa*. Lisboa, 1841 e F. A. Rodriguez de Gusmão, *A Prostituição entre os Romanos*, Coimbra, 1861.

primeiro escreve sobre a prostituição na cidade de Lisboa, o segundo sobre a prostituição entre os romanos.

F. A. Rodriguez de Gusmão estuda as várias formas de prostituição entre romanos e a ineficácia das medidas repressivas tomadas pelo poder central. De acordo com o autor, estudar tal tema “ensina ao político que a perversão dos bons costumes de ordinário é causa e não efeito da decadência das nações”¹¹⁷. Dessa maneira, Rodriguez de Gusmão, no século XIX, entende a prostituição como antítese dos bons costumes.

Já F. Ignacio dos Santos Cruz mobilizou grandes escritores e naturalistas que se ocuparam em pensar a prostituição: Zola, Tolstói e Dostoiévski os quais matizaram – com dramaticidade – a personagem rural que vai à vida urbana e é empurrada pela miséria para a prostituição. Neste sentido, o foco do livro são considerações históricas, higiénicas e administrativas sobre a prostituição em Lisboa, com uma exposição da legislação portuguesa, principalmente da época moderna, além de medidas regulamentares para manutenção da saúde pública e da moral. Chama a atenção a dificuldade que o autor teve para aprovar seu trabalho no Conselho de Saúde Pública¹¹⁸, em 1837, devido ao “teor incomodo” do trabalho.

Assim como esta investigação tem o foco em Portugal, Francisco Ignacio dos Santos Cruz relata em sua obra: “(...) as prostitutas de Londres, de Paris, de Bruxelas, de Berlim, etc., tem todas por ofício a prostituição, seu carácter, seus costumes e seus hábitos muito se diferem, e eu estava no ponto mais ocidental da Europa, eu estava em Lisboa, o assunto era respetivo a este local (...)”¹¹⁹.

De facto, em cada conjuntura e região geográfica se extrai uma história singular da prostituição. Entretanto, estas particularidades são passíveis de comparação, por isso a importância de evidenciar outros contextos e suas conexões, ou desconexões, com a prostituição no medievo português.

¹¹⁷GUSMÃO, F. A. Rodriguez - *A prostituição entre os Romanos*, Coimbra. Imprensa da Universidade, 1861, p.5.

¹¹⁸CRUZ, F. Ignacio Dos Santos - *Da Prostituição na cidade de Lisboa*, Lisboa. Typ. Lisbonense – Largo do Conde Barão número 21, 1841, pp. 3-13.

¹¹⁹*Ibid*, p.7.

Por exemplo, Jacques Rossiaud investiga as causas do fenómeno da prostituição na sua obra central para o estudo da prostituição na Idade Média. O autor se concentra na realidade francesa, e entende que a violência sexual era exercida por jovens sem parceiras sexuais – já que estas procuravam homens mais velhos e com melhor posição económica para se salvaguardarem. Estes jovens deixavam as mulheres violadas excluídas da sociedade; desonradas, elas poderiam ser conduzidas à venda do corpo como forma de sobrevivência ¹²⁰.

Jacques Rossiaud também entende que a pobreza levava muitas mulheres, de origem urbana e rural, para caminhos análogos à prostituição, quando viviam em casa de seu patrão, para suprir as necessidades domésticas e sexuais deste. Mas quando eram despedidas viam a prostituição como forma de manutenção da vida quotidiana. O autor faz referências a mulheres casadas que entravam na prostituição visando um complemento financeiro, como forma de sustento dos lares.

No estudo feito por Rossiaud, para o contexto francês, sabe-se que a cada meia hora com um homem as prostitutas recebiam 1 *franco*, o que equivalia a meia jornada de trabalho feminino nas vinhas¹²¹. Ademais, no século XV os clientes poderiam ficar toda a noite no *prostibulum publicum*, diferente do século XIV, quando os prostíbulos encerravam ao fim do dia. Portanto, a partir do século XV, poderia ser uma atividade ainda mais lucrativa para essas mulheres violadas e/ou empobrecidas.

Já no contexto valenciano, Rafael Narbona Vizcaíno destaca a prostituição nas tabernas conectada ainda com jogos, vinho e baile¹²². Mas, para essa realidade, o sítio mais comum onde a prostituta recebia os clientes eram os quartos (chamados “botica”) que deveriam conter, entre variadas coisas, dois bancos, um colchão de palha, outro colchão de lã, lençóis, almofadas; e de oito em oito dias a roupa de cama deveria ser mudada com vista a cuidados higiénicos¹²³.

¹²⁰Para o estudo sobre a violação no período medieval: CARTER, John Marshall - *Rape in Medieval England, an Historical and Sociological study*, Boston University Press of America, 1985.

¹²¹ROSSIAUD, Jacques - *La Prostitución en el Medievo*, Barcelona, 1986, pp. 50-53.

¹²²NARBONA VIZCAÍNO, Rafael - *Pueblo, Poder y Sexo, Valencia Medieval (1306-1420)*, Valência, 1992, p.113.

¹²³GALAN SANCHEZ, Angel e LOPEZ BELTRAN, María Teresa - *El status teorico de las prostitutas del reino de Granada en la primeira mitad del siglo XVI (las ordenanzas de 1538)* in “*Las*

Para o caso português também há estudos avançados sobre a localização dos prostíbulos. Ângela Beirante nos fornece um estudo das mancebias do Porto, Évora, Lisboa, entre outras cidades, as quais se localizavam dentro dos muros das cidades, perto das judiarias, e, no caso do Porto, no centro mercantil¹²⁴. Nesse sentido, a investigação produzida por Isabel Queirós entende que houve legislação por toda a Europa, entre 1350 e 1450, para regulamentar e descrever a localização e composição dos sítios onde se permitia a prostituição¹²⁵.

A investigadora Leah Lydia Otis, especialista nos estudos sobre a prostituição em França na Época Medieval, entende que esta aparece essencialmente como um fenómeno urbano¹²⁶, já que apenas nas cidades a demanda por serviços sexuais era grande o suficiente para justificar a existência de uma categoria profissional.

Entre outros motivos, Leah Lydia Otis cita a maior escala populacional nas cidades, a facilidade de pagamento devido à maior circulação de moedas, e porque era no meio urbano que havia intensa movimentação de pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais (na sua obra a autora ressalta o papel dos comerciantes viajantes e dos jovens homens não casados).

Iremos perceber que a prostituição do contexto medieval francês diverge do contexto medieval português; entretanto a autora converge na definição de prostituição usada pelo presente trabalho: “(...) *as a phenomenon in which a socially identifiable group of women earn their living principally or exclusively from the commerce of their bodies.*”¹²⁷

Em síntese, a principal tese de Leah Lydia Otis é de que a prostituição medieval foi moldada e construída por forças demográficas, económicas, sociais e culturais, e que

Mujeres en las ciudades medievales”, *Actas de las Terceras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, 1984, pp. 165-166.

¹²⁴BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias nas cidades medievais portuguesas...*”, pp. 232-234.

¹²⁵QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - *Theudas e Mantheudas...*, p. 48.

¹²⁶OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society, The History of an Urban Institution in Languedoc*, Londres, The University of Chicago Press, 1985 p. 2.

¹²⁷*Ibid.*

para este fenómeno ser entendido é preciso considerar a conjuntura institucional e cultural do espaço geográfico em análise.

Portanto, vejamos o contexto português.

2. Enquadramento Histórico

Entre os séculos XIV e XV, de maneira geral, Portugal estava a passar por momentos conturbados. Isto porque houve crises gravíssimas de peste bubónica (especialmente em 1348, 1384 e 1415¹²⁸), fome¹²⁹ (tanto biológica, como cultural¹³⁰) e guerras (a ressaltar a revolução de 1383-1385 e as guerras contra Castela¹³¹).

Além disso, a falta de mão-de-obra e o aumento dos salários em determinadas profissões geraram o êxodo rural e, portanto, o crescimento populacional nas cidades. Como veremos mais adiante havia prostituição rural e nas aldeias, todavia era nas cidades que ela tinha maior proeminência, ou seja, a prostituição concentrava-se em centros populacionais mais significativos, e tradicionalmente eram as regiões do sul de Portugal que apresentavam povoamento concentrado, mesmo com extensões de terras despovoadas. E, não por coincidência, era nas regiões do sul do país que havia mancebias mais desenvolvidas e estruturadas.

Importa ressaltar que entre os séculos XIV e XV, a sociedade – por mais que se pensasse em “ordens” – já não era tripartida em “clero”, “nobreza” e “povo”, sendo estas apenas categorias lógicas. De acordo com Armindo de Sousa, nos finais da Idade Média a sociedade portuguesa estava estratificada em “estados”, mas “estados-estatutos”

¹²⁸Para uma lista mais completa de pestes consultar MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 21.

¹²⁹Para a lista de fomes consultar MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à História da Agricultura em Portugal (A questão cerealífera durante a Idade Média)*, 3ª. Ed., Lisboa: Edições Cosmos, 1978, pp. 257-280.

¹³⁰Diferença discutida por GODINHO, Vitorino Magalhães - *Entre mito e utopia*, in *Revista de História Económica e Social*, 12 (1983), Lisboa, p.17.

¹³¹Para lista de guerras consultar SOUSA, Armindo de - *Fomes e guerras* in direção e coordenação: José Mattoso, *História de Portugal, A monarquia feudal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 2. p. 286.

e “estados-ofícios-profissões”¹³². Ou seja, o saber, a riqueza, o comércio, os sucessos pessoais ou familiares se estabelecem cada vez mais como formas de mobilidade social.

Sumariamente, em termos políticos, os monarcas cada vez mais centralizavam o seu poder. A economia baseava-se na agricultura, mas em declínio, já que Portugal tinha escassez material – principalmente de cereais. Concomitante a isso as cidades, a sociedade urbana e a necessidade de mão-de-obra, em alguns setores, aumentavam.

2.1 Ser mulher na Idade Medieval: panorama geral

É possível ver em todas as cartas de perdão e legislações analisadas para este trabalho que a mancebia era uma profissão marcadamente feminina, portanto nesta alínea iremos analisar sumariamente o estatuto da figura feminina entre os séculos XIV e XV.

Lembremos que a cronologia do presente trabalho abarca duas dinastias, Borgonha e Avis, de D. Dinis (1279-1325) a D. Manuel I (1495-1521). No entanto, as mentalidades colectivas não mudam com a cronologia dos reinados, elas se construíram e se moldaram da longa duração.

Para a época, a debilidade feminina era natural (*imbecillitas sexi*) e por isso a necessidade de um homem para a educar, controlar e corrigir seus actos. O elemento masculino era imbuído de um valor diferencial posto pela própria sociedade da Baixa Idade Média. Enquanto a figura feminina estava quase sempre subordinada a uma figura masculina, fosse ela o pai, o marido ou irmão.

Na Baixa Idade Média, Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura estudaram tanto as mulheres como um bem valioso à família e com objetivos definidos dentro de um quadro político-económico familiar, como também evidenciaram muitas mulheres que tinham filhos e marido ausentes¹³³ – tanto pela atração do reino vizinho, como pelas viagens marítimas – e acabavam sendo elas a defender todos os bens e pertences da família.

¹³²SOUSA, Armindo de - A sociedade..., *A monarquia feudal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 2. p. 397.

¹³³COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina - *A mulher como um bem e os bens das mulheres in* “A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspetivas Actuais”. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 20-22 de Março, Coimbra, 1986, vol. 1, pp. 51-90.

As mulheres do meio rural geralmente ficavam em casa, eram vistas como uma figura de condição débil e pecadora por natureza¹³⁴. Além dos trabalhos domésticos, criavam os filhos e ajudavam o marido no campo. No mundo urbano a realidade não era muito diferente e algumas ainda acumulavam estas funções com o pequeno comércio e retalho, sendo as suas principais atividades: regateiras, vendedeiras, padeiras, pescadeiras, sardinheiras, enxerqueiras, tripeiras, taberneiras, merceeiras, tendadeiras, lavadeiras¹³⁵.

Assim como Maria Helena da Cruz Coelho, José Gentil Silva descreve um conjunto de profissões exercidas por mulheres – inclusivamente a prostituição¹³⁶. Em suma, esses estudos evidenciam que as mulheres medievais desempenhavam papéis fundamentais no orçamento familiar.

Na perspetiva da divisão da sociedade portuguesa entre “estados-ofícios/profissões”, citada na alínea anterior, as mulheres mancebas tinham uma “profissão imoral”¹³⁷, isto é, eram mulheres sem honra, o que lhes acarretava despromoção social. Essas mulheres se viam isoladas e quase sem inserção na sociedade, mesmo não sendo uma profissão ilegal e, para a mentalidade da época, até necessária – assim como as pessoas que mexiam em lixo, sangue, urina ou fezes, ou os atores de rua¹³⁸.

Na documentação da época podemos identificar essas mulheres sem honra por diferentes nomenclaturas: ‘putas/mancebas caladas’ (as mulheres que faziam o serviço a domicílio ou recebiam em sua casa, de forma mais oculta), ‘mancebas solteiras’ (as que viviam e trabalhavam nos bordéis e nas ruas), ‘mulheres de segre’ (mulheres seculares,

¹³⁴De acordo com as leis da Igreja Católica a natureza fraca da mulher foi herdada da mãe terrena, Eva, a qual cometeu o pecado original por sua fraqueza. Esta ideia está mais desenvolvida em: QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de. *Theudas e Mantheudas...*, p.15 e 71.

¹³⁵COELHO, Maria Helena da Cruz - *Homens, Espaços e Poderes, séculos XI- XVI, I- Notas do Viver Social*, Lisboa: Livros Horizontes, 1990, pp. 37-59.

¹³⁶SILVA, José Gentil - *A mulher e o trabalho em Portugal* in “A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais”, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 20-22 de Março, Coimbra, vol. 1, 1986, pp. 263-307.

¹³⁷DUARTE, Luís Miguel – *Marginalidade e Marginais*. História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média. Dir. José Mattoso e coordenação Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2ª ed., 2010, p. 175.

¹³⁸*Ibid.*

isto é, não relativo a Igreja, em equivalência a profano e temporal), ‘mulheres mundairas/mundanais’ (mulheres próprias do mundo), ‘mulher que faça do seu corpo sua vontade com quem quer e com quantos quiser’, ‘mulheres que fazem pelos homens’, ‘mulheres públicas’, ‘mancebas do mundo’ e ‘mulheres que vivem de seus corpos’.

É de suma importância conceitua e diferenciar as alcoviteiras e as barregãs das mancebas. As alcoviteiras eram pessoas que arranjavam encontros amorosos e sexuais, encobriam relações ilícitas, ou angariavam prostitutas¹³⁹ – geralmente, pobres e sós, também estavam associadas a práticas supersticiosas.

Já as barregãs¹⁴⁰ eram mulheres que mantinham um vínculo extraconjugal com homens casados (barregãs de homens casados), ou extramatrimonial com homens solteiros (barregã de homens solteiros) – esta última forma de relação era reconhecida pela justiça régia, desde que se respeitasse a monogamia, e para que a sociedade a aceitasse a barregã deveria viver à vista desta sociedade que a colocava como alguém que vivia às custas de um homem, e tinham funções típicas da figura feminina a época (conceber, parir, criar os filhos, cuidar da casa...) ¹⁴¹. Mais numerosas eram as barregãs de clérigos.

Estrudando a criminalidade feminina à época, esta oferece-nos – por meio das ações, do julgamento, da condenação, e do eventual perdão – uma visão dessas mulheres como agentes públicas do rompimento da norma social quotidiana. No século XIX, “a criminalidade feminina e prostituição eram quase sinónimos”¹⁴², mas não o são de

¹³⁹QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - *Theudas e Mantheudas...*, pp. 50-51.

¹⁴⁰Sobre a evolução do termo barregã ver MATTOSO, José, *Barregão-barregã: notas de semântica*, in *Naquele tempo: ensaios de História Medieval*, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009, pp. 55-63.

¹⁴¹QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - *Theudas e Mantheudas...*, pp. 59-60.

¹⁴²DUARTE, Luís Miguel - *Marginalidade e Marginais...* Lisboa: Círculo de Leitores, 2ª ed, 2010, p. 177.

facto¹⁴³, e o presente trabalho não terá como foco a criminalidade feminina *per se* – outras investigadoras estão a estudar tanto as alcoviteiras¹⁴⁴ como a criminalidade feminina¹⁴⁵.

2.2 Breves notas sobre sexualidade e casamento na Época Medieval

O matrimónio era um sacramento indissolúvel para o cristianismo, havia a total rejeição do divórcio e muita legislação em defesa do casamento. Neste sentido, todo o tipo de atentado contra a instituição matrimonial deveria teoricamente ser punido.

O casamento constituía um contrato de transmissão de uma posse para outra pessoa¹⁴⁶, a quem a mulher deveria total obediência. Tal contrato matrimonial obrigava a fidelidade mútua entre os cônjuges; todavia a infidelidade era recorrente.

Até mesmo dentro do matrimónio o sexo deveria objetivar apenas à procriação, e para isto o casamento estava sujeito a um conjunto de normas. Estas regras ditavam não somente quando, mas como fazer sexo.

A figura masculina deveria ser ativa no ato sexual, mas com comedimento¹⁴⁷. O sexo poderia ser feito apenas de noite, sendo que o homem e a mulher deveriam estar parcialmente vestidos. A “cópula por trás, à maneira dos cães”¹⁴⁸ era pecado, e o castigo era passar dez dias a comer somente pão e água¹⁴⁹. Ingerir o esperma do marido poderia acarretar sete anos de penitência, fazer sexo nos dias da menstruação poderia gerar filhos

¹⁴³Luís Miguel Duarte propõe uma tipologia que abarca crimes contra o rei, a autoridade, e a ordem pública, crimes contra a pessoa humana, crimes contra a propriedade e a “ordem económica” e crimes contra a “moral e os bons costumes”. Para mais informações sobre crimes femininos que foram registados entre 1481 e 1485, na chancelaria de D. João II, consultar DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*. [Tese de Doutoramento, já publicada]. Edição F.L.U.P. Universidade do Porto, 1993, vol. 1, pp. 324 e 325.

¹⁴⁴Sobre alcoviteiras ver: Ana Catarina Pinto, *Um retrato das zonas cinzentas da sexualidade medieval - Alcoviteiras e feiticeiras*, 2023. [Seminário de História Medieval, F.L.U.P].

¹⁴⁵Sobre criminalidade feminina ver: Ana Beatriz Gomes, *Criminalidade sexual na Baixa Idade Média: crime ou pecado? O estatuto jurídico da mulher nos séculos XIV e XVI em Portugal*, 2023. [Seminário de História Medieval, F.L.U.P].

¹⁴⁶Isto fica visível na documentação, ao usar expressões como “*foy dada em casamento a*” e “*El rrey seu pai casou-a com*”.

¹⁴⁷LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicholas, *Uma História do Corpo na Idade Média*. Lisboa: Edições Liana Levi, 2003, p.35.

¹⁴⁸*Ibid.* p.37.

¹⁴⁹Jacques Le Goff e Nicholas Truong citam este caso com base num decreto escrito pelo bispo de Worms, no século XI. Importante ressaltar que os exemplos citados a seguir são pautados na realidade medieval francesa.

leprosos, dizia-se, e a abstinência sexual durante o Natal, a Páscoa e o Pentecostes era fortemente incentivada, deixando poucos dias para a prática do ato sexual sem pecar – Le Goff e Truong apresentam um cálculo de cerca de 180 a 185 dias por ano¹⁵⁰.

Richard Jeffrey sintetiza bem essa problemática:

Foi a Igreja, a força dominante na vida moral espiritual das pessoas na Idade Média, que tomou a iniciativa de especificar que atos sexuais as pessoas poderiam se permitir e de regulamentar quando e com quem o sexo poderia ter lugar. O grau em que os objetivos dos eclesiásticos foram atingidos provavelmente jamais será conhecido com precisão. Mas, de qualquer modo, estimativas precisas do grau de conformidade das pessoas às normas sociais e sexuais são em qualquer tempo difíceis. Contudo, a partir das ações e reações da Igreja, seus pronunciamentos e preocupações, podemos deduzir alguma coisa quanto às atitudes e práticas que os eclesiásticos estavam procurando combater¹⁵¹.

No século XII, a ideia de casamento como cópula justa se solidificou com a chamada “Reforma Gregoriana” trazendo maior rigor para o controlo do corpo – principalmente dos clérigos, já que o celibato clerical foi uma das marcas de tal reforma. As consequências dessas mudanças geraram uma campanha crescente contra as práticas que representavam uma ameaça ao *status* sagrado do casamento, principalmente divórcio, adultério e concubinato.

Em suma, há um binómio entra a norma e a prática sexual¹⁵², em que a busca da salvação eterna exigia um estilo de vida de contenção sexual, até mesmo dentro do casamento. Porém, o que vemos na prática é a recorrente transgressão do comportamento normativo.

3. As mancebias e a sociedade portuguesa

Esta alínea terá como foco os agentes da sociedade portuguesa, na Época Medieval. Veremos que o poder régio agia muitas vezes com o intuito de regulamentar a prostituição, e não simplesmente proibi-la ou criminalizá-la. Isto porque não era crime

¹⁵⁰LE GOFF, Jaques e TRUONG, Nicholas - *Uma História do ...* Lisboa: Edições Liana Levi, 2003, p.38.

¹⁵¹RICHARD, Jeffrey - *Sexo, desvio e danação: as minorias da Idade Média*, tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Zahar, 1993, p. 33.

¹⁵²Para mais informação ver: Danielle Jacquart e Claude Thomasset in *Sexualité et savoir médical au moyen âge*, Presses Universitaires de France, 1985.

frequentar as mancebias¹⁵³, mas o poder régio via como criminoso aquele que vivia da prostituição alheia – como suporte jurídicos usaremos as *Ordenações Afonsinas* e as deliberações das Cortes de 1331 e 1371, para analisar casos práticos de algumas cartas de perdão.

Ademais, discorreremos como a prostituição era aceita numa sociedade tão religiosa, que até os clérigos tinham relações com mancebas (e, dessas relações, filhos). E, que inclusivamente monjas tornaram-se prostitutas – ou foram acusadas de serem prostitutas; sobre isto estudaremos o caso do Mosteiro de Recião.

Por fim, veremos como parte do “povo” – esta grande e heterogénea categoria social – convivia com a prostituição.

3.1 Poder Régio

Em 1331, nas Cortes de Santarém, o concelho de Lisboa protestou os abusos cometidos pelo mordomo do rei no que se refere a proibição da prostituição. Os representantes justificaram que “nenhuma mulher que faça do seu corpo sua vontade com quem quer e com quantos quiser não deve ser presa, salvo se for achada com mouro ou judeu”. E, explicam que o mordomo “vai às mancebas solteiras que estão na putaria e a outras que saem pela vila que se têm por honradas e espeitam-nas e levam delas algo e prendem-nas”¹⁵⁴. D. Afonso IV responde que se guarde o foro e o costume antigo, ou seja, o costume sobrepe-se à proibição¹⁵⁵.

Entretanto, o que de facto estava proibido era a prática do proxenetismo, ou seja, viver da prostituição alheia, algo que já era condenado pelo direito romano pela *lex Iulia*¹⁵⁶. De acordo com as *Ordenações Afonsinas* em Portugal entende-se que “não seja

¹⁵³É curioso – e talvez paradoxal – pensar que numa época em que ‘pecado’ e ‘crime’ são quase sinónimos, as mancebas que não estivessem a se relacionar com clérigos, ou na posse de um rufião, não eram consideradas criminosas.

¹⁵⁴*Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, ed. preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, artigos 41-46, Capítulos Especiais das Cortes de Santarém de 1331, p. 74.

¹⁵⁵BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “As mancebias...” p.225.

¹⁵⁶A *lex Iulia* foi uma legislação moral introduzida pelo imperador Augusto e tratava de crimes sexuais como adultério, estupro e lenocínio, que é a prática de proxenetismo. Para mais informações ver: RIZZELLI, Giunio - *Lex Iulia de adulteriis. Studi sulla disciplina di ‘adulterium’, ‘lenocinium’, ‘stuprum’*, Lecce, Edizioni del Grifo, 1997.

nenhum tão ousado, de qualquer estado e condição que seja, que tenha manceba pública na mancebia”¹⁵⁷. Isto porque os rufiões poderiam desviar as mulheres honestas com vista a explorar estas vítimas para seu bem próprio.

É quase intuitivo pensar que os proxenetas (“rufiões” nos documentos) eram homens marginais, incultos e rústicos. Todavia, por meio da *Chancelaria de João II* sabemos, por exemplo, que Rui Miguéis, criado da infanta D. Beatriz, era rufião¹⁵⁸. A prática da rufiaria era vulgar entre escudeiros, oficiais dos concelhos, criados do rei, ou seja, homens não marginalizados e que até desempenhavam papéis de algum destaque na sociedade, mas que eram, paradoxalmente, agentes de desordem.

Os rufiões (e as alcoviteiras) lucravam com a atividade das mancebas, já que de forma geral recrutavam as prostitutas, e como muitas vezes as mancebas tinham mais de um rufião¹⁵⁹, havia intrigas entre eles, e também por isto eram agentes de perturbações e desordem nas cidades¹⁶⁰, o que justificava o combate a prática¹⁶¹.

Um caso paradigmático pode ser visto na carta de perdão da Leonor outorgada em 27 de março de 1471, em Santarém¹⁶² (a manceba citada na introdução). Leonor era judia e castelhana; foi acusada de ser “mamceba d’omes casados e de créligos e frades”, por rufiões, os quais sempre tentaram extorqui-la e gerar querelas sobre ela para incriminá-la sem provas.

Mas, por ela sempre ter a intenção de não ter rufiões, e nem dar o seu ganho a outras pessoas, porque ela não queria “estar por eles nem lhes dar do seu”, o rei D. Afonso

¹⁵⁷*Ordenações Afonsinas*, livro V, tit. XXII, ‘Dos refiaaens, que teem mancebia pubrica pollas defenderem, e averem dellas o que ganham no peccado da mancebia’, pp.86-87.

Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/15pg86.htm>. Último acesso: Abril, 2023.

¹⁵⁸Chancelaria de João II, Livro 2, Fólio 156 e no Apêndice Documental, do vol. II da tese de QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - *Theudas e Mantheudas...* Documento número 11.

¹⁵⁹Caso de sete rufiões para a mesma manceba: A.N.T.T Chancelaria D. João II, Livro 5, fólio 112v. Um caso de seis rufiões para mesma manceba: A.N.T.T- Chancelaria de D. João II, Livro 26, Fólio 112.

¹⁶⁰*Ordenações Afonsinas* - Livro V, Tít. XXII.

¹⁶¹A título de comparação salientamos o caso de Sevilha em que o rei D. João II ordena expulsar, em 1453, todos os “*rufianes e vagamundos e omes baldios*”. Sobre isto ver: A. COLLANTES, de Terán Sánchez - *Un requerimento de los jurados al concejo sevillano a mediados del siglo XV*, Sevilla, 1974.

¹⁶²A.N.T.T - Chancelaria Afonso V, Livro 16, fólio 56v.

V concede-lhe o perdão, além de ordenar que os meirinhos que tentavam lucrar com a atividade de Leonor sofram retaliação: “(...) delles lhe seja julgado emmenda e corregimento nom lho houssa levar por seer delles ameaçada e se temer de outras vezes tornarem a sy maleciosamente a querellar della e a fazerem premder e a gastar o seu como dicto he no que todo lhe era factio muy grande agravo. Pidimdo nos que a ello provesemos d'algum remedio com justiça (...)”.

O interessante da atitude de Leonor é que vai de encontro com outras situações, pois usualmente as mancebas confessavam que, mesmo sabendo da proibição da posse de rufião, os tinham, pois eles as ajudavam materialmente e as protegiam fisicamente¹⁶³ e, portanto, pediam perdão ao rei. O monarca perdoava as mancebas, inclusive sem multas, contudo os rufiões eram sempre mais severamente punidos¹⁶⁴. Durante o século XIV, as penas eram mais brandas; não podiam dormir na mesma casa em que a manceba e não podiam andar armados, mas com a agravamento das penas – já no século XV – eram açoitados e expulsos das cidades porque eram considerados homens conflituosos. Se houvesse reincidência do crime, seriam os dois (o proxeneta, e a prostituta) enforcados – o que certamente nunca aconteceu.

Ângela Beirante entende que nos anos 50 do século XV houve uma verdadeira caça ao rufião¹⁶⁵. De certa forma, a perseguição aos rufiões gerou uma perseguição às

¹⁶³A.N.T.T. - Chancelaria de D. João II, Livro 2, Fólio 156: “(...) Maria Soariz molher solteira da mancebia nos enviou dizer que ela tevera no partido por rafiã huum Ruy Migueez criado da Ifanta Dona Briatiz ao quall ela dava de vistir e de calçar e totalas outras coussas que ele no dicto partido e ganhava e era dele em parada defessa e guardada (...)”.

A.N.T.T. - Chancelaria de D. João II, Livro 3, Fólio 98: “(...) Briatiz da Cunha manceba da mancebia nos enviou dizer que ella tevera por seu refiã huum Fernam de Eanes ao quall dava de comer e beber e vestir e de calçar e esto continuara atee os VIII dias do presentem mes de Dezembro (...) Teemos por bem e perdoamos lhe a nossa justiça o que nos ella por o pecado passado que asi cometeo em teer o dicto Fernam de Eanes por refiã era theuda contanto que daqui em diante ella viva sem a dicta refiã e nom torne mais a ella (...)”.

¹⁶⁴Entretanto, nas *Ordenações Afonsinas*, livro V, tit. XXII, pp.88-89, encontramos uma lei que determina as seguintes punições para o crime de proxenetismo: “Mandamos que assy elle, como ella, sejam açoitados publicamente pela Cidade, ou Villa, honde esto acontecer, e mais sejam degradados pera sempre dos nossos Regnos.” Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/15pg88.htm>. Último acesso: Abril, 2023.

¹⁶⁵BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “As mancebias nas cidades medievais portuguesas...”, p. 230.

prostitutas. E, às vezes, apenas por ter um homem por amigo, já eram estas acusadas de posse de rufião¹⁶⁶.

As ações régias não apenas prejudicavam as mancebas, pelo contrário houve práticas régias que tentaram resguardá-las. Uma delas foi feita no tempo de D. Dinis e registada no Livro de Leis e Posturas,¹⁶⁷ a qual determinou que “não levem das putas o soldo, assim como o soiam levar”. Tal passagem evidencia que a prostituição era uma atividade taxada pelo rei, e também ressaltam os indícios de abuso por parte dos alcaides e mordomos dos concelhos na taxaço.

Não obstante a taxaço da prostituição manter-se em Portugal durante o período tardo-medieval e, por exemplo, em Évora no século XIV, estes impostos inscrevem-se no título de açougagem – ficava estabelecido que das “mancebas solteiras do mundo” era cobrado um soldo da moeda antiga, e da “puta calada” três libras da moeda antiga cada ano¹⁶⁸. Outro exemplo é que, 40 anos depois do protesto feito pelo concelho de Lisboa – nas cortes de 1331 para que não levassem o ‘soldo’ das prostitutas¹⁶⁹ –, os representantes do “povo” continuam a queixar-se ao Rei que os alcaides não pararam de levar o soldo das mancebas, ao que D. Fernando responde, nas cortes de 1371¹⁷⁰, na mesma lógica de D. Afonso IV, ordenando que se cumpra a lei anterior e que as injustiças não permaneçam.

Em síntese, a ação régia era bastante omissa no que toca à regulamentação da prostituição, e as disposições sobre as mancebas geralmente eram consuetudinárias e

¹⁶⁶Temos como exemplo Leonor Beja, acusada de ter como rufião o escudeiro de D. Álvaro de Castro, Gil de Gusmão. A manceba disse que tivera afeição com o escudeiro e o acompanhou a Ceuta, como sua manceba, tratou-o na doença e, depois voltou a mancebia. Entretanto, foi acusada de ter rufião, pelo que foi açoitada e, no degredo pediu piedade ao rei, em 1453. In BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, “As mancebias nas cidades medievais portuguesas...”, p. 230.

¹⁶⁷*Livro das Leis e Posturas*, p.180.

Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/imagens_livros/01_livro_leis_posturas/180.jpg

Último acesso: Abril, 2023.

¹⁶⁸PEREIRA, Gabriel (ed.) - Documentos Históricas da Cidade de Évora. Évora: Tipografia da casa Pia, 1885, pp. 103-104.

¹⁶⁹*Cortes portuguesas*; Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), ed. preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias -Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, artigos 41-46, Capítulos Especiais das Cortes de Santarém de 1331, p. 74.

¹⁷⁰*Cortes Portuguesas*; Reinado de D. Fernando I (1367-1383), vol. I, ed. preparada por A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias - Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, art. 82, pp. 54-55.

pouco efetivas, já que, na prática, pouco ou nada se cumpria (pelo menos no que diz respeito à taxação do ofício). Ademais, o poder régio nunca criminalizou a prostituição, ao contrário da posse de rufião que era crime contra a “moral e os bons costumes” – de acordo com a tipologia proposta por Luís Miguel Duarte na sua tese de doutoramento, já referenciada.

Outro crime contra “a moral e os bons costumes” era ser barregã de clérigos. Como foi dito na alínea 2.1, as barregãs eram mulheres que mantinham um vínculo fora do casamento com homens casados, solteiros ou clérigos¹⁷¹. Tais mulheres poderiam iniciar um relacionamento com um clérigo sendo suas mancebas e evoluir para barregania.

3.2 Clero

A atração que as mulheres sentiam pelos clérigos faz parte daquilo que se entende como “erotismo medieval”. A figura feminina, de forma geral, via o clérigo como um homem diferente dos demais, mais culto e bem-falante, os quais instigavam a atração feminina¹⁷². Era comum, portanto, os clérigos terem mancebas e a investigação produzida por Isabel Queirós demonstra que 56% dos 269 documentos estudados eram sobre as mancebas dos clérigos¹⁷³.

Algumas recorreram a justiça régia para pedir perdão ao rei por viverem em “pecado mortal”. Vejamos alguns exemplos¹⁷⁴:

A.N.T.T. Chancelaria de D. João II, Livro 2, Fólio 143 V: (...) Violante Afonso Perdigoa nos enviou dizer que ella estevera por manceba theuda e manteuda de hum Frei Gill frade da hordem de Sam Francisco de Santarem e que consirando ella como estava em pecado mortall com elle Violante Afonso Perdigoa se apartara delle e via ora bem e onestamente e que nom embargante delle ja asi seeer apartada do dicto pecado diz que se temia das nossas justiças de a pollo pecado passado prenderem (...).

¹⁷¹Um dos delitos sexuais mais visados na legislação medieval é a barregania de casados e de clérigos, delito este que parece ser mais severamente penalizado durante os reinados de D. Afonso IV, D. João I e D. Afonso V.

¹⁷²SÉGAL, André e outros - *À propos de l'attrait des femmes pour les clercs* in “L’Érotisme au Moyen Âge”, Troisième Colloque de l’Institut d’études médiévales, Québec, 1977, p.176.

¹⁷³QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - *Theudas e Mantheudas...*, p.37.

¹⁷⁴As transcrições foram extraídas do apêndice documental de QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de- *Theudas e Mantheudas...* vol.II, 1999.

Nesta carta de perdão, de 1482, Violante Afonso ‘Perdigoa’ foi perdoada por ter sido manceba de Frei Gil, frade da ordem de São Francisco de Santarém. Nesse caso, o rei a perdoou sem multa ou qualquer outra pena, diferente das próximas situações em que o rei optou por outras condenações (como degredo e pagamento) – muito provavelmente pela reincidência do crime.

A.N.T.T. Chancelaria de D. João II, Livro 24, Fólio 49: (...) Issabell Afonso molher sollteira morador no Marou nos inviou dizer que ella esteve por manceba theuda e mantheuda de hum Pêro Estevez cleriguo de missa em o dicto lugar morador e por ella estar com elle em o dicto pecado fora pressa e por ello fora degredada por hum anno fora do dicto lugar (...) dicto degredo diz que veera a pecar outra vez e estar com ho dicto clérigo e vevia ora bem e onestamente e nom enbargante de ja assi delle ser apartada diz que se temia das nossas justças de a pello dicto pecado passado a premderem. Emviando nos ella soplicante pedir por mercê que por assi tornar a pecar com ho dicto cleriguo (...).

Na transcrição desta carta de perdão de 1483, Isabel Afonso foi perdoada por ser manceba de Pero Esteves (clérigo de missa). Importante ressaltar que após ter sido acusada e condenada ao degredo por um ano para fora de onde vivia, houve reincidência ao pecado e então o rei condenou-a a outro ano de degredo

A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Livro 24, Fólio 115 V: (...) Briatiz Fernandez molher sollteira morador em a nossa villa de Santarém nos emviou dizer que ella fora pressa e degredada por hum anno fora da villa e termo por lhe seer posto que esteve por manceba de Joham d'Abrantes clérigo de missa com hum preguam n'audiência a quall execuçam perante nos foy apresentada do quall degredo diz que tinha servido seis meses conpridos e que em aservimdo e mantendo o dicto degredo como dicto he diz que entrara allguas vezes demtro na villa e esteve arrecadamdo allguas coussas. E que em asi arrecadamdo tornara a pecar com o dicto clelligo. E que ora era jaa delle apartada e vevia bem e onestamente emviamdo nos ella pedir por mercê aa homrra da morte e paixam de nosso Senhor Jhesum Christo temos por bem e allevantamos lhe os dictos seis meses que lhe asi do dicto anno ficaram por servir e avemos délies por rellevada. E asi arrelevamos da entrada e do pecado que asi com o dicto cleriguo pecou comtamto que ella paguasse oitocmtos reais pêra arca da piedade (...) E por quanto ella logo pagou os dictos dinheiros a Frei Joham (...).

Neste caso vemos a manceba Beatriz¹⁷⁵ Fernandes ser condenada a um ano de degredo, por ser manceba do João de Abrantes (clérigo de missa), todavia ela desrespeitou a condenação; voltou a frequentar a cidade e a pecar com o clérigo. Mesmo assim, em 1483 o rei D. João II perdoou-a, desde que pagasse 800 reais para a Arca da piedade.

¹⁷⁵Na transcrição da Isabel Queirós em *Theudas e Mantheudas, Vol.II...*, p.35, foi considerado a possibilidade de ser ‘Brites’.

Violante, Beatriz e Isabel possivelmente eram mulheres pobres ou filhas ilegítimas, desprotegidas economicamente e socialmente, que precisavam trabalhar para sua subsistência¹⁷⁶. Na época era comum que essas mulheres fizessem trabalhos domésticos e serviços para clérigos. Até porque no título CXXI do Livro V das *Ordenações Afonsinas* entende-se que os serviços domésticos “em nossos regnos se nom costumao fazer senom por molheres...” e, desse contato – justificado na teoria¹⁷⁷ – o pecado surgia.

O celibato era mandatário para todos os clérigos, principalmente a partir da Reforma Gregoriana, mas muitos clérigos caíam no pecado da fornicação – e não somente aqueles de ordens religiosas com práticas mais mundanas, já que como vimos, no caso de Violante Afonso Perdigoa, o clérigo era da ordem de São Francisco.

Nas inquirições-devassas há referências a clérigos que tinham mancebas que se vestiam melhor que as mulheres honradas da cidade e eram mais bem cuidadas, e por isso muitas mulheres queriam ser mancebas de clérigos, frades e freiras¹⁷⁸.

D. João I – um dos primeiros a tomar atitudes depois das inquirições-devassas – pediu que os superiores da Igreja obrigassem os clérigos a seguir os preceitos religiosos. Algumas ações no sentido de reprimir a prostituição dentro do meio clerical foram tomadas; por exemplo: havia perda de benefícios e excomunhão para os clérigos barregueiros. Por outro lado, para as prostitutas de clérigos, era proibido que as

¹⁷⁶Esse estereótipo da manceba desprovida materialmente e desprotegida fisicamente pode ser vista em outras cartas de perdão, por exemplo; no caso de Leonor Fernandes, moradora de Alcácer, a qual registou em sua carta que o meirinho a prendera em sua casa, pois ela foi acusada de ser “manceba de um clérigo” – situação contestada pela acusada que assegurava que “vivia só”, e não andava na residência de um clérigo. Leonor Fernandes pediu ao rei que lhe perdoasse a pena de degredo, pois ela era uma mulher “pobre e minguada”, e era impossível para ela se manter em “terra alheia”, e que apenas desejava “casar ou viver sozinha honestamente” – A.N.T.T - D. Afonso V, livro 34, fl. 149v.

¹⁷⁷Para evitar cair em tentações, a literatura eclesiástica permitia a presença feminina no cotidiano dos clérigos em algumas situações, e a prestação de serviço doméstico era uma dessas situações.

¹⁷⁸ *Ordenações Afonsinas* - Livro II, Título XXII, pp. 194-195.

Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/l2p194.htm>. Último acesso: Abril, 2023.

enterrassem em lugares sagrados, e qualquer pessoa que estivesse no seu enterro seria excomungada¹⁷⁹.

As relações entre clérigos e mancebas algumas vezes geravam frutos, e é comum achar na documentação casos de filhos ilegítimos. A título de exemplo, temos Maria Gonçalves¹⁸⁰, residente em Lisboa, que foi acusada de concubinato clerical. Já estava há cinco meses presa, por “afeição com um clérigo”, dentro do “nojo” da prisão teve uma criança – possivelmente filha do clérigo. Maria Gonçalves foi condenada ao degredo, depois de dar à luz, e teria de ficar um ano fora de Lisboa.

O interessante da carta de perdão de Maria Gonçalves é que seu argumento principal apela para a empatia do rei à vulnerabilidade natural do ser humano para pecar: “o destino dos homens e das mulheres era pecar”. A requerente ainda pedia a alteração da pena de degredo, pois já havia sofrido o suficiente na prisão: “a prisão, tribulação e custa de tudo e o perdimento da dita criatura, durante o parto, foram e eram muitas grandes penas sob tão pequena culpa”. Maria Gonçalves perdeu seu bebé durante o parto, na prisão, e não temos provas suficientes para afirmar que o clérigo tinha intenção de assumir a paternidade da criança, ou legitimá-lo.

No reinado de D. João II a legitimação desta “prole clerical” foi constante, mas a legitimação apenas era possível depois de uma análise pormenorizada de cada caso. Os clérigos que tentavam legitimar os seus filhos faziam-no pois queriam inseri-los na sociedade e eliminar a desonra inata ao fruto do pecado na sua conceção. E também porque havia legislação que permitia aos clérigos doar bens a descendentes ou aos mosteiros de acolhimento¹⁸¹, ou seja, mesmo não sendo permitido elaborar testamento, os clérigos podiam deixar bens a sua prole.

Ainda sobre os desvios clericais que permeiam a prostituição veremos a seguir o caso do Mosteiro de Recião, perto de Lamego, “transformado em prostíbulo pela abadessa”¹⁸². Esta pequena comunidade beneditina feminina foi estabelecida por Dona

¹⁷⁹QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de. *Theudas e Mantheudas*, Vol. I..., p.41.

¹⁸⁰A.N.T.T. - Chancelaria D. Duarte, livro 3, fl. 19v.

¹⁸¹Primeira e Sexta Partidas de Afonso X *apud* QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de. *Theudas e Mantheudas*, Vol. 1..., p.42.

¹⁸²SOUSA, Armindo de - *A sociedade..., A monarquia feudal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 2., p. 362.

Dórdia Odoriz, a qual, após se enviuvar do fidalgo D. Soeiro, legou no seu testamento, em 1146, o mosteiro a duas monjas. E, cerca de um mês depois, D. Afonso Henriques, após pedido do padroeiro D. Mendo e das monjas, privilegiou a instituição por carta de couto¹⁸³.

Durante o século XIV, o mosteiro viveu um período de escassez, com poucas atividades e monjas. Sabemos que a comunidade beneditina estava sob o governo da abadessa Dona Margarida Fernandes, pois ela deixou a sua assinatura num prazo, em 1366. Ademais, no reinado de D. Dinis houve a emissão de três alvarás a favor da comunidade de Recião, que nunca foi muito abundosa¹⁸⁴.

A sucessora de Dona Margarida Fernandes foi Dona Guiomar, e após a sua morte o cargo foi oferecido a Dona Clara Fernandes, protegida por indivíduos influentes, e filha bastarda do conde de Marialva. Dona Clara Fernandes era pouco culta, não tinha capacidades para praticar o ofício, nunca professou e não conseguiu manter o pouco que ainda havia da atividade religiosa no mosteiro.

A abadessa não demonstrava interesse pela vida religiosa e há fortes indícios que foi o conde de Marialva, seu pai, que a colocou a força no mosteiro. De acordo com Gonçalves da Costa, Dona Clara Fernandes era: “(...) dissoluta, não modificou o seu comportamento, ‘dormindo carnalmente com quem lhe aprazia notoriamente’, em especial com um certo Álvaro de Alvelos, de quem teve filhos. Pelos anos de 1430, a comunidade reduzia-se a ela, à sua companheira Maria Rodrigues, que não desmerecia do exemplo da superiora, sendo certo que tinha descendência do próprio clérigo que gozava do benefício da abadia de Melcões, e a uma velha freira, irmã de Álvaro Gil, abade de Barcos, cuja presença se tornou insuportável às duas libertinas e por isso resolveram desfazer-se dela. Vestidas de homens, acercaram-se de noite da cama e ‘com huma calça d’area derão tantas calçadas de que, segundo fama, morreo.’ ”¹⁸⁵

¹⁸³COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego - Idade Média: Paróquias e Conventos*, vol. II, Lamego. Costa: 1979; p.530.

¹⁸⁴COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego - Idade Média: Paróquias e Conventos*, vol. II, 1979, Lamego, p. 531.

¹⁸⁵VITERBO in COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego Idade Média: Paróquias e Conventos*, vol. II, 1979, Lamego, pp. 532-533.

Em 1435, o mosteiro era habitado apenas por duas mulheres¹⁸⁶, Dona Clara Fernandes e Maria Rodrigues. Então, D. João Vicente – o bispo de Lamego, conhecido por Mestre João – sabendo da precariedade do mosteiro de Recião, pediu ao Papa Eugénio IV que cedesse o convento de São Jorge de Recião aos Cónegos de Vilar.

Após Dona Clara Fernandes ter sido expulsa do mosteiro, mudou-se para Santarém, sítio em que se casou, e foi acusada de matar o próprio marido – nesta querela pediu que fosse julgada pelo foro eclesiástico, já que um dia fora abadessa. Então, D. João da Costa¹⁸⁷, bispo de Lamego, julgou o caso da “monja”, e não apenas assegurou a impunidade pelo homicídio, como também reclamou a restituição do Mosteiro de Recião.

Em um requerimento, de 1457 para os juizes de Lamego, Dona Clara Fernandes argumenta: “Sendo eu monja professa do dito mosteiro, instituída por abadessa delle e governando por muitos anos, ... o bispo D. João que ora he de Viseu me lançou violentamente fora (...) esbolhando-me e forçando-me delle e pondo hi clerigos biguinos de Villar de Frades. E eu como mulher prove e desacorrida, e nom tendo como requerer meu feito, nem ousado contra o poderio do dito Senhor, antes com vergonha, mingua e desamparo, me fui por esse mundo (...)”¹⁸⁸.

Daí, o que se seguiu foi uma série de intrigas entre Mestre João e Dona Clara¹⁸⁹. Mas, em 15 de Setembro de 1458, uma ordem real deu o mosteiro aos Lóios. Dona Maria Rodrigues, dissoluta, foi recusada em outros mosteiros, enquanto Dona Maria Rodrigues foi para o Convento de Jacente.

O cerne deste conflito, brevemente descrito, são as ações de Dona Clara Fernandes e Dona Maria Rodrigues, as quais nunca levaram uma vida regrada dentro e fora do mosteiro de Recião. Armindo de Sousa, na *História de Portugal*, cita o caso das monjas

¹⁸⁶P.e Francisco de Santa Maria in LARANJO, F. J. Cordeiro - *Cidade de Lamego Igreja do Convento de Santa Cruz*, Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 1991, p.11.

¹⁸⁷D. João da Costa tinha fortes ligações com o conde de Marialva, e talvez isto possa ter influenciado suas decisões.

¹⁸⁸COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego - Idade Média: Paróquias e Conventos*, vol. II, 1979, Lamego, pp. 533-534.

¹⁸⁹Para mais detalhes desta fase do Mosteiro de Recião ler: COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego - Idade Média: A Mira e o Município*, vol. I, 1977, Lamego, p. 219.

que transformaram o mosteiro de Recião num sítio de prostituição, mas o faz sem citar fontes.

O que conseguimos perceber das escassas fontes analisadas é que a monja Dona Clara Fernandes estava “dormindo carnalmente com quem lhe aprazia notoriamente”. Mas será que ela cobrava por isto, materialmente ou por meio de proteção¹⁹⁰? Não podemos afirmar que sim. Sabemos que as monjas (Dona Clara como a Dona Maria) mantinham relações com vários homens, todavia ainda eram homens que lhes “apraziam notoriamente”; seriam esses homens capazes de a sustentarem pela sua notoriedade, ou apenas homens que elas achassem fisicamente atraentes, e unicamente pelo prazer “dormiam carnalmente” com eles? Eis uma pergunta sem resposta.¹⁹¹.

A prostituição dentro do meio clerical atentava contra dois dos pilares mais importantes do patriarcado cristão: o sacerdócio celibatário e o matrimônio. Todavia, a prostituição era tolerada devido à importância dos seus serviços na sociedade urbana¹⁹².

Grande parte dos clérigos da Idade Média entendiam a prostituição como um mau necessário¹⁹³, nesta perspetiva as prostitutas tinham um papel de assegurar a moralidade pública. E Ângela Beirante argumenta que em certos contextos – principalmente o francês – “os bordéis funcionariam então como verdadeiras instituições de paz, ao lado das fraternidades de jovens ou abadias de juventude, que os notáveis das cidades favoreciam de modo a canalizarem tais ímpetos¹⁹⁴” – sendo os “tais ímpetos” apenas masculinos e sexuais¹⁹⁵.

¹⁹⁰Importante lembrar que nesta investigação entendemos a prostituição feminina como um fenómeno em que mulheres se sustentam principalmente ou exclusivamente pelo comércio de seus corpos.

¹⁹¹O Mosteiro de Recião encerrou suas atividades no final do século XVI, com mais de quatro séculos de história foi um mosteiro paradigmático devido às querelas desde sua construção. Importante ressaltar que os poucos parágrafos escritos sobre o mosteiro de Recião são muito resumidos e gerais.

¹⁹²OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society...*, p. 69.

¹⁹³É comum citar a famigerada sentença de Santo Agostinho para justificar este pensamento: “Suprimi meretrizes e as paixões libidinosas perturbarão o mundo”. Essa citação, na realidade, esta registada na Suma Teológica de Santo Tomás Aquino in AQUINO, Santo Tomás de - *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, vol. V, p.173.

¹⁹⁴BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias...*” p. 223.

¹⁹⁵Atualmente há inúmeras críticas para se fazer a esta cosmovisão; entretanto sendo isto um trabalho historiográfico não podemos cair nas tentações do anacronismo, foquemos em fazer uma história

J. Rossiaud correlacionou a tolerância à prostituição com o controlo da violência sexual no meio urbano, justificando que devido ao casamento tardio para o homem, este procurava formas para satisfazer as suas necessidades hormonais¹⁹⁶. A ideia é que ao escolher uma prostituta, não violentaria uma mulher honrada. Importante relembrar (como foi descrito na primeira alínea) que o surgimento da prostituição está também relacionando com a violação promovida por homens que faziam ataques noturnos as casas e violavam as mulheres que lá estavam. Então a mulher desonrada, difamada e ‘culpada’, procurava vender o próprio corpo como forma de sustento.

Em síntese, a Igreja Católica não aceitava plenamente as mancebas, e muito menos incentivava a prostituição, mas tolerava a existência desta realidade como forma de pacificar uma sociedade com ímpetos carnis.

3.3 “Povo”

Nesta alínea veremos o impacto social dessas mulheres desprezadas – e não totalmente ‘marginalizadas’¹⁹⁷ – no quotidiano medieval português. O intuito é perceber como elas eram vistas pela maioria da população e quais eram as consequências dos preconceitos que as atingiam.

Alguns homens não queriam receber sermões e bênçãos de clérigos com mancebas, esta atitude causava situações constrangedoras e desconfiança por parte da sociedade com a igreja local. De outro ponto de vista, algumas mulheres casadas e honradas reclamavam que as mancebas andavam mais bem vestidas do que elas¹⁹⁸. _ Tanto

do ser humano no seu tempo. Pois, “Os documentos tendem a impor sua nomenclatura; o historiador, se os escuta, escreve sob o ditado de uma época cada vez diferente. Mas pensa, por outro lado, naturalmente segundo categorias de sua própria época” in BLOCH, Marc - *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*, 2002, Rio de Janeiro: Zahar, p. 136.

¹⁹⁶Em Portugal não sabemos ao certo a idade dos homens quando constituíam seu primeiro casamento, mas há evidências do medo e da forte presença da violência sexual. Alguns exemplos paradigmáticos são os casos brutais de estupros coletivos e raptos violentos seguidos de violação, ver: A.N.T.T. - Chancelaria D. Afonso V, liv. 5, fl. 70v; liv. 13, fl. 70; liv. 34, fl. 87 e Chancelaria D. João II, liv. 3, fl. 28; liv. 20, fl.43v.

¹⁹⁷Sobre marginalização da prostituta na Idade Média ver DUARTE, Luís Miguel – *Marginalidade e Marginais*. História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média. Dir. José Mattoso e coordenação Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2ª ed., 2010, pp.179-181. De acordo com Luís Miguel Duarte: “(...)as prostitutas medievais, sofrendo algumas inibições e de um estatuto oficialmente depreciado, não eram marginais: pagavam impostos, viviam no coração das cidades, podiam ter protetores e amizades de prestígio e prestavam serviços que a própria Igreja reconhecia indispensáveis (...)”.

¹⁹⁸*Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título XXII, pp. 194-195.

por isso como pela tentativa da sociedade em separar as mulheres honradas das desonradas, criaram-se normas para o vestuário das prostitutas.

Um das políticas segregacionistas contra as mancebas era o uso de “véus bem açafroados”¹⁹⁹ para que fossem facilmente identificadas. Além disto, a *Pragmática de 1340* nos informa que as mancebas podiam comprar não mais de que um par de panos de arrás²⁰⁰ ou de igual valor, e não podiam usar ouro, nem prata nos cintos, véus e camisas²⁰¹.

Em 1437, em Lisboa, havia a profissão de “alfaiate das mancebas solteiras”²⁰², que apenas confeccionava roupas para as prostitutas; entretanto para o exercício da profissão usavam muitas jóias, perfumes e maquilhagens²⁰³.

Há fontes que nos informam de que essas mulheres eventualmente perturbavam a ordem pública: é o caso de uma manceba em Évora que, em 1446, furtou fruta de um vendedor, mas foi perdoada, pois era protegida do juiz Afonso Gomes²⁰⁴. Ainda em Évora, mas em 1461, houve uma tentativa de alterar o local da mancebia; entretanto os moradores tentaram impedi-la, visto que a nova localização era demasiado perto da Igreja de Santo Antão, e argumentavam que “as mancebas mundairas não poderiam dizer palavra alguma desonesta, segundo seu costume, que não fossem ouvidas igualmente com as horas e missa na dita igreja”²⁰⁵.

Já no final do século XV, o regimento das procissões incluía no cortejo o desfile das “mancebas do partido”, e a frente delas outros grupos profissionais femininos

Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l2p194.htm>. Último acesso: Abril, 2023.

¹⁹⁹Livro dos Pregos – doc. 211, f.174v. Ou seja, as mancebas tinham de usar tecidos de tonalidade amarela, mas a lei não era efetiva. Em uma carta de perdão de 15 de junho de 1492 (Chancelaria de D. João II, Livro 1.5, fl.12) as prostitutas burlavam a lei “em troca do pagamento de um vintém”, e assim as mulheres solteiras da mancebia poderiam andar de véu branco como as mulheres honestas.

²⁰⁰Tecido usado no vestuário à época.

²⁰¹*ob. cit. in* BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias...*”, p. 228.

²⁰²A.N.T.T - Estremadura, XI, fl.126.

²⁰³Essa forma de se vestir e a capacidade de compra que podemos deduzir do artigo 26 nas Cortes de D. Afonso IV nos informa que muitas dessas mulheres não viviam na pobreza, e algumas tinham posses e liberdades que mulheres casadas não tinham.

²⁰⁴*ob. cit. in* BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias...*”, p. 227.

²⁰⁵A.N.T.T - Odiana, liv. 3, fl. 60v.

(pescadeiras, padeiras, fruteiras, vendedeiras...), ou seja, todas as outras profissões eram socialmente superiores à prostituição²⁰⁶.

As mancebas conviviam com a população geral e frequentavam os mesmos espaços; assim sendo parte dessa população tinha preconceitos sobre aquelas mulheres, como sendo desonestas e produtoras de desordem – principalmente se elas tivessem proxenetas –, mas paradoxalmente elas eram vistas como garantes da moralidade pública – justificação clerical para a tolerância com a prostituição.

Em síntese, elas eram moralmente excluídas e parcialmente integradas no “povo”. Ana Rodrigues Oliveira entende que a atitude da sociedade para com as mancebas era de relativa aceitação, desde que elas fossem distinguidas – vimos algumas formas acima – e separadas²⁰⁷ – principalmente fisicamente. Assunto que trataremos mais a fundo na próxima alínea.

4. Mancebia urbana

Na primeira parte da Crónica de D. João I, o capítulo CXIV nos diz que quando o rei de Castela cercou Lisboa, no seu arraial via-se uma rua de “*mulheres mundairas, tamanha como se costuma nas grandes cidades*”. O cronista escreve uma realidade: como a prostituição era cidadina por excelência.

Havia prostituição nos campos e nas aldeias, todavia foi mais bem documentada nas cidades onde o trabalho estava inclusive regulamentado pelas câmaras, e as mancebas pagavam impostos ao alcaide-mor.

Antes de avançarmos, recuemos à tese de J. Rossiaud – citada na alínea 3.2. Basicamente ele comprova que, para o contexto francês, o alto índice de violência sexual e o casamento tardio levaram ao surgimento dos bordéis no meio urbano. A título de comparação teórica para o contexto Portugal, como foi citado na nota 94, temos provas suficientes da violência sexual urbana, mas não sabemos ao certo a idade dos homens ao

²⁰⁶BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *O ar da cidade, Ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 84.

²⁰⁷OLIVEIRA, Rodrigues Ana - *O Amor em Portugal na Idade Média*, Lisboa: Manuscrito Editora, 2020, p. 207.

primeiro casamento. Entretanto, não é somente por esta via que podemos justificar o pioneirismo urbano das mancebias portuguesas.

O aumento da demanda por mancebas também decorreu da natureza dos grupos sociais ali presentes; as comunidades de mercadores viajantes, os grandes grupos de jovens solteiros e a escala da população. Ademais, o pagamento era facilitado pelo fluxo de dinheiro e produtos característicos das economias de troca urbana²⁰⁸.

Em Portugal, assim como outras regiões da Europa Ocidental, as mancebas se concentravam em aglomerados populacionais mais significativos como Lisboa, Porto, Évora, Santarém e Coimbra ou em cidades portuárias no Algarve²⁰⁹. Em geral, os bordéis ficavam perto de estalagens e funcionavam como estruturas de hospedagem aos viajantes, forasteiros e mercadores.

Por exemplo, em 1436, os procuradores de Évora afirmam:

acontece às vezes alguns homens honrados virem para esta cidade e vão pousar às estalagens e hão vontade de dormirem com algumas mancebas solteiras e mandam por elas à mancebia que lhes vão falar à estalagem, porque ele não é tal homem que vá à mancebia²¹⁰.

Desse trecho podemos tirar algumas conclusões; 1º) as mancebas tanto podiam frequentar as estalagens – ou seja, elas eram socialmente integradas em certos espaços da cidade – como havia a possibilidade de realizar o seu trabalho “a domicílio”; 2º) os homens honrados tinham receio de serem vistos na mancebia – demonstra o estigma de desonra do prostíbulo e; 3º) as estalagens eram ambientes propícios para receber futuros clientes para as mancebas.

Estes procuradores de Évora, nas Cortes de 1436, pedem que “a dita manceba solteira durma com ele na dita estalagem, que não haja pena, nem o estalajadeiro, posto que consinta”. O rei D. Duarte concede o pedido, porque “pediam bem”, todavia impõe

²⁰⁸Leah Otis explica que: “Cash plays an essential role in prostitution because of its very impersonality and interchangeability. Although other remuneration is possible, it becomes difficult, in that case, to distinguish between a payment and a gift. The importance of the exchange of gifts in sentimental sexual relations is a phenomenon well known to anthropologists and was customary in the Middle Ages, from women to men as well as vice versa.” OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society...* pp.154-155, nota 12.

²⁰⁹BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “As mancebias...” p. 222.

²¹⁰*Cit.* por MARQUES, A. H. de Oliveira, - *A sociedade Medieval Portuguesa; Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos livros, 2010, p.160.

restrições; as mancebas poderiam lá dormir, desde que não transformassem a estalagem em bordel e que fossem embora na manhã seguinte²¹¹. Ou seja, há aqui tolerância tanto para a prostituta como para o homem honrado que utiliza desse serviço.

A seguir exploraremos mais documentos sobre outras cidades e regiões (nomeadamente: Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora e Algarve) para evidenciar as principais características de cada sítio, localização dos arruamentos, a problemática dos arrendamentos para as prostitutas e desdobramentos sociais da localidade das mancebias.

As prostitutas medievais espontaneamente se concentravam em determinado lugar da cidade, e assim como a maioria das atividades na Idade Média, elas também tiveram um arruamento. Ângela Beirante entende que, ao longo da Idade Média, a palavra mais comum para designar o bairro ou a rua que viviam as prostitutas era “putaria”, e que apenas no século XV houve a alteração para “mancebia”²¹².

Diferentemente das cidades do sul, até o século XVI, no Porto ainda não havia um arruamento próprio para as prostitutas. Apenas em 1586 a câmara pediu ao rei que as “mulheres se apartassem bairro separado” porque na cidade “havia muitas mulheres solteiras e de mau viver que moravam espalhadas por ela, juntamente com outra gente. E porque disso se seguiam e podiam seguir muitos inconvenientes em prejuízo do bem comum da dita cidade”, e o rei concede à cidade um bairro apenas para as “mulheres solteiras (...) que publicamente recolhem homens em suas casas por dinheiro”²¹³.

No Porto, as mulheres solteiras se concentravam, em 1384, na R. das Congostas e posteriormente na R. dos Mercadores, isto é, no centro da cidade²¹⁴; isso demonstra que a associação das mancebas com estalagens e viajantes mercadores tinha grande peso para localização da mancebia no Porto.

Já em Coimbra, no século XV, as prostitutas também foram alvo de disposições régias e concelhias com o objetivo de localizá-las num lugar mais apropriado. Ficamos sabendo pela Guarda dos séculos XIII-XIV que a “Rua da Putaria” ficava na freguesia de

²¹¹*Ibid.*

²¹²BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias...*” p. 231.

²¹³*Op. Cit.* por BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias...*” p. 235.

²¹⁴*Op. Cit.* por BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “*As mancebias...*” p. 234.

S. Vicente, perto da judiaria²¹⁵. Outro objetivo da regulamentação era a geração de receita, e para isso a prostituta que estivesse no bordel era taxada e deveria pagar ao mordomo cinco soldos de moeda antiga por ano²¹⁶.

Ângela Beirante descreve que a Rua da Putaria Velha em Santarém era habitada, no século XIV, por pessoas sem ligação a prostituição, e que as moradias desse bairro eram pertenças de várias igrejas e conventos. Depois, no século XV, as referências à “Rua da Mancebia” ou “Rua da Mancebia Velha” localizam as mancebias de Santarém no antigo centro da cidade; na freguesia de S. Nicolau, perto da Praça Velha²¹⁷.

No que diz respeito a mancebia de Lisboa, essa sofreu muita perseguição depois do Sínodo de 1307. Tal Sínodo decretou sentença de excomunhão contra aqueles que alugassem casas às mancebas. Todavia, a mancebia resistiu e constituiu um dos maiores bairros prostibulares.

No final do século XIV, com o objetivo de manter as cidades em ordem, os poderes públicos começaram a impor regras para o arruamento das mancebas. O concelho e os homens bons de Lisboa separaram certas ruas para habitar apenas “mancebas solteiras que fazem pelos homens” e a administração régia proibiu homens casados de viverem lá²¹⁸.

No entanto, os antigos moradores das ruas separadas para as prostitutas não queriam arrendar casas às mancebas e pediam alugueres acima do preço médio para a época. Com isso, o concelho de Lisboa começou a fiscalizar tais preços, depois de D. João I determinar que os aforamentos das casas das prostitutas não poderiam ultrapassar os valores que tinham antes de serem aforadas para elas²¹⁹.

Todavia, nas *Posturas do Concelho de Lisboa* há uma carta régia, de 1461, sobre o arrendamento para as mancebas em Lisboa. A “Carta que nam alquyem cassa a ma

²¹⁵BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - “As mancebias...”, p. 237.

²¹⁶*Ibid*, p.225.

²¹⁷*Ibid*, p. 232.

²¹⁸Livro dos Pregos, doc. 210, f.174.

²¹⁹Livro dos Pregos, doc. 212, f.174v.

mulher²²⁰” nos informa que havia uma ordenança antiga²²¹, a qual impunha que qualquer pessoa que alugasse casa a uma “mulher solteira que fizesse mais que por hum homem”, pagasse 286 reais de pena para obras da cidade. E se algum cidadão, ou qualquer outra pessoa, alugasse em seu nome uma casa e depois deixasse o usufruto para as mancebas pagaria uma pena de 500 reais.

Essa problemática dos arrendamentos para as mancebas diz muito sobre o limbo entre repressão e tolerância para com as prostitutas. Ora o medo é pagar uma pena por arrendar casas para essas mulheres, ora o próprio concelho separa um sítio exclusivo para elas e impõe cobrar preços justos pelos alugueres.

A localização da mancebia de Lisboa, entre o século XV-XVI, era dentro da muralha fernandina, na Rua dos Mercadores, ou seja, perto da zona comercial²²², e servia de modelo para as outras cidades do reino.

Em 1494, D. João II impõe limites a atividade das prostitutas que se espalhavam para além da Mancebia de Lisboa e causavam “trafego na Rua dos Fornos”, porque elas iam de dia e de noite “fazer mancebia” dentro das estalagens, casas e tabernas localizadas nessa rua. Sabemos pelo documento que as mancebas eram culpadas de gerar muitos “pecados e outros males”, e que frequentavam a Rua dos Fornos pois havia lá muitos castelhanos que “agasalhavam as ditas mancebas solteiras”²²³.

Dois anos mais tarde, D. Manuel confirma à câmara de Lisboa as competências que lhe haviam sido atribuídas por D. João II no que diz respeito à fiscalização da atividade das prostitutas que frequentavam a Rua dos Fornos²²⁴.

Sobre Évora, Ângela Beirante diz-nos que havia uma mancebia fixa, entre XIV-XV, junto da muralha romana-goda, e outra mais afastada do centro, a “Rua da Putaria

²²⁰VELOZO, Francisco José; MACHADO, José Pedro [Ed.] - *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa, 1974, p. 23, fl. 10v.

²²¹Livro dos Pregos, doc. 402, f.280.

²²²Para mais informações ver: Iria Gonçalves - *Aspectos económicos-sociais de Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia*, Rev. da F.C.S.H. 1, Lisboa, 1980, pp.153-204.

²²³Livro dos Pregos, doc. 483, f. 312v.

²²⁴Livro dos Pregos, doc. 483A, f. 312v.

Velha”, a qual ficava perto da Mouraria, entretanto esta rua não se manteve como bairro prostibular ativo.

Em carta aos juízes e homens bons de Évora, D. Afonso V, em 1460, diz que foi informado que “as mancebas solteiras” de Évora “muitas vezes são maltratadas de alguns homens”, e o lugar atual da mancebia é danoso para a segurança delas. Então, o rei pede que “vós escolhais um lugar tal em que se possam fazer tantas casas em que elas bem possam ser agasalhadas (...)”²²⁵. Esse pedido de transferência da mancebia foi organizado tanto pelo alcaide como por Soeiro Mendes, mas tal empreitada sofreu resistência da sociedade, como vimos na alínea 3.3.

Para relembrar: os habitantes desta cidade tentaram impedir que a mancebia fosse transferida para a Rua de Maria Espinha, pois a mancebia ficaria perto da Igreja de Santo Antão, e as prostitutas tinham falta de decoro para habitar aquela zona. A solução para este impasse foi manter a mancebia no seu sítio original, e construir mais habitações para as prostitutas²²⁶.

No Algarve, a mancebia era localizada – assim como em Évora – junto a Mouraria. Uma possível explicação para isso é que o recrutamento das mancebas, por algum tempo, foi de proveniência mourisca²²⁷. Nas cidades-portos do Algarve, as mancebias eram quase obrigatórias e sempre conectadas às estalagens; em Lagos, por exemplo as mancebas estavam já a espera dos clientes na frente da praia²²⁸.

5. Mancebia não citadina

Os poucos documentos que temos comprovam a presença de prostitutas nas feiras e mercados, no paço²²⁹ e acompanhando o exército – mesmo assim, algumas associadas

²²⁵Odiana, livro VIII, fl.73 in PEREIRA, Gabriel - *Documentos Históricos...*, pp. 107-108.

²²⁶A.N.T.T. - Odiana, livro 3, fl. 60v.

²²⁷Leah Otis entende que houve uma influência árabe para a institucionalização da prostituição na cidade medieval de Languedoc-Roussillon, em França, para mais informações ver; OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society...* pp.26-27. E, sobre proveniência mourisca das mancebas, para o caso português: BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, “*As mancebias...*” p. 235.

²²⁸A.N.T.T. - Odiana, livro VII, fl. 74.

²²⁹“As ‘soldadeiras’, viajando a pé ou a cavalo, acompanhavam os jograis pelos paços régios e pelos solares da nobreza. Bailando e cantado ao som dos instrumentos dos jograis, prestavam amor ‘a

ao contexto comercial. Essa mancebia não cidadina é caracterizada como móvel, sazonal e de difícil controlo.

Sobre as mancebas que acompanhavam os homens nas guerras, a legislação pouco nos diz. As *Ordenações Afonsinas* alarmam os “(...) arroidos, revoltas, e grandes perigos em todo ajuntamento de gentes” quando havia presença de “molheres pera cama”; tais perigos causados por elas “(...) nom podia despois remediar sem grande trabalho” e por isso deveriam ser proibidas²³⁰.

No entanto, lá estavam elas! A presença feminina nos campos de batalha era recorrente. Podemos ver isso num episódio da crônica de Fernão Lopes o qual nos narra que Nuno Álvares Pereira, em Bragança, decretou a expulsão de todas as mancebas do arraial; caso não lhe obedecessem, seriam açoitadas publicamente. O rei D. João I ratificou a ação de Nuno Álvares e defendeu que ninguém trouxesse alguma mulher sob a pena que o conde propôs²³¹.

Sobre as mancebas nas feiras, pelo tombo da comarca da Beira, sabemos que as mulheres que foram à Guarda pela feira de S. João pagaram ao mordomo dois soldos ou um par de pássaros²³². De acordo com Paulo Cunha, “como em qualquer grande reunião de gente no período medieval, as feiras atrairiam várias pessoas, como prostitutas e todo o tipo de artistas, aproveitando a concentração humana para fazer o seu negócio²³³”.

Leah Otis analisa que o fenómeno social da prostituição no seu caminho para a institucionalização, já no fim da época medieval, é impossível fora do contexto comercial florescente para a realidade franca²³⁴. É verdade que isso pode ser aplicado ao contexto

soldo’.” In OLIVEIRA, Ana Rodrigues, *O dia-a-dia em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015, p.195.

²³⁰*Ordenações Afonsinas* Livro I, Título LI, Do Regimento da Guerra, § 24, p. 293. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/11p293.htm>. Último acesso: Abril, 2023.

²³¹LOPES, Fernão -*Chronica de El-Rei D. João I*, vol. V. Lisboa: Escriptorio, 1897, capítulo LXX.

²³²*Arquivo Histórico Português*, vol. X, Anselmo Braamcamp Freire (dir.), Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1916, pp. 206-366.

²³³CUNHA, Paulo Morgado e - *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação*, [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 2019, p. 263.

²³⁴“The social phenomenon of prostitution, impossible outside the context of flourishing commerce, became once again an object of reflexion and regulation only when a new urban society began to evolve out of the rural, feudal legacy of the Frankish world.” In OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society...* p.14.

medieval português, mas com ressalvas. Já que é a falta de documentos que dificulta a conceituação de uma mancebia propriamente rural, mas não neguemos a possibilidade da sua existência desconexa de uma rede comercial urbana.

A prostituição rural pode ser caracterizada, de acordo com Isabel Queirós, como predominantemente itinerante, e que se desenvolvia consoante as estações, festas, feriados, mercados, peregrinações, romarias²³⁵.

6. Conclusão

Na baixa Idade Média, a prostituição era frequente e aceitável mesmo numa sociedade tão religiosa, pois era vista como fonte de receita para as cidades e como um serviço público para garantir a moral e salvaguardar as “boas mulheres” dos ímpetos sexuais masculinos – teoria defendida inclusivamente pelos clérigos.

As mulheres que vendiam o corpo para o próprio sustento material e proteção física geralmente vinham de uma situação precária causada pela perda da honra (como a violação), uma situação de miséria ou rapto.

Não tanto marginalizadas, e mais desonradas e desprezadas, as prostitutas pagavam impostos, viviam nos centros das cidades (às vezes, em arruamentos; as mancebias), eram trabalhadoras e em certa medida integradas na sociedade.

Tanto a prostituição, como o uso desse serviço não eram crimes, inclusive a atividade era frequentada por homens de alta honraria e clérigos. Já o proxenetismo era crime, e nas fontes identificamos o proxeneta como “rufião”. De facto, o lenocínio foi uma prática acessória e parasitária da prostituição, em que os rufiões angariavam prostitutas, reduziam os lucros das mancebias já que viviam à custa delas, e causavam desordem nas cidades.

Muitas vezes há uma tentativa de simplesmente colocar a Idade Média como um período de extrema repressão com tudo e todos, mas esta visão é demasiada redutora. Até porque ao longo desta investigação vimos documentos que atestam três tipos de políticas em relação a prostituição na época medieval; repressão, tolerância e institucionalização.

²³⁵QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - *Theudas e Mantheudas*, Vol. I..., p.46.

A atitude de tolerar a prostituição pode ser justificada pela própria tentativa de institucionalizá-la, principalmente no período tardo-medieval²³⁶. Leah Otis, J. Rossiard e J. Le Goff entendem que essa institucionalização em França se desenvolveu de tal modo que as prostitutas passaram de trabalhadoras autônomas a agentes de uma política pública positiva sobre a moralidade sexual, gozando de alguns privilégios e obrigações.

Ademais, Leah Otis explica que o ato de separar um sítio específico para essas mulheres como uma espécie de ‘red-light district’ oficial é um elemento-chave para institucionalizar a prostituição²³⁷.

Até que ponto isso é verdade para Portugal?

Entre o séculos XIV-XV, vemos algumas práticas régias que intervêm nas mancebias, o que pode ser visto como uma lenta tentativa de institucionalização da prostituição, mas não podemos afirmar que houve adesão da sociedade e que os arruamentos foram efetivos.

Sabemos que a presença quotidiana da violência sexual foi um forte argumento para aceitar a prostituição como um mal necessário, todavia não temos números que comprovem a correlação entre o aumento das mancebias e a diminuição da violência sexual.

Possivelmente o uso da prostituição com vista a cooperar para a ordem urbana foi pouco efetivo, como vimos nas cartas de perdão, nas reclamações da população sobre a localização das mancebias nas cidades e na problemática dos rufiões. A existência das mancebias parece ter trazido também a desordem para as cidades portuguesas à época.

Analisar os bordéis como “verdadeiras instituições de paz”²³⁸ encobre situações nada pacíficas. Afinal mulheres eram raptadas, violadas, obrigadas a se prostituir e muitas vezes eram vítimas da miséria extrema que as levava à prostituição como forma de sobrevivência. Ademais, poderiam ser exploradas por proxenetas, estigmatizadas pela sociedade e penalizadas com o degredo, penas de açoitamento público e a insalubridade da prisão.

²³⁶OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society...* p.12

²³⁷OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society...* p. 24.

²³⁸BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *As mancebias...* p. 223.

Esta investigação corrobora a ideia de Luís Miguel Duarte, que entende que “a prostituição medieval não é um jogo de soma positiva, em que todos ganhavam (...)”²³⁹. Então, com base no que foi analisado e exposto ao longo desta investigação, a teoria para aceitar a prostituição medieval como uma forma de pacificar a sociedade, não demonstra tanta solidez na prática.

Fontes manuscritas

A.N.T.T. - Chancelaria D. Afonso V, liv. 5, fl. 70v; liv. 13, fl. 70; liv. 34, fl. 87; liv. 16, fl. 56v; liv.34, fl. 149v.

A.N.T.T. - Chancelaria D. Duarte, liv. 3, fl. 19v.

A.N.T.T - Chancelaria D. João II, liv. 5, fl. 112v; liv. 26, fl. 112; liv. 2, fl. 156; liv. 3, fl. 98; liv. 2, fl. 143v; liv. 24, fl. 49, fl. 115v; liv. 3, fl. 28; liv. 20, fl.43v.; liv. 15, fl.12.

A.N.T.T. - Estremadura, XI, fl. 126.

A.N.T.T. - Odiana, liv. 3, fl. 60v, 70; liv.7 fl.74.

Fontes impressas

Arquivo Histórico Português, vol. X, direção; Anselmo Braamcamp Freire, Santarém: Câmara municipal de Santarém, 1916.

Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), edição; A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), edição; A. H. de Oliveira Marques, Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

Documentos Históricos da Cidade de Évora I, transcrição; Gabriel Pereira, Évora, 1885.

LOPES, Fernão - *Chronica de El-Rei D. João I*, vol. V, Lisboa: Escriptorio, 1897.

²³⁹DUARTE, Luís Miguel, *Marginalidade e Marginais...*, p. 178.

Livro de Posturas do Concelho de Lisboa século XIV, edição; Francisco José Velozo e José Pedro Machado, Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa, 1974.

Livro de Leis e Posturas, disponível on-line em:

http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=43&acao=ver&pagina=1, Última Consulta: Abril, 2023.

Livro dos Pregos, Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa 2, coordenação; Inês Morais Viegas e Marta Gomes, estudo introdutório; Edite Martins Alberto e transcrição; Miguel Gomes Martins, Sara de Menezes Loureiro. Lisboa: Câmara Municipal, 2016.

Ordenações Afonsinas: Livros II, IV, V, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Para as ordenações Afonsinas também foi usada a versão on-line publicada pelo projeto “O Governo dos Outros”, disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l2p194.htm>. Último acesso: Abril, 2023.

Bibliografia

AQUINO, Santo Tomás de - *Suma Teológica*, São Paulo, Edições Loyola, 2004, vol. V.

ALVES, Joana Catarina Machado - *As Mulheres que fazem do seu corpo sua vontade: a prostituição na Idade Média*. In *Omni Tempore*: atas dos Encontros da Primavera 2018. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *As mancebias nas cidades medievais portuguesas*, in “A mulher na Sociedade Portuguesa, Visão histórica e perspetivas atuais”, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 20-22 de Março, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986, vol.1.

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *O Ar da Cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

BLOCH, Marc - *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

CARTER, John Marshall - *Rape in Medieval England, an Historical and Sociological study*, Boston University Press of America, 1985.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas*, *Revista de História económica e social*, número 20, 1987.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *A mulher como um bem e os bens da Mulher* in “A mulher na Sociedade Portuguesa, Visão histórica e perspetivas atuais”, *Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 20-22 de Março*, Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *Homens, Espaços e Poderes, séculos XI- XVI; Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990.

COSTA, M. Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego - Idade Média: A Mitra e o Município*, Lamego, 1977-79, vols. I e II.

CUNHA, Paulo Morgado e - *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação*, [Dissertação de Mestrado]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019.

DUARTE, Luís Miguel - *Marginalidade e Marginais. História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Dir. José Mattoso e coordenação Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. [Dissertação de Doutoramento], Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. 3 vols.

DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

CRUZ, F. Ignacio Dos Santos - *Da Prostituição na cidade de Lisboa*. Lisboa, 1841.

GUSMÃO, F. A. Rodriguez de - *A Prostituição entre os Romanos*. Coimbra, 1861.

GALÁN SÁNCHEZ, Ángel e LOPEZ BELTRÁN, María Teresa - *El status teorico de las prostitutas del reino de Granada en la primeira mitad del siglo XVI (las*

ordenanzas de 1538) in “*Las Mujeres en las ciudades medievales*”, *Actas de las Terceras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, 1984.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Entre mito e utopia* in *Revista de História Económica e Social*, 12. Lisboa, 1983.

GOMES, Wilson - *O crime em Portugal no final do século XV: uma janela para a sociedade medievla?* [Dissertação de Mestrado]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015.

GONÇALVES, Iria - *Aspectos económicos-sociais de Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia*, *Rev. da F.C.S.H.* 1, Lisboa, 1980.

LARANJO, F. J. Cordeiro - *Cidade de Lamego Igreja do Convento de Santa Cruz*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 1991.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicholas - *Uma História do Corpo na Idade Média*. Lisboa: Edições Liana Levi, 2003.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à História da Agricultura em Portugal (A questão cerealífera durante a Idade Média)*, 3ª. ed., Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

MARQUES, A.H. de Oliveira - *A sociedade Medieval Portuguesa Aspectos de Vida Quotidiana*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARQUES, A.H. de Oliveira - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editora Presença, 1987, vol. IV.

MATTOSO, José, - *A mulher e a família* in «A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais», *Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 20-22 de Março*, Coimbra, 1986, vol. 1.

MATTOSO, José - *Naquele tempo. Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 2.

NARBONA VIZCAÍNO, Rafael - *Pueblo, Poder y Sexo, Valencia Medieval (1306-1420)*, Valência, 1992.

OLIVEIRA, Rodrigues Ana - *O Amor em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Manuscrito Editora, 2020.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues - *O dia-a-dia em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.

OLIVEIRA, J.M. Pereira de - O espaço urbano do Porto, cap. V e VI. Coimbra, 1973.

OTIS, Leah Lydia - *Prostitution in Medieval Society, The History of an Urban Institution in Languedoc*, Londres: The University of Chicago Press, 1985.

QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro de - “Theudas e Mantheudas”. A criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485). [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 1999. Vols. I e II.

RÉAU, Louis - *Iconografía del arte cristiano*. Tomo 2. Volumen 4. Espanha: Ediciones del Serbal, 1997.

RICHAED, Jeffrey - *Sexo, desvio e danação: as minorias da Idade Média*/Jeffrey Richaed; tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

RIZZELLI, Giunio - *Lex Iulia de adulteriis. Studi sulla disciplina di ‘adulterium’, ‘lenocinium’, ‘stuprum’*, Lecce, Edizioni del Grifo, 1997

ROSSIAUD, Jacques - *A Prostitución en el Medievo, Les métamorphoses de la prostitution au XV^e siècle. Essai d'histoire culturelle* in «La Condición de la Mujer en la Edad Media», Actas do Colóquio Hispano-Francês, realizado entre 5-7 de Novembro de 1984, Madrid, 1986.

ROSSIAUD, Jacques - *La Prostitución en el Medievo*, Barcelona, 1986.

SILVA, José Gentil - *A mulher e o trabalho em Portugal* in «A Mulher na Sociedade Portuguesa, Visão Histórica e Perspectivas Actuais», Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 20-22 de Março, Coimbra, 1986. Vol.1.

SÉGAL, André; CLOUTIER, Nicole; HOTTE, Richard; POZZO, Jeannine e THIVIERGE, Marïse - *Note complémentaire À propos de l'attrait des femmes pour les*

RAMOS, Isabela S. — “As ‘Madalenas’ portuguesas: um estudo sobre as mancebias e suas implicações na sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 46-86

clercs in “L’ Érotisme au Mayen Âge”, Troisième Colloque de l’Institut d’études médiévales, dir. de Bruno Roy, Québec: Éditions de L’Aurore, 1977.

SOUSA, Armindo de - A sociedade (Estruturas, Grupos e Motivações), direção e coordenação: José Mattoso, *História de Portugal, A monarquia feudal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 2.

II

Época Moderna

As Crianças da Roda do Porto: aspetos familiares e afetivos (1700-1705)

Érica Ariana Castro Silva

ericacastroa16@gmail.com

Resumo

A Casa da Roda da cidade do Porto tornou-se um observatório das diversas dinâmicas assistenciais, sociais e familiares, no qual se evidenciam mecanismos de resposta a determinados contextos, como é o caso da exposição de crianças. Usando fontes de informação produzidas por esta instituição, para um período entre os anos de 1700 e 1705, num exercício metodológico replicável para períodos mais alargados, em particular os registos inscritos nos Livros de Entrada e Livros de Saída, exploram-se as particularidades das informações contidas naquelas fontes, possibilitando uma reconstituição do complexo mundo das relações emocionais que se estabeleciam entre os diferentes indivíduos envolvidos neste processo de exposição e assistência a estas crianças.

Palavras-chave:

Casa da Roda do Porto, crianças, expostos, infância, amas de leite, relações emocionais

Abstract

Around the aid provided by the Casa da Roda, in Porto, we can find a stage where we can see the social and family dynamics, and the mechanism used by these in response to certain contexts, such as the “abandonment” of a child. Using the sources of information produced in the context of this institution, between the years of 1700 and 1705, in particular the entry records (Livros de Entrada) and exit records (Livros de Saída), we will explore the aid to the foundlings, considering the tendencies of these processes and the characteristics of these children. The nature of this assistance to the foundlings, as well as the particularity of these sources will allow us to explore the complex world of the emotions relationships that would be established between the different people involved in the process of abandonment and aid to these children.

Keywords:

Casa da Roda of Porto; child abandonment, foundlings, childhood, wet nurses, emotional relationships

Introdução

A infância representava, num quadro demográfico de Antigo Regime, marcado por uma elevada mortalidade infantil, um período incerto, de luta permanente para sobreviver aos vários perigos a que se encontrava sujeita, desde contração de doenças, falta de higiene, problemas de nutrição, maus-tratos corporais, e outros. No caso dos expostos, esta realidade era ainda mais precária, estando estas crianças submetidas a vários riscos (falta de alimentação, de agasalho, de abrigo, etc.), condenados a uma mortalidade precoce e excluídos dos seus contextos familiares de origem. A sua sobrevivência dependia, então, de mecanismos ativos e, certamente, do conceito, à época, do que representava uma criança.

Ao longo dos diversos períodos históricos e dos diversos contextos, o modo como a criança era vista e o lugar que esta ocupava na família e na sociedade foi-se alterando (Leandro, 2006). De acordo com Philippe Ariès, terá apenas sido no decorrer do século XVIII que se começou a reconhecer as características particulares das crianças e as suas necessidades, o que proporcionou uma mudança no modo de ver, tratar e se relacionar com aquelas, provocando uma alteração no lugar que ocupavam na organização familiar e na sociedade. Apesar do reconhecimento destas particularidades e do surgimento de uma maior preocupação com a criança, diversos autores, nomeadamente Philippe Ariès e Elisabeth Badinter apontam para a existência simultânea de um processo psicológico no qual as famílias, devido à elevada mortalidade e à forte possibilidade de morte de uma criança, se procuravam afastar e desapegar emocionalmente, nos primeiros momentos de vida, de modo a evitarem o sofrimento emocional, caso existisse uma perda (Ariès, 1981; Badinter, 1985).

Para compreender estas realidades, é necessário integrar as crianças num contexto familiar, dado que é neste espaço, também biológico (pai e mãe) que se estabelecem diferentes tipos de relações entre os seus membros e onde se aplicam modelos comportamentais, sendo a família a unidade básica de organização da sociedade

(Hespanha, 1993; Leandro, 2006). Ora, as crianças expostas, por terem sido excluídas da sua família de origem, são apresentadas, muitas vezes, como marginais ou como indivíduos que existem isoladamente. Contudo, na realidade, e ainda que, de facto, estas crianças tenham sido removidas do seu enquadramento familiar original, elas integravam-se na sociedade, de diversos modos, estabelecendo relações quando eram incluídas no contexto familiar das amas que as cuidavam, ou então, aos sete anos de idade, integrados pelo meio do trabalho (Machado, 2018). Estes contextos são essenciais para compreender as vivências destas crianças, dado que um indivíduo nunca pode ser considerado sem ter em conta as redes familiares e de familiaridade à sua volta.

Conforme o campo da historiografia das emoções foi evoluindo, as concepções universalizantes, que assentavam numa ideia de imutabilidade de certos aspetos da humanidade ao longo do tempo e do espaço, neste caso, das emoções, que permitia a aplicação de teorias psicológicas atuais em realidades do passado começaram a ser questionadas (Barclay, 2021; Rosenwein, 2010). No seu lugar, implementar-se teorias que têm por base o construtivismo social das emoções, de acordo com as quais existem regimes emocionais (Dixon, 2023), particulares a cada comunidade emocional (Barclay, 2021), cujos contextos sociais e culturais são condicionantes das vivências emocionais de um grupo (Rosenwein, 2010), e que apenas através desta lente podem ser estudadas e compreendidas²⁴⁰.

A consideração das dimensões afetivas em estudos de natureza histórica traz uma outra dimensão para o estudo de diversas áreas, permitindo aceder a um nível mais profundo de conhecimento do passado e das experiências dos seus atores. Dentro das temáticas que aqui se propõem explorar, e da forte dimensão emocional a elas associadas, abordar as perspetivas afetivas surge não apenas como um interessante ponto a explorar, mas também como necessário para uma compreensão mais completa desta realidade.

Assim sendo, o nosso primeiro objetivo é o de explorar as tendências e variações da exposição de crianças na Roda do Porto, procurando caracterizar as crianças que davam entrada nesta instituição e as suas particularidades, seguindo-as ao longo dos vários percursos pela Roda, de modo a explorar o funcionamento desta instituição e o

²⁴⁰ Apesar de, ao longo deste trabalho, termos em consideração algumas investigações realizadas no presente, existiu sempre o cuidado de nunca aplicar diretamente estes modelos de pensar e sentir atuais ao passado, sendo estes usados, apenas para elucidar e trazer alguns aspetos para esta discussão.

acolhimento destas crianças. Num segundo momento, iremos procurar explorar e tentar compreender, tendo por base a informação tratada e recolhida anteriormente, o modo como se estabelecem relações entre os vários intervenientes (desde as crianças, aos familiares que as deixam na Roda, até aos que as tratam e acolhem) nos processos de exposição e assistência a estas crianças, em particular o tipo de ligações emocionais que se poderiam, ou não, formar.

1- A Casa da Roda do Porto e a Assistência aos Expostos

A assistência às crianças expostas não surgiu quando as Rodas foram criadas, em finais do século XVII, existindo, antes disso, mecanismos que pretendiam assegurar o cuidado destas, destacando-se figuras como o pai dos meninos ou a mãe dos enjeitados, que se responsabilizavam por recolher e encaminhar estas crianças para amas (Sá, 1987). No entanto, perante um aumento do número de expostos, que se começa a verificar por volta do século XVII, devido à evolução das condições económicas, dos contextos sociais e das mudanças demográficas, as Casas da Roda começaram a surgir com o intuito de assistir e dar apoio a estas crianças, com o objetivo de aproveitar o potencial demográfico destas, assim como serem uma opção alternativa ao infanticídio (Sá, 1987). A par destas instituições, desenvolveram-se mecanismos legais que, por um lado, organizavam e dirigiam o surgimento deste tipo de assistência e que legitimaram a legalidade e o anonimato deste processo²⁴¹, assegurando que não existiria qualquer tipo de punição ou exigência de explicações por parte dos familiares destas crianças.

Em finais do século XVII, quando surgem diversas Casas da Roda por todo o reino, aparece também a Roda do Porto, situada na Rua dos Caldeireiros, que entrou em funcionamento em 1686. No momento de fundação desta instituição, competia à Câmara as funções administrativas e de financiamento. No entanto, e como aconteceu noutros locais, as Misericórdias envolveram-se neste tipo de assistência (Alves e Moreira, 2009; Sá, 1987). Desde cedo, foram realizados contratos entre a Câmara e a Misericórdia do Porto, existindo uma tutela partilhada entre estas duas entidades, na qual a Santa Casa assumia as responsabilidades pela administração da Roda e pelo cuidado destas crianças, enquanto a Câmara mantinha a responsabilidade de cobrir as necessidades financeiras da

²⁴¹ Para explorar este aspeto em profundidade, veja-se Sá, *Isabel- Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das fontes jurídicas*. Penélope: revista de história e ciências sociais. Nº 8 (1992) p. 75-89.

instituição, que eram consideráveis, recorrendo às rendas concelhias (Alves e Moreira, 2009; Sá, 1987; Abreu, 2008).

A Roda do Porto desenvolveu um modelo de organização interno, com uma estrutura e um conjunto de funcionários que refletiam a própria Misericórdia (Sá, 1987; Alves e Moreira, 2009), que se foi complexificando e adaptando ao longo do tempo, de modo a responder às necessidades e ao aumento do número de expostos. Esta organização manteve-se até 1838, quando foram introduzidas mudanças no modelo assistencial que alteraram fundamentalmente esta realidade, quando a responsabilidade pela Roda, tanto administrativa como financeira, voltaram a estar a cargo apenas da Câmara Municipal. A partir deste momento, iniciou-se uma alteração no modo de ver a exposição de crianças, que começou a ser mais controlada, culminando na sua criminalização (Alves e Moreira, 2012).

De modo a compreender as realidades que serão analisadas mais à frente, vejamos, muito resumidamente, qual era o percurso das crianças expostas quando davam entrada na Casa da Roda, em parte apresentado nalguns estudos (Sá, 1987). Após serem deixadas no edifício da Roda, num tambor rotativo que lhe confere o nome, estas crianças eram recolhidas imediatamente por amas que estavam presentes, permanentemente, no edifício. Estas, o mais cedo possível, tinham a obrigação de levar as crianças a serem batizadas (*sub conditione*, porque desconheciam se tinha já recebido este sacramento) e registar a sua entrada, nos Livros de Entradas. A permanência no edifício da Roda era o mais curta possível, porque se procurava que as crianças fossem entregues a amas de fora que as levavam para suas casas e se encarregavam da sua criação, sendo esta informação assente nos Livros de Saídas. Em situações normais, a Casa da Roda encarregava-se da criação destes expostos até aos sete anos de idade, quando estas iniciavam a aprendizagem de um ofício, devendo passar, então, para a responsabilidade do Juiz dos órfãos, o que, na verdade, não se verificou, estando a Roda e a Misericórdia envolvidas no processo de atribuir a estas crianças um ofício (Alves e Moreira, 2009).

2- Fontes de Informação e Metodologia

Ao longo de todo este processo assistencial, quer por motivações de assegurar a identificação destas crianças, eventualmente reivindicadas num futuro pelos mentores da exposição, e onde estas se encontravam, quer por motivos administrativos e de gestão

financeira da Roda, era feito um registo cuidadoso e detalhado em torno destas crianças e da ação desta instituição. Estas fontes constituem uma verdadeira “base de dados” à época, completa e com uma organização louvável, com um método de referenciação que permitia conectar as informações entre os diversos livros e registos desta instituição a partir de um número identificador que acompanhará, sistematicamente, a criança exposta. Estes registos, em particular os registos de Entrada²⁴² e de Saída²⁴³, são as fontes centrais usadas no desenvolvimento deste trabalho. Por isso, vejamos algumas das suas características, bem como possíveis limitações de utilização.

Os Livros de Entrada compilam registos individuais, criados para cada criança quando esta dava entrada na Roda. Nestes, está presente informação acerca da data e hora de entrada na instituição, ou local onde eram encontrados, caso não tivessem sido deixados de imediato no edifício da Roda, a descrição de objetos, caso estes estivessem presentes, como enxovais ou sinais de identificação, bem como a transcrição dos bilhetes que muitas vezes eram deixados com estas crianças. Estaria, também, presente informação acerca da data do batismo e nomes dos padrinhos e, ocasionalmente, outras informações adicionais, como algumas características ou particularidades destas crianças. Nas margens dos registos de entrada, encontram-se presentes referências que remetem para o livro e o fôlio onde se encontra o registo da criança no Livro das Saídas. No entanto, muitas vezes, estas referências não estavam presentes, por falecimento das crianças antes de terem a possibilidade de saírem da Roda, estando, em seu lugar, informações acerca das datas e locais de morte destas crianças.

Os registos de Saída eram criados quando as crianças saíam da Roda e passavam para o cuidado de uma ama de fora. Aqui, deparamo-nos, de modo idêntico ao que acontece nos registos de entrada, com uma referência ao local onde se encontra a informação de entrada das crianças. Estes registos são constituídos pela informação das amas que se encarregavam destas crianças, os seus nomes, informação dos maridos, e, caso fosse solteira, por vezes, dos pais, e respetiva morada. Após estas informações aparecem, sistematicamente, de três em três meses, os registos de pagamento a estas amas, feitos após a apresentação de uma certidão que comprovasse o bem-estar da criança (estar

²⁴²Arquivo Distrital do Porto (ADP)- Casa da Roda- Assistência aos expostos- Entradas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002).

²⁴³ ADP- Casa da Roda- Assistência aos expostos- Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003).

viva e bem tratada) ou da apresentação da própria criança. Nestes, estão ainda presentes informações relativas à morte, retoma ou o fim da criação destas crianças.

Estas fontes apresentam-nos, então, uma quantidade considerável e um conjunto muito variado de informações. No entanto, é necessário ter em conta algumas das limitações que estas podem possuir. Primeiramente, estes registos não eram produzidos no momento exato em que a criança entrava na Roda, existindo um hiato entre o momento de entrada e o momento em que se fazia o registo, lacuna que se manteve até 1768, altura em que passou a existir a Diretora ou Ama Seca, que, entre outras funções, fazia o registo imediato das informações acerca das crianças, no momento em que entravam na Roda (Alves e Moreira, 2009; Sá, 1987). Este espaço de tempo possibilitava a existência de vários tipos de lacunas na informação registada, que poderiam ser causadas tanto por esquecimentos e confusões acidentais por parte das amas, que poderiam trocar ou confundir as crianças, os objetos e informações associados, existindo ainda casos de roubos, por parte destas mesmas amas, de objetos que eram levados com as crianças (Sá, 1985).

Os produtores desta informação eram os Provedores da Roda, que ocupavam um cargo de duração anual, o que impactou o tipo de conteúdo e a qualidade de informação que era registada porque dependente da competência de cada Provedor. Com efeito, a leitura das fontes torna evidente a existência de provedores que faziam registos muito mais detalhados, enquanto outros pareciam deixar de parte alguns aspetos, registando apenas as informações que consideravam principais. Nota-se esta irregularidade na descrição dos objetos e enxovais levados com estas crianças, que, nos registos realizados por alguns provedores eram frequentes e detalhados, e noutros eram muito simples, senão mesmo inexistentes.

Sendo que os bilhetes deixados com estas crianças são um objeto central para atingir os objetivos definidos, é necessário ter em conta alguns aspetos que condicionam, igualmente, a sua análise. O acesso aos bilhetes não é feito de forma direta, mas sim através das transcrições presentes nos registos de entrada. Sendo uma transcrição, esta depende da interpretação de quem a fez, podendo haver erros ou alguns aspetos mal compreendidos. Além disso, nem sempre era feita uma transcrição completa dos bilhetes, sendo isto mencionado explicitamente em alguns casos, o que nos suscita a dúvida da sistemática transcrição ser total ou não. Por outro lado, como alguns investigadores

sugerem, a informação contida nestes bilhetes nem sempre seria verdadeira, mas manipulada por parte dos que escreveram essas notas (Reis, 2016).

3- O Movimento de Entradas na Casa da Roda do Porto

Iniciaremos esta exploração com o momento em que estas crianças davam entrada na Roda do Porto e as características que marcavam estes expostos. O número de entradas na Casa da Roda sofreu variações ao longo dos anos, sendo este valor dependente de diferentes fatores, como o número de nascimentos, as condições económicas particulares de um determinado momento ou particularidades das famílias de origem de uma criança, sendo ainda influenciado pelo número de crianças que eram levadas do exterior da cidade. Com efeito, a Roda do Porto não recebia exclusivamente crianças do espaço portuense. Esta surgia como um grande centro de assistência e, por esse motivo, atraía crianças de toda uma zona circundante, quer porque não existiam Rodas nesses locais, quer porque se acreditava que esta, sendo maior e mais central, teria melhores condições de sustentar estas crianças (Sá, 1992; Alves e Moreira, 2012). Dado que este trabalho apenas se foca num período de seis anos, torna-se impossível estabelecer um padrão ou tendência que, num período de análise mais longo se tornasse evidente, podendo, no entanto, ser observadas algumas variações. Seja como for, procura-se testar uma metodologia de análise da informação reunida.

Olhando para as variações anuais do número de entradas na Roda do Porto, o ano de 1700 apresenta um total de 105 entradas, quase duplicando em 1701, quando o número de registos subiu para um total de 190, valor não mais atingido nos anos seguintes, embora próximo em 1703. Nos anos seguintes, foram existindo variações nos números de

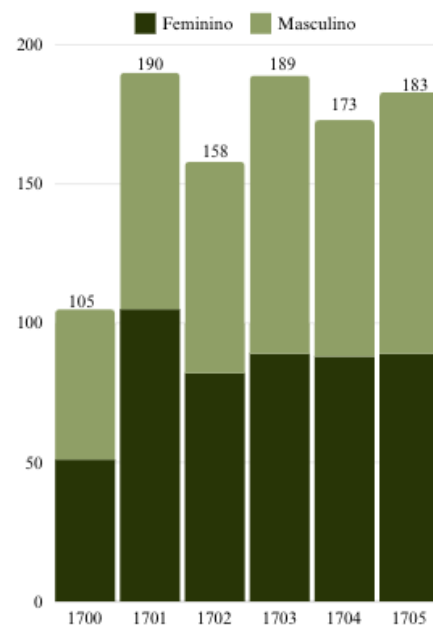


Figura 12- Número total de Entradas na Roda, por ano, com distribuição por sexos

entradas, nunca baixando os valores de 1700²⁴⁴ (Fig. 1). Estamos, então, perante um total de 998 entradas na Casa da Roda do Porto, entre os anos de 1700 e 1705. Destaca-se, no entanto, que o número de entradas não correspondia exatamente ao número de crianças que davam entrada na Roda. Por vezes, uma criança entrava na Roda mais do que uma vez, e se, em certos casos, as amas eram capazes de reconhecer e identificar estas crianças, e esta informação constava nos registos, existe a possibilidade de haver casos em que isto não acontecia. No que diz respeito às variações mensais, não parece existir nenhum padrão reconhecível, variando muito os valores de mês para mês e entre os vários anos. No entanto, e mais uma vez, aqui apenas temos em conta um período temporal reduzido, que pode não permitir a análise de certos padrões.

O modo mais comum de dar entrada na Casa da Roda era, efetivamente, deixando estas crianças no próprio edifício. No entanto, ainda que o número de casos fosse reduzido, apenas vinte casos do total das entradas, algumas destas crianças eram encaminhadas para a Roda após terem sido abandonadas noutros locais, em sítios de fácil acesso e onde fossem rapidamente encontradas, muitas vezes em espaços de devoção religiosa²⁴⁵, sendo levadas para a Roda por terceiros. Uma outra forma destas crianças chegarem a esta instituição era por *ordem da meza*, ou seja, maioritariamente, quando, por algum motivo, as mães das crianças davam entrada numa instituição da Misericórdia e acabavam por morrer²⁴⁶. Entre 1700 e 1705 verificaram-se catorze casos deste tipo.

Os nomes destas crianças, como veremos mais à frente, em muitos dos casos, eram atribuídos pelos familiares que as deixavam na Roda, surgindo, normalmente, escritos num bilhete ou sendo ditos oralmente às amas. Quando as crianças eram deixadas na Roda sem nenhum nome atribuído, era-lhes colocado, sistematicamente, o nome de um dos padrinhos e, em alguns casos, o nome de santos quando as crianças eram deixadas nos

²⁴⁴ Nota-se que, tendo em conta as tendências dos anos anteriores, o valor que se regista no ano de 1700 é uma exceção ao movimento crescente de entradas que se vai verificando, sendo que nos dois anos anteriores os valores correspondiam a 137 entradas em 1698 e a 140 em 1699.

²⁴⁵ Exemplo de uma criança deixada num local com alguma ligação com o religioso: “*Em 25 do dtº se achou hum menino a porta de nossa S^{ra} da Vitória, e se recolheu na Roda[...]*” - Registo de Entrada de Phelippe-ADP- Livro de Entradas N° 1- fl. 185v..

²⁴⁶ Caso que demonstra o que acontecia na maioria dos casos em que uma criança entrava na Roda por ordem da mesa: “*Em 27 de Fevrº de 1700 entrou na Roda hum menino por ordem da meza q tinha já quatro annos, a ficar no hospital aonde lhe morreu a may[...]*” - Registo de Entrada de João-ADP- Livro de Entradas N° 1- fl.18.

seus dias de devoção. Para os anos em estudo, não parece existir uma grande diferenciação por sexos. Ainda que, de facto, na totalidade dos anos em estudo, se verifique um maior número de meninas expostas, esta diferença é bastante reduzida (apenas de dez crianças). Além disto, em metade dos anos, a quantidade de meninos a dar entrada na Roda foi superior ao de meninas (em 1700, 1703 e 1705) (Fig. 1). Ainda que, de facto, para a maioria dos casos não existisse informação (64%), a partir dos bilhetes, podemos saber se estas crianças se encontravam ou não batizadas quando eram expostas. Nos casos em que esta informação se encontra presente, 15% das crianças que entravam na Roda não eram batizadas, 15% iam já com este sacramento e 6% tinham sido exempladas²⁴⁷ antes de serem deixadas na Roda.

A idade que estas crianças possuíam no momento de entrada é um dado mais difícil de abordar, uma vez que nem todas as entradas, ou registos posteriores, atribuíam uma idade certa ou por aproximação a estas crianças. No entanto, existem algumas situações em que era feita referência e é com base nessa informação que se explorou esta questão. Efetivamente, da totalidade de registos, apenas 256 possuem algum tipo de informação acerca da idade das crianças. É, com base nesta amostra que se fizeram os cálculos apresentados: verificámos que a grande maioria destas crianças era exposta nos primeiros momentos de vida, havendo um grande número de bebés deixados no dia ou poucos dias após o seu nascimento. Quanto mais tempo passava após o nascimento, menor se torna o número de exposições. No entanto, existiam crianças que davam entrada na Roda com uma idade mais avançada, em alguns casos já com vários anos, ainda que, de facto, esta seja uma realidade menos comum. Parece-nos que existia uma tendência para as crianças com idade mais avançada serem sistematicamente indicadas, quer a idade real quer por aproximação, permitindo-nos colocar a hipótese de que todas as crianças que não possuíam menção da idade fossem crianças muito novas, não havendo, deste

²⁴⁷ Batismo dado, de forma não oficial, a uma criança que se encontrava em situação de perigo, para assegurar a salvação da sua alma.

modo, necessidade de mencionar a idade destas. No entanto, não foi encontrada nenhuma evidência concreta que pudesse justificar esta possibilidade (Fig. 2).

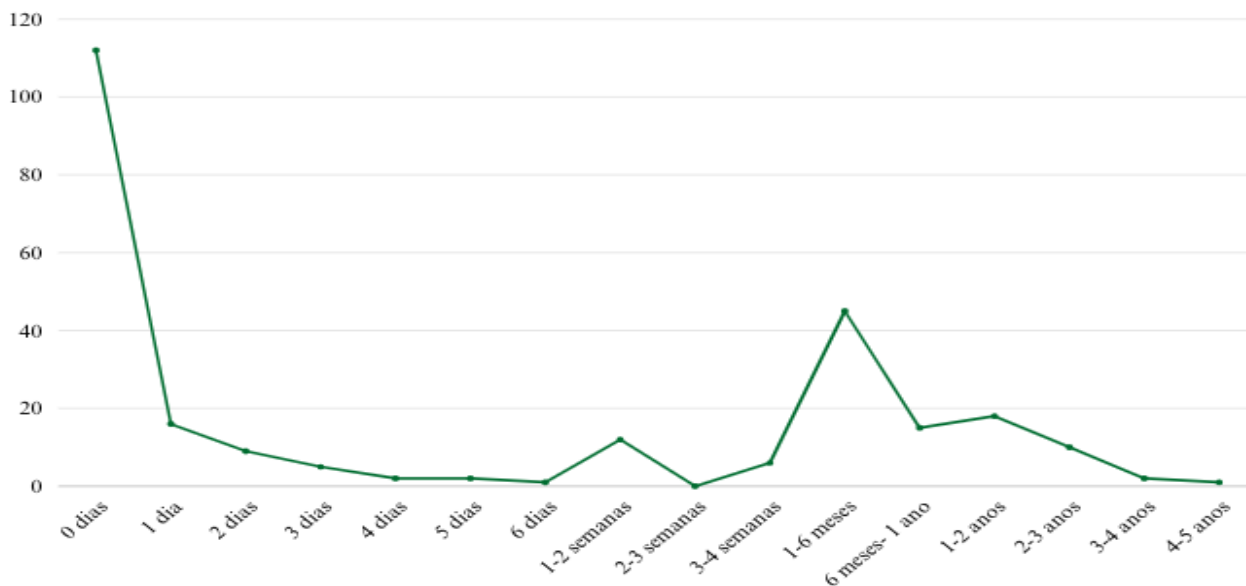


Figura 13- Idades das crianças no momento em que davam entrada na Roda

Em alguns destes registos surgem referências a outros aspetos relativos à exposição ou características destas crianças. Nuns casos, era feita a exposição de mais de uma criança, ao mesmo tempo. Para o período de 1700 a 1705, registou-se a entrada de seis pares de gémeos²⁴⁸ e um par de irmãos, incerto se eram, ou não, gémeos. Noutros casos, deparamo-nos com informações relativas à cor da pele e possível ascendência étnica destas crianças, com o registo, para o período em estudo, de nove crianças caracterizadas como mulatas²⁴⁹. Por fim, verifica-se a presença de quatro crianças que

²⁴⁸ Registo de duas crianças, gémeas, que deram entrada na Roda: “*Em 8 de Fevr° de 1701 a noute se pozera na Roda hu menyno e hua menyna, ambos de hu ventre[...]*” - *Registos de entrada de Joseph e Maria-ADP- Livro de Entradas N° 1- fl. 200v.*

²⁴⁹ Um dos casos em que o registo menciona a etnia de uma criança: “*Em 28 do d° pella 6 horas da noute entrou na Roda huma menina mulata q mostrava ter hum anno sem escrito nem sinal[...]*” - *Registo de Entrada de Catherina-ADP- Livro de Entradas N° 1- fl. 249.*

foram descritas como possuindo algum tipo de deficiência física²⁵⁰ ou problemas de teor psicológico²⁵¹.

Ao entrarem na Roda, por vezes, os expostos iam acompanhados de objetos, desde os bilhetes escritos pelos familiares, já referidos, a sinais identificadores, enxovais, assim como outros objetos. No que diz respeito aos bilhetes, o seu conteúdo será abordado com maior profundidade mais à frente neste trabalho. Em termos gerais, uma parte considerável destas crianças, 48%, levava consigo um bilhete. Estes eram, predominantemente, escritos num pequeno pedaço de papel, existindo, no entanto, uma minoria, um total de sete casos, de bilhetes que eram ditados pelas pessoas de fora da Roda para as amas que recebiam as crianças. A presença de enxovais e outros objetos é mais difícil de analisar, tendo-se verificado falhas no seu registo, assunto que será tratado adiante, destacando-se apenas que 9% dos registos de entrada possuíam descrições diretas de outros objetos e enxovais. No que diz respeito aos sinais, que também iremos focar adiante, 53% destas crianças iam acompanhadas de elementos identificadores.

4- Saída para as Amas de Fora

A entrega das crianças a uma ama de fora era uma prioridade e devia ser feita o mais rápido possível após a entrada na Roda. Sabe-se que a saída destas crianças não era feita pela ordem de entrada, existindo algum método de seleção ou escolha que, no entanto, não conhecemos ao certo. Existe a possibilidade de que as amas de fora poderiam escolher as crianças que levavam consigo (Sá, 1987), ideia que é suportada pelo facto de existirem casos em que estas amas amamentam os seus próprios filhos, após os terem exposto na Roda. Além disto, sabe-se que a falta de amas de fora era uma realidade comum, o que, evidentemente, impactava o ritmo a que estas crianças saíam desta instituição e os seus tempos de espera. Tendo estas ideias em conta, como era suposto, a maioria destas crianças passavam um período curto no edifício da Roda antes de serem entregues às amas de fora, algumas delas apenas alguns dias, outras tendo um período de

²⁵⁰ Exemplo de uma criança que possuía uma deficiência: “*Em o p^{ro} de Mayo p^{las} 9 horas da noute entrou hum menino na Roda e he aleyado dos pes e não trazia escrito nem sinal[...]*” - Registo de Entrada de Joseph- ADP- Livro de Entradas Nº 1- fl. 185.

²⁵¹ Caso de uma menina descrita como mentecapta- “*Esta menina he mentecapta...*” Registo de Saída de Josepha- ADP- Livro de Saídas nº5- fl. 447.

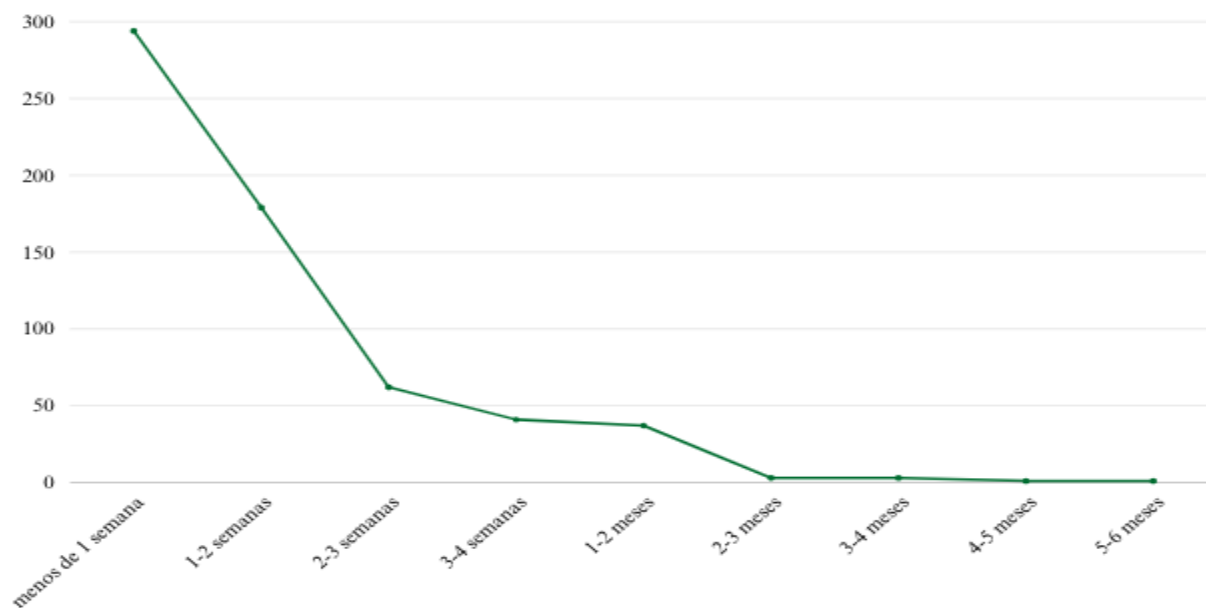


Figura 14- Tempos de espera das crianças até serem entregues á primeira ama de fora

espera que se alargava para algumas semanas. No entanto, e ainda que seja uma realidade com uma representatividade reduzida, verificaram-se alguns casos de crianças que ficaram na Roda durante períodos bastante prolongados, de alguns meses, sem sabermos exatamente qual o motivo, não sendo possível, nesta amostra, distinguir nenhum padrão explicativo (Fig.3).

Seria esperado que, após ser entregue ao cuidado de uma ama, a criança permanecesse a seu cargo até ao fim do período tutelar da Roda. De facto, na maioria dos casos estas crianças possuíram apenas uma única ama ao longo da sua passagem por esta instituição. No entanto, existem outros casos onde estas crianças passavam por mais do que uma ama, sendo que o número máximo, no período em análise, são quatro amas (Fig.4). As mudanças de ama podem ter diversas motivações, desde o simples fim do período contratual e não existir interesse em continuar a cuidar da criança, devido a problemas com a própria ama, como a falta de leite, doença ou mesmo a sua morte, quer por doença da criança ou por esta se encontrar *mal criada*²⁵².

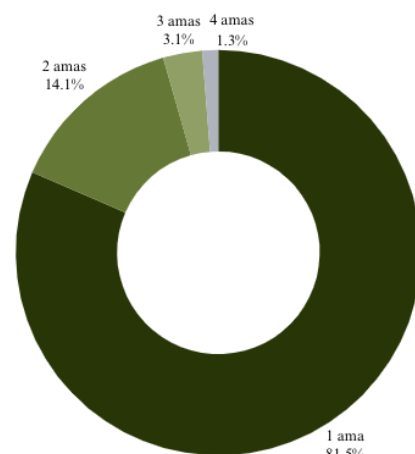


Figura 15- Número total de amas pelas quais estas crianças passaram

²⁵² Este é um termo que aparece com alguma frequência, associando-se a uma falta de cuidados básico com esta criança, como a alimentação ou a higiene.

Um outro aspeto que é necessário ter em conta é o tempo de permanência destes expostos com as amas, sendo que se podem destacar duas grandes tendências: crianças que passavam períodos relativamente curtos com as amas e as que ficavam no cuidado das amas durante períodos longos. Um importante fator que determinava a longevidade da estadia com uma ama era a mortalidade infantil. Como se explorará mais a frente, a mortalidade era considerável, e muitas das crianças faleciam, já no cuidado de uma ama de fora, ainda com pouca idade, razão pela qual o tempo de permanência nas amas e os valores da mortalidade se acompanhavam. Então, o grupo de crianças que permanecia por períodos mais curtos ao cuidado das amas, era o grupo daquelas que morriam muito cedo, assim como aquelas que, por algum dos motivos já acima mencionados, tinham de ser dados a criar a outra mulher. Em contraste, existem crianças que ficavam com as suas amas durante períodos muito longos, sendo estas as que sobreviviam à arrasadora mortalidade infantil desta época, chegando a passar vários anos da sua vida, senão a totalidade da sua infância ao cuidado da mesma ama.

Deve-se ainda considerar, dado a frequência com que esta realidade surge nos registos, o facto de que nem todas estas crianças possuíam uma ama só para si, sendo que encontramos²⁵³, com alguma frequência, a referência a outras crianças que estas amas possuíam em seu cuidado, o que evidencia a permanente falta de amas que se verificava, sendo que isto poderia impactar o tipo e a qualidade dos cuidados que estas crianças recebiam. A existência de crianças *mal criadas* era também um aspeto que estava presente em vários casos. Se, algumas vezes, isto aparece referenciado e as crianças eram tiradas da posse das amas²⁵⁴, a verdade é que existem vários casos nos quais apenas se refere esta informação, mas a criança continuava no poder dessa mesma ama, o que, novamente, evidencia a falta destas cuidadoras e impossibilidade e entregá-las a outras.

5- Fim da Tutela da Roda

²⁵³ Estas informações encontram-se presentes nas margens dos registos de saída, sendo referenciado o local onde se encontra o registo destas outras crianças nos mesmos livros.

²⁵⁴ Registo de um dos casos em que uma criança é removida por estar “*mal criada*”: “*Tirase lhe o menino em dya de N. S da Natevi^{de} por mal criado e ficou na Roda[...]*” -Registo de Saída de Caetano- ADP- Livro 3 das Saídas fl.559.

A tutela da Casa da Roda sobre estas crianças podia terminar de modos distintos, como se pode observar na Figura 5. Estava determinado que, chegando aos sete anos de idade os expostos deixavam de estar sobre a tutela da Roda e iniciavam a aprendizagem de um ofício. No entanto, isto aconteceu em apenas 12% dos casos, existindo outros meios de terminar esta tutela. Evidentemente, a qualquer momento os familiares podiam procurar e retomar estas crianças, terminando deste modo a responsabilidade da Roda (7% dos casos). Além destes, com uma representatividade muito mais considerável, de 68%, existiam aquelas crianças cuja relação com a Roda terminava com a sua morte. Por fim, iremos ainda ter em conta os casos sobre os quais não possuímos informação, dado que o seu peso é considerável.

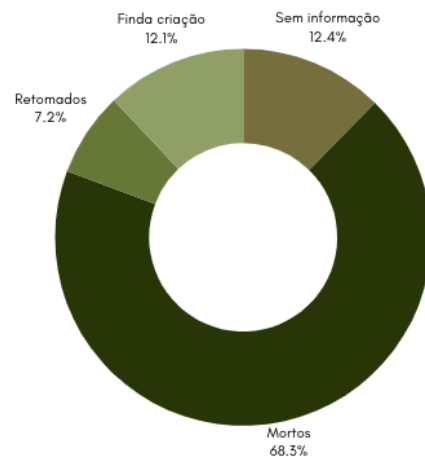


Figura 16- Diferentes formas de terminar a tutela da Roda

5.1- Morte

O quadro demográfico de toda a modernidade foi marcado por uma elevada mortalidade, em particular infantil, a qual o nosso espaço de estudo evidencia claramente.

A percentagem de crianças que morreram é elevada, correspondendo, para a totalidade do período em estudo a 68%. Ao longo dos anos este valor manteve-se estável e sempre em torno deste valor geral, com exceção do ano de 1705, onde 80% das crianças que deram entrada na Roda não sobreviveram (Fig.6). Existem, ainda que numa quantidade reduzida, crianças que eram deixadas na Casa da Roda já sem vida, com o objetivo, como muitas vezes aparece explícito nos bilhetes, destas receberem o funeral de forma gratuita²⁵⁵.

Ano	Entradas	Mortes	% Mortes
1700	105	68	65%
1701	190	128	67%
1702	158	108	68%
1703	189	119	63%
1704	173	110	64%
1705	183	147	80%
Total	998	680	68%

A maioria das mortes ocorria quando as crianças se encontravam a cargo de uma ama de fora (52%), o que não deve surpreender, uma vez que era nesta situação que a maioria das crianças se encontrava. Um grande número de crianças faleceu na Roda (40%), sem nunca ter saído para o

Figura 6- Relação entre o número de entradas na Roda e o número de mortes, por ano

²⁵⁵ Exemplo de um caso onde se pediu que fosse dado um funeral a uma criança falecida: “*Em 23 de 8b^o de 1701 entrou na Roda hum menino morto com o escrito seg^{te} – esta crianças está batizada já e se mande enterrar que he de hua molher pobre e m^{io} necessitada pede pelo amor de Deos o mandem enterrar*” Registo de Entrada de criança sem nome- ADP- Livro de Entradas N^o 1- fl. 225.

cuidado da ama de fora, portanto, num momento em que ainda seriam muito jovens. Existem, ainda, em número mais reduzido, crianças que morriam na Roda após regressarem do cuidado de uma ama e enquanto esperam ser entregues a outra cuidadora (8%). As fontes usadas para este trabalho não fazem referência a qualquer tipo de causa de morte. Sabe-se apenas que algumas crianças regressavam à Roda por estarem doentes e para receber tratamento²⁵⁶, não sendo descritas, no entanto, nenhuma doença ou sintomas em particular²⁵⁷.

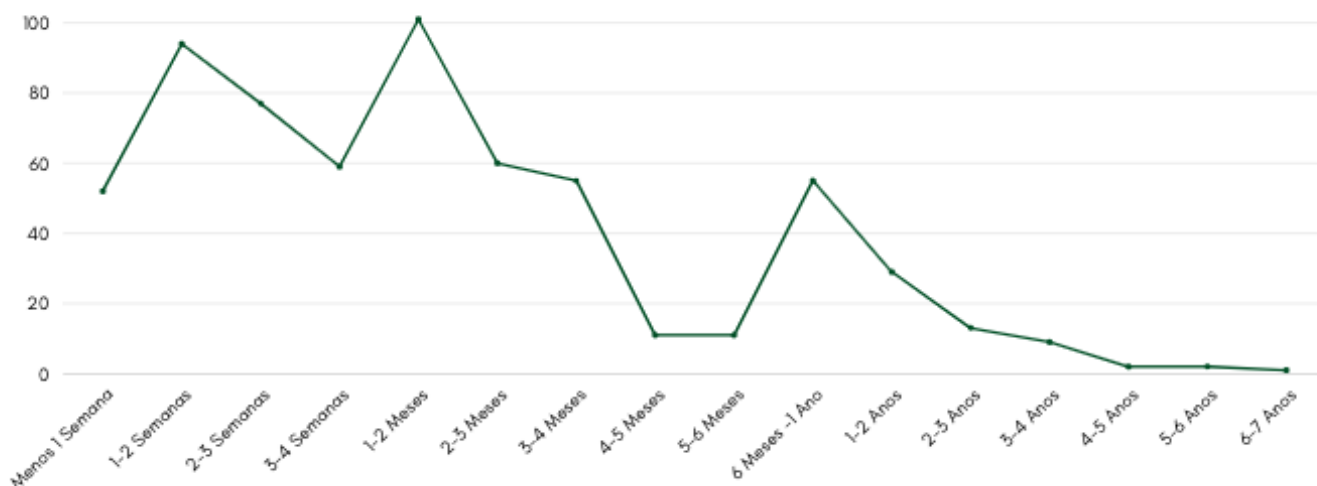


Figura 18- Idades de morte das crianças que deram entrada na Roda, de acordo com as informações disponíveis nas fontes

A mortalidade infantil, possível de calcular apenas nos casos em que se sabia a idade que a criança teria na entrada na Roda, seguia os modelos demográficos típicos deste período, verificando-se uma maior mortalidade nos primeiros meses de vida, sobretudo até aos 3 meses, como se observa na Fig.7, a maioria delas com apenas dias de idade e, muitos deles, ainda antes de completarem o primeiro mês de vida. No que diz respeito à distribuição da mortalidade por sexos, a variação entre meninos e meninas não é muito considerável, existindo um número ligeiramente mais elevado de mortes do sexo masculino.

²⁵⁶Exemplo de uma criança que foi levada para a Roda por ter adoecido e que acabou por falecer: “*Trouxea á Roda doente em 28 de Agosto de 1701 ... e esta menina Inacia falaceu na Roda em o p^o de Setr^o de 1701*” -Registo de Saída de Ignacia- ADP- Livro 4 Saídas fl. 215.

²⁵⁷ No trabalho Sá, Isabel- *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, a autora aponta como causas desta elevada mortalidade a falta de amas e de leite e as doenças infecciosas.

5.2- Procuras e Retomas

Era esperado que, em algum momento, sobretudo através das mensagens escritas que acompanhavam alguns dos expostos que davam entrada na Roda, que as crianças fossem retomadas pelos seus familiares e que, nesse momento, fosse feito o pagamento dos gastos com a criação destes. No entanto, os casos em que isto aconteceu foram reduzidos, registando-se apenas a retoma de 73 crianças, nos anos em estudo, aos quais se adicionam mais três casos de mães que procuraram os seus filhos após estes já terem falecido. No que diz respeito aos pagamentos da criação destes expostos, esta informação não surge mencionada na maioria das situações, existindo apenas a referência a três mães que reembolsaram as despesas com os seus filhos, e um caso no qual uma mulher foi dispensada de pagar devido à sua condição de pobreza.

Um outro aspeto que se deve ter em consideração e que pode ser revelador, era o tempo que estas crianças passavam sobre os cuidados da Roda antes de serem procuradas pelos seus familiares. Ainda que existissem casos em que as crianças estiveram longos períodos na Roda antes de serem retomados, a maioria delas foi procurada pouco tempo depois de ser exposta, poucos dias ou no dia a seguir à exposição. Esta ocorrência poderá ser interpretada como resultado de algum tipo de arrependimento ou incapacidade de separação destas crianças, e poderá evidenciar, também, a força das relações afetivas.

A esmagadora maioria das pessoas que procuraram estas crianças foram as mães²⁵⁸ (58 dos 73 casos), sendo que apenas cinco foram procuradas apenas pelo pai e um caso a criança foi retomada pelo pai e pela mãe, em conjunto. Verificaram-se, ainda, situações em que estas crianças foram procuradas por outras pessoas, sem que fosse referida nenhuma relação familiar (em nove registos), o que não exclui a possibilidade de o serem. Finalmente destaca-se, ainda que seja uma realidade um pouco distinta da procura de uma criança pelos seus familiares, a existência de um caso onde ocorreu uma adoção literal. Este caso merece particular destaque e atenção uma vez que, ao contrário dos sistemas atuais, a Casa da Roda não possuía um mecanismo de adoções, nem procurava encontrar pais adotivos ou novas famílias para estas crianças²⁵⁹. Neste caso, por algum motivo, um casal que não possuía filhos assumiu o cuidado e os custos da

²⁵⁸ Destaca-se ainda que, em alguns destes casos, as mães destas crianças eram as amas que delas cuidaram.

²⁵⁹ ADP- Livro 5 Saídas fl.409.

criação de uma menina exposta, embora não se descarte a hipótese de ser filho ilegítimo de um dos cônjuges.

Sabe-se que, apesar da exposição ser anónima e que não deveria existir nenhum tipo de contacto entre familiares e crianças, na realidade tal não acontecia. Existiam redes de contacto com as amas, o que permitia aos familiares saberem quem eram os seus filhos e onde se encontravam. Sabendo da localização e as condições em que estavam estas crianças, os familiares não tinham um motivo para os procurarem pelas vias formais e as retomarem, especialmente porque ao fazerem isso era esperado que lhe fosse exigido o custo da criação. Evidência desta realidade, é o registo de uma referência direta ao facto de a ama de fora saber quem a era a mãe da criança que cuidava, bem como existirem casos em que os pais procuraram as crianças diretamente na casa das amas²⁶⁰.

5.3- Fim da Criação

Aquelas crianças cuja morte passou ao lado, e que não foram procuradas por algum familiar, acabando por completar os sete anos de idade, eram consideradas como tendo passado a não mais estarem a tutela da Roda e terminada a sua criação, sendo que, para os anos em estudo, esta foi a realidade de 115 crianças. Neste momento, pouco mais de metade destas crianças, 54%, acabaram por ficar no poder das amas que as criaram, muitas vezes durante anos, se não mesmo a totalidade das suas vidas. Curiosamente, existiram ainda dois casos nos quais estas crianças ficaram sob o poder dos maridos das amas. Existiram, também, alguns expostos que passaram para a tutela de alguns indivíduos, que por algum motivo demonstram interesse neles, como é o caso de um padre, um lavrador e um alfaiate, sendo que neste último registou a intenção de ensinar o ofício à menina e não a um menino, como seria expectável. Destaca-se, ainda, um caso particular de um menino que, por possuir uma deficiência certamente motora, ficou ao cuidado da ama de fora até aos oito anos de idade, e posteriormente passou para o Hospital dos Entrevados²⁶¹, como seria comum em casos deste tipo. Por fim, os restantes 41% dos que chegam ao fim do período de cuidados da Casa da Roda não possuem, nos seus registos, nenhuma especificação do que lhes aconteceu posteriormente, podendo-se

²⁶⁰ Um dos casos em que isto se verifica: “*Por notícia certa se sabe q a may desta criança foi a caza desta ama para levar a minina [...]*” - Registo de Saída de Maria- ADP- Livro 5 Saídas fl.154.

²⁶¹ “*Por ordem da meza se mandou continuar mais hu anno este engeitado sem embº de se acabar os sete annos por ser mtº doente e aleijado [...]*” “*Este menino he aleijado e por ordem da Meza foy pº o Hospitals dosn entrevados*” - Registo de Saída de Sebastião- ADP, Livro 4 Saídas fl.202 e 202v.

assumir que, provavelmente, tinham cumprido o destino previsto e iniciado a aprendizagem de um ofício.

5.4- Casos sem informação

Como se pode observar na Figura 5, existe uma quantidade considerável de crianças cujos destinos não conhecemos, por diferentes motivos. Uma das razões prende-se com a falta de registos, porque, em vários casos, as folhas dos registos de Saída não se conservaram, impossibilitando saber o que aconteceu a algumas destas crianças. Um outro problema relativamente comum tem que ver com o facto de alguns destes registos estarem incompletos. Em várias situações, o registo de saída menciona a entrega de uma criança a uma ama e, após este, não volta a aparecer mais nenhuma informação. Uma possível explicação para o que acontece em alguns destes casos surgiu num dos registos de saída, num relato arrepiante: *“Esta ama M^a Glz chamada a Camona q mora em perozinho e não em Sermonde tem feito com os inocentes engeitados inauditas insulencias, levando mt^{os} e tornando os a trazer a Roda trocando os nomes das amas e as terras de tal modo que indose a procurar as crianças se não acharão nem noticias de taes nomes de amas; com q he neces^o m^{ta} advertencia com esta malevola mulher”*²⁶², ou seja, uma mulher que se apresentava na Roda com diversas identidades, levando consigo várias crianças das quais se perdeu o paradeiro.

Existem, ainda, casos nos quais as crianças eram roubadas das casas das amas por alguém, hipoteticamente pelos progenitores que as pretendiam retomar sem terem de passar pelos meios oficiais, perdendo-se a informação do que aconteceu verdadeiramente com elas²⁶³.

6- Redes afetivas

Os sentimentos, as emoções e as redes afetivas são algo de grande complexidade, na atualidade, do mesmo modo que seriam no passado. No entanto, no estudo e compreensão destes aspetos no passado, deparamo-nos com dificuldades acrescidas, dado que as fontes diretas e que se focam nestes aspetos são reduzidas, não chegando até nós

²⁶² Registo de Saída de Manuel- ADP, Livro 5 Saídas fl. 75.

²⁶³ Como é exemplo o que acontece com Maria *“Furtarao esta criança em 17 de Julho de 1703, sem se saber quem”* Registo de Saída de Maria- ADP, Livro de Saídas n° 4, fl. 259.

amplios e detalhados vestígios destas realidades. Apesar disto, procuraremos, com base em alguns vestígios e elementos que, alguns mais outros menos diretamente, nos podem elucidar para estas dimensões e permitir explorar um pouco sobre quais poderão ter sido as várias vivências emocionais das pessoas envolvidas no processo de exposição e no posterior cuidado destas crianças. Estamos conscientes de que o que é considerado ter um sentido emocional no presente não corresponder ao mesmo no passado. Metodologicamente, recorreremos a trabalhos de psicologia realizados no presente, de modo a tentar compreender alguns processos psicológicos, mantendo sempre a devida distância dado que este tipo de investigação não tem em conta os contextos históricos particulares desta realidade.

6.1- Famílias Biológicas

Parece pertinente iniciar esta exploração com as famílias de onde provinham as crianças que eram expostas, de modo a compreender o lugar da criança neste contexto, como estas eram vistas, que tipo de relações existiam e as motivações e impactos que a sua exposição teve. Ainda que, devido ao anonimato e secretismo que existia em torno destes processos, não exista informação das famílias da maioria das crianças que entrava na Roda, possuímos diferentes modos de estabelecer relações com estes e de obter uma visão das suas perceções.

De modo a compreender o tipo de relações que existiam entre os familiares e as crianças que eram expostas, é necessário compreender os motivos que levariam as famílias a tomarem a decisão de deixarem uma criança. Tendo em conta o contexto em que esta realidade se desenvolveu, por um lado, era quase expectável que um filho fruto de uma relação onde uma das partes fez votos de castidade, assim como crianças que fossem resultado de relações fora do casamento ou de mães solteiras, fosse exposto por pôr em causa a honra dos seus pais e famílias. Por outro lado, se as condições económicas se degradavam e se tornava mais difícil sustentar uma criança, isto poderia conduzir ao aumento de crianças a darem entrada na Roda, sobretudo em momentos críticos de exposição à pobreza.

Dado que o anonimato era uma parte central deste processo, e que não era esperado que os familiares justificassem o porquê de deixarem uma criança na Roda, esta não era uma informação que surgia com frequência, com exceção das crianças que vinham por *ordem da meza*, onde sugere uma pequena explicação do motivo que levou a criança

à Roda, como já atrás referimos. Ainda que fossem poucas as menções dos motivos para a exposição das crianças, em alguns casos, os bilhetes incluíam esse tipo de informação ou aspetos que nos permitem chegar às motivações e, de facto, estes tendem a corroborar que a legitimidade e as condições económicas seriam os principais motivadores. Apesar de a falta de afeição ou desinteresse por estas crianças não sejam de excluir como uma justificação para a sua exposição, verdadeiramente não podemos excluir essa possibilidade.

6.1.1- Bilhetes

Um dos elementos que pode ser usado para explorar estas redes afetivas, sendo uma fonte excecional para explorar estas temáticas, de contacto direto com as famílias biológicas dos expostos, são os bilhetes que eram deixados com as crianças no momento em que estas eram expostas na Casa da Roda. Como referido anteriormente, uma quantidade considerável de crianças (48% das que dão entrada, o que equivale a 478 bilhetes) trouxeram consigo um escrito. Se o nosso foco será a análise destes, é, necessário refletir sobre as razões do silêncio dos restantes casos. Esta ausência de registos não deve, por si só, ser interpretada como menor preocupação ou interesse com estas crianças, podendo haver várias condicionantes, como o não domínio da escrita ou a proximidade de alguém capaz de escrever, ou outros contextos particulares que poderiam impedir que fosse deixado algum escrito. Por outro lado, sabe-se que alguns dos escritos resultavam de mensagens orais passadas às amas quando as crianças eram entregues na Roda, mas a verdade é que nem sempre eram os próprios familiares a levarem as crianças ou nem sempre aquelas mensagens foram entregues ou registadas.

Foquemo-nos nos escritos, sendo que, na maioria dos casos, tendia a seguir uma estrutura estereotipada. Em 89% dos casos registava-se o nome que se pretendia que fosse dado à criança. Este ato de expressamente dar um nome, pode ser entendido como uma marca de identidade particular e individual a estas crianças, de continuidade familiar, mesmo sem a família biológica presente.

Nestes bilhetes, o batismo surge como algo que tem uma importância considerável. Relativamente a esta categoria de informação, a referência a se estas crianças iam ou não batizadas era um aspeto que surge em 76% dos bilhetes, e ainda a menção a que aquela criança recebesse este sacramento, porque ainda o não tinha sido (8% dos casos). A razão para esta referência revela o contexto de religiosidade

comunitária, preocupação que ia além do terreno e do bem-estar físico destas crianças, essencial na salvação eterna da alma destas crianças (Lopes, 2002).

A preocupação com o bem-estar físico destas crianças, bem como com o tratamento e o cuidado que estas recebiam, possuía uma representatividade similar à anterior e reveladora de profunda preocupação afetiva, usando expressões mais concretas como: “[quem] que esta criança criar a pode criar com estima [...]”,²⁶⁴ de bom trato em 79% dos bilhetes. Nalguns dos casos faziam referência a aspetos mais específicos e a certas características que gostariam que as amas possuíssem²⁶⁵ (em 11%).

Um dos principais objetivos em deixar com estas crianças um bilhete era de lhes atribuir um elemento identitário, para que fosse possível saber quem estas crianças eram especificamente, para se distinguirem de tantas outras. Isto torna-se evidente nas descrições que alguns destes bilhetes faziam dos objetos e enxovais que consigo traziam (presentes em 6% dos bilhetes) e dos sinais (em 19%) destas crianças e nos pedidos expressos para que fosse feito um registo destes (em 12% dos bilhetes). Alguns destes escritos pediam que fosse feito o registo para onde estas crianças eram levadas e as amas com quem estavam (5%), sendo ainda referida, com expressiva frequência (55%) a intenção de recuperar estas crianças, sendo que alguns deles afirmavam a intenção de pagar os gastos da criação destas (17%).

Um outro aspeto relaciona-se com a santidade do amor, em expressões como “[...] seja tudo p^{lo} amor de Deos”²⁶⁶. Ainda que estas aparecessem numa quantidade pouco representativa dos bilhetes (apenas 7%), o significado e impacto que uma expressão deste tipo teria é central quando exploramos o campo dos afetos. As referências diretas ao amor são extremamente reduzidas, apenas em 3 casos na totalidade dos bilhetes analisados, sendo todas dentro do mesmo género, exprimindo o afeto profundo pela criança exposta “[...] e a criem com amor [...]”²⁶⁷.

²⁶⁴ Registo de Entrada de Maria - ADP- Livro de Entradas N° 1- fl. 309v.

²⁶⁵ Tipo de pedidos comuns relativamente às amas: “[...] mandarão criar esta criança a huma ama q seja limpa[...]” - Registo de Entada de Ignácio- ADP- Livro de Entradas N° 1- fl. 307.

²⁶⁶ “[...]” - Registo de Entrada de Ambrozio- ADP- Livro de Entradas N° 1- fl. 183v.

²⁶⁷ Neste contexto destaca-se a citação usada no título deste trabalho: - Registo de Entrada de Antonia- ADP- Livro de Entradas N° 1- fl. 310v.

Como já se mencionou atrás, a escrita de alguns destes bilhetes é indireto, tanto porque eram ditados por um membro da família a uma pessoa que soubesses escrever, que podia, por sua vez, não exprimir exatamente o que lhe era dito, mas também porque o acesso que temos a eles é possível através das transcrições que foram feitas para os Livros de Entrada pelos provedores da Roda quando se fazia o registo da criança. É provável que em alguns casos houvesse uma manipulação dos conteúdos destes bilhetes, que pretendia suscitar compaixão, ou então atribuir às crianças e a sua família um estatuto de maior dignidade, com o intuito de tentar assegurar que a criança em questão recebia um melhor cuidado dentro desta instituição.

6.1.2- Sinais, Enxovais e outros Objetos

Os sinais eram deixados com as crianças que entravam na Roda com o propósito de servirem de elementos específicos para que no futuro fosse possível identificar estas crianças quando os familiares as procurassem. Os sinais correspondiam a um conjunto diversificado de objetos, desde pequenas fitinhas atadas aos membros das crianças, um elemento que aparece com bastante frequência, até medalhas ou peças de roupa, podendo ainda ser utilizados outros elementos, como o próprio registo de entrada da criança, os seus nomes ou alguma outra informação que por vezes aparecia contida nos bilhetes, senão mesmo a natureza dos próprios bilhetes em si. Apesar de não termos tido oportunidade de explorar em maior detalhe este aspeto, a tipologia destes objetos poderia ser reveladora das condições e contextos económicos e sociais das famílias de origem.

Se, neste momento, apenas tivéssemos considerado como sinais os elementos que são diretamente descritos como tal, quer pelos bilhetes ou pelos provedores que faziam o registo, estaríamos perante um valor reduzido, que não seria representativo da realidade, uma vez que existem outros elementos identificadores que não são referidos como tal, mas que possuem essa função. Na análise que decidimos usar para este trabalho, considerarmos sinais não só aqueles objetos que são identificados como tal por quem escreve o registo ou nos casos em que é assim designado nos bilhetes, mas também os próprios bilhetes, assim como os enxovais ou outros objetos deixados com estas crianças. Assim, verifica-se que em 53% dos casos estavam presentes alguns elementos identificadores. Levando esta aceção ao extremo, se tivermos em conta que qualquer registo de entrada, mesmo que não seja deixado nenhum pedido explícito para o fazer, pode servir de sinal e elemento identificador, então a totalidade destas crianças possuía um elemento de identificação, não podia passar despercebida.

Nesta aceção, consideramos que, de facto, existe uma preocupação em atribuir a estas crianças elementos identitários particulares que permitissem a distinção entre si destas crianças, com o intuito de as procurar e retomar em algum momento da sua vida – a esperança estava presente. Por outro lado, não podemos deixar de considerar a existência de casos em que os expostos eram deixados sem nenhum tipo de componente identificador (com exceção dos dados de entrada) o que também poderá ser lido como uma falta de estima ou interesse em reconectar com estas crianças, por parte dos familiares.

Relativamente aos enxovais e outros objetos que eram deixados com estas crianças no momento da exposição, embora variados, havia, no entanto, uma predominância de peças que seriam para o uso quotidiano, como roupas ou cueiros, que surgem descritos com algum detalhe. A presença destes significa que não eram meras peças de roupa, sendo indicadores de uma preocupação com o bem-estar destas crianças e dar-lhes algum tipo de conforto e comodidade. Contudo, a ausência destes poderá significar despreocupação com a criança, mas terem existido condicionantes que não permitiram a sua conservação ou apenas alguns tinham capacidade económica para assegurar que eram deixadas estas peças.

Como Dixon menciona, “a single material object can bear testimony to an extraordinarily complex emotional history” (2023, 117), e, tendo em conta os aspetos acima mencionados, esta complexidade torna-se evidente.

6.1.3- Procuras e Retomas

As retomas das crianças e os moldes em que estas ocorrem podem também ser um elemento que nos pode ajudar a compreender a forma como as relações entre os familiares e estas crianças eram experienciadas. Para o período de 1700 a 1705, o número total de expostos que foram procurados é reduzido, verificando-se apenas 73 ocorrências, sendo que uma parte considerável aconteceu no mesmo dia ou alguns dias após a exposição destas crianças como já atrás comentámos. A realidade presente não é assim tão simples de justificar.

Como anteriormente mencionado, existem provas de que as famílias sabiam onde estavam estas crianças, ao longo dos seus percursos, ou se estavam vivas. Com efeito, considerar apenas a retoma de uma criança como sinal de afeto não é suficiente, porque amar podia ser apenas preferir entregar a outros cuidadores.

6.2- Amas e seus contextos familiares

Tanto as amas de fora que cuidavam destas crianças, como as suas famílias, surgiam como o principal exemplo, senão o único, de um contexto familiar em que estas crianças desenvolveriam uma dinâmica relacional. O tipo de relações que se poderiam desenvolver podia variar consideravelmente, sendo determinada por um conjunto complexo de fatores, sendo, por essa razão, difícil de caracterizar e definir de forma clara.

Um aspeto que poderia ter influência no tipo de relações que eram estabelecidas com estas crianças prende-se com a motivação para uma mulher, e a sua respetiva família, ser ama de leite. Evidentemente, a motivação económica tinha um peso considerável, sendo uma fonte de rendimento complementar para o agregado, a par de surgir com alguns outros benefícios e privilégios. Sabe-se já que, de modo a atenuar a permanente falta de amas, foram concedidos vários privilégios, em particular para os maridos e filhos das amas (Sá, 1987). A par disto, enquanto estas mulheres amamentavam uma criança aumentavam os intervalos intergenésicos, adiando a possibilidade de engravidar, sendo que, como alguns autores sugerem, a escolha desta ocupação poderia surgir também como uma estratégia familiar. Por outro lado, em alguns casos, existem evidências destas crianças expostas terem sido integradas nestas famílias como substitutos de um filho que tivesse morrido (Sá, 1994). Estas diferentes motivações eram determinantes para o significado que os expostos teriam para as amas e seus familiares, e, por sua vez, teriam implicações no modo como estes indivíduos se relacionariam com estas crianças e o tipo de conexões que poderiam desenvolver.

A amamentação, função predominante destas amas, no período inicial da vida destas crianças, tinha um papel importante não apenas em termos de alimentação e desenvolvimento físico, mas também das relações entre ambas as partes. Sabe-se que a amamentação e o contacto físico direto entre a pessoa que amamenta e a criança é um momento importante para o estabelecimento de relações, provocando mudanças psicológicas que incitam o instinto de cuidar na lactante e são fonte de conforto para a criança (Gribble, 2006).

Estudos realizados na atualidade revelam a existência de um ciclo de ligação, entre uma criança e os seus cuidadores. Estas relações vão-se desenvolver de modos distintos e a velocidades que variam, de acordo com as crianças e os cuidadores envolvidos, sendo

necessária a existência de tempo e oportunidades para o florescimento destas relações (Lee, 2006).

Quando olhamos para as realidades que aqui estudamos, parece também fundamental ter em conta alguns destes aspetos. Posto isto, o período de tempo que uma criança passava com a ama seria um elemento determinante para o desenvolvimento de algum tipo de ligação, assim como o tipo de ambientes e os contextos familiares em que se encontravam, o tipo e qualidade dos cuidados que recebiam e, evidentemente, as características particulares de ambas as partes. Estamos, então, perante uma realidade extremamente complexa, onde cada caso teria de ser considerado individualmente para compreender de que modo se estabeleciam relações entre as famílias das amas e os expostos que nelas se integravam. Na impossibilidade de realizar tal trabalho, procuraremos apenas uma reflexão em torno de possibilidades a explorar.

Alguns dos dados disponíveis parecem apontar para que, de facto, se desenvolvessem relações afetivas e profundas com estas crianças. Alguns expostos passaram longos períodos de tempo com as amas e suas famílias, havendo espaço para que se desenvolvessem relações. O facto das amas acabarem por, quando findava a criação dos expostos aos sete anos de idade, continuarem a cuidar destas crianças e assumirem a responsabilidade por elas, pode evidenciar que, de facto, existiria alguma ligação com estas. Por outro lado, não podemos esquecer que com esta idade, e mesmo antes, estas crianças trabalhavam, e podiam contribuir com mão de obra e serem fonte de algum rendimento nestas famílias, motivando, assim, a sua permanência. Em contrapartida, ainda que, de facto, várias amas cuidassem destes expostos após chegarem aos sete anos, também existe um número considerável de amas que não o fez e noutros casos surgem referências a que estas crianças se encontravam *mal criadas* o que parece sugerir alguma indiferença e despreocupação.

6.3- Vivências das Crianças

Os protagonistas centrais deste trabalho são as crianças expostas, apesar de até agora nos termos focado em aspetos e características mais externas e nos indivíduos com os quais estas se relacionam, ao longo da sua passagem pela Roda. No entanto, e como

diversos autores defendem²⁶⁸, é necessário escrever e apresentar a história da infância, não apenas a partir das perspectivas e representações que eram transmitidas e construídas por adultos, mas ter em conta as experiências particulares da criança em si, e o modo como estas viviam e se posicionavam dentro de uma realidade. Exatamente procurando aproximar-nos de uma vertente que coloca a criança como um sujeito histórico ativo, iremos tentar, com base na informação existente, e sem divagar demasiado para o campo da especulação, explorar o impacto que a exposição e todo o processo de passagem na Roda poderia ter nestas crianças.

A separação de uma criança do núcleo familiar de onde provinha, em particular a separação da figura materna, seria um momento crucial que devemos ter em conta. O impacto que isto possui variar de acordo com a idade das crianças que eram expostas, dado que uma criança com alguns anos de idade, que reconhecia e possuía relações já estabelecidas com os indivíduos da sua família biológica, estaria consciente desta separação e experienciava esta de forma mais intensa, enquanto um bebé, com apenas dias de idade, ainda que fosse impactado pela separação, principalmente da sua mãe, não sentiria esta separação do mesmo modo e com a mesma intensidade.

A questão da integração num novo núcleo familiar teria grande importância para o desenvolvimento da criança. A existência de um ambiente estável, onde estas crianças recebessem cuidados apropriados e carinho, seria ideal para o desenvolvimento dentro do que seriam os padrões normais. No entanto, como vimos acima, em alguns casos estas crianças saltavam de ama em ama, o que rompia o ciclo de ligação e criava instabilidade, assim como as situações em que se encontravam *mal criadas*, afetaria negativamente a criança. Por outro lado, a presença em vários núcleos familiares e contextos ao longo da vida pode ser visto como algo positivo para estas crianças, que, tendo de se adaptar e relacionar com pessoas diferentes teriam uma experiência emocional mais enriquecida²⁶⁹.

²⁶⁸ Neste contexto pode-se destacar Cook, Daniel- *Embracing Ambiguity in the Historiography of Children's Dress. Textile History. Vol. 46, nº I (2011) p. 7-21*, que reflete acerca da criança e do seu papel no estudo e escrita da história, em particular, da perspectiva do vestuário infantil.

²⁶⁹ Anna Hansen menciona no seu trabalho, *Bonds of Affection between Children and Their Foster-Parents in Early Icelandic Society*, o modo como as trocas e presença destas crianças em vários núcleos familiares seria uma experiência positiva e enriquecedora, ainda que num contexto distinto do que estudamos neste trabalho.

Assim sendo, apresentamos aqui algumas das diversas condicionantes e variáveis que poderiam ter impacto na vida e vivências destas crianças, podendo marcar o modo como esta se desenvolvia emocionalmente e cognitivamente e o modo como estas se relacionariam com os outros e a sua forma de ser ao longo da vida. Mais uma vez, tendo em conta as informações existentes, é difícil averiguar, de facto, qual a dimensão destes impactos, sendo que seria necessário explorar e conjugar diversas outras fontes de informação para compreender os percursos de vida destes expostos na sua maioridade e procurar averiguar se, e quais, poderão ter sido os impactos que estas diversas realidades e experiências poderão ter tido nas suas vidas a longo prazo.

Conclusão

A Casa da Roda do Porto, instituição cujo objetivo era socorrer e cuidar de crianças que, por algum motivo, eram removidas do seu contexto familiar, surge como um palco onde podemos observar fenómenos e dinâmicas sociais, redes de sociabilidade e uma complexa rede de laços que se procurou analisar em que medido apresentavam sinais de afetividade.

A partir das fontes usadas, e ainda que estas possuíssem, foi possível traçar algumas tendências da exposição destas crianças. Tendo em conta que o período em estudo é curto, os resultados foram limitados, não sendo possível fazer uma abordagem que permita ver grandes mudanças ou padrões. Apesar disto, é possível identificar algumas características. Verificamos que, no início do século XVIII, se verificou um aumento no número de crianças que deram entrada nesta instituição, fruto das realidades económicas e sociais que tornaram as condições de vida mais difíceis. A mortalidade infantil, reflexo das tendências demográficas da época, era elevada, e uma quantidade considerável das crianças que entraram na Roda acabaram por falecer, muitas pouco depois de entrar nesta instituição, ainda muito jovens, evidenciando a fragilidade da vida destas crianças.

Os expostos que sobreviveram, passaram para o cuidado de amas, aspeto que, infelizmente não existiram condições de explorar em mais detalhe, mas que um estudo mais aprofundado seria essencial para complementar as visões desta realidade. Apesar disto, torna-se evidente que a passagem por estas amas era distinta e particular para cada criança. A procura e retoma de crianças possuía uma representatividade reduzida, como

vimos, em parte porque a maioria das crianças morria antes de haver possibilidade de serem retomadas, mas também devido à existência redes de ligações e conhecimentos dos familiares que permitiam saber onde e como estavam estas crianças, desincentivando a sua procura pelos meios oficiais. Por fim, também em número reduzido, existem aquelas crianças que atingiram os sete anos de idade, terminando assim o período de tutela da Roda, e que terão iniciado a aprendizagem de um ofício, ou, em alguns casos, ficado a cargo das amas que delas cuidaram ou ainda de outras pessoas que, por algum motivo, demonstraram interesse nelas.

Por parte das famílias biológicas, parece errado assumir que a exposição destas crianças fosse uma verdadeira forma de abandono (tanto que nas fontes este termo não é utilizado), uma vez que os diferentes aspetos analisados nos sugerem que estas crianças não seriam vistas nem tratadas com indiferença ou desprezo, mas que, em muitos dos casos, pareceu existir um cuidado e preocupação com o seu bem-estar, físico e espiritual, bem como com os tratamentos que estas receberiam. Por parte das amas, únicas figuras maternais e contextos familiares que muitas destas crianças possuíam, parece natural que se tivessem formado relações entre estes. De facto, possuímos evidências que apontam para que, ao longo do tempo se formassem relações e se criassem laços entre estas crianças e as amas e suas famílias. No entanto, alguns outros dados apontam para a possibilidade de estas relações não serem assim tão sólidas, pelo menos, não em todos os casos.

As questões emocionais, aspeto central neste trabalho, são difíceis de interpretar ou de apresentar conclusões definitivas devido à grande complexidade das evidências e às inúmeras variáveis a ter em conta. Cientes destas dificuldades e complexidade, procurámos, ao longo desta pesquisa, apresentar sugestões e distintas possibilidades de interpretação. Efetivamente, o que aqui se encontra em estudo é o amor. Por tão raro, é um termo que ao longo deste trabalho foi propositadamente evitado, pela diversidade de significados e interpretações que pode ter, tanto na atualidade como no passado, mas principalmente por se referir a algo tão íntimo de cada indivíduo que seria difícil, a partir de uma perspetiva externa, como é a nossa, averiguar e afirmar se, de facto, é amor que se encontrava presente nestas relações, sendo um julgamento que entendemos que não podemos, ainda, reconstruir à escala daquele tempo.

Bibliografia

- ◆ Abreu, Laurinda- As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI. In Araújo, Maria Marta Lobo (org.)- *A Infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. p. 31-49
- ◆ Alves, Patrícia; Moreira, Ana- Os expostos e Menores. In Amorim, Inês (coord.)- *Sob o Manto da Misericórdia (1668- 1820)*, vol. 2. 1º ed. Porto, Edições Almedina, 2018. p. 325-359
- ◆ Alves, Patrícia; Moreira, Ana- Proteger, Administrar e Financiar: o papel da Santa Casa da Misericórdia e da Câmara Municipal na assistência aos expostos na cidade do Porto (séculos XVII a XIX). In *Culto, Cultura, Caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto, Santa Casa Da Misericórdia do Porto, 2012. p. 315- 362
- ◆ Alves, Patrícia; Moreira, Ana- Zelar, Vigiar, Governar. Os Mecanismos de Controlo e Fiscalização na Casa da Roda do Porto no Século XVIII. In *A Solidariedade nos Séculos: A Confraternidade e as Obras. Atas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Lisboa, Alêtheia Editores, 2009. P. 163- 206
- ◆ Ariès, Philippe- *História social da criança e da família*; trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. p. 38-86; 195-206; 245-341
- ◆ Ariès, Philippe; Duby, Georges (ed.)- *História da Vida Privada- Da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 305-321
- ◆ Badinter, Elisabeth- *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ◆ Barclay, Katie- State of the Field: The History of Emotions. *History*. Vol. 106, nº 371 (2021) p. 456-466
- ◆ Bornstein, Marc; et al.- Emotional relationships between mothers and infants: Knowns, unknowns, and unknown unknowns. *Development and psychopathology*, vol. 24, nº 1 (2012) p. 113-123.
- ◆ Cook, Daniel- Embracing Ambiguity in the Historiography of Children’s Dress. *Textile History*. Vol. 46, nº I (2011) p. 7-21

- ◆ Dixon, Thomas- *The History of Emotions: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2023
- ◆ Gribble, Karleen- Mental health, attachment and breastfeeding: implications for adopted children and their mothers. *International breastfeeding journal*. vol. 1, no. 1 (2006) p. 1-15.
- ◆ Hansen, Anna- Bonds of Affection between Children and Their Foster-Parents in Early Icelandic Society. In Broomhall, Susan (ed.)- *Emotions in the household 1200–1900*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 38-53
- ◆ Hespanha, Manuel- Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na Época Moderna. *Análise Social*. Vol. XXVIII, nº 5-6 (1993) p. 951-973
- ◆ Leandro, Maria- Transformações da família na história do Ocidente. *Theologica*. Vol. 42, nº 1 (2006) p. 51-74
- ◆ Lee, Seung Yeon- A journey to a close, secure, and synchronous relationship: Infant–caregiver relationship development in a childcare context. *Journal of early childhood research*, 4, no. 2 (2006) p.133-151
- ◆ Lopes, Maria Antónia- Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 2 (2002). P.155-184
- ◆ Machado, Maria de Fátima- As crianças e os expostos. Amorim, Inês (coord.)- *Sob o Manto da Misericórdia (1499-1668)*, vol.1. 1º ed. Porto, Edições Almedina, 2018. p. 258-278
- ◆ Paulino, J. V.- A política assistencial face aos expostos. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 17, (2017) p. 211-228.
- ◆ Reis, Maria José da Cunha Porém- *Ler sinais: os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870)*. Universidade de Lisboa, 2016. Tese de Doutoramento
- ◆ Rosenwein, Barbara- *Problems and Methods in the History of Emotions. Passions in Context I*. Vol. 1 (2010) p. 1-32
- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães - *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição do Autor], 1987. Dissertação de Mestrado

- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães - Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das fontes jurídicas. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. Nº 8 (1992) p. 75-89
- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães - A casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780). *Separata da Revista da Faculdade de Letras: História - II Série*, vol. 2 (1985)
- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães- A circulação de crianças na Europa Meridional do Século XVIII: o exemplo da "Casa da Roda" do Porto. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. Vol. X: nº 3 (1992) p. 115-123
- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães - Abandono de Crianças, Identidade e Lotaria: reflexões em torno de um inventário. In *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1998. P. IX- XXII
- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães - Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no antigo regime demográfico. In Vaz, Maria João (org.) et al.- *Exclusão na História*. Lisboa: Celta, 2000. p. 41-51
- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães - Trabalho de Mulheres e Economia Familiar: o Caso das Amas da Roda do Porto no Século XVIII. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. Vol. XII, nº 2/3 (1994) p. 233-250
- ◆ Sá, Isabel dos Guimarães; Cortes, Nuno- A assistência à infância no Porto do século XIX : expostos e lactados. *Cadernos do Noroeste: sociedade, espaço, cultura* (1992) p.179-190
- ◆ Santos, Cândido- A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana. *Separata da Revista de História - Vol. 1* (1978) p. 281-349

Fontes Primárias

- ◆ ADP- Livro de Entradas Nº 1 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0002)
- ◆ ADP- Livro 3 das Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0105)
- ◆ ADP- Livro 4 Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0106)
- ◆ ADP- Livro 5 Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0107)

III

Época

Contemporânea

Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa

Daniel Filipe Soares da Silva

Danielsoares033@gmail.com

Resumo

Em 1926, um golpe militar pôs fim à I República portuguesa, tendencialmente demo-crática mas com crises de instabilidade ao longo dos seus dezasseis anos de existência, dando origem à chamada Ditadura Militar, que se prolongou até 1933, data oficial do início do Es-tado Novo. O regime militar ditatorial desde logo se associou à quebra de liberdades demo-cráticas, de que a imposição da censura prévia é exemplo, o que fomentou o surgimento de movimentos oposicionistas, o primeiro dos quais se organizou em inícios de fevereiro de 1927, no Porto e em Lisboa, conhecido como “Revirvalho”, e que culminou numa pesada derrota dos insurgentes, tanto militares como civis. Numa época de sociedade de massas, a imprensa periódica assumia um papel importante na divulgação de informações, assunto que é estudado nesta investigação mediante a análise de três jornais diários do Porto e três de Lisboa, durante um período de dois meses, abordando o tipo de informação disponibilizada, a sua manipulação e consequentes destaques e omissões, o que implica a que se tenha necessariamente em consideração a influência que a consolidação da Ditadura exerceu nos órgãos de comunicação que veicularam estes acontecimentos.

Palavras-chave: Ditadura Militar; oposição; Revirvalho; imprensa periódica.

Abstract

In 1926, because of political and economic difficulties, a military coup occurred in Portugal that put an end to sixteen years of democratic republican experience, giving rise to the so-called Military Dictatorship, which lasted in the country until 1933. Military Dictatorship, since its institutionalization, imposed the breaking of democratic freedoms, such as the imposition of censorship, something which fostered the emergence of oppositionist movements; in this matter, there was the development, from the beginning

of February 1927, in Porto and Lisbon, of an organised movement, known as Revirvalho, which culminated in a heavy defeat of the revolted, militaries and civilians. In an era of mass society, press assumed an important role in the dissemination and conveyance of information. This is worked on the present research, through the consideration of information from three daily newspapers from Porto and three from Lisbon, during a period of two months. We wonder which aspects were more and less available to the population, which forms of omission and silencing, and what possible influences the consolidation of the Dictatorship had on this issue.

Keywords: Military Dictatorship; opposition; Revirvalho; press

Introdução

O tema desta investigação diz respeito à revolta militar do Porto de 3 a 7 de fevereiro de 1927, e às representações do início da resistência republicana na imprensa diária portuense e da capital.

Quanto aos objetivos que nortearam a prossecução da investigação, enumeram-se a definição do que foi o início do chamado Revirvalho, um movimento de contestação à situação política pós-1926, e o esclarecimento das perspetivas e intenções da imprensa periódica, enquanto meio de comunicação de massas.

Há relativamente poucos estudos sobre este tema, quando comparado com a quantidade existente sobre a queda da Monarquia ou a Primeira República e, apesar da revolta se ter iniciado no Porto, não existe qualquer trabalho global sobre a resistência republicana nesta cidade. Há, no entanto, estudos essenciais, como o de Luís Farinha²⁷⁰, que apresenta as condições que propiciaram o fim da Primeira República por um golpe militar e que fomentaram «a constituição do bloco político-militar»²⁷¹ de oposição à ditadura, em associação com considerações sobre os vários acontecimentos e o programa político, permitindo a compreensão da evolução global do movimento até à sua falência.

²⁷⁰ FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

²⁷¹ FARINHA, Luís – *O Revirvalho...*, p. 34.

Outros autores que empreenderam trabalhos importantes sobre este assunto foram Oliveira Marques²⁷², Luís Bigotte Chorão²⁷³ e Irene Flunser Pimentel²⁷⁴. O primeiro analisa fontes que destacam o papel de Sousa Dias, um dos nomes mais proeminentes da oposição à Ditadura, e apresenta elementos que esclarecem o entendimento e perceção que havia, à época, sobre a necessidade da concretização da resistência a um regime como o recém-estabelecido em Portugal. Bigotte Chorão, por seu turno, analisa o modo como o programa que norteou o golpe de 28 de Maio de 1926 ia ao encontro da resolução dos problemas que assolaram o regime político anterior e de modelos de governação antecedentes que colheram alguma popularidade, nomeadamente o de Sidónio Pais, além de relacionar o revestimento da autoridade ditatorial com «a desgraça reviralhista»²⁷⁵, que, na ótica do regime, queria trazer de novo à existência toda a anomia que se verificou até 1926. Este aspeto é reiterado na obra de Flunser Pimentel, que aborda o início do movimento, e que adota uma perspetiva globalizante, com a explicitação dos antecedentes, a caracterização dos intervenientes e a referência às consequências do fracasso do movimento, com o benefício de apresentar ideias divergentes das de Farinha, por exemplo, quanto ao período de aplicabilidade do termo Revirvalho.

Especificamente face à imprensa, o trabalho de Matos e Lemos²⁷⁶ foi fundamental para entender as características das fontes trabalhadas, e que adiante se apresentarão, estudo que é complementado, no que toca à imprensa portuense, com o de Cardoso Gomes²⁷⁷, que descreve as principais características de dois dos periódicos estudados, *O Comércio do Porto* e o *Diário do Porto*, entre o 28 de maio de 1926 e o início do movimento em análise.

²⁷² MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.) – O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926-1931. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

²⁷³ CHORÃO, Luís Bigotte – A Crise da República e a Ditadura Militar. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2010.

²⁷⁴ PIMENTEL, Irene Flunser – História da Oposição à Ditadura, 1926-1974. Porto: Figueirinhas, 2014.

²⁷⁵ CHORÃO, Luís Bigotte – A Crise da República..., p. 344.

²⁷⁶ LEMOS, Mário Matos e – Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.

²⁷⁷ GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar (1926-1927). In BAPTISTA, C.; SOUSA, J. P. (Org.) – Para uma História do Jornalismo em Portugal. Lisboa: ICNOVA, 2020.

Visando problematizar as repercussões que o movimento insurrecional alcançou na imprensa periódica da época, foram enunciadas várias questões de investigação que a seguir se enunciam. De que modo foram analisados os aspetos relativos ao levantamento militar, e quais os aspetos mais abordados e os mais silenciados? Como se representam os comportamentos e as estratégias dos revoltosos, e como isso se contrapõe à representação da ação das forças pró-governamentais? Em que medida se denota imparcialidade nos diversos periódicos, pese embora as diferenças editoriais e a censura, e quais as eventuais influências da consolidação do regime? Qual foi a importância intrínseca conferida à revolta nos periódicos selecionados?

A seleção das fontes hemerográficas é a seguinte: *O Comércio do Porto*, *O Comércio do Porto – Edição da Tarde*, o *Diário do Porto*, o *Diário de Lisboa*, *A Voz* e *O Século*. O primeiro periódico foi consultado na Biblioteca da FLUP, o *Diário de Lisboa* no sítio eletrónico da Fundação Mário Soares e os restantes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Todos os jornais têm periodicidade diária e três deles são matutinos (*O Comércio do Porto*, *O Século* e *A Voz*), e os restantes vespertinos.

Tanto a edição matutina quanto a vespertina (esta de caráter menos vincadamente político) de *O Comércio do Porto* procuram ir ao encontro dos interesses económicos e comerciais da cidade, e, por conseguinte, da ordem; por seu turno, o *Diário do Porto* evidencia uma feição republicana e de forte oposição ao regime ditatorial, o que explica, por exemplo, o seu iminente encerramento. É importante mencionar que se assumiu como o único dos periódicos a apoiar a revolta. No tocante aos jornais da capital, o *Diário de Lisboa* apresentou-se, numa fase inicial, como «perturbador da ordem pública»²⁷⁸, mas infletiu a sua posição para a defesa da mesma. De qualquer modo, fornece informações sobre todo o país, apesar de especializado no espaço lisboeta, enquanto *O Século* assume-se como um periódico com alcance nacional e a favor da Ditadura, posição que *A Voz* também assume desde o 28 de Maio, numa toada fortemente patriótica.

Foi privilegiada uma metodologia de análise taxonómica por palavras-chave e pequenos resumos, depois inseridos numa base de dados que, para cada periódico, contemplava ainda os campos de número e data da edição do jornal, autor e título do texto, bem como o local e número de páginas que ocupava. Por não serem mutuamente excludentes, as quinze categorias inicialmente criadas foram reduzidas para cinco, devidamente testadas para se aferir da sua operacionalidade. Esta metodologia foi

²⁷⁸ LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses...*, p. 257.

aplicada às fontes, num arco temporal de dois meses, desde o início do movimento, a 3 de fevereiro de 1927, até 31 de março do mesmo ano.

1. Contextualização e objetivos da revolta militar de 1927

Pode enquadrar-se o tema da investigação na crise geral vivida em Portugal desde finais de Oitocentos, com a crise da Monarquia e um crescimento do Partido Republicano, que apelava à adesão da população ao projeto de mudar os destinos do país, visando uma obra de caráter «nacionalista e regeneradorista»²⁷⁹ para sanar a crise.

Todavia, a República, iniciada em 1910, agravou vários problemas e criou outros, como uma forte repressão ao movimento operário²⁸⁰, uma política radical de laicização que gerou um clima de «guerra religiosa», além de ter apostado na participação de Portugal na Grande Guerra, tida como um atentado ao sentimento nacional, o que levou a um golpe militar que colocou no poder Sidónio Pais, que, durante um ano, governou sob ditadura²⁸¹, uma prova de uma ordem nova que foi ao encontro da «viradeira conservadora e autoritária»²⁸² que marcou os anos seguintes, o que veio a engrossar a instabilidade económica, política e social que pautou o final da experiência liberal. O agravamento das condições de vida foi exponencial e, em abril e em julho de 1925, eclodiram dois movimentos que pretendiam pôr fim à República, desiderato alcançado pelo golpe militar de 28 de maio de 1926, que se insurgia, sobretudo, contra o sistema parlamentar.

A situação, no entanto, não melhorou após o início da Ditadura Militar, o que levou a que se tivesse generalizado o «descontentamento social e político»²⁸³ com várias

²⁷⁹ ROSAS, Fernando – *A Primeira República, 1910-1926: como venceu e porque se perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018, p. 49.

²⁸⁰ MARQUES, A. H. Oliveira – *O Estado Novo*. In MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*. 5ªed. Lisboa: Palas Editores, 1978, p. 213.

²⁸¹ Pode convencionar-se que o período de governo de Sidónio Pais configura um estágio fundamental na criação da imagem que a Ditadura Militar, a partir de 1926, adotará. A este respeito, consulte-se, por exemplo, SALDANHA, Ana Maria – *O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações*. *Temporalidades – Revista de História*. 10:1 (2018) 34-57, p. 49.

²⁸² CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República...*, p. 225.

²⁸³ PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição...*, p. 51.

tentativas de sublevações que se enquadravam num «bloco claramente antiditatorial»²⁸⁴ que reagia a medidas antidemocráticas, como a imposição da censura aos órgãos de imprensa, estabelecida a 22 de junho de 1926²⁸⁵, e regulamentada em agosto, pelo decreto nº 12.008, que proibia notícias que levassem a «atos atentatórios da integridade e independência da Pátria»²⁸⁶. Em setembro, ocorreu uma tentativa de golpe militar em Chaves, «que foi prontamente reprimida»²⁸⁷.

Ora, perante a deterioração da situação, visível com «a censura, o desemprego e a emigração»²⁸⁸, solidificou-se um amplo movimento de oposição à Ditadura, que foi denominado pela Situação como "Revirvalho", que Farinha situa entre 1927 e 1940, enquanto, na visão de Flunser Pimentel, se prolongou de 1926 até ao pós-Segunda Guerra Mundial, com relevância entre 1927 e 1931, «o ano de todas as revoltas»²⁸⁹, o que deu origem ao “pós-reviralhismo”, termo que descreve a ação deste grupo após a constatação do fim da exequibilidade de uma vitória republicana. Todavia, esta via de oposição não conseguiu uma unidade efetiva, o que dificultou a sua ação e ditou a sua derrota.

O primeiro grande episódio da oposição à recém-instalada Ditadura foi o movimento que se iniciou no Porto, a 3 de fevereiro de 1927, sob a liderança de Sousa Dias e Fernando Freiria, com uma ampla participação do grupo da Seara Nova²⁹⁰. Embora se tivesse procurado que o movimento tivesse génese simultânea em Lisboa, tal não se verificou, o que, por um lado, demonstra as fraturas internas deste bloco e, por outro, o fracasso do movimento; quando estalou a revolta em Lisboa, no dia 7, já estava quase certa a rendição no Porto, o que levou Sarmento Pimentel a classificá-la como a «Revolução do Remorso»²⁹¹. Em termos gerais, o movimento queria retirar Portugal da asfixia da ação governamental, que limitava a escolha de partidos políticos e a expressão livre das opiniões de cada indivíduo, teoricamente em nome dos interesses nacionais, o

²⁸⁴ FARINHA, Luís – O Revirvalho..., p. 31.

²⁸⁵ GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar..., p. 167.

²⁸⁶ Diário do Governo, Primeira Série, nº 167, 1926-06-22, Decreto nº 12.008, Capítulo 1, p. 906.

²⁸⁷ PIMENTEL, Irene Flunser – História da Oposição..., p. 51.

²⁸⁸ PIMENTEL, Irene Flunser – História da Oposição..., p. 55.

²⁸⁹ FARINHA, Luís – O Revirvalho..., p. 127.

²⁹⁰ FARINHA, Luís – O Revirvalho contra a Ditadura Militar: o 3-7 de fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-1931. In LOFF, Manuel; SIZA, Teresa (Coord.) - Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974), 2010, p. 51.

²⁹¹ PIMENTEL, João Sarmento – Memórias do Capitão. 2ª ed. Porto: Inova, 1974, p. 219.

que, segundo o governo, justificou o golpe de 1926, em contraposição à «ditadura democrática»²⁹². Manifesta-se, igualmente, uma certa assunção de culpa por parte dos republicanos, que queriam redimir-se dos vários erros cometidos anteriormente²⁹³. Os seus manifestos acusavam o aproveitamento do Exército para os desmandos dos vários setores políticos, o que se tornou um *leit motiv* deste movimento.

O fracasso da revolta permitiu que o regime agisse de forma musculada contra as tentativas de sublevação de determinados setores militares e civis; procedeu a numerosas deportações, desde logo dos seus líderes, agravou substancialmente a censura à imprensa e evidenciou a necessidade de uma Ditadura Nacional que federasse as «direitas republicanas e monárquicas»²⁹⁴, que viabilizou a retirada dos elementos revolucionários. Porém, muitos destes revirahistas não desistiram da oposição à Ditadura e constituíram, em julho de 1927, a chamada Liga de Paris, ou Liga de Defesa da República, a qual emitiu as diretrizes que organizaram o movimento até 1931, enquanto notável «frente-guia»²⁹⁵.

2. A revolução do Porto de fevereiro de 1927 nos periódicos em análise – discursos, silêncios e omissões

Um dos aspetos mais relevantes na prossecução da investigação diz respeito às representações dos aspetos referentes ao movimento nos veículos de imprensa, pelo que importa compreender quais é que foram as principais omissões e, também, os aspetos mais noticiados.

Da metodologia aplicada, surgiram cinco categorias, sobre as quais versa este ponto. Desse modo, há uma categoria referente às posições editoriais²⁹⁶, outra referente às consequências do movimento²⁹⁷, outra que vai ao encontro das várias ações

²⁹² ROSAS, Fernando – *A Primeira República...*, p. 145.

²⁹³ PAULO, Heloísa – *História e Memórias: Oitenta Anos do 3 de Fevereiro de 1927*. In PAULO, Heloísa (Coord.) – *Memórias das oposições: (1927-1969)*. Coimbra: Minerva, 2010, p. 19.

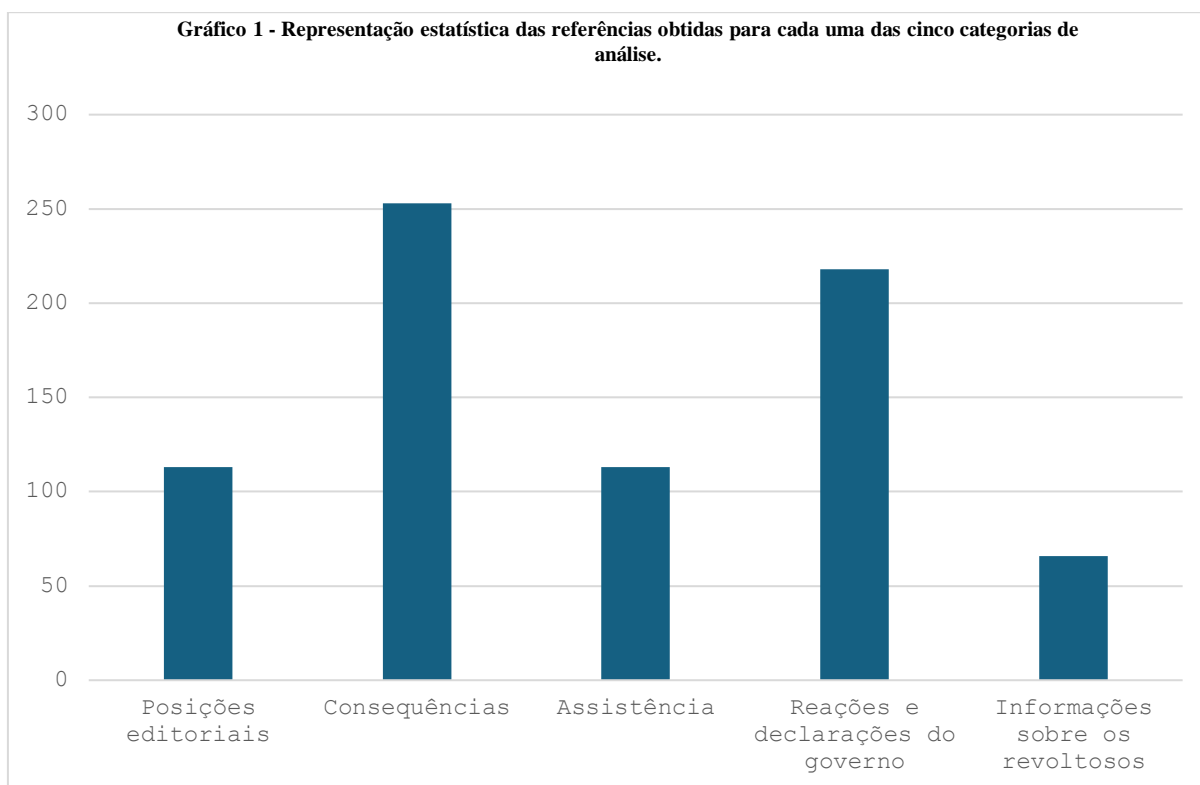
²⁹⁴ CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República...*, p. 356.

²⁹⁵ COSTA, António Pinto da – *A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris*. *Revista da FCSH*. 5 (1990) 247-274, p. 261.

²⁹⁶ Categoria que materializa as opiniões e posições de cada jornal.

²⁹⁷ Categoria que abrange as consequências (sociais, económicas, etc.) da revolta, incluindo as prisões efetuadas.

assistenciais após a eclosão da revolta²⁹⁸, uma outra que incide nas reações e declarações oficiais do governo²⁹⁹ e, por fim, uma última que vai ao encontro de informações sobre os revoltosos³⁰⁰. Com estas abordagens preliminares, atente-se no gráfico 1, que representa graficamente a frequência das categorias.



Fonte: Compilação a partir da leitura dos periódicos em análise.

Considerando o caráter político da maioria dos periódicos analisados, compreende-se que há uma proeminência desses tópicos na cobertura da revolta, já que interessava criar uma narrativa em que se sobressaía a ação do governo na asfíxia do movimento, insuficiente, contudo, para impedir os males dele decorrentes. Deste modo, há um número notável de posições editoriais que tendem a culpabilizar os revoltosos pelo

²⁹⁸ Categoria que abrange a assistência económica do governo e ações de solidariedade dos grupos sociais.

²⁹⁹ Categoria que contém as declarações do governo, as ações de proibição dos diversos centros políticos e as de aperto de fiscalização do armamento, junto com a reorganização do exército e da polícia.

³⁰⁰ Categoria que abrange as declarações e as informações sobre a libertação dos presos decorrentes da revolta, pois considerou-se mais lógico colocar as prisões na mesma categoria que se reporta às demais consequências que advieram deste evento.

seu interesse em acabar com a estabilidade que reinava no país desde o 28 de Maio, pelo que se exorta o governo a aplicar medidas severas que impossibilitassem o recrudescimento desses atos atentatórios, manifestando-se as posições dos proprietários dos jornais face à política, à economia e à sociedade do país, por exemplo. Um dos exemplos mais fortes encontra-se em «Calma!», em que a equipa técnica do *Diário de Lisboa*, que apela a um senso de nacionalismo, defendia que «o governo [teria] que adotar as medidas necessárias para exterminar o espírito revolucionário»³⁰¹, independentemente dos meios que fossem mobilizados, o que evidencia que os vencedores tinham meios poderosos de sensibilização ao projeto que se queria incutir na população, que padecera com a ação errónea tomada pelos revoltosos. Este assunto é visível, sobretudo, nos jornais da capital, que, em traços gerais, defendiam que não podia haver qualquer complacência para com as «quadrilhas»³⁰² que oprimiram o país durante décadas, pelo que a apologia à ordem é constante nos meses de fevereiro e março, de forma a justificar a ação musculada adotada pela Ditadura. Esta questão levou a que o movimento militar e os seus intervenientes fossem constantemente deslegitimados, o que não podia deixar de ocorrer no arauto das «forças vivas»³⁰³, *O Comércio do Porto*, que, no dia seguinte à derrota em Lisboa, indicou que os vencedores tinham de impor «a disciplina»³⁰⁴, de forma a incutir os princípios da Nação, algo que só seria conseguido mediante uma ação forte. A edição vespertina d' *O Comércio do Porto* é a única que não tem referências notáveis a este respeito.

As consequências do movimento são o assunto mais representado nos periódicos, dada a crescente culpabilização dos revoltosos e, nesse sentido, verificam-se muitas notas respeitantes às prisões derivadas do movimento, tradução de fortes consequências para os que se rebelaram contra a ordem instituída, tal como uma certa arbitrariedade, já que, muitas vezes, essas prisões derivavam de suspeitas infundadas, o que levava à subsequente libertação. Há vários relatos da destruição de edifícios afetados por estilhaços e balas perdidas, algo que leva a que haja um grande destaque à iconografia alusiva, pese embora as consequências materiais surgirem com uma frequência reduzida, quando comparadas com as informações sobre mortes e ferimentos decorrentes do

³⁰¹ Calma! *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1793, 14 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁰² Justiça Inflexível. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁰³ FARINHA, Luís – *O Revirvalho...*, p. 58.

³⁰⁴ O Exército. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 35, 10 de fevereiro de 1927, p. 1.

movimento; destaque-se o caso da morte de Teixeira Lopes, então diretor do *Diário do Porto*, que recebeu relevo, sobretudo, nesse periódico, e as listas indicativas dos nomes dos indivíduos feridos³⁰⁵. A repressão e o decepamento de «todos os centros políticos e associações de classe»³⁰⁶ que tiveram o mínimo papel para a prossecução do levantamento foram igualmente bastante noticiados.

Por outro lado, a assistência é uma categoria que surge com menor incidência, não obstante estar, muitas vezes, implícita nas já aludidas posições editoriais e na descrição do movimento militar. Neste sentido, é interessante considerar que se conferiu maior atenção às ações de solidariedade empreendidas pelos grupos sociais mais proeminentes, encarados como um modelo, muito em parte pelo seu patriotismo, que os incentivava a ajudar todos aqueles que seguissem as normas sociais. Dentro da assistência às vítimas da revolta, sobressaem-se as ações de obtenção de recompensas às telefonistas³⁰⁷, elogiadas por terem permitido, dentro dos possíveis, a normalidade das comunicações entre o Porto e Lisboa, minorando os impactos sociais do movimento, ficando os auxílios económicos do governo, porque reduzidos, a uma posição periférica, nesta categoria.

A partir da metodologia aplicada, a segunda categoria mais proeminente é a das reações e declarações do governo, o que traduz, com efeito, o reforço da Ditadura em inúmeras matérias. Algo que se revela na imprensa é a fiscalização do armamento, de forma a dissuadir eventuais focos de revolta que obrigassem a um ainda maior endurecimento, procurando-se, portanto, limitar as armas ao dispor de civis. Contudo, pela sua pertinência, as agendas políticas da Ditadura sobressaem numa série de discursos e entrevistas aos políticos, realizados sobretudo em março, por exemplo, no *Diário de Lisboa*, que, em 11 e 12 de março, respetivamente, realizou entrevistas a Gomes da Costa, um dos responsáveis pelo 28 de Maio, e a Sinel de Cordes, Ministro das Finanças, cujas declarações são mais pertinentes para o entendimento do objeto, pois apresenta-se o

³⁰⁵ Por exemplo, veja-se Movimento Militar. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 32, 6 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁰⁶ Últimas notícias. Medida preventiva: foram encerradas cerca de vinte agremiações políticas. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1828, 28 de março de 1927, p. 8.

³⁰⁷ Os últimos acontecimentos. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 59, 11 de março de 1927, p. 3, por exemplo.

movimento revolucionário como um grave ferimento à identidade nacional³⁰⁸, exemplo acabado do que era concebido pelo poder vigente como a tentativa de degeneração da Nação, pois ia-se contra um período de crescente enriquecimento, o que traduzia, em fim último, a «crise nacional»³⁰⁹ que vinha do século XIX. Precisamente nesse âmbito, evidenciam-se planos para o futuro nacional, que possibilitariam a manutenção do fomento económico da Nação. Com estas ideias, pode perceber-se que um dos grandes argumentos da Situação para se justificar e, desse modo, deslegitimar a resistência republicana será precisamente o fomento económico que estaria a ser atingido a partir do 28 de Maio contra a crise que marcou o final da Primeira República.

Por fim, a categoria mais silenciada é a das informações sobre os revoltosos, que perderam destaque na imprensa após a derrota do levantamento, só voltando a receber alguma atenção com a libertação de alguns participantes e com o esclarecimento de arbitrariedades em algumas prisões, algo transversal aos meses de fevereiro e de março, mas que, mesmo assim, surge de forma bastante secundária, muito pelas poucas ocorrências. Chama à atenção que, de início, alguns periódicos se mostraram relutantes a publicar os manifestos e as declarações dos militares de fevereiro, em função da sua posição alinhada com a Ditadura, tendo conferido maior ênfase à capitulação do movimento, algo bastante elogiado nas posições editoriais, e aos diálogos e debates em torno disso mesmo³¹⁰. Neste domínio, então, um dos aspetos mais omitidos é a agenda dos revoltosos, que, não obstante surgir, em alguns dos jornais, nos dias de sedição, é automaticamente silenciada com a derrota inequívoca do levantamento, à exceção do *Diário do Porto*, que, durante mais alguns dias, vai continuar a refletir as benesses desta intervenção, encarada como um sinal de que não era justificável um regime ditatorial para o teórico melhoramento da República, além de proceder à identificação dos principais líderes do movimento. Seja como for, personalidades como Jaime Cortesão, Tamagnini Barbosa ou Jaime de Morais tendem a aparecer como meros aderentes à proposta do efetivo líder, Sousa Dias e, neste âmbito, o *Diário do Porto* volta a destacar-se, pois é o

³⁰⁸ A obra do governo – O ministro das Finanças falou-nos hoje do empréstimo, dos tabacos, da dívida de guerra e dos últimos acontecimentos políticos. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1815, 12 de março de 1927, p. 5.

³⁰⁹ Aspetos da Crise Nacional. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1831, 31 de março de 1927, p. 1.

³¹⁰ A revolução no Porto. Como se renderam os revoltosos. *A Voz* – Lisboa, nº 10, 11 de fevereiro de 1927, p. 3.

único a indicar Fernando Freiria como um colíder militar³¹¹. Em geral, este silenciamento ocorria por não convir à população conhecer quem se sublevou e os seus motivos.

Após este périplo, é necessário comentar os géneros jornalísticos mais recorrentes. Já se destacaram as entrevistas e pode acrescentar-se que há recontos e comentários, normalmente críticos, em função dos interesses políticos subjacentes à publicitação da revolta. Existem recorrentes críticas a jornais republicanos, com o exemplo mais acabado a ser o *Diário de Notícias*, jornal lisboeta, demasiado visado pel’ *O Século*³¹². Porém, o género maioritário é a notícia, que abarca vários aspetos, podendo, ainda, referir-se o papel das listagens indicativas, que aparecem frequentemente na cobertura noticiosa. Uma informação relevante diz respeito à ação da censura, que aparecia de forma oculta, uma vez que se evitavam apresentar espaços em branco³¹³, apesar de ser clara a sua ação na alteração dos discursos.

Uma última nota referente às representações do levantamento incide na cobertura feita no Porto e em Lisboa, em que coincide a predominância das abordagens às consequências e às reações governamentais, algo que se dissipa face às posições editoriais, que, no Porto, surgem algo marginalizadas, o que se pode justificar pela natureza da edição vespertina d’ *O Comércio do Porto* e o carácter específico do *Diário do Porto*; por outro lado, a assistência é bastante considerada nos periódicos portuenses, e menos nos lisboetas, o que pode ser justificado, naturalmente, pela região de publicação e pelos respetivos públicos-alvo. Indique-se que, no caso da capital, é dado maior destaque às ações de solidariedade concernentes a essa região. Nos dois casos, as informações sobre os revoltosos são os aspetos mais silenciados.

3. As representações comportamentais dos implicados na revolta

Entendidas as principais representações do levantamento militar, caracterizar-se-ão os implicados no mesmo. O presente ponto, deste modo, desdobra-se em dois tópicos, com o primeiro a reportar-se aos revoltosos e o segundo aos que se posicionaram contra a

³¹¹ A Cidade – Contra a Ditadura. *Diário do Porto* – Porto, nº 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹² Veja-se, por exemplo, Caiu-lhe a máscara. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹³ Um contraexemplo encontra-se em Movimento militar. *O Comércio do Porto – Edição da Tarde* – Porto, nº 31, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

revolta. Distinguir-se-á, em ambos os aspetos, a narrativa do *Diário do Porto* da dos demais jornais.

3.1. As representações dos revoltosos

Os revoltosos são constante e crescentemente demonizados, encarados como culpados por interromperem a obra global de crescimento do país iniciada pela Ditadura, após décadas de retrocesso, muito embora, na ótica de alguns setores, faltasse ainda «velar pela ordem pública»³¹⁴ e trazer os cidadãos para um projeto coeso. Porém, essa atitude traduz-se, de igual modo, nas próprias ações realizadas durante o levantamento, com a acusação de ataques irrefletidos à população civil, incluindo crianças e idosos, o que foi muito vincado numa entrevista feita ao General Carmona por Fernando de Souza, em *A Voz*, em que se caracteriza a ação governamental. Com esta caracterização, percebe-se veladamente o que se entendia como a ação subversiva, que trazia implicitamente «muitas vítimas e muitos danos»³¹⁵ que decorriam unicamente pela vontade extrema de poder dos revoltosos, que eram vistos, nesta linha, como homens pouco ou nada patrióticos, que só queriam voltar aos cargos que tinham antes do 28 de Maio. Nesse mesmo sentido, são apresentados como «mãos inábeis»³¹⁶, uma vez que colocavam os seus interesses particulares em primeiro lugar, e não os do país, algo que é comum a todos quantos pertenciam à «seita democrática»³¹⁷ que caiu com o levantamento de 1926. Toda esta circunstância levou a que remetessem a população a «um novo tributo de sofrimentos»³¹⁸, razão pela qual este movimento, em fim último, assume-se como um corolário da «mentira política»³¹⁹ não erradicada.

Dado que «as feras [saíram] dos seus fojos»³²⁰, para os periódicos, há, sem dúvida, a intenção de inculcar na opinião pública a ideia de que os insurretos tinham o intuito claro de prejudicar a população e a própria governação política, pelo que as destruições e

³¹⁴ Ordem. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 37, 12 de fevereiro de 1927, p.1.

³¹⁵ Os acontecimentos do Porto. As forças fiéis devem ter dominado os revoltosos na madrugada de hoje. *A Voz* – Lisboa, nº 7, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁶ O país neste momento deseja ordem. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1792, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁷ A Sagrada Constituição. *O Século* – Lisboa, nº 16151, 23 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁸ O país neste momento deseja ordem. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1792, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³¹⁹ Justiça inflexível. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁰ Calma! *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1793, 14 de fevereiro de 1927, p. 1.

aspectos análogos já estariam, de algum modo, planeados, o que servia como uma forma de procurar retirar a esperança na melhoria das circunstâncias, algo que perpassa pela constante referência, nos discursos, à desordem, o que é preponderante nos jornais da capital, para lá da sua identificação como «inimigos da liberdade»³²¹, pois obrigavam a um endurecimento da ação do regime, dado que a censura ou a falta de liberdade política eram, por exemplo, vistas como inerentes à situação de disciplinamento do país, pelo que a ação ditatorial era salutar, o que, doravante, mudava, algo que serve para demonstrar que o movimento prejudicou todos os que apoiavam a Nação e o seu engrandecimento, que se veriam, agora, totalmente limitados.

Na caracterização que é feita dos que se levantaram contra o projeto ditatorial, importa mencionar que há indicações que apontam para a participação de comunistas, ou de indivíduos que perfilham os ideais que levaram à Revolução Russa, dentro deste primeiro grande episódio do dito Revirvalho, voltando tal narrativa a estar presente, nos jornais de Lisboa, sobretudo nos mais defensores da Ditadura; assim, logo no dia 6 de fevereiro, antes ainda da eclosão da revolta em Lisboa, Fernando de Souza, numa posição editorial, expressou que não se podia aceitar, em Portugal, «máscaras vermelhas»³²², no sentido em que este era um grande perigo para a subsistência do país, o que remete para a participação dos bolchevistas no movimento, algo corroborado, mais tarde, em *O Século*, que indica expressamente a participação destes indivíduos na revolta³²³. Esta é apresentada como uma manifesta prova da heterogeneidade dos revoltosos, que era bastante reconhecida, por exemplo, novamente em *A Voz*, em que Fernando de Souza indica uma série de indivíduos que esteve ligada a este episódio, desde os «bonzos», os políticos republicanos, aos «anarquistas», passando, ainda, pelos «socialistas» e os «radicais», entre outros³²⁴. Como é de fácil entendimento, estes grupos assumiam-se como claros alvos a mirar pelo governo na sua ação de disciplinamento do país.

Todavia, dentro deste conjunto de periódicos, continua a reconhecer-se valor a alguns dos participantes no movimento, sobretudo ao «Sr. General Sousa Dias»³²⁵, líder

³²¹ Inimigos da liberdade. *O Século* – Lisboa, nº 16143, 15 de fevereiro de 1927, p. 1

³²² A Revolta do Porto. *A Voz* – Lisboa, nº 8, 6 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²³ O Bando. *O Século* – Lisboa, nº 16146, 18 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁴ A Lição dos Acontecimentos. *A Voz* – Lisboa, nº 14, 15 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁵ Os revoltosos presos no “Infante de Sagres”. *O Século* – Lisboa, nº 16148, 20 de fevereiro de 1927, p. 1.

da revolta no Porto, em função do exercício idóneo das suas atribuições militares nos tempos idos. Com efeito, considera-se que não podia haver ingratidão para com esses patriotas, algo que se extrai sobretudo n’ *O Século*. Os restantes líderes acabam por não ter, sequer, esse valor reconhecido, razão pela qual aparecem como peões num xadrez político. Deste jeito, sobressaem fortes críticas à sua falta de lealdade ao regime.

Como se indicou no início deste ponto 3, é necessário diferenciar a narrativa do *Diário do Porto* da que foi perpetrada pelos restantes jornais, o que se comprova, desde logo, por, na data da eclosão do movimento, o ter apoiado, em função da violação do carácter nacional por uma ditadura, pelo que se elogia a ação dos militares que se levantaram contra algo assim, já que, em fim último, estavam a defender o que a direção do jornal entendia ser o «glorioso prestígio heroico» do Exército, que estava a ser destruído. Este era um dos motivos que levava o periódico a condenar a indefensável ditadura³²⁶, que não tinha nenhuma raiz num país tradicionalmente democrático. O *Diário* teve a sua publicação proibida, por desrespeito das normas da censura, entre os dias 3 a 8 de fevereiro³²⁷, o que coincidiu com o movimento, tendo sido a retoma da publicação protelada para 14 de fevereiro, também pela morte do seu diretor, Teixeira Lopes, em decorrência do movimento, como já foi destacado. Após o apoio dado à revolta, o governo apertou ainda mais a censura perante o jornal, o que não impediu a manutenção de elogios aos revoltosos, apesar de uma forma mais velada. Deste modo, em diversas circunstâncias, denota-se a posição deste periódico. Por exemplo, indica-se expressamente que é errado taxar os militares que se insurrecionaram como antipatrióticos, pois foram homens que participaram na Primeira Guerra Mundial, que, por mais desastrosa que tenha sido, só não o foi mais pela ação de militares capazes que, em 1916-1918, como em 1927, queriam o melhor para o país, pelo que eram «homens de carácter e de brio», que só procuravam a retoma de uma política «constitucionalista»³²⁸, que acreditavam ser a melhor forma de valorizar o povo e de o colocar ao corrente da sua gestão, em vez de concentrar as decisões na esfera governativa, devendo, portanto, ser tratados com reverência pelas razões apresentadas. Tem-se também uma forte crítica à

³²⁶ Pela Constituição – Contra a Ditadura. República. *Diário do Porto* – Porto, nº 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

³²⁷ GOMES, Joaquim Cardoso – *A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar...*, p. 173.

³²⁸ As três expressões são retiradas de O momento. *Diário do Porto* – Porto, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

culpabilização de que eram vítimas, que era apenas uma vingança sem sentido por parte dos militares no poder, que manifestavam, assim, o seu ressentimento.

No *Diário do Porto*, acerca de Sousa Dias, apresentam-se dados interessantes pela defesa intransigente do seu patriotismo e valor; com efeito, numa entrevista que foi realizada quando o general já estava detido, criticam-se os que consideram que houve conivência do general para com o 19 de Outubro de 1921, uma referência à Noite Sangrenta, uma sublevação contra o governo de pendor conservador então no poder e que culminou no assassinato de vários políticos republicanos³²⁹, algo que, para o jornal, não faz sentido, até porque, em 1926, este defendeu, até onde conseguiu, o regime republicano então vigente. Esse patriotismo e esse gosto em ser serviente à população civil levou-o a que, mesmo «gravemente doente»³³⁰, defendesse até ao fim o Porto, em particular, algo que, inclusivamente, se manifestou no levantamento. O *Diário*, deste modo, procurou ao máximo contrariar a narrativa geral que se promoveu da culpabilização unívoca dos insurretos e do seu líder.

3.2. As representações dos opositores à revolta

Após a exposição das representações dos revoltosos, deve refletir-se sobre os grupos que se vincaram contra a revolta, compreendendo como é que se representou essa ação na imprensa. O patriotismo, materializado no apoio dado ao regime, caracterizava o governo e incentivava-o a realizar sacrifícios para valorizar o país e com o intuito de resolver a tentativa irrefletida de levantamento militar, que queria terminar com os «oito meses de relativa paz»³³¹ que fomentaram uma certa inversão da debilidade de Portugal. Entendem-se os ditadores como os únicos que podiam mobilizar todos os portugueses para uma obra multifacetada, que ia da reorganização económica à própria reconstituição dos valores morais que deveriam ser a base do povo, algo que passaria por uma «obra política, económica, financeira, moral e social»³³². Nesse sentido, faz-se uma apologia à missão civilizadora que o país tinha de atingir, algo que é cultivado pelo *Diário de Lisboa*, em particular, apesar de os apelos para a valorização da grandeza do país virem de todos

³²⁹ Veja-se PINTO, Ana Catarina – A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926). A Esquerda Republicana e o Bloco Central. Lisboa: Caleidoscópio, 2011, p. 47.

³³⁰ As duas citações encontram-se em De Sagres. Entrevista – O que nos diz o General Sr. Sousa Dias a propósito do 19 de outubro. *Diário do Porto* – Porto, nº 33, 15 de fevereiro de 1927, p. 5.

³³¹ Após a luta. *A Voz* – Lisboa, nº 10, 11 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³² Pela Pátria! *O Comércio do Porto* – Porto, nº 33, 8 de fevereiro de 1927, p. 1.

os jornais. Nesta ordem de ideias, entendia-se a vitória do governo como providencial, pois, de facto, só assim se recolocaria Portugal no grupo das principais nações, já que tinha todas as condições para isso acontecer. Porém, acrescente-se que também era essencial o fomento das colónias, nas quais se devia investir mais.

É claro o providencialismo apontado aos opositores à revolta, materializado no que se considera ser a «cruzada salvadora»³³³, para a qual foi essencial a atitude ponderada e refletida dos militares do governo, que impediram mais danos, o que lhes conferia a autoridade de punir exemplarmente os que se revoltaram, mediante uma «justiça inflexível»³³⁴ que levaria, ou deveria levar, ao término do «espírito revolucionário» e dos «ódios»³³⁵. Então, nestas representações dos elementos favoráveis ao governo, surge como aspeto saliente a capacidade de aplicação da justiça, independentemente das considerações pessoais, já que o mais importante era o bem-estar da população, que estava farta de querelas e de crise. Por esse motivo, há bastantes elogios à ação refletida dos mecanismos oficiais, no sentido em que pensaram na população civil ao optarem por um cerco aos revoltosos, em detrimento do ataque militar direto, no que resultaria ainda mais feridos e mortos, ação que é valorizada desde o início do movimento, como se extrai da entrevista de Fernando de Souza a Óscar Carmona, Presidente da República, em que as próprias questões, totalmente enviesadas, conduzem a essa mesma perspetiva³³⁶, algo igualmente visível n’ *O Comércio do Porto* e nas várias descrições de passeios pelo Porto³³⁷.

Uma última nota sobre as representações do governo, neste seguimento, respeita à necessidade da Ditadura como controlo contra os ânimos exaltados daqueles que, em tempos, mandaram sem ter em atenção os interesses nacionais. Assim, a Ditadura servia provisoriamente até quando «o País necessitar da sua ação»³³⁸, o que era uma outra forma de deslegitimar a sublevação, que impedia essa ação, o que tem impacto na visão da

³³³ O país neste momento deseja ordem. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1792, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁴ Justiça inflexível. *O Século* – Lisboa, nº 16140, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁵ Calma! *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1793, 14 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁶ Os acontecimentos do Porto. *A Voz* – Lisboa, nº 7, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

³³⁷ Esta atitude foi constante ao longo dos dias do movimento e nos dias imediatos à vitória governamental.

³³⁸ Os acontecimentos do Porto. *A Voz* – Lisboa, nº 7, 5 de fevereiro de 1927, p. 1.

imprensa que é perpassada. Mais ainda, apesar desta vitória, entendia-se que se devia continuar a velar, de forma vincada, pela ‘ordem’³³⁹, de forma a dissuadir mal-intencionados de quaisquer formas de revolta contra a Situação.

No *Diário do Porto*, as considerações feitas são necessariamente diferentes, já que se entendia que «ditaduras e ditadores» não eram passíveis de coexistir com uma tão grande Pátria³⁴⁰, independentemente de estes pertencerem à enorme instituição que era o Exército. Ora, com a censura decretada ao jornal após a proibição de publicação, agravada com o fracasso do movimento, o discurso amenizou, pois, se é verdade que se elogia a ação célere do governo, em função da premência que o país tinha de funcionar de forma equilibrada³⁴¹, não se deixa de criticar o Executivo por protelar decisões que eram prementes. Assim, o jornal é bastante crítico e reprova o facto de o governo não se ter dito «uma palavra sequer» sobre «os desgraçados que estão sem os seus haveres»³⁴², algo que se agravou com esta revolta, uma prova inequívoca de que se mantém uma posição, pelo menos, de desconfiança face ao governo. Todavia, tal ação não implicou críticas contundentes aos insurretos e, sobretudo, a inexistência de elogios vincados ao governo ditatorial e à sua obra, o que surpreende, pois, com efeito, indica-se que, exceto «um ou outro ponto da ação governamental», a ação de conjunto da Ditadura é merecedora dos «melhores aplausos»³⁴³ do jornal. Inclusive, há elogios à manutenção do governador civil do Porto, que pedira a demissão após a revolta, já que não fora culpado da eclosão do movimento e porque fizera aquilo que lhe era pedido. Como prova da tentativa de silenciamento, os discursos que o *Diário* apresenta passam a ser algo moderados em função da censura mais apertada que é exercida pela Ditadura, algo muito visível nas entrevistas realizadas; como bom exemplo, tem-se uma entrevista ao diretor-adjunto da polícia de investigação do Porto, Dr. Santos Carneiro, em que este demonstra que será feita uma grande repressão aos que se uniram ao movimento, e chama à atenção que as questões realizadas pelo jornalista, apesar de forma indireta, passam a procurar

³³⁹ Ordem. *O Comércio do Porto* – Porto, nº 37, 12 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴⁰ Pela Constituição – Contra a Ditadura. República. *Diário do Porto* – Porto, nº 27, 3 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴¹ O momento. *Diário do Porto* – Porto, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴² A Cidade. Defendendo os humildes. *Diário do Porto*, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴³ O momento. *Diário do Porto* – Porto, nº 34, 16 de fevereiro de 1927, p. 1.

demonstrar alguma concordância para com o regime ditatorial³⁴⁴, o que também pode ser explicado pela posição mais neutral que o diretor, José de Miranda, procurou empregar, talvez para evitar o destino do *Diário*, a suspensão da sua publicação³⁴⁵.

4. Um olhar pelos órgãos de imprensa: a consolidação da Ditadura e a importância da revolução

Após este percurso, importa perspetivar como é que a Ditadura se consolidou nos órgãos de imprensa, o que decalca o ponto 3.2, pelo que será apresentado sinteticamente, e qual foi a importância que os vários noticiosos atribuíram à insurreição de fevereiro.

A partir da relação proposta por Bigotte Chorão entre a derrota do levantamento e a consolidação do regime, analisou-se que o discurso da imprensa sobre o regime era laudatório, o que leva a que se exorte a realização de várias reformas, o que é preponderante a partir de finais de fevereiro; assumia-se, por conseguinte, que o governo ditatorial devia levar a cabo o seu papel de «intérprete fiel do movimento do 28 de Maio»³⁴⁶, o que faria com que resolvesse os problemas estruturais de que padecia Portugal, já que se assumia como o único ator capaz disso.

Deste modo, após a acalmia dos ânimos, os vários periódicos recorrem a entrevistas e a declarações oficiais que enaltecem a necessidade da sujeição do povo ao projeto delineado. É paradigmático atentar que se repercute uma entrevista de Gomes da Costa, publicada a 8 de fevereiro, num periódico açoriano, podendo-se referir que o artigo do *Diário de Lisboa*³⁴⁷ é totalmente copiado pela edição vespertina d' *O Comércio do Porto*³⁴⁸, em que se salienta a ideia fundamental da ação fundamentada da Ditadura em se espalhar por todo o território. Como se pode perceber, esta é uma manifestação de uma efervescência partilhada pelos vários órgãos.

³⁴⁴ Do Porto. E agora... *Diário do Porto*, Porto, nº 35, 17 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁴⁵ GOMES, Joaquim Cardoso – *A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar...*, pp. 173; 176.

³⁴⁶ «A Ditadura não chegou ainda a todas as terras portuguesas». *A Voz* – Lisboa, nº 31, 5 de março de 1927, p. 3.

³⁴⁷ Os exilados – O marechal Gomes da Costa falando dos últimos acontecimentos políticos fez várias declarações e recordou Fontenoy. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1814, 11 de março de 1927, p. 1.

³⁴⁸ O snr. Marechal Gomes da Costa fala dos últimos acontecimentos políticos. *O Comércio do Porto – Edição da Tarde*, Porto, nº 64, 18 de março de 1927, p. 4.

Como se consegue entender, a comunicação social queria enfatizar a necessidade da Ditadura para o bem-estar da Nação, pelo que importa considerar qual foi a importância atribuída, pelos jornais, à revolta. De forma a facilitar a exposição, dividiu-se a estrutura noticiosa em dois períodos; nesse sentido, há uma primeira fase da divulgação até à eclosão da greve académica pró-Ditadura, em 18 de fevereiro de 1927, e, sobretudo, até ao Carnaval, na transição de fevereiro para março, que marca uma mudança da estrutura informativo-noticiosa, já que a greve foi perspectivada como uma forma, na imprensa, de mobilizar a população para que se sujeitasse ao regime. Nesta primeira etapa de divulgação noticiosa, é interessante a análise da iconografia, no sentido em que, se nas fotos do movimento militar, se apresentam os espaços vazios e sem qualquer adesão civil, até pelo próprio perigo que subsistia, nas fotos da greve académica, apresentam-se os espaços repletos de indivíduos que se manifestam a favor do governo ditatorial³⁴⁹, o que traz a mensagem de que o povo se tinha de unir à Ditadura. Por outro lado, apartado de considerações ideológicas, o Carnaval surge como uma forma de alívio dos espíritos, após dias de angústia generalizada, o que marca uma alteração das prioridades da imprensa.

Tendo em consideração estes tópicos, na primeira fase, privilegiam-se notícias abrangentes, que tendem a ocupar mais do que duas páginas, em jornais que têm entre quatro e oito páginas, no total, sendo indicados, sob títulos como «A Revolta do Porto»³⁵⁰ e «A revolução no Porto»³⁵¹, aspetos amplos, como prisões, declarações dos dois grupos, grandes listas indicativas de feridos, mortos, listas de armamento encontrado, as ações de solidariedade, entre outros, pelo que se privilegia um pendor descritivo e informativo. Há uma grande importância da iconografia alusiva, em particular, aos efeitos nefastos do levantamento e à ação dos elementos do governo em reuniões e deslocações.

Face à sugerida segunda fase da estrutura noticiosa do movimento, a partir do Carnaval, tem-se uma diminuição notável das informações, em que se passam a considerar apenas os casos de prisões, ações de solidariedade, recolha de donativos, o encontro de armamento, etc. Nesta fase, reúne-se, como corolário do que se iniciou com a greve académica, maior atenção para novos eventos, como a primeira travessia noturna

³⁴⁹ A manifestação dos estudantes do governo. *O Comércio do Porto* – Porto, n° 43, 19 de fevereiro de 1927, p. 1.

³⁵⁰ Título frequentemente empregue no *Diário de Lisboa*.

³⁵¹ Título frequentemente empregue n’ *O Século*.

do Atlântico Sul, com o hidroavião Argos, ocorrida no início de março, o que encerra um forte caráter patriótico e de enaltecimento da Nação, o que resultou numa secundarização da insurreição, pelo que, de um pendor descritivo, se passa para algo totalmente informativo, o que se consubstancia com a apresentação, praticamente em exclusivo, de listas sobre os aspetos anteriormente mencionados. Nesta altura, também surgem certas notas dispersas sobre a extinção de organizações políticas³⁵², por exemplo, e percebe-se um encerramento da narrativa que está a ser construída, já que se denota um foco nos aspetos considerados essenciais para a população, que era incentivada a esquecer os acontecimentos ocorridos. Mais ainda, com o sossego generalizado do país, começam a realizar-se mais entrevistas a figuras políticas, em que se mantém o tom de intransigência «contra todos quantos tenham contribuído [...] para a revolução»³⁵³. Uma vez que, a partir da segunda quinzena de março, as consequências do movimento tornaram-se mais diminutas, deixam de aparecer diariamente informações, o que coexiste com a perda de destaque atribuída a esta insurreição.

Com este panorama traçado, é útil analisar, periódico a periódico, de forma breve, qual foi a importância atribuída a este episódio, de forma a se conseguir extrair a importância geral atribuída ao movimento militar. No que diz respeito aos periódicos do Porto, *O Comércio do Porto* apresentou alguma consistência, já que, mesmo com a quebra da divulgação de informações deste episódio, não deixou de revelar aspetos do movimento, à exceção de dois dias, o que não se verifica na sua edição vespertina, em que há uma falta de notícias diárias acerca do movimento, a partir desta altura, o que é exatamente igual ao que ocorre no *Diário do Porto*, cuja censura impede o jornal, ao que muitas vezes parece, de defender posições encaradas como incómodas. Já nos periódicos de Lisboa, o *Diário de Lisboa* é o que, no geral, mais começa a ignorar a sublevação, algo que se assume como estranho, em função da sua posição pró-regime, tal como *O Século*,

³⁵² A notícia mais explícita sobre este aspeto, em função da entrevista ao responsável pela Polícia Administrativa, em que se apresentam claramente os intuítos do Executivo, é Medida preventiva – Foram encerradas cerca de vinte agremiações políticas. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1828, 28 de março de 1927, p. 8.

³⁵³ A obra do governo – O ministro das Finanças falou-nos hoje do empréstimo, dos tabacos, da dívida de guerra e dos últimos acontecimentos políticos. *Diário de Lisboa* – Lisboa, nº 1815, 12 de março de 1927, p. 5.

que também começa a deixar de ser consistente na publicação diária de informações; por fim, isto não se verifica em *A Voz*, que repete a estrutura d’ *O Comércio*.

Pode afirmar-se que o movimento nunca existiu *per se*, mas sempre com o intuito muito claro de justificar e legalizar, perante a opinião pública, a Ditadura e os seus amplos projetos, pelo que estes acontecimentos se assumem como uma ferramenta de consolidação da Ditadura, o que perpassa ao longo dos meses de fevereiro e março e, também, nos meses seguintes.

Considerações finais

Importa mencionar as principais conclusões advindas da investigação; ora, em relação ao primeiro objetivo, compreendeu-se que os aspetos mais representados foram as consequências advindas do movimento, que foram agravadas com a sua falência, as reações e declarações oficiais do governo vitorioso, as posições editoriais dos diversos periódicos – em que se sobressai *O Comércio do Porto – Edição da Tarde* como um contraexemplo –, a assistência à população civil e, com o menor destaque, todos os dados referentes aos insurretos. Seguidamente a esta exposição, abordaram-se as representações na imprensa dos intervenientes no movimento, tanto os que efetivamente se revoltaram contra a ordem estabelecida após o 28 de Maio, como os que estavam do lado do poder oficial. O *Diário do Porto* distingue-se dos restantes periódicos, em função do apoio materializado a esta causa. A seguir, no périplo traçado, considerou-se a consolidação do projeto ditatorial nos órgãos de imprensa que foram trabalhados e, por último, procurou explicar-se qual foi, em termos concretos, a importância que foi conferida ao levantamento.

De forma geral, pode afirmar-se que, com foco na imprensa diária das duas principais cidades do país, a investigação apurou unanimismo em cinco jornais, sendo apenas dissonante o *Diário do Porto*, que foi fortemente penalizado. Mais ainda, apurou-se uma maior efervescência nos periódicos da capital, o que se pode explicar pela maior ação da Situação, com grande relevo em *A Voz* e n’ *O Século*.

As conclusões da investigação consubstanciam o estado de arte, não obstante eixos de análise distintos. Os trabalhos de Luís Farinha e Luís Bigotte Chorão foram essenciais para a prossecução da investigação, pela enunciação das condições que

levaram à apropriação da iniciativa e, posteriormente, do seu fracasso pelo projeto ditatorial, tal como o capítulo de Joaquim Cardoso Gomes, que considera dois dos periódicos trabalhados, *O Comércio do Porto* e o *Diário do Porto*, precisamente até ao início do movimento, em fevereiro, em que se consolida a sua perspetiva, respetivamente, sobre a defesa dos interesses das forças vivas e a manifestação contra o governo ditatorial, o que é alargado com o dicionário da imprensa diária de Mário Matos e Lemos, face ao qual também existe uma convergência com as informações nele veiculadas. Por sua vez, a obra de Flunser Pimentel foi consubstanciada pelas abordagens, na imprensa, a algumas das personalidades que a autora em causa aborda com algum destaque, como Sinel de Cordes.

A partir destas breves ideias sobre o estado da arte, podem apresentar-se alguns pontos sobre a investigação, cujas principais originalidades são a exploração da imprensa face ao que se constituiu como o início da resistência republicana, que tende a ficar algo relegada para segundo plano no que diz respeito ao estudo das oposições ao regime ditatorial, e a análise conjunta de um leque de jornais que, globalmente, não pareceriam compatíveis, enquanto, como principal debilidade, tem-se um período de trabalho bastante reduzido, o que impediu inferências mais abrangentes sobre os objetivos que foram traçados.

Como sugestões para trabalhos ulteriores, tem-se a necessidade de alargamento do período de análise, tanto face ao levantamento de 1927, tanto aos subsequentes, como o de 1928, os de 1931, ou o de 1933, na imprensa, que pode ser analisada sob prismas geográficos distintos – de facto, poderá ser um exercício interessante comparar as perspetivas que se extraem, no litoral, sobre este bloco de oposição, e o que se verifica no interior. Associado a isto, falta um estudo global sobre o que foi a resistência republicana no Norte do país, em que se podia salientar uma eventual importância do Porto enquanto “berço” do Revirinho, e que se assume tão mais importante quanto se pensa na proximidade da fronteira com Espanha, que foi essencial na organização das redes da oposição. Também é relevante trabalhar as especificidades do *Diário do Porto*, que nunca acedeu aos princípios do 28 de Maio e da Ditadura, pelo que é pertinente compreender quais foram as suas críticas perante a sucessão de golpes ocorridos no período inicial da Ditadura Militar, e o agravamento das condições económicas, em que são relevantes os impactos da revolta de setembro de 1926 e dos últimos meses da sua publicação,

terminada em julho de 1927, pela censura e o controlo excessivos do governo, apesar de virem a existir edições anuais³⁵⁴ até 1935.

Lista de fontes primárias

A Voz, Lisboa, fevereiro e março de 1927.

Diário de Lisboa, Lisboa, fevereiro e março de 1927.

Diário do Porto, Porto, fevereiro e março de 1927.

O Comércio do Porto, Porto, fevereiro e março de 1927.

O Comércio do Porto – Edição da Tarde, Porto, fevereiro e março de 1927.

O Século, Lisboa, fevereiro e março de 1927.

Lista de bibliografia citada

CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2010. ISBN 978-989-644-597-3.

COSTA, António Luís Pinto da – *A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga de Defesa da República ou Liga de Paris*. *Revista da FCSH* [Em linha]. 5 (1990) 247-274. [Consult. 15 set. 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/6691>. s/ ISSN.

FARINHA, Luís – *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998. 328 p. (Histórias de Portugal). ISBN 972-33-1385-5.

FARINHA, Luís – *O Revirvalho contra a Ditadura Militar: o 3-7 de fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-1931*. In LOFF, Manuel; SIZA, Teresa (Coord.) – *Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)*. S.l.: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010. ISBN 978-972-27-1836-3. p. 48-61.

³⁵⁴ LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses...*, p. 290.

GOMES, Joaquim Cardoso – A imprensa diária do Porto na Ditadura Militar (1926-1927). In BAPTISTA, C.; SOUSA, J.P. (Org.) – *Para uma História do Jornalismo em Portugal*. [Em Linha]. Lisboa: ICNOVA, 2020. [Consult. 16 set. 2022]. Disponível na Internet em

https://www.academia.edu/43097333/A_IMPrensa_DI%C3%81RIA_DO_PORTO_NA_DITADURA_MILITAR_1926_1927. ISBN: 978-989-54285-9-5.

LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006. ISBN 972-8838-35-2.

MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.) – *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926-1931*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

MARQUES, A. H. Oliveira – *O Estado Novo*. In MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*. 5ªed. Lisboa: Palas Editores, 1978. s/ISBN. Vol. II, p. 291-358.

PAULO, Heloísa – *Uma memória dos opositores sobre o regime e sobre a oposição*. In PAULO, Heloísa; TORGAL, Luís Reis (Coord.) – *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-989-8074-53-9. p. 377-387.

PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014. ISBN 978-972-661-226-6.

PIMENTEL, João Sarmiento – *Memórias do Capitão*. 2ª ed. Porto: Inova, 1974.

PINTO, Ana Catarina – *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926). A Esquerda Republicana e o Bloco radical*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011. ISBN 978-989-658-124-4.

ROSAS, Fernando (Coord.) – *O Estado Novo*. In MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. ISBN 972-42-0916-4. Vol. 7.

ROSAS, Fernando – *A Primeira República, 1910-1926: como venceu e porque se perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018. ISBN 978-972-25-3676-9.

SALDANHA, Ana Maria – *O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações*. *Temporalidades – Revista de História*. 10:1 (2018) 34-57. [Consult. 9 ago. 2024]. Disponível em

SILVA, Daniel Filipe Soares, — “Representações da revolta de fevereiro de 1927 em órgãos de imprensa do Porto e de Lisboa”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 121-145

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/download/6094/pdf/>. ISSN

1984-6150.

«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»:

Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)

José Pedro Amorim Pinho

amorim.josepedro@gmail.com

Resumo

Ao longo período do fascismo português correspondeu uma determinada e audaz resistência por parte daqueles que se opuseram ao regime, com particular destaque para o papel dos comunistas. Essa resistência foi feita de múltiplas formas, sendo objetivo deste estudo dar a conhecer uma das muitas faces da luta empreendida contra o salazarismo.

No contexto da imprensa clandestina, uma das particularidades protagonizadas pelos antifascistas passou pela quantidade assinalável de jornais realizados no interior das cadeias políticas.

A vivência nestes locais era violenta e traumática, causando no indivíduo um desgaste físico e psicológico, resultado dos constantes interrogatórios, intimidações e atos de tortura física e mental de que era alvo. Não obstante, por mais que tenham ocorrido atos intimidatórios e atentatórios para com a dignidade do detido, verificou-se, regra geral, que a experiência de encarceramento não abalava o sentido coletivo dos presos políticos, assistindo-se inclusive ao transporte da dinâmica política praticada no exterior para o cárcere, fomentando – sempre que as circunstâncias o permitissem – o diálogo, o debate e o estudo.

Características que fazem destes jornais de prisão o resultado material desse continuar da militância, assim como uma prova de combatividade perante as condições profundamente complexas.

Palavras-chave: imprensa prisional, manuscrito, clandestinidade, prisões políticas, comunistas.

Abstract

The long period of Portuguese fascism was marked by determined and audacious resistance on the part of those who opposed the regime, with particular emphasis on the role of the communists. This resistance took many forms and the aim of this study is to reveal one of the many faces of the struggle against the Salazarism.

In the context of the clandestine press, one of the particularities characterised by the anti-fascists was the significant number of newspapers published inside political prisons.

Living in these places was violent and traumatic, causing physical and psychological damage on the individual as a result of the constant interrogations, intimidation and acts of physical and mental torture they were subjected to. However, even though there were intimidating acts and attacks on the detainee's dignity, it was generally found that the experience of imprisonment did not affect the collective sense of political prisoners, and the political dynamics practiced outside were even brought into the prison, encouraging - whenever circumstances allowed - dialogue, debate and study.

These characteristics make these prison newspapers the material manifestation of this continued militancy, as well as proof of their combativeness in the face of deeply complex conditions.

Keywords: prison press, manuscript, clandestinity, political prisons, communists.

Introdução

O tema desta investigação prende-se com os jornais manuscritos produzidos nas prisões do autodenominado Estado Novo, entre 1935 e 1945.

No contexto da imprensa clandestina desenvolvida durante o regime salazarista, uma das particularidades incidiu na quantidade assinalável de jornais realizados no interior das prisões políticas, prática que se estendeu aos mais variados cárceres³⁵⁵, sendo a sua larga maioria desenvolvidos na esfera da militância comunista³⁵⁶, ainda que tenhamos – em menor número – produções anarquistas. Não obstante, por forma a corresponder à necessária exequibilidade do trabalho, optou-se por analisar somente imprensa do foro comunista.

Do ponto de vista contextual, esta imprensa está inserida num quadro histórico marcado pela consolidação da estrutura governativa advinda do golpe militar de 28 de maio de 1926 e que culmina em 1933, com a instauração do “Estado Novo”, estrutura ditatorial que se consolida numa conjuntura marcada pela emergência de múltiplos regimes fascistas por toda a Europa, de que é exemplo a subida de Hitler ao poder, também em 1933. No panorama internacional sobressai, no arco temporal analisado, a guerra da Itália fascista na Abissínia, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) ou a 2ª Guerra Mundial. No movimento comunista, são de referir a realização do VII Congresso da Internacional Comunista em Moscovo, no ano de 1935, e a proeminência das frentes populares em França e Espanha. Retomando o plano interno, em 1936 dá-se a abertura do Campo de Concentração do Tarrafal, reflexo da escalada de repressão protagonizada contra os opositores ao regime. Pela conjuntura sociopolítica elencada, esta é uma época que se afigura de forte supressão de direitos, liberdades e garantias, da qual a multiplicação de presos políticos e os relatos das suas experiências enquanto tal são prova.

A produção de imprensa manuscrita e clandestina no interior das prisões políticas é uma “dimensão pouco conhecida e insuficientemente divulgada na atividade das

³⁵⁵ Identificamos a produção desta imprensa na Fortaleza de Peniche, Cadeia do Aljube, Penitenciárias de Lisboa e Coimbra, Cadeia de Monsanto, Campo de Concentração do Tarrafal e Fortaleza de São João Baptista (Angra do Heroísmo), entre 1934 e 1945 (apesar do primeiro exemplar conservado datar de janeiro de 1935).

³⁵⁶ CORDEIRO, José Manuel Lopes – *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974*. Braga: Conselho Cultural Universidade do Minho, 2014, p. 26.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

Oposições”³⁵⁷. Subsiste, à data de hoje, pouca produção historiográfica sobre o objeto de estudo selecionado.

Evidenciamos, ainda assim, autores que empreenderam alguns trabalhos associados à temática, como é o caso de José Manuel Lopes Cordeiro³⁵⁸, Cristina Nogueira³⁵⁹, Nélida Brito³⁶⁰ e João Madeira³⁶¹. O primeiro apresenta um levantamento da imprensa clandestina e do exílio produzida durante o período 1926-1974. Foi com base no repertório de jornais de prisão aqui apresentado que o corpo documental desta investigação foi selecionado. Relacionado com a clandestinidade, Cristina Nogueira averigua a forma como aqueles que tiveram de se tornar clandestinos se formaram, a par da capacidade em permanecer “mergulhados” na clandestinidade por um período tão considerável, desenvolvendo aí atividade política. Pese embora seja um estudo focado, essencialmente, no quotidiano da vida clandestina, introduz uma breve análise sobre o dia-a-dia prisional, nomeadamente, o estudo na prisão, o que permitiu a obtenção de um maior conhecimento acerca de certas dinâmicas do quotidiano dos presos políticos no que toca ao tempo dedicado à sua formação intelectual e troca de experiências educativas no cárcere. Por seu turno, Nélida Brito traz um estudo sobre o Campo de Concentração do Tarrafal, particularmente as memórias do quotidiano dos deportados. Já o trabalho de João Madeira, sendo uma obra de âmbito geral da história do Partido Comunista Português, serviu para perceber e estabelecer o contexto político nacional e internacional da época, em concomitância com a evolução da linha política desse Partido.

Procura-se com este artigo contribuir para o aprofundamento do estudo da resistência ao fascismo, especificamente no quadro de uma imprensa prisional produzida por militantes comunistas encarcerados nas “masmorras do regime”, e, a partir dessa lente *in loco*, perceber as seguintes problemáticas: quais as dinâmicas de produção destes periódicos, nomeadamente, se eram produções individuais ou coletivas? Quais os temas

³⁵⁷ CORDEIRO, José Manuel Lopes – *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974...*, p. 8.

³⁵⁸ CORDEIRO, José Manuel Lopes – *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974*. Braga: Conselho Cultural Universidade do Minho, 2014.

³⁵⁹ NOGUEIRA, Cristina – *Vidas na clandestinidade*. Lisboa: Edições Avante, 2011.

³⁶⁰ BRITO, Nélida Maria Freire – *Tarrafal na memória dos prisioneiros (1936-1954)*. Lisboa: Edições Dinossauro, 2006.

³⁶¹ MADEIRA, João – *História do PCP. Das origens ao 25 de abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

mais abordados? Quais as principais críticas ao regime plasmadas ao longo destes boletins? Quais os ideólogos e personalidades de referência? De que forma é abordado o quotidiano prisional?

Para a exequibilidade do trabalho, foram selecionadas nove fontes (comportando um total de cinquenta e um números), de um espólio que ultrapassa as duas dezenas de títulos. Tal seleção foi realizada com base no cruzamento de alguns critérios determinados *a priori*: diversidade geográfica e cronológica, estado de conservação e periodicidade.

As fontes primárias trabalhadas são *A Força*, *Boletim Inter-prisional de Aljube*, *Boletim Inter-prisional de Peniche*, *Nova Geração*, *O Condenado Vermelho*, *O Fogo*, *O Trabalho*, *Pavel* e *Reduto Teórico*. Todos os periódicos foram consultados a partir do sítio eletrónico do Partido Comunista Português, que disponibiliza, em acesso livre, a totalidade do espólio.

Tendo em conta a prospeção desenvolvida, apresentamos de seguida uma sintética caracterização destas fontes.

O Trabalho, inicialmente “De um comunista para comunistas” (assim descrito no exemplar n.º 9), é o órgão “dos comunistas em reclusão na Penitenciária” (n.º 16 e 18), produzido na Penitenciária de Lisboa e com três números preservados do ano de 1935. *O Boletim Inter-prisional do Aljube* identifica-se como o “órgão dos presos comunistas do Aljube” ou “órgão da célula comunista do Aljube”, tendo preservados seis números, datados entre 1935 e 1936. Já o *Boletim Inter-prisional de Peniche* (quatro números), *Nova Geração* (três números), *O Fogo* (sete números) e *Pavel* (cinco números), abarcam a cronologia de 1936-1937 e são periódicos originários da Fortaleza de Peniche. Identificam-se como “órgão da célula comunista da Fortaleza de Peniche”, “órgão de redacção revolucionária”, “revista teórica da célula comunista da Fortaleza de Peniche” e “ação teórica dos jovens comunistas presos em Peniche”, respetivamente, e coexistem entre si, em virtude das finalidades a que se propõem. Já *O Condenado Vermelho* é o “órgão das células comunistas de Monsanto” e tem três números conservados, datados de 1936. *A Força: Jornal dum comunista* é o que detém a maior quantidade de números preservados (dezassete), abrangendo, conseqüentemente, o hiato temporal mais alargado, de 1937 a 1942. Produzido na Penitenciária de Coimbra – só a partir da sua análise foi possível identificar o local de criação – este é um periódico maioritariamente mensal, apesar de algumas irregularidades identificadas. Por fim, no Campo de Concentração do Tarrafal destaca-se a produção do *Reduto teórico*. Com apenas três números preservados (de setembro a novembro de 1945), este foi um órgão de periodicidade mensal, iniciado

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

a dezembro de 1943, e elaborado no seio de um grupo liderado por José de Sousa designado «Grupo dos comunistas afastados», após a cisão ocorrida destes com a Organização Comunista Prisional do Tarrafal. Segundo os seus produtores, este fora criado para a “discussão dos problemas políticos e a de elevar o nível ideológico dos nossos camaradas”³⁶². Mas não só disso é feito o periódico, destacando-se em todos os números analisados artigos sobre o quotidiano tarrafalense, onde os presos tinham “uma grande parte da sua vida projetada [nestas] páginas”³⁶³.

No que à metodologia utilizada para o tratamento e interpretação das fontes recolhida diz respeito, a mesma passou, numa primeira fase, pela leitura integral de todos os números, a par da transcrição das passagens textuais que conferissem interesse para as problemáticas definidas. Posteriormente ao processo leitura-transcrição, realizaram-se fichas de análise, com palavras-chave, tendo em vista a sistematização da informação.

1. Jornais de prisão – características gerais e contextos de produção

Dada a natureza manuscrita e clandestina destes jornais, é necessário ter presente as suas diferenças face aos periódicos institucionalizados, tipografados, livremente publicados (com registo oficial, tiragem, aprovação pela censura, etc.). Dentro deste paradigma, é impossível determinar, para a maioria dos casos, os produtores dos jornais e os autores dos seus artigos. O padrão era o anonimato, havendo casos em que recorriam ao uso de pseudónimos. As assinaturas colocadas nos finais de alguns artigos de *O Trabalho* – “M.S. Vladimiro”; “Mantegazza”; “Kirov”; “Relviskov” – atestam essa prática.

A Força representa uma exceção. José Cordeiro indica a possibilidade de “alguns números [serem] elaborados por Manuel dos Santos”³⁶⁴. Tendo como subtítulo “Jornal dum comunista”, o seu autor não tem problema algum em se identificar, aproveitando algumas das publicações mensais não só para relatar questões pessoais, como transcrever cartas que o próprio enviava à sua família. Foi no decurso dessas notas mais pessoais que se tornou possível perceber que este autor correspondia a um dos criadores de *O Trabalho*, quando afirma que «na Bastilha de Lisboa demos ao nosso jornal o título de “O

³⁶² «Mais um ano». *Reduto teórico*, n.º 24, novembro de 1945, p. 1.

³⁶³ «Mais um ano». *Reduto teórico*, n.º 24, novembro de 1945, p. 1.

³⁶⁴ CORDEIRO, José Manuel Lopes – *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974...*, p. 68.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

Trabalho”»³⁶⁵. Esta foi uma prática que prosseguiu com Manuel dos Santos, quando transitou da Penitenciária de Lisboa para Coimbra. Não excluindo a hipótese de ter havido, ocasionalmente, ajuda por parte de outros presos, é o único preso passível de ser detetado em *A Força*, sendo que há números exclusivos sobre a sua situação pessoal.

Pela sua natureza específica, pressupunha-se a sua realização em condições muito complexas, profundamente precárias logo à partida, “tendo em consideração as condições decorrentes dos constrangimentos da vida prisional”³⁶⁶. Em primeiro lugar, existia a necessidade preliminar de resolver questões tão complicadas como a obtenção dos materiais necessários para a sua produção. Estamos a falar, entre outros, de papel, materiais de escrita, desenho, etc. E em segundo, logo após a sua produção, a capacidade de os fazer circular por toda a cadeia sem deteção da parte das autoridades. Quanto a isto, não é de somenos importância lembrar que estes presos viviam sob o jugo de uma vigilância apertada, permanente e implacável. Este é um dos fatores que determina, por exemplo, a irregularidade da periodicidade de alguns destes jornais.

Os próprios autores dão conta das dificuldades inerentes a todo esse processo, tal como a angústia que seria ver todo o trabalho empregue para o efeito desperdiçado, caso os mesmos fossem detetados e apreendidos pelos carcereiros.

Só quem conhecer o que seja uma cela penitenciária poderá com mais justeza ver as espécies de contrariedades e sobressaltos que na execução deste manuscrito passamos. Não é receio que sentimos, mas o desgosto que sentiríamos se estes jornais fôssem apanhados depois de tanto trabalho.³⁶⁷

O que a investigação permitiu deduzir é que excetuando *A Força*, toda esta imprensa foi resultado de um trabalho a várias mãos. O mesmo é dizer que são materiais coletivos, cunhados como órgãos dos presos políticos de uma determinada célula prisional, e entendidos como “o complemento da escola revolucionária da célula e sem ela [...] impossível por em prática determinadas resoluções”³⁶⁸.

A comprovar essa intervenção coletiva temos várias evidências textuais, estando plasmado ao longo das páginas destes jornais o incentivo constante para a contribuição

³⁶⁵ «Caminha...». *A Força*, n.º 73, março de 1941, p. 4.

³⁶⁶ CORDEIRO, José Manuel Lopes – *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974...*, p. 26.

³⁶⁷ «O Trabalho». *O Trabalho*, n.º 16, outubro de 1935, p. 6.

³⁶⁸ «Colaboração». *O Fogo*, n.º 5, maio de 1936, p. 24.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

de artigos por parte dos presos políticos da célula prisional, sobretudo daqueles que melhor sabiam escrever. Esse estímulo era feito sob diversas formas.

Uma primeira sob a forma de apelo – e em jeito de lembrete –, na qual o preso era lembrado para que no mês seguinte não se esquecesse de contribuir com novos textos: “Camarada. Não te esqueças da tua colaboração para o próximo número da nossa revista. Contamos com ela”³⁶⁹.

Outra evidência dessa dinâmica eram os comunicados de enaltecimento pelos progressos verificados de colaboração, o que só era possível graças ao compromisso demonstrado por todos os que compunham a célula. Como refletem as passagens: “Registamos, com agrado, o progresso [...] neste número em relação ao anterior: os colaboradores são já em maior número. Os apelos têm sido atendidos”³⁷⁰; e “neste último já colaboraram nove [camaradas] mostrando-nos assim um grande aumento no nível da cultura revolucionária [...] Estamos bastante satisfeitos com êste progresso”³⁷¹. Não obstante, a contrariar estas mensagens de reconhecimento temos algumas reprimendas, quando pairava uma certa desmobilização, marcada por uma “negligência inexplicável de alguns membros do Partido”³⁷², de indivíduos que tinham facilidade em escrever e que ainda assim pareciam querer desassociar-se desta atividade. Os comunicados tinham essencialmente o objetivo de repor a normal quantidade de elementos comprometidos com a prossecução do próximo número mensal, já bastando as complicações e constrangimentos associados à condição em que os mesmos tinham de ser feitos. Como é destacado num exemplar de *O Trabalho*: “Este número, como há dois atrás de “O trabalho” tem sido só colaborado por dois camaradas. Esqueceram-se os outros restantes que são comunistas?”³⁷³. Pretendia-se, como é visível, despertar os que estavam a fugir às suas responsabilidades, lembrando-os das obrigações que um militante comunista deveria cumprir, neste caso, a importância da imprensa prisional na dinâmica quotidiana: “Chamamos pois a atenção a esses camaradas para que de futuro não suceda”³⁷⁴.

2. Mantendo a luta contra o regime. A condição de «viver entre parêntesis»

³⁶⁹ «2º aniversário do Reduto-Teórico». *Reduto Teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 40.

³⁷⁰ «Imprensa prisional». *O Fogo*, n.º 2, fevereiro de 1936, p. 12.

³⁷¹ «a nossa imprensa». *O Fogo*, n.º 3, abril de 1936, p. 24.

³⁷² «Colaboração». *O Fogo*, n.º 5, maio de 1936, p. 24.

³⁷³ «Nota». *O Trabalho*, n.º 18, dezembro de 1935, p. 4.

³⁷⁴ «a nossa imprensa». *O Fogo*, n.º 3, abril de 1936, p. 24.

A vivência nas prisões do fascismo era violenta e traumática, causando no preso político um desgaste físico e psicológico, resultado dos constantes interrogatórios, intimidações e atos de tortura física e mental de que era alvo. Os castigos eram uma prática comum e diária do regime, aparecendo referidos um pouco por todos os jornais prisionais.

Num estudo sobre a resistência brasileira à ditadura, Luci Gat Pietrocolla teorizou a expressão «viver entre parêntesis» para definir a condição humana subjacente a três experiências: exílio, clandestinidade e prisão³⁷⁵. Marcadas pelos sentimentos de medo, nostalgia e esperança, essas experiências tanto eram extremamente desafiadoras em termos físicos e psicológicos, como podiam desempenhar um papel central na formação da identidade política dos indivíduos. O que parecia ambíguo, na medida em que, especialmente a prisão, envolvia um confinamento, isolamento e vigilância tal, que a interrupção ou redução drástica da militância seria, à partida, o efeito mais natural.

Está claro que as prisões políticas e a tortura aí praticadas tinham como finalidade “atingir a parte coletiva do indivíduo e desarticular a ligação entre o individual e o coletivo”³⁷⁶. Associado a isto, Françoise Sironi desenvolve a problemática das vítimas de tortura, sustentando que o objetivo central de um torturador passava pela desarticulação do torturado com o seu grupo de pertença (profissional, religioso, étnico, político, etc.)³⁷⁷. A ideia proposta era que, ao atingir o indivíduo, estar-se-ia a atingir o grupo, pois a pessoa perderia a identidade coletiva que o mantinha ligado a esse conjunto.

On attaque la part collective de l'individu, celle qui le rattache à un groupe désigné comme cible par l'agresseur, en désintriquant l'articulation entre le singulier et le collectif. Quand le processus à atteint son objectif, l'individu que l'on a torturé devient toujours un sujet isolé un sujet qui se met à part au sein des groupes d'appartenance.³⁷⁸

³⁷⁵ PIETROCOLLA, Luci Gat – *Anos 60/70: O viver entre parêntesis: A perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995.

³⁷⁶ NOGUEIRA, Cristina – *Vidas na clandestinidade...*, pp. 155-156.

³⁷⁷ SIRONI, Françoise – *Comment devient-on un bourreau? Les mécanismes de destruction de l'autre*, 2001.

³⁷⁸ “A parte coletiva do indivíduo é atacada, a parte que o liga a um grupo designado como alvo pelo agressor, desintegrando a ligação entre o indivíduo e o coletivo. Quando o processo atinge o seu objetivo, o indivíduo torturado torna-se sempre um sujeito isolado, um sujeito que se distingue no seio dos grupos a que pertencera.” (tradução livre).

Cristina Nogueira, por seu turno, traz considerações relevantes ao evidenciar que nas prisões políticas portuguesas o torturador não alcançou essa desarticulação do indivíduo com o seu grupo de pertença, neste caso o partido político, realçando que “a motivação anterior à prisão, ou seja, a luta onde estavam inseridos, representa um elemento forte para a resistência de cada um [...] sentimento de pertença a algo maior que transcende a individualidade de cada um”³⁷⁹.

Nesta senda, assistimos ao transporte da dinâmica política praticada no exterior para o cárcere, fomentando – sempre que as circunstâncias o permitissem – o diálogo, o debate e o estudo. Aliás, “a polícia não conseguiu impedir uma forte vida coletiva, de sentido cultural, político e ideológico, por parte dos detidos”³⁸⁰. Esta ideia fundamenta-se num artigo do *Boletim Inter-prisional de Aljube* denominado «Eduquemo-nos», quando é referido que:

Se bem que na prisão, em muitíssimos casos nos encontramos possuídos de grande dose de neurastenia, própria, é claro do ambiente em que vivemos, não nos devemos deixar subjugar por tal estado esquecendo-nos que podemos aproveitar e muito, o tempo, para nos dedicarmos ao estudo. [...] temos muito que aprender [...] não podemos hesitar no prosseguimento da nossa educação marxista.³⁸¹

É notória, no pensamento destes presos, a ideia de que era imprescindível prosseguir a luta pelo ideal que defendiam, mesmo nas condições mais inóspitas, como seria a experiência em qualquer um destes cárceres. Até porque a prisão não era mais que uma fase da luta revolucionária, um “acidente natural da sua atividade política”, sendo pelo contrário uma oportunidade para dedicarem o tempo de inatividade forçada ao estudo e preparação para uma melhor capacidade de execução das tarefas a desempenhar no futuro³⁸². Em suma, a prisão teria de ser vista “como um outro lugar para continuar a luta”³⁸³, sendo a imprensa prisional isso mesmo, um resultado material desse continuar da militância, bem como uma prova de combatividade perante as condições profundamente complexas.

³⁷⁹ NOGUEIRA, Cristina – *Vidas na clandestinidade...*, p. 156.

³⁸⁰ MADEIRA, João – Prisões Políticas. In ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo...*, p. 801.

³⁸¹ «Eduquemo-nos». *Boletim Inter-prisional de Aljube*, n.º 6, maio de 1936, p. 4.

³⁸² OLIVEIRA, Gilberto de – *Memória Viva do Tarrafal*. Lisboa: Edições Avante!, 1987, pp. 65-66.

³⁸³ NOGUEIRA, Cristina – *Vidas na clandestinidade...*, p. 163.

tal como acontecia no caso da fábrica, também aqui se resistia, quer individualmente, face ao interrogador e torturador, quer através da organização de atividades de estudo e de trabalho. A prisão era, sem dúvida, uma experiência educativa informal extraordinariamente rica e diversificada [...] a prisão e a própria militância no PCP constituíam experiências educativas dinâmicas e significativas [...] Os contactos promovidos; as leituras que circulavam; as discussões sobre a situação política, feitas em pequenos núcleos ou em grupos mais alargados; as músicas que se ouviam e a troca de experiências.³⁸⁴

2.1. Críticas ao regime político

A denúncia da repressão ocupa um lugar determinante no conjunto das críticas apontadas ao “Estado Novo” nestes jornais. Entendia-se que o regime se sustentava, tendo por base uma política de “terror e provocação”: “o terror e a provocação são as armas predilectas do regime. A onda de feroz terror de há muito desencadeada sobre o país inteiro, é um dos principais factores de sustentação do Governo da ditadura”³⁸⁵. A tortura era utilizada enquanto meio para silenciar aqueles que se mostravam opositores ao regime. Muitos detidos comparam a estratégia de silenciamento e opressão do regime salazarista com a Inquisição católica: “Hoje, como então, os mesmos processos: a tortura!”³⁸⁶. Sendo que, tal como no passado, o objetivo passaria por neutralizar todos os que se insurgissem e pensassem de maneira diferente. Nessa linha, os detidos evidenciam as arbitrariedades praticadas nas prisões, assim como as condições deploráveis e inumanas desses locais³⁸⁷. O regime exercia uma repressão implacável, “ao ponto de deportarem jovens com idade inferior a 19 anos, uns sem julgamento, outros com o tempo acabado”³⁸⁸.

As mentiras da propaganda do regime são uma outra realidade recorrentemente trazida, em que os presos desconstroem as lógicas de propaganda, utilizadas com o intuito de ludibriar o descontentamento das massas populares. Um desses exemplos prende-se com os anúncios constantes de amnistias concedidas aos presos políticos, que surgiam expressas nos «jornais do regime», o que dariam a imagem de uma certa benevolência

³⁸⁴ SAMARA, Maria Alice; HENRIQUES, Raquel Pereira – Os Camaradas Sem-Nome. Militância e resistência quotidiana. In NEVES, José (coord.) – *Álvaro Cunhal: Política, História e Estética*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 217.

³⁸⁵ «Terror e provocação». *Boletim Inter-prisional de Aljube*, maio de 1936, p. 1.

³⁸⁶ «Féras!». *O Condenado Vermelho*, n.º 3, junho de 1936, pp. 1-2.

³⁸⁷ Esta questão será aprofundada no ponto 3 deste trabalho, denominado “Representações do quotidiano prisional”.

³⁸⁸ «A caminho». *Pavel*, dezembro de 1936, p. 3.

por parte do regime salazarista. Também era uma tentativa de iludir os encarcerados mais “ingénuos”, fazendo-os crer que a solução não estava em resistir no cárcere, antes em desmobilizar da luta: “Para nós, que sabemos os artigos em que estamos incursos, a burla não tomou grande vulto embora certos camaradas alimentassem a ilusão de que lhes tocaria também”³⁸⁹.

Mesmo quando se efetivava esse tipo de amnistias, é dado conta do seguinte: “A quem concedeu Salazar a amnistia? A indivíduos que a maioria, não lutando por um ideal, jamais pensarão em lutar pelo derrubamento da tirânica ditadura”³⁹⁰. Ou seja, o regime utilizava uma série de pretextos para continuar a reprimir aqueles que verdadeiramente colocavam em causa a sua estabilidade.

Como foi constatado, associada a essa propaganda, estavam os jornais do regime – a dita “imprensa burguesa” – que a difundia. No entender destes detidos, a imprensa em causa encontrava-se ao serviço do regime fascista, ou seja, do lado da classe exploradora. O que mereceria, desde logo, o repúdio por parte de todos os trabalhadores. Essa imprensa tentava de todas as formas descredibilizar o movimento operário, utilizando a calúnia contra o movimento comunista internacional, a fim de descredibilizar o Partido Comunista Português: “Pretendem incutir nos cérebros dos componentes da classe trabalhadora, ideias que sómente os vai prejudicar, lançando-os na maior miséria”³⁹¹. Também tinham por norma trazer as realizações humanitárias das “classes de caráter social”, de auxílio aos “poucos” que se encontravam desempregados – o que no entender dos presos não correspondia de todo à verdade. Era apenas mais uma “burla” transmitida no sentido de encobrir a crise económica e o aumento do desemprego no país, que afetava a classe trabalhadora: “somos nós que desmascaramos o bandoleirismo fascista e estamos ao lado da verdade e da justiça”³⁹².

Outra das críticas feitas visava a questão económica dos trabalhadores, resultantes das opções de classe dos que detinham o poder: “A ditadura fascista de Carmona-Salazar está a fazer dez anos de existência que representam meio século de atraso na nossa

³⁸⁹ «Uma amnistia». *O Fogo*, n.º 6, junho de 1936, p. 3.

³⁹⁰ «Uma amnistia». *O Fogo*, n.º 6, junho de 1936, p. 4.

³⁹¹ «Avante!». *Boletim Inter-prisional de Aljube*, n.º 25, janeiro de 1936, p. 1.

³⁹² «Obras nacionais». *Boletim Inter-prisional de Peniche*, maio de 1936, p. 2.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

civilização [...]. Quem têm sido os mais sacrificados e explorados da maneira mais miserável? A laboriosa massa operária e camponesa”³⁹³.

Estes textos colocam a tónica nas contradições inerentes a todo um sistema que privilegia uma minoria – detentora da riqueza – face a uma maioria empobrecida e explorada. Como se depreende na seguinte passagem: “Sois vós [trabalhadores] quem nestes dez anos tendes sido sacrificados sem terdes proveito desse sacrificio! Toda a miséria que tendes passado tem sido o sustentáculo da matilha que vos oprime e explora”³⁹⁴.

2.2. Modelos nacionais e estrangeiros – ideólogos e ativistas

Estes jornais constituem um espaço de destaque a indivíduos que contribuíram para o prestígio do movimento revolucionário – através do desenvolvimento da ideologia comunista ou simplesmente pela sua militância. Dando a conhecer as qualidades destas destacadas figuras, era uma forma de incentivar os presos a adotarem o modo de vida destes indivíduos, contribuindo assim para a criação do “militante ideal”. Associado a isso, os periódicos apresentam um conjunto alargado de artigos referentes à dinâmica interna do PCP, sobre a sua organização, bem como a conduta a adotar por parte de um militante comunista: “Não basta a frase: Sou comunista [...] é absolutamente indispensável que palavras e ações testemunhem esse dito”³⁹⁵.

O primeiro destaque vai para os ideólogos que contribuíram para o desenvolvimento da ideologia, desde logo: Marx, Engels, Lenine ou Estaline (este último em artigos referentes a notícias da União Soviética). Estes servem de inspiração para muitos dos conteúdos desenvolvidos, essencialmente artigos de cariz teórico. Sendo a sua presença ao longo dos textos uma forma de legitimação do discurso, e, em simultâneo, de clarificação do rumo a traçar.

há uma necessidade premente que reside na aplicação dos nossos conhecimentos teóricos à prática [...] um militante operário e revolucionário tem que saber amalgamar a teoria com a prática [...] Os princípios leninistas que defendemos são o exemplo vivo da função da teoria com a prática do movimento operário mundial.³⁹⁶

³⁹³ «Nós, perante factos». *O Fogo*, n.º 4, abril de 1936, p. 4.

³⁹⁴ «Trabalhadores». *Boletim Inter-prisional de Aljube*, março de 1936, pp. 2-3.

³⁹⁵ «Comparando». *Boletim Inter-prisional de Aljube*, n.º 24, novembro de 1935, p. 3.

³⁹⁶ «Palavras úteis». *Reduto Teórico*, n.º 22, setembro de 1945, p. 20-23.

As suas “teses” são amplamente difundidas nestes periódicos, inclusive surgem apresentadas caixas de textos com citações retiradas das suas obras. Porém, uma outra forma de serem apresentados nestes jornais é pela via de artigos biográficos, onde se destacam as qualidades destes “mestres”, que são exemplos do que é ser um revolucionário, tal como os contributos que deram e dão ao movimento proletário. Por exemplo, é tido em conta que “Karl Marx legava à humanidade a mais rica e bela ebulição filosófica de todos os tempos sob a preocupação do sofrimento humano”³⁹⁷. Ou que “Marx e Engels completam-se em Lénine e Lénine era a ação, a teoria efervescente, o filósofo soldado, o científico revolucionário. [...] Lénine foi o mestre e é o camarada sempre actual nas suas páginas imorredoiras”³⁹⁸.

Outro destaque vai para o conjunto de artigos de homenagem a homens e mulheres apontados como exemplos para os trabalhadores. São eles Maximo Gorki, Henri Barbusse, Thaelmen, Dolores Ibarruri, Jean Cassou, Clara Zétkin, ou Rosa Luxemburgo.

Os seus nomes surgem mencionados em artigos, dando conta dos contributos e atividade desenvolvida em prol da emancipação proletária. Centremos atenções no exemplo de Dolores Ibarruri – “La Pasionária” –, revolucionária espanhola, em que é dito que “é a expressão do extraordinário potencial revolucionário [...] o seu exemplo frutifica entre as mulheres espanholas”³⁹⁹. Os desígnios destas figuras aparecem ainda em textos póstumos, de preito após as suas mortes, realçando-se a perda que isso significava para os trabalhadores. Sobre Barbusse, apesar deste ter falecido em 1931, o exemplar de 1935 de *O Trabalho* regista o seguinte: “Faleceu em Moscovo Henri Barbusse. O proletariado mundial perdeu um dos seus maiores elementos [...] deu a vida inteira em prol da classe operária”⁴⁰⁰. Já sobre a morte de Gorki é dito que: “a nós faz-nos falta a pena que como nenhuma outra soube pintar as nossas desditas e reclamar altivamente o nosso direito a uma existência feliz”⁴⁰¹.

Ainda neste contexto, os presos redigiam artigos de tributo aos “heróis e mártires”, isto é, “àqueles que deram provas de grande resistência e de grande dedicação ao PCP e

³⁹⁷ «Karl Marx». *A Força*, n.º 53, fevereiro de 1939, p. 3.

³⁹⁸ «Lénine». *A Força*, n.º 82, novembro de 1941, p. 1.

³⁹⁹ «Dolores Ibarruri "La Pasionária"». *O Fogo*, n.º 3, março de 1936, p. 9.

⁴⁰⁰ «Henri Barbusse». *O Trabalho*, n.º 16, outubro de 1935, p. 2.

⁴⁰¹ «Maximo Gorki». *O Fogo*, n.º 6, junho de 1936, p. 1.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

que foram mortos ou presos e sofreram pesadas torturas”⁴⁰². São destacados altos dirigentes do Partido, ou simplesmente militantes cujo comportamento foi pautado por um compromisso inabalável pela causa operária, apontados como detentores de um espírito revolucionário ímpar. Em dezembro de 1935, *O trabalho* dá conta da detenção de José de Sousa e Bento Gonçalves, “dois queridos militantes do proletariado”. Da perspectiva de quem relatava a notícia, esta detenção, apesar de simbolizar um rude golpe para as fileiras comunistas, não significava o aniquilamento do PCP: “Prendiam os seus dois melhores elementos, mas não o aniquilaram. O P.C. vive e viverá porque ele é a massa trabalhadora de Portugal e nunca Salazar por mais que escoucei e berre, tratando os seus inimigos políticos como bandidos, triunfará”⁴⁰³. Já o exemplar de janeiro de 1936 do *Boletim Inter-prisional de Peniche* traz a notícia da deportação para a Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, de Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio Fogaça, alvos de torturas e “submetidos às mais cruéis barbaridades”:

O Bento ficou com a cara traçada pelos golpes do cavalo marinho. Alguns camaradas viram ainda os sinais que o cavalo marinho produzia no corpo do Fogaça. O José de Sousa foi o que mais sofreu; contra ele dirigiu a polícia todo o ódio que nos tem.⁴⁰⁴

Já em março do mesmo ano, a revista teórica dos comunistas de Peniche *O Fogo* traz a notícia da deportação de Álvaro Duque, mais um “abnegado lutador que [era] enviado para a prisão «túmulo» do Atlântico”, local em que “duas centenas dos melhores filhos da classe operária sofrem toda a casta de violências, desde os espancamentos cobardes e os castigos na Poterna”⁴⁰⁵.

Aparte os textos apologéticos a todos estes “modelos”, o reconhecimento e inspiração por algumas destas figuras (nacionais e internacionais) estava presente na própria conceção da criação de alguns destes jornais. Como é o caso do *Pavel*, órgão dos jovens comunistas presos em Peniche, dedicado a Francisco Paula de Oliveira (Pavel): “enviamos as nossas efusivas saudações juvenis, certos de que dedicando-te esta pequena revista, te daremos uma alegria desmedida, que o teu coração sincero e ardente

⁴⁰² NOGUEIRA, Cristina – Resgatar a Memória: Os Jornais 3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido e A Voz das Camaradas das Casas do Partido. In LOFF, Manuel, et al. (coord.) – *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*. Coimbra: Edições Almedina, 2014. p. 190.

⁴⁰³ «José de Sousa e Bento Gonçalves». *O trabalho*, n.º 18, dezembro de 1935, pp. 1-2.

⁴⁰⁴ «Bento, Souza e Fogaça». *Boletim Inter-prisional de Peniche*, n.º 2, janeiro de 1936, p. 3.

⁴⁰⁵ «Alvaro Duque». *O Fogo*, n.º 3, março de 1936, p. 12.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

compreenderá”⁴⁰⁶. Também o jornal *O Fogo*, no seu texto introdutório de janeiro de 1936, revela que atribuiu esse nome em “memória do camarada Henri Barbusse, falecido há pouco em Moscovo”⁴⁰⁷.

3. Representações do quotidiano prisional

Perante a vivência *sui generis* característica destes locais, os jornais de prisão tornaram-se um espaço oportuno para se comentar o quotidiano prisional. Ou seja, para as denúncias dos crimes levados a cabo no interior dos cárceres, as condições inumanas com que os detidos se viam confrontados, a falta de higiene, a má qualidade da comida, os locais de maior dureza, a violência física e psicológica, etc. Desde logo, o momento em que eram apanhados pela polícia e que representava uma primeira etapa do que se antevia ser um quotidiano prisional hostil, marcado pela violência constante e degradação da saúde de quem lá “caía”. Atestemos o relato pormenorizado que nos é transmitido num exemplar do *Nova Geração*:

Quando sucede cairmos nas garras da polícia, somos imediatamente levados para uma sala chamada da “paciência” que regularmente se encontra em completo movimento de presos e polícias, os quais nos assediam com as mais torpes palavras, acompanhadas logo duns “leves” safanões. Uma chuva de perguntas começa logo a cair sobre nós, da parte dos agentes que, não tendo nada que fazer, se entretêm a achincalharnos. [...] Regularmente, 4 a 7 agentes estão preparados com diversos objectos de tortura prontos [para] os espancamentos. Muito tempo permanecemos alvos dum completo sadismo por parte desta turba malta insatisfeita de vítimas e de sangue. Após estes sofrimentos [...] somos transportados aos imundos calabouços do G. Civil e... como epílogo uma vida de tortura na fortaleza de Peniche ou na cúpula de A. do Heroísmo.⁴⁰⁸

3.1. A desumanização através do castigo

Como tem vindo a ser perspetivado no decorrer deste trabalho, o quotidiano dos cárceres ocupou um lugar determinante nas páginas destes jornais, ainda que sobressaia o jornal *Reduto teórico*, produzido no Campo de Concentração do Tarrafal, local onde as arbitrariedades e ataques à dignidade do detido ganham contornos muito particulares.

Este Campo assumia-se como uma das faces mais cruéis da rede carcerária, surgido num contexto de reorganização do sistema prisional, de ampliação e reforço dos meios repressivos por parte do regime português, temente dos impactos que o “perigo vermelho” do país vizinho teria em Portugal. Este foi um local onde os principais opositores ao

⁴⁰⁶ «Pavel». *Pavel*, n.º 1, maio de 1936, pp. 1-2.

⁴⁰⁷ «A nossa revista». *O Fogo*, n.º 1, janeiro de 1936, p. 1.

⁴⁰⁸ «Polícia...». *Nova Geração*, n.º 2, junho de 1936, p. 4.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

regime salazarista foram depositados, destacando-se um conjunto alargado de dirigentes e quadros comunistas que, “na dureza da vida prisional, [estiveram] sujeitos a autênticos trabalhos forçados, à dureza do clima e da insalubridade local, às violências e humilhações dos guardas prisionais”⁴⁰⁹.

Nesse contexto, do jornal *Pavel* da Fortaleza de Peniche acaba por surgir, em dezembro de 1936, a notícia de que o regime haveria intensificado a perseguição a militantes comunistas, nomeadamente na arbitrariedade que significou a prisão e deportação de muitos jovens para o Tarrafal.

A perseguição, em virtude do caso espanhol, contra a juventude comunista e anti-fascista do nosso país [...] aumenta em intensidade duma maneira pavorosa contra os militantes, que se encontra nas suas garras, ao ponto de deportarem jovens com idade inferior a 19 anos, uns sem julgamento, outros com o tempo acabado.⁴¹⁰

Segundo os produtores do *Reduto teórico*, este fora criado para a “discussão dos problemas políticos e a de elevar o nível ideológico dos nossos camaradas”. Mas não só disso é feito o periódico, destacando-se em todos os números analisados vários artigos sobre o quotidiano tarrafalense, sendo marcas características dos relatos a arbitrariedade e a completa ausência de humanidade por parte dos “lacaiois do regime”.

Segundo os encarcerados, “muito há a dizer e a escrever para que o povo português saiba e conheça perfeitamente a situação a que o fascismo nacional nos conduziu – a condenação à morte lenta...”⁴¹¹. Os castigos assumem uma relevância preponderante nas representações do dia-a-dia carcerário. Como já foi referido, o castigo era uma prática muito frequente, enquanto fator de desgaste físico e psicológico do detido, tendo em vista o seu abandono da luta política. De forma sistemática, os castigos nem ocorriam “por qualquer ato de indisciplina dos presos [...] mas visando humilha-los e fazê-los sentir que estavam à inteira mercê dos carcereiros”⁴¹².

Neste panorama, o Tarrafal é apresentado como um dos locais mais duros para qualquer prisioneiro que por lá passasse: “[...] a frigideira estava a abarrotar com camaradas nossos, pelo simples facto de terem reunido alguns recortes de jornais no

⁴⁰⁹ MADEIRA, João – *História do PCP. Das origens ao 25 de abril (1921-1974)* ..., p. 97.

⁴¹⁰ «A caminho». *Pavel*, dezembro de 1936, p. 3.

⁴¹¹ «Cenas da nossa vida». *Reduto teórico*, n.º 22, setembro de 1945, p. 14.

⁴¹² NOGUEIRA, Cristina – *Vidas na clandestinidade...*, p. 170.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

desejo natural de lerem algumas notícias [...] de que estavam impossibilitados”⁴¹³. A “frigideira” é uma referência comum em muitos artigos, sendo apontada como o local máximo da desumanização levada a cabo pelos agentes do regime: “A frigideira, ante-câmara da morte, fica a atestar a crueza de ânimo dos homens do fascismo, encarregados de nos imolar no altar do capitalismo”⁴¹⁴.

Verificamos a denúncia daquilo que eles consideram tratar-se de “crimes”, nomeadamente da parte do médico do Campo à época, Esmeraldo Reis Pratas, cuja tarefa durante os anos em que esteve em serviço neste espaço prisional – segundo os detidos – era a de passar certidões de óbito, e não a de proceder aos cuidados de saúde necessários para a resolução dos problemas que os presos sofriam, derivados da falta de higiene e da insalubridade a que estavam sujeitos. É em tom de revolta que se afirma “que sendo médico é uma nódoa aviltante para aqueles que médicos são [...] como médico e como homem era um monstro”⁴¹⁵. De acordo com o relato dos presos que pelas mãos deste médico passaram, este “era como se fosse um instrumento utilizado pela ditadura fascista para alcançar os objectivos para os quais a Colónia Penal tinha sido projectado, ou seja, eliminar lenta ou rapidamente todos os seus pacientes”⁴¹⁶. Nas memórias de Gilberto Oliveira, é referido que:

Efectivamente, o papel que o médico ali desempenhava era o de cumprir com a sua parte nos desígnios do salazarismo, sintetizados na linguagem do capitão Manuel dos Reis, raivosa e bem expressiva, de que iríamos cair «como tordos», limitando-se ele a legalizar as mortes com as certidões de óbito que ia passando. [...] Fundamentalmente era esse o trabalho que fazia. Ou pelo menos, facilitava as condições para isso.⁴¹⁷

No *Reduto teórico* é também denunciada a forma descarada com que os “lacaiois” exploravam e desgastavam o preso político: “Os «trabalhos forçados» redobram de aceleração e o sol ataca-nos fortemente: não nos permitem que bebamos água, quando a pedimos, e as febres surgem constantemente [...] a fome aumenta com todo o vigor”⁴¹⁸.

Todo o trabalho visava alcançar o enfraquecimento e demover o espírito de resistência que grassava nos presos, sobretudo naqueles que davam mais provas de

⁴¹³ «Cenas da nossa vida». *Reduto teórico*, n.º 22, setembro de 1945, p. 20.

⁴¹⁴ «Campo da morte». *Reduto teórico*, n.º 24, novembro de 1945, p. 43.

⁴¹⁵ «Campo da morte». *Reduto teórico*, n.º 24, novembro de 1945, p. 43.

⁴¹⁶ BRITO, Nélida Maria Freire – *Tarrafal na memória dos prisioneiros (1936-1954)* ..., p. 82.

⁴¹⁷ OLIVEIRA, Gilberto. de – *Memória Viva do Tarrafal*..., pp. 104-105.

⁴¹⁸ «A política do “vai ou racha”». *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 27.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

combatividade e força de espírito: “escolhia-se precisamente para os trabalhos mais pesados os camaradas mais combativos e conscientes [...] aqueles que tinham intenção de aniquilar”⁴¹⁹. Algumas passagens do jornal transparecem igualmente um sentimento de tristeza, sobretudo quando davam conta da partida de mais um camarada que não resistira à dureza do Campo: “Víamos partir mais um camarada que tombava no campo de batalha, mais uns tantos que seguiam, descalços, para a “frigideira” e mais alguns em estado febril, eram obrigados a trabalhar”⁴²⁰. Não obstante, esse sentimento não levava à resignação, dava ainda mais força para continuar, como os próprios detidos assinalam: “a maioria esmagadora dos presos que se encontravam [...] neste retângulo, não torciam e estavam dispostos a ir até ao fim, embora com risco da sua própria vida”, assegurando que “lutaram, lutam e lutarão, sem desânimo, porque neles impera a certeza da vitória final”⁴²¹.

Também do Forte de Monsanto surgiam relatos de exploração e negação do pagamento devido aos indivíduos (nomeadamente artistas) que realizavam alguns trabalhos nas oficinas do cárcere. Face à reação de indignação manifestada por estes, prontamente eram reprimidos e ameaçados com o “segredo”.

[...] existe uma alcateia de patifes que se dedicam único e exclusivamente a explorar as oficinas existentes nas cadeias do país [...] vemos nas oficinas desta cadeia (Forte de Monsanto) reclusos, na sua maioria artistas, a ganharem um salario irrisório [...] sob o pretexto de que a obra está imperfeita, rejeita o trabalho... e não paga! Por este processo consegue roubar mais uns centavos aos desgraçados que, quando se queixam, são ameaçados com o segredo.⁴²²

Como forma de passar o tempo, revelou-se fundamental para os deportados do Tarrafal a presença de animais no dia-a-dia prisional, nomeadamente cães: “verdadeiros amigos foram os muito cães que vieram até nós durante todos aqueles anos do Tarrafal. [...] Os seus inimigos eram, tal como para nós, os guardas do Campo”⁴²³.

Na rubrica «Cenas da nossa vida», de outubro de 1945, é dedicado precisamente “à memória de um cão, que foi nosso dedicado amigo e está enterrado algures, como dezenas de camaradas nossos, sob a terra estéril e queimada desta mortífera planície

⁴¹⁹ AA. VV. – *Tarrafal – Testemunhos*. 2ª edição, Lisboa: Editorial Caminho, 1978. p. 164.

⁴²⁰ «Cenas da nossa vida». *Reduto teórico*, n.º 24, novembro de 1945, p. 20.

⁴²¹ «A política do “vai ou racha”». *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 28.

⁴²² «Infame exploração!». *O Condenado Vermelho*, n.º 3, junho de 1936, p. 5.

⁴²³ AA. VV. – *Tarrafal – Testemunhos...*, p. 248.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”.

Omni Tempore, Encontros da Primavera 2023, 9 (2024): pp. 146-173

caboverdeana”⁴²⁴. Batizado pelos encarcerados com o nome “Boby”, este cão foi um “amigo, o fiel companheiro”, que, tal como os presos, sentiu na pele a dureza da experiência do Campo: “Comeu do mesmo intragável e invariável “pirão”; [...] sofreu as agressões dos guardas locais; acompanhou-nos nas horas do penoso e árduo trabalho”⁴²⁵. Ou seja, se por um lado recebia da parte dos detidos o melhor dos cuidados, da parte dos guardas verificava-se exatamente o inverso. Em resposta, este cão “não escondia o seu ódio, mal via a sombra de um carcereiro, não lhe virava a cara, antes se punha «em guarda»”⁴²⁶.

Esta era uma situação comum a todos os animais que conviviam com os presos. Os carcereiros “nunca aceitaram a protecção e o acolhimento que os presos dedicaram aos animais. Para destruírem o prazer que os detidos sentiam em conviver e tratar deles, tudo fizeram para eliminar estes seres vivos”⁴²⁷. Retomando o relato do jornal, dá-se conta da deportação do cão a muitos quilómetros do Campo, efetuada pelos guardas. Não obstante, ele “correu, correu sempre e sem parar [...] em busca dos amigos”⁴²⁸, conseguindo coltar ao campo, nutrindo dos presos um sentimento de ainda maior afeição e lealdade. Todavia, o relato finaliza dando conta da morte do “Boby” às mãos dos guardas, o que representou um sentimento de profunda revolta no seio de todos os que conviveram com ele. Em jeito de despedida póstuma, o artigo dá conta do seguinte: “Assim desapareceu do nosso convívio o Boby, o “cão anti-fascista” que ligou a sua vida à vida dos presos, que, como estes, sofreu e suportou a perseguição sistemática e rancorosa dos carcereiros, que acabou por matá-lo”⁴²⁹.

Partindo da visão que Nélida Brito traz a esta discussão, os guardas pretendiam “roubar aos presos toda e qualquer manifestação de afecto, ou seja, vedar-lhes a satisfação de cuidar e ter a companhia de um animal de estimação”⁴³⁰. Por outras palavras, os carcereiros viam no animal um veículo para atacar a individualidade do detido. O ato de matar estes animais visava humilhá-los e fazê-los sentir que estavam à inteira mercê dos

⁴²⁴ «Cenas da nossa vida. O boby», *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 22.

⁴²⁵ «Cenas da nossa vida. O boby», *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 19.

⁴²⁶ «Cenas da nossa vida. O boby», *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 20.

⁴²⁷ AA. VV. – *Tarrafal – Testemunhos...*, p. 248.

⁴²⁸ «Cenas da nossa vida. O boby», *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 20.

⁴²⁹ «Cenas da nossa vida. O boby», *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 22.

⁴³⁰ AA. VV. – *Tarrafal – Testemunhos...*, p. 251.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

guardas do Campo. Era uma morte lenta (física e psicologicamente) em que nem os animais eram poupados.

3.2. Condições precárias no cárcere e «solidariedade revolucionária»

Encontramos ao longo dos periódicos uma panóplia de denúncias relativas às condições precárias da vida prisional, nomeadamente o estado das casernas em que viviam e a fraca qualidade da alimentação. Sobre a Fortaleza de Peniche, é descrita a seguinte realidade:

A luz de qualquer das casernas é deficiente. Três pequenas janelas deixam passar a luz, através das lamentáveis grades. [...] Passamos mais de um mês sem lavar as casernas [...] não temos água corrente, nem ar suficiente, nem luz. [...] Os chuveiros improvisados não nos permitem uma limpeza conveniente. [...] O rancho... que dizer sobre o rancho? Não tem ponta por onde se lhe pegue...⁴³¹

Todos os aspetos de vida aqui elencados favoreciam a degradação paulatina do estado de saúde dos indivíduos, havendo “camaradas doentes, alguns tuberculosos, convivendo numa promiscuidade perigosa com os outros, fatalmente condenados ao contágio”⁴³². As críticas que os detidos tecessem sobre o estado da alimentação eram também elas motivos suficientes para os guardas ameaçarem-nos com mais opressão: “A alimentação é deficientíssima, sendo-nos servida em porquíssimas marmitas. Passamos fome... protestamos, e os lacaios do "Estado Novo" mais nos oprimem”⁴³³. Por sua vez, a ida para o “segredo” significava uma ainda maior precariedade na alimentação e fragilidade da resistência do detido: “Foi há dias aqui agredido barbaramente [...] um nosso camarada aqui cumprindo prisão celular por delito social. [...] agredido violentamente e metido no segredo descalço durante 10 dias, 3 dos quais a pão e água”⁴³⁴.

Cumprindo esta realidade, o regime entendia estar mais próximo do seu objetivo, que passava por limitar a capacidade organizativa da oposição, fragilizar e desmoralizar o preso político, enquanto condição determinante para o isolamento e posterior abandono da luta, já fora do cárcere. O *Boletim Inter-prisional de Aljube* sintetiza esta ideia:

⁴³¹ «Vida prisional», *Boletim Inter-prisional de Peniche*, n.º 2, janeiro de 1936, p. 5.

⁴³² «Vida prisional», *Boletim Inter-prisional de Peniche*, n.º 2, janeiro de 1936, p. 5.

⁴³³ «O Rancho é intragável». *Boletim Inter-prisional de Peniche*, n.º 5, abril de 1936, p. 3.

⁴³⁴ «Inquisidores». *O Trabalho*, n.º 9, janeiro de 1935, p. 4.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

É a isto que nós estamos submetidos [...] dentro das prisões sermos submetidos às torturas que os canalhas agaloados nos infligem; são eles que nos arruinam a saúde para quando sairmos estarmos impossibilitados de empregar a nossa atividade, julgando conseguir assim o extermínio da causa sã e justa que tão honradamente defendemos.⁴³⁵

No leque da representação do quotidiano prisional de Peniche, uma das particularidades vai para a existência de duas fotografias (ver anexo), contidas no exemplar de janeiro de 1936 do órgão prisional *O Fogo*, em que a primeira mostra o interior de uma caserna da Fortaleza, realçando a dura realidade, associada às condições de miséria e insalubridade de que aquelas pessoas eram alvo. Na legenda da fotografia é realçado que notemos o “aspecto de miséria que aí reina. Chega a ter 46 camaradas presos. [...] O tecto não é forrado. Por vezes chove dentro”. Ainda assim, é de todas as casernas “a que tem mais luz e mais e melhor ar...”⁴³⁶, o que nos leva a imaginar o estado em que se encontravam as outras casernas. Já a segunda imagem retrata um momento de confraternização entre “alguns camaradas, [que] traçam, com os seus corpos, a estrela simbólica da revolução proletária e as letras P. C. iniciais do Partido Comunista”⁴³⁷. Mais do que uma amostra das condições precárias da vida prisional (como acontece na imagem 1) esta reflete a vida coletiva destes indivíduos, nomeadamente a determinação e irreverência, marca do espírito de resistência que estes possuíam, bem como o “amor” que nutriam pelo seu Partido e pela causa que defendiam.

Neste contexto, a solidariedade entre os presos adquire uma importância significativa, e a mesma está espelhada nas páginas dos jornais. São vários os exemplos de camaradagem e entajuda de muitos os que tinham caído nas mãos do fascismo, como é o caso das “provas de amizade e solidariedade” de João Rodrigues de Carvalho, “amigo” que auxiliava nos mais variados assuntos, desde logo o facto de ser quem estabelecia a comunicação dos presos com o exterior: “sem o seu auxílio os antifascistas aqui em reclusão não teriam comunicações entre si, nem com o exterior”⁴³⁸. Para além disso, coadjuvava também do ponto de vista material, fazendo sempre com um inigualável espírito de solidariedade, colocando inclusive a sua segurança em causa. Ainda no mesmo artigo, é dado destaque para o gesto protagonizado por Manuel Ribeiro Sampaio, que mesmo levado para a enfermaria do cárcere, e permanecendo lá, não se esqueceu dos seus

⁴³⁵ «Canalhices». *Boletim Inter-prisional de Aljube*, n.º 24, novembro de 1935, p. 5.

⁴³⁶ *O Fogo*, n.º 1, janeiro de 1936, p. 8.

⁴³⁷ *O Fogo*, n.º 1, janeiro de 1936, p. 8.

⁴³⁸ «Factos e coisas». *O Trabalho*, n.º 16, outubro de 1935, p. 6.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

companheiros de cárcere, enviando as onças de tabaco que tinha consigo. De forma singela, é reconhecido que “este senhor em qualidade não esquece aqueles que vestem uma farda de penitenciários, mas não perderam a sua personalidade de revolucionários”⁴³⁹.

Símbolo maior da “solidariedade revolucionária” (expressão cunhada no *Boletim Inter-prisional de Peniche*) era a comuna, enquanto modelo de organização implementado nas casernas, tendo em vista a ajuda mútua entre os detidos, particularmente aos mais necessitados. Apesar de alguma rejeição inicial, “lentamente conseguiu-se demonstrar aos camaradas mais renitentes nesta questão, a necessidade que havia de sermos solidários para com os camaradas necessitados, [também eles] vítimas da luta contra o fascismo”⁴⁴⁰.

3.3. Contactos com as famílias e sacrifícios em prol do Partido

As visitas eram a única forma de contacto, além do contacto diário com os restantes presos e carcereiros. Havia, contudo, uma série de entraves que dificultavam os próprios contactos entre os reclusos e os seus familiares. Nem todos tinham a oportunidade de receber visitas, nomeadamente aqueles que não fossem casados com a sua companheira, mesmo que tivessem filhos em comum. Isso representava mais uma interferência na vida privada dos prisioneiros. Mesmo aqueles que estavam autorizados a receber visitas, muitos não as tinham pois isso obrigava a deslocações de grande distância, bem como despesas adicionais para as quais a maioria das famílias não tinham possibilidades⁴⁴¹. De forma particular, o *Boletim Inter-prisional do Aljube* destaca alguns entraves para a efetivação das visitas, como era o caso da instauração de um pagamento aos familiares dos detidos, o que representava um roubo praticado pela cadeia do Aljube, no quadro de enormes dificuldades económicas dos familiares dos encarcerados⁴⁴². Aqui denota-se, mais uma vez, a tentativa por parte do regime de perpetuar o sofrimento moral destes indivíduos, de dissuadi-los na sua resistência antifascista.

⁴³⁹ «Factos e coisas». *O Trabalho*, n.º 16, outubro de 1935, p. 6.

⁴⁴⁰ «Solidariedade entre nós! Pela caserna 1». *Boletim Inter-prisional de Peniche*, n.º 5, abril de 1936, p. 2.

⁴⁴¹ NOGUEIRA, Cristina – *Vidas na clandestinidade...*, pp. 173-175.

⁴⁴² «Migalhas que sustentam», *Boletim Inter-prisional de Aljube*, n.º 24, novembro de 1935, p. 4.

Mas nem isso abalava o espírito de militância com que os comunistas encaravam a experiência carcerária. Prova disso é o relato que dá conta do sacrifício dos presos de Peniche, que, mesmo nas condições inóspitas e de enorme precariedade, angariaram fundos para assegurar a normal produção do órgão central do Partido:

Nós sabemos que o eixo de agitação do nosso querido Partido é o seu órgão central: “Avante”. [...] Por ter reconhecido isso, a organização comunista da Fortaleza de Peniche encarou seriamente esta questão e mobilizou-se a 100% para contribuir mensalmente com uma quantia a maior possível para que o “Avante” jamais deixe de se publicar [...] [indo] até ao sacrifício de se privarem dos seus próprios alimentos. A sua atitude é a demonstração de que nós comunistas, mesmo presos, não deixamos de contribuir com o nosso sangue para alimentar a luta pela emancipação das classes trabalhadoras.⁴⁴³

Esta atitude foi de tal maneira encarada como um “grandioso exemplo de dedicação e entusiasmo bolchevique”, que acabou por se alastrar para outras prisões, nomeadamente o Aljube. Em abril de 1936, o mesmo boletim dá a conhecer o envio, por parte destes detidos, de donativos para a publicação do “Avante!”, seguindo o exemplo que noutras prisões já era norma: “Nós estávamos atrasados em relação aos camaradas das outras prisões. É a primeira vez que enviamos, camaradas do Avante um donativo”⁴⁴⁴.

Considerações finais

Com base na análise efetuada, a primeira consideração a reter é que a produção destes jornais acabou por constituir uma das muitas faces da resistência no interior das prisões políticas por onde passaram os comunistas. Toda a dinâmica coletiva subjacente à realização deste tipo de “jornais de resistência” – à exceção do periódico *A Força* – mostrou-se um antídoto contra o isolamento, impedindo assim que a “chama revolucionária” dos indivíduos se apagasse mesmo diante da sujeição a todos os sacrifícios, castigos e condicionantes impostas pela situação de cárcere.

A heterogeneidade temática revela a multiplicidade dos objetivos inerentes a estes periódicos. Se, por um lado, estes eram órgãos informativos e de formação político-ideológica (como se assumiam), tendo em vista a discussão política e de elevar o nível ideológico dos militantes comunistas; por outro, revelou-se um espaço oportuno para as representações do quotidiano prisional, isto é, para as denúncias dos crimes perpetrados pelo regime fascista, as condições inumanas com que se viam confrontados, a falta de

⁴⁴³ «Exemplo bolchevique», *Boletim Inter-prisional de Aljube*, n.º 27, fevereiro de 1936, pp. 3-4.

⁴⁴⁴ «Promessa». *Boletim Inter-prisional de Aljube*, abril de 1936, p. 4.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”. *Omni Tempore, Encontros da Primavera* 2023, 9 (2024): pp. 146-173

higiene, a má qualidade da comida, os locais de maior dureza, violência física e psicológica. Enfim, uma panóplia de aspetos que levavam por exemplo os presos do Tarrafal a tecer o seguinte comentário: “se por outras razões não existissem bastariam só as condições em que para aqui fomos atirados e como temos sido tratados, para podermos acusar de crime de lesa-humanidade os dirigentes do fascismo”⁴⁴⁵.

A questão do estudo era fundamental, uma vez que estes indivíduos o entendiam como uma arma imprescindível a ser utilizada contra os inimigos ideológicos: “Sem o estudo será inteiramente impossível criarmos uma mentalidade revolucionária, a fim de nos defendermos dos nossos inimigos ideológicos”⁴⁴⁶. Dessa forma, a formação tinha o intuito concreto de dar ao preso as armas necessárias para que o mesmo estivesse preparado para, após a sua liberdade, prosseguir a luta política no exterior. Outra forma de manter essa moral era noticiando os feitos, contributos e virtudes dos ideólogos, personalidades do movimento comunista internacional e militantes do PCP, todos estes que contribuíam para o prestígio do movimento proletário.

Em suma, os presos foram capazes de empreender um *modus vivendi* de resistência e confronto às regras estabelecidas, da qual a imprensa fez parte, sendo isso um fator determinante para o processo de conservação da personalidade política e da militância em formato de encarceramento. Como vimos, sendo inúmeras as passagens textuais que refletem a determinação e desaforo, a seguinte sintetiza o que realçamos: “Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força”⁴⁴⁷.

No que ao estudo da imprensa prisional concerne, ficaram perceptíveis as potencialidades que existem no desenvolvimento da investigação acerca da temática, quer através da perspetiva de análise de mais títulos (inclusive incorporando a vertente anarquista a esta realidade), quer alargando-a a novas categorias de análise.

⁴⁴⁵ «A política do “vai ou racha”». *Reduto teórico*, n.º 23, outubro de 1945, p. 26.

⁴⁴⁶ «Estudo». *O Fogo*, n.º 4, abril de 1936, p. 19.

⁴⁴⁷ «Exemplo bolchevique», *Boletim Inter-prisional do Aljube*, n.º 27, fevereiro de 1936, p. 3.

Fontes primárias

O trabalho. Dos Comunistas em Reclusão na Penitenciária. Ano 1, n.º 9 (jan. 1935) – Ano 2, n.º 18 (dez. 1935). Lisboa.

Boletim Inter-prisional. Órgão dos presos comunistas do Aljube. Ano 2, n.º 24 (nov. 1935) – Ano 3 (maio 1936). Aljube.

Boletim Inter-prisional. Órgão da célula comunista da Fortaleza de Peniche. Ano 2, n.º 2 (jan. 1936) – Ano 3, (s.d.). Peniche.

O Fogo. Revista teórica da célula comunista da Fortaleza de Peniche. Ano 1, n.º 1 (jan. 1936) – n.º 7 (jul. 1936). Peniche.

Nova Geração. Órgão de redacção revolucionária. Ano 1, n.º 1 (jun. 1936) – n.º 3 (agosto 1936). Peniche.

O Condenado vermelho. Órgão das células comunistas de Monsanto. Ano 1, n.º 1 (abr. 1936) – (jun. 1936). Lisboa.

Pavel. Órgão teórico dos jovens comunistas presos em Peniche. Ano 1, n.º 1 (maio 1936) – (dez. 1936). Peniche.

A força. Jornal dum comunista. Ano 1, n.º 8 (fev. 1937) – Ano 6, n.º 86 (fev. 1942). Coimbra.

Reduto Teórico. Ano 2, n.º 22 (set. 1945) – n.º 24 (nov. 1945). Tarrafal.

Bibliografia

AA. VV. – *Tarrafal – Testemunhos.* 2ª edição, Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

BRITO, Nélida Maria Freire – *Tarrafal na memória dos prisioneiros (1936-1954).* Lisboa: Edições Dinossauro, 2006. ISBN 972-8165-44-7.

CORDEIRO, José Manuel Lopes – *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974.* Braga: Conselho Cultural Universidade do Minho, 2014. ISBN 978-972-97948-5-8.

MADEIRA, João – *História do PCP. Das origens ao 25 de abril (1921-1974).* Lisboa: Tinta-da-China, 2013. ISBN 978-989-671-191-7.

NOGUEIRA, Cristina – *Vidas na clandestinidade.* Lisboa: Edições Avante, 2011. ISBN 978-972-550-388-1.

PINHO, José Pedro Amorim, — “«Na prisão, o punho continua levantado bem ao alto, num simbolismo vibrante de rebeldia e de força»: Os jornais manuscritos produzidos por comunistas nas prisões do Estado Novo (1935-1945)”.

Omni Tempore, Encontros da Primavera 2023, 9 (2024): pp. 146-173

NOGUEIRA, Cristina – Resgatar a Memória: Os Jornais 3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido e A Voz das Camaradas das Casas do Partido. In LOFF, Manuel, et al. (coord.) – *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*. Coimbra: Edições Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5835-1.

OLIVEIRA, Gilberto. de – *Memória Viva do Tarrafal*. Lisboa: Edições Avante!, 1987.

PIETROCOLLA, L. G. – *Anos 60/70: O viver entre parêntesis: A perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995. Tese de Doutorado.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand, 1996. ISBN 972-25-1017-7.

SAMARA, Maria Alice; HENRIQUES, Raquel Pereira – Os Camaradas Sem-Nome. Militância e resistência quotidiana. In NEVES, José (coord.) – *Álvaro Cunhal: Política, História e Estética*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013. ISBN 978-989-671-179-5. pp. 213-221.

SIRONI, Françoise – Comment devient-on un bourreau ? Les mécanismes de destruction de l'autre. (Conférence prononcée au Collège de France le 31 Janvier 2001, dans le cadre du séminaire de Physiologie de l'action et de la perception dirigé par le Professeur Alain Berthoz, et consacré, cette année, aux bases neurales de l'empathie et de la connaissance d'autrui.) Disponível em <https://www.ethnopsychiatrie.net/actu/collegedeF.htm>.

Anexo

Exemplar de *O Fogo*, contendo duas fotografias alusivas ao quotidiano prisional.



O Fogo, n.º 1, janeiro de 1936, p. 8.

A Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e de Gaia: (1914-1917)

Nuno Oliveira
nunoliveira84@gmail.com

Resumo

A Primeira Guerra Mundial é um conflito que marca mudanças estruturais no seio de movimentos operários socialistas como a II Internacional, tendo igualmente repercussões nos seus representantes em Portugal. Este trabalho explora as perspetivas da imprensa operária socialista quanto ao desenrolar do escalar do confronto armado na Europa entre 1914 e 1917, essencialmente analisando as posições dos jornais afetos ao Partido Socialista Português. As divisões causadas com a entrada de Portugal na guerra e as questões do aumento da carestia de vida marcam o debate nestes periódicos, permitindo entender a evolução ideológica e de ação do movimento socialista português, que passa de uma visão claramente antibelicista para o apoio à defesa da integridade do território nacional e à denúncia das consequências do conflito para o operariado.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Socialismo, Imprensa Operária, II Internacional

Abstract

The First World War was a conflict that marked structural changes within socialist workers' movements such as the Second International, and also had repercussions for their representatives in Portugal. This paper explores the perspectives of the socialist workers' press on the escalation of the armed confrontation in Europe between 1914 and 1917, essentially analyzing the positions of the newspapers belonging to the Portuguese Socialist Party. The divisions caused by Portugal's entry into the war and the issues of the increase in the cost of living mark the debate in these periodicals, which allow us to understand the ideological and action evolution of the Portuguese socialist movement, which moves from a clearly anti-war vision to support for the defense of the integrity of the national territory and the denunciation of the consequences of the conflict for the working class.

Key-Words: First World War, Socialism, Workers' Press, Second International

Introdução

Esta investigação tem como tema as representações da Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e Gaia entre 1914 e 1917.

Tal como afirma Maria Filomena Mónica, os rumores de uma possível entrada de Portugal na guerra dividiram a política nacional por completo, não escapando disso o movimento socialista. O movimento socialista estava representado em Portugal pelo Partido Socialista Português, fundado em 1875 na sequência do Congresso de Haia. Seguiu, até ao ano de 1914, uma linha ideológica antimilitarista e de condenação face aos conflitos existentes entre nações imperialistas, alinhando-se com as posições e tomadas de decisão da Internacional Socialista. Com o início do conflito, dá-se uma mudança de direção no seio desta organização, principalmente causada pelo apoio do Partido Social Democrata Alemão ao esforço de guerra.

Neste artigo, procura-se entender a evolução do posicionamento do Partido Socialista Português quanto ao conflito armado na Europa, através de um estudo de análise discursiva que versará, essencialmente, a imprensa operária socialista do Porto e de Vila Nova de Gaia. Esta análise tem por objetivo compreender de que forma a evolução e consolidação de um discurso político coeso é expressa nestes periódicos, nomeadamente no que toca às posições do PSP face à II Internacional, à participação de Portugal na guerra e ao impacto do mesmo na carestia de vida da classe trabalhadora.

A abordagem da investigação realizada passou por compreender qual a perspetiva dos periódicos selecionados face à Grande Guerra e à entrada de Portugal na mesma. De que modo estes jornais refletem as decisões tomadas pela II Internacional? Quais são as posições adotadas por estes periódicos face aos Estados, líderes e ideologias que consideram responsáveis pela deflagração do conflito? E qual a sua perspetiva face aos impactos resultantes da entrada de Portugal na guerra?

No sentido de responder a estas questões de investigação, foi privilegiada uma análise de imprensa, uma vez que esta se apresenta como sendo o meio de comunicação de massas mais utilizados nesta cronologia, para além de ser um veículo de transmissão tanto de informação como de discurso ideológico utilizado por diversos partidos, sindicatos e outros grupos políticos ou sociais. No que toca às questões de carácter ideológico, todas estas publicações se assumem como possuindo um pendor ideológico

de cariz socialista, revendo-se nas afirmações e linhas ideológicas do Partido Socialista Português, sendo uma delas o órgão oficial do centro do partido no norte do país.

Em face da cronologia selecionada e de questões práticas de consulta foram selecionadas três periódicos- *A Voz do Proletário*; *A Luz do Operário* e *A Voz do Povo*. O primeiro, publicado semanalmente no Porto desde 1897, era um órgão dos trabalhadores manipuladores de tabaco, cessando a sua publicação em 1920. Este jornal, fortemente vinculado ao partido, dedicava a sua primeira página a artigos referentes à atualidade e a questões particulares da classe dos manipuladores de tabaco. Já o jornal *A Luz do Operário*, tem a sua publicação iniciada em 1893 em Vila Nova de Gaia, encerrando no ano de 1937. De periodicidade quinzenal e saindo aos domingos, este jornal é o órgão dos operários tanoeiros, sendo redigido na sede da União dos Operários Tanoeiros de Gaia. Para além disto, assume-se como “defensor da classe trabalhadora em geral”. Na conjuntura analisada, proliferam na capa deste periódico artigos referentes à guerra e à questão da crescente carestia de vida, o que demonstra a importância dos acontecimentos internacionais para a sua redação.

No que toca ao jornal *A Voz do Povo*, este é fundado no Porto em 1907 e é publicado semanalmente, aos domingos, até ao ano de 1919. Era da responsabilidade do Centro Socialista do Porto, funcionando como o órgão oficial do partido no norte do país. Este periódico, apesar de já se encontrar analisado para esta mesma cronologia pela tese de mestrado de Fausto Correia, é igualmente importante para o desenvolvimento do trabalho que se pretende realizar uma vez que, sendo publicado pelo Centro Socialista do Porto, pode servir como fonte de comparação e análise das ideias e posições oficiais do partido e a forma como estas são repercutidas ou criticadas nos outros dois periódicos. A capa deste jornal era, de uma forma geral, dedicada a questões de carácter mais teórico e ideológico, bem como para temáticas centrais do partido. É de notar a posição vincada do Centro Socialista do Porto que, embora representando a figura nacional do partido, não demonstra problemas em afirmar as suas próprias posições.

No que toca à consulta das fontes, esta foi feita nas versões em papel que se encontram disponíveis na Biblioteca Pública Municipal do Porto, face a não existirem digitalizados quaisquer números deste periódico para a cronologia em estudo.

A metodologia utilizada para a recolha e análise das fontes anteriormente descritas passa por um estudo de carácter qualitativo, sendo criada uma base de dados com o

levantamento e transcrição dos excertos de artigos e notícias referentes à temática do conflito e das suas causas e impactos, bem como outros textos que, pela sua índole de análise política e económica da época, são considerados como relevantes para a realização deste trabalho. A análise destes excertos passa, assim, por entender o discurso político presente avaliando os conceitos e elementos linguísticos mais utilizados, recolhendo palavras-chave que indiquem para os mesmos. Os excertos são escolhidos mediante a presença das palavras-chave, conceitos e ideias que se considerem mais adequados à análise a realizar.

Estado da Arte

Na obra *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Maria Filomena Mónica apresenta uma análise detalhada da evolução do movimento socialista em Portugal, organizado no Partido Socialista Português, desde a sua fundação na sequência do congresso da Primeira Internacional em Haia, em 1875, até ao seu desaparecimento com o advento do Estado Novo. Quanto ao posicionamento dos socialistas face à guerra, a autora revela as controversas tomadas de posição do partido socialista, com diversos militantes a adotarem posições diferentes quanto à participação de Portugal no conflito, mas sempre condenando a existência do mesmo.

Já César Nogueira, na sua obra *Notas para História do Socialismo em Portugal (1895-1925)* revela uma perspetiva muito mais pessoal na análise da evolução deste movimento. O próprio, tendo sido dirigente do Partido Socialista Português durante as décadas de 10 e 20 do século XX, revela as suas interpretações sobre os acontecimentos, apresentando documentos que evidenciam a sua importante ação para com o movimento e que permitem entender de uma perspetiva interna as questões ideológicas e práticas decorrentes dessa estrutura partidária.

Numa perspetiva mais recente, a tese de mestrado de Fausto Correia com o título *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra*, afigura-se como sendo um trabalho de análise extremamente detalhado sobre a evolução das posições adotadas pelo Centro do P.S.P no Norte durante a guerra, que vão evoluindo desde a primeira condenação veemente de qualquer tipo de conflito, à confrontação com a realidade da guerra e as divergências com o órgão central do partido, passando pela análise dos impactos desta na carestia de vida da população e a participação do partido na Câmara Municipal do Porto. Desta forma, é feita a análise do periódico *A Voz do Povo*, que utiliza como base para

consolidar os seus argumentos e entender os diversos posicionamentos dentro do próprio órgão socialista.

No que concerne à historiografia internacional sobre o movimento socialista europeu, são de destacar as obras de Donald Sassoon e George Haupt, que permitem dar uma contextualização do cenário socialista europeu e mundial, de forma a ser possível entender a ação da Internacional Socialista, onde o Partido Social-Democrata Alemão ocupava um papel preponderante. Neste sentido, a obra de Donald Sassoon- *Cem anos de Socialismo. A Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*, caracteriza-se como sendo um trabalho de sintetização da evolução de todo o movimento socialista durante o século XX, são de notar os capítulos 1 e 2, que dão uma contextualização das diversas correntes e posições existentes nos movimentos socialistas europeus, desde a sua fundação como agregador da classe operária até as divergências presentes em quase todos os partidos socialistas e sociais democratas da Europa com o advento da Primeira Guerra Mundial.

Já o livro de George Haupt- *The Socialism and the Great War. The collapse of the Second International*, opta por uma análise detalhada dos eventos que levaram às divergências existentes dentro dos partidos da Segunda Internacional, nos anos anteriores e durante o início da Primeira Guerra Mundial, de forma a entender as questões que levaram ao abandono da crítica do militarismo por vários dos seus líderes dos e as dissidências que levaram à formação dos primeiros Partidos Comunistas na Europa. No que concerne às obras que se debruçam sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, como é o caso do livro de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, é de destacar o capítulo de António Ventura, “Antibelicismo em Portugal”, em que são referidos os posicionamentos dos diversos quadrantes políticos portugueses quanto à guerra e as divergências do movimento operário que se posicionava contra ou a favor do conflito.

1. O PSP e os posicionamentos da II Internacional face à Grande Guerra - breve contextualização

A Segunda Internacional, criada em 1889 em Paris, aquando da celebração dos cem anos da revolução francesa, tinha por objetivo lançar uma nova organização que aglomerasse os partidos socialistas da Europa e do Mundo e substituísse a defunta Primeira Internacional, que já não operava desde 1876. Assim, delegados de diversos

partidos socialistas como August Bebel, Wilhelm Liebknecht, Jules Guesde e Friedrich Engels, um dos fundadores da teoria que inspiraria os socialistas, a par de Karl Marx, procuravam nesta conferência unir as suas forças de forma a revitalizar aquela que consideravam a original missão da revolução que celebravam - “Liberty, equality and fraternity could only become a reality only if social wealth and economic power were transferred from the control of the few to the sovereignty of the whole people (SASSOON, 2001, p. xxiii)”

Assim, e tal como afirma Donald Sassoon na frase anterior, os socialistas procuravam afirmar a criação de uma sociedade em que o controlo dos meios de produção passasse das mãos da burguesia, que segundo os mesmo havia usurpado o poder económico e político no decorrer da Revolução Francesa, para o controlo da classe trabalhadora. Apesar desta base ideológica comum e que fechava a organização à entrada de movimentos de índole anarquista, a II Internacional acaba por adotar, tal como afirma Fausto Correia, uma posição inovadora de “respeito pela autonomia e organização de cada partido segundo as suas próprias circunstâncias nacionais” (CORREIA, 2016, p. 18). Esta tomada de posição que dava mais autonomia a cada um dos partidos integrantes da organização, acabaria por ter consequências futuras na facilidade com que seriam criadas cisões dentro do movimento, o que se irá sentir em grande medida com o deflagrar da Primeira Guerra Mundial.

É neste contexto que a II Internacional se vai assumir, desde o começo da sua atividade, como uma organização marcadamente antimilitarista e oposta a qualquer tipo de conflito de nações imperialistas. Estas posições ficaram vastamente marcadas tanto no congresso fundador desta organização, em Julho de 1889, como no congresso de 1907 realizado na cidade de Estugarda. Aqui, e tal como refere Sassoon, os socialistas vão, apesar das divergências quanto à ação em caso de existência de um conflito armado, optar pela condenação veemente de todos os conflitos nacionais que vão surgindo no início do século XX, nomeadamente nos Balcãs.

At the the founding congress of the Second International Guly 1889) and at the Stuttgart Congress of 1917) the vast majority of the member parties committed themselves to averting war by all possible means and, should war nevertheless erupt, to using the crisis to bring about a social revolution (Sassoon, 2001, p.27)

Apesar desta posição de denuncia ideológica, Fausto Correia refere que grande parte do movimento socialista não foi capaz de tomar uma posição concreta quanto à ação face a este “conjunto miscigenado de guerras nacionalistas e imperialistas” (CORREIA, 2016, p.20). É neste contexto que se evidencia uma das principais questões ideológicas que marcou a II Internacional e que levou, futuramente, às cisões que fundaram os partidos comunistas modernos. De facto, o Partido Social-Democrata Alemão adota uma visão da teoria marxista denominada “marxismo vulgar”, que pugna por adaptar a teoria revolucionária marxista “ao decorrer dos tempos, atenuando (...) por conseguinte a sua índole revolucionária” (CORREIA, 2016, p.20). A adoção desta perspetiva, aliado ao meteórico crescimento da popularidade deste partido no seio da organização, levou à adoção por parte de diversos partidos socialistas de um reformismo que passava por procurar conseguir diversas reivindicações económicas e sociais através da inclusão dos partidos nos parlamentos denominados burgueses, através da participação em eleições e abandonando, de forma paulatina, a ação revolucionária que visava eliminar estes órgãos. De facto, ao optarem por um reformismo e uma maior autonomia de cada um dos partidos nacionais dentro da própria Internacional, os socialistas vão se afastando cada vez mais do ideal internacionalista preconizado por Marx. Apesar da crescente popularidade do projeto do SPD, as críticas a esta nova tática reformista começam a surgir por parte de personalidades como Lenin, Martov e Jean Jaurés e até mesmo membros do próprio partido alemão como Rosa Luxemburgo.

Estas divergências dentro do movimento socialista vão acentuar-se com o advento da Primeira Guerra Mundial. O evento que vai dar azo ao escalar das tensões será a votação favorável do grupo parlamentar do Partido Social Democrata Alemão face aos esforços de guerra do Império Alemão no dia 3 de Agosto de 1914. Tal como refere Donald Sassoon, apenas 14 dos 78 membros do grupo parlamentar do SPD, entre os quais a já referida Rosa Luxemburgo, se vão opor a este voto. Esta decisão dos alemães é espelhada um pouco por toda a Europa, posições patrióticas e de defesa do território nacional face aos Impérios Centrais foram adotadas por partidos socialistas tão grandes como o Francês, Inglês e Belga, que condenavam a guerra inicialmente mas optaram por escolher a via militarista apesar das dissidências de diversos dos seus mais importantes integrantes.

O mesmo acabou por suceder em Portugal, onde o Partido Socialista Português, que seguia uma linha antimilitarista até 1914, acaba por seguir a tendência referida

anteriormente e apoiar a entrada de Portugal no conflito, apenas se esta fosse requisitada pela aliada Grã-Bretanha e com base nos clássicos argumentos patrióticos da defesa da integridade do território nacional (e, conseqüentemente, do território correspondente às colónias). Tal como acontece com os restantes partidos anteriormente referidos, acabam por emergir opiniões diversas quanto à beligerância portuguesa no conflito, à medida que as decisões vão sendo tomadas pelo órgão central do partido.

Como afirma Maria Filomena Mónica, o Partido Republicano Português (conhecido na época como Partido Democrático), que governava Portugal aquando do início do conflito, procurou a todo o custo melhorar a reputação internacional portuguesa e reforçou a sua disposição para ajudar a Grã-Bretanha no esforço de guerra caso esta necessitasse. Face a esta posição, o PSP procurou inicialmente “defender a posição do SPD alemão”, assentando na defesa da “Alemanha científica”. (MÓNICA, 1985, p. 120) Esta posição irá rapidamente cair com o advento de uma querela entre os socialistas do norte e do sul, representados por Manuel José da Silva e Fernandes Alves, respetivamente. O primeiro mantinha uma posição vincadamente antimilitarista, referindo que as razões para o escalar do conflito eram meramente económicas, evidenciadas por uma “rivalidade imperialista entre as duas grandes potências”. Neste sentido, o militarismo demonstrado por estes países não era mais do que um “aparelho indispensável do capitalismo industrial e financeiro” (MÓNICA, 1985, p.121), e que a guerra tinha sido sempre evitada enquanto as relações económicas entre estes impérios se tinham mantido estáveis. Apesar disto, o socialista nortenho concedia apenas uma exceção a esta sua análise, a participação de Portugal poderia ser cogitada apenas no caso “das tropas estrangeiras invadirem o solo pátrio ou eventualmente inglês” (MÓNICA, 1985, p.121). Já para Fernandes Alves, apesar de se afirmar opositor a todos os conflitos armados, a Alemanha representava nada mais do que apenas “a força bruta”, que deveriam ser prontamente esmagadas recorrendo a qualquer meio necessário. Mesmo dentro dos socialistas a sul esta opinião não era unanime, existindo quem denominasse a guerra de uma falha política e económica.

Apesar de todas estas divergências no interior do partido o Conselho Central “acabou por adotar um ponto de vista relativamente favorável aos aliados”(MÓNICA, 1985, p.122). Esta posição acaba por incitar um aceso debate entre os periódicos oficiais do partido no Norte e no Sul, com *A Voz do Povo* a insurgir-se contra esta posição adotada pelo *Combate*. Mais tarde, e como será visível seguidamente, *A Voz do Povo* irá acabar por adotar a posição oficial do partido.

Desta forma, é cimentada a mudança de posição no seio da Internacional, que tem no exemplo de Portugal mais um dos partidos que irá optar pela via reformista. De facto, a II Internacional vai, tal como refere Donald Sassoon, dividir-se em 3 grandes grupos resultantes das posições tomadas durante a Grande Guerra. Os “socialistas patrióticos”, que constituem o grupo majoritário e aquele que irá alinhar a favor da intervenção dos seus governos na guerra e, por diversas vezes, integrar governos de “união sagrada”, ou seja, de coligação entre socialistas e os partidos ditos “hegemónicos” de forma a criar executivos de consenso em tempo de conflito. Os “socialistas pacifistas”, que se afirmavam a favor de uma neutralidade mas que inicialmente não optaram por quebrar com os partidos favoráveis à guerra e por último, a esquerda antibelicista, que acaba por ser constituída pelos anteriormente quadros críticos e dissidentes que serão responsáveis pela fundação dos partidos comunistas que surgem após 1918.

2. Representações dos partidos socialistas europeus face à guerra

Quanto às posições face aos partidos da II Internacional, é de notar a defesa incondicional do movimento internacional socialista face a todas as críticas, sendo reiterada “toda a solidariedade com a Internacional Socialista Operária”⁴⁴⁸, referindo que esta tudo fez para evitar a guerra, criticando o imperialismo e as grandes potências mundiais que, na sua opinião, agem também contra o movimento socialista. É neste sentido que é desenvolvido o argumento do socialismo como única força política que é capaz de travar uma guerra de carácter “imperialista”, uma vez que seriam o capitalismo e a rivalidade entre as potências os principais causadores deste conflito, já que enquanto as relações comerciais entre elas se mantiveram estáveis não ocorreram escaladas armamentistas, tal como afirma o socialista portuense Manuel José da Silva.

«Não conseguisteis evitar a guerra!» É singular que só a nós, ao Socialismo internacional, se tenha apresentado uma tal acusação [...] que significa isso? Simplesmente nos diz que o Socialismo é a única força que procurou evitar a espantosa catastrophe que hoje assola a Europa.⁴⁴⁹

⁴⁴⁸ Manuel José da Silva. “O que falliu”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 931, 8.11.1914, p. 1.e

⁴⁴⁹ Manuel José da Silva. “O que falliu”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 931, 8.11.1914,

É, desta forma, corroborado o argumento ideológico que era abrangente a toda a II Internacional, de que a instauração de um regime socialista e, conseqüentemente, de um modelo económico alternativo ao capitalismo seriam capazes de pôr termo a um conflito que, na sua visão, era muito mais que um simples confronto entre nações. Para além disto, o apoio dado aos partidos socialistas de países como França e Inglaterra são evidenciados pelas transcrições das intervenções dos seus membros nos congressos internacionais. Neste contexto, é referido o apoio do Partido Socialista Francês à classe trabalhadora alemã e a todos os socialistas germânicos, que se opuseram à guerra, nomeadamente Liebknecht, desde que o seu partido “demonstre que está disponível a lutar contra a abominável casta militarista do seu país”⁴⁵⁰. Neste sentido, quatro meses depois deste pronunciamento do Partido Socialista Francês no congresso de Bristol, a secção do Norte do Partido Socialista Português realiza um protesto no Porto com o intuito de “saudar todos os que nos seus países combatem a guerra”⁴⁵¹, nomeadamente o líder socialista alemão anteriormente referido.

Apesar disto, não deixam de ser tecidas duras críticas ao Partido Social Democrata Alemão, a partir do momento que este vota favoravelmente ao esforço de guerra. Este partido é duramente criticado e acusado de trair os interesses e esforços do movimento socialista para acalmar o escalar do conflito aquando da sua decisão de tomar “parte na deliberada e cruel invasão da nação belga”⁴⁵².

Desta forma, a crítica feita aos socialistas alemães assenta na base da confiança que os socialistas portugueses detinham nos seus partidos homólogos, não compreendendo as decisões de um partido que se assumira antimilitarista e que, perante as pressões do imperador, acaba por votar a favor do esforço de guerra, mesmo tendo força suficiente no parlamento para a conseguir contrariar. Apesar disto, é de notar a opinião favorável dos socialistas portugueses face ao operariado alemão e aos socialistas que tomaram posição e abandonaram o SPD. De facto, a criação em 1917 do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD), era resultado do apoio dado por parte da II Internacional a todos aqueles que, dentro do movimento socialista alemão, mantiveram a

⁴⁵⁰ S/A. “Os socialistas francezes no congresso de Bristol”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 559, 20.2.1916, p. 4

⁴⁵¹ S/A. *A Voz do Povo*, nº 468, 16 de julho de 1916, p. 2

⁴⁵² S/A. “A invasão da Bélgica”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 946, 21.2.1915, p. 1

visão antimilitarista aquando do início da guerra. A par disto, é feita uma crítica veemente aos dirigentes do partido alemão que optaram pelo apoio ao governo imperial- “E os socialistas allemães o que deviam era ter previsto as terríveis consequências da guerra, e portanto procurariam a tempo evita-la, visto no parlamento terem uma grande força. Agora as lamentações são um pouco tardias”⁴⁵³

3. Os socialistas portugueses e a Primeira Guerra: ausência de unanimidade

3.1. Antecedentes e o início do conflito

Quanto à perspectiva adotada por estes periódicos face ao início da guerra, é de notar a crítica veemente feita ao militarismo e ao escalar de um conflito que estes consideravam como “fratricida”⁴⁵⁴, na medida em que colocava em confronto os trabalhadores das diversas nações. Para além disto, é ainda utilizado o argumento de que a escalada armamentista apenas favorece os interesses “da grande indústria, do commercio e da terra”⁴⁵⁵, ou seja, do grande capitalismo industrial e dos seus senhores, que eram a classe social alvo de todas as críticas feitas pelos partidos da II Internacional. Assim, a denúncia do sistema capitalista corrobora com a linha ideológica que os socialistas portugueses seguiam, uma via que criticava a guerra por ser um instrumento que teria por fim terminar com qualquer possibilidade de instaurar uma sociedade socialista. Defendiam que esta confrontação ia contra a “tendência dos povos”, que procurariam a paz e o “desabar dos velhos ódios de raça”⁴⁵⁶. Desta forma, enunciam aquilo a que chamam a “missão histórica” do socialismo, que assenta na “transformação do sistema social imperante em outro assente em bases mais equitativas e justas”⁴⁵⁷.

3.2 A participação de Portugal na frente ocidental e nas colónias

Tal como referido anteriormente, o deflagrar do conflito e o voto do Partido Social Democrata Alemão ao esforço de guerra do seu império levaram a uma mudança de

⁴⁵³ “Basta”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 607, 25.6.1916, p. 1

⁴⁵⁴ S. Salgado. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 923, 13.9.1914, p. 1

⁴⁵⁵ S. Salgado. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 923, 13.9.1914, p. 1

⁴⁵⁶ J. Fernandes Alves. “A Guerra Europeia”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 918, 16.8.1914, p. 1

⁴⁵⁷ “Bancarrota do Socialismo ou da Civilização Europeia”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 575, 21.3.1915, p.1

panorama e de opinião na II Internacional. O Partido Socialista Português acompanha esse panorama internacional, apesar das querelas internas que se vão formar. De facto, o discurso antimilitarista vai se moderar ao longo do ano de 1915 e, no ano seguinte, o debate sobre o envio de tropas portuguesas para a frente ocidental em França ganha um destaque ainda maior. É neste sentido que, um jornal como “A Voz do Povo”, irá publicar a decisão tomada no congresso do partido em abril desse ano, que determina que o partido irá apoiar qualquer esforço de defesa da integridade e do território português, sem que este atente contra a autonomia de um estado estrangeiro.

O partido contribuirá, na medida da sua influência, para uma defesa legítima do nosso território e da nossa autonomia, sem atentado ou ofensa ao território e à autonomia dos estranhos (Conceito adotado pelo congresso internacional de Copenhague)⁴⁵⁸

Face a estas declarações por parte do periódico que transmitia as ideias oficiais do partido e apesar dos descontentamentos de alguns militantes socialistas do norte, a *Luz do Operário* corrobora a decisão central do partido e congratula a ação do governo português, referindo que este agiu “condignamente” face à ameaça alemã. Para além disto, referem que apesar de se posicionarem “contra todas as guerras” e desejarem que “desaparecessem as fronteiras”, não podem deixar de reconhecer os perigos da “basófia de leão” por parte do império alemão, saudando a ação de todos os partidos que “n’este amor, ainda chamado da Pátria (...) esqueceram velhos rancorismos para serem todos por um”⁴⁵⁹. Desta forma, saúdam a criação do chamado governo da “União Sagrada” e trazem à discussão o conceito de patriotismo, questão que irá dividir não só o PSP mas toda a II Internacional. Refletem, assim, a mudança de opinião que surge no seio do partido, que passa a entender a defesa do território nacional e o apoio a um país aliado como a Inglaterra como importantes para a manutenção do seu próprio movimento. De facto, a crítica ao militarismo e ao conflito entre estados mantêm-se, embora de uma forma mais moderada e sempre considerando que, já que não foi possível evitar a escalada do conflito, o governo português tudo deve fazer para manter a integridade tanto do território nacional como das suas colónias.

⁴⁵⁸ J. Dias da Silva. “A atitude do Partido Socialista Portugalês perante a guerra”. *A Voz do Povo*, Porto, nº 459, 14.5. 1916, p.3

⁴⁵⁹ “A Guerra”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 600, 19.3. 1916, p. 1

Efetivamente, são as questões do patriotismo e da defesa do território colonial que vão pavimentar a mudança de abordagem por parte dos socialistas portugueses. O movimento socialista português, apesar de por vezes denunciar o ódio racial que considera já prejudicial e que seria eliminado com a realização efetiva do seu projeto político, possui ainda um caráter marcadamente colonial e uma visão do colonialismo português marcada pela questão civilizadora. De facto, as menções à mobilização de tropas portuguesas para as colónias em África e na Ásia são escassas e aparecem muitas vezes apenas como meras referências. A questão do colonialismo é, assim, apenas discutida com alguma profundidade no periódico *A Voz do Povo*, através dos textos do líder socialista Ladislau Batalha que estão presentes com bastante regularidade e configuram crónicas de reflexão teórica sobre o socialismo e a Grande Guerra. Batalha, apesar de defender a questão de adoção do sistema britânico do “self-government” para as colónias portuguesas, acaba por se contradizer mais tarde e defender o discurso de defesa da integridade nacional de líderes socialistas como Manuel José da Silva e Dias da Silva.

4. Representações da Alemanha “agressora”

No que toca às representações dos impérios centrais, as críticas principais são direcionadas ao Imperialismo Alemão e Austro-Húngaro, que referem como sendo regimes expansionistas e que pretendem a dominação europeia que consideram ilegítima- “Do outro lado estão a Alemanha e a Áustria, combatendo pelo engrandecimento dos seus domínios, muitos dos quais convenientemente e inteligentemente extorquidos aos povos vizinhos e amigos”⁴⁶⁰

Condenam o projeto de “domínio mundial” orquestrado por estes regimes e que consideram como uma ameaça à integridade e soberania do território nacional, quer continental como colonial. A crítica é, sobretudo, dirigida ao Império Alemão, por verem neste regime uma efetiva ameaça à soberania de territórios aliados como o Reino Unido. Assim, o poderio militar e económico da Alemanha constituí, para os socialistas, uma ameaça não só ao projeto de sociedade que estes pretendiam implementar mas também uma ameaça territorial e económica. Desta forma, voltam as referências ao apoio da

⁴⁶⁰ A.S. “A Guerra”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 561, 6.9.1914, p. 1

defesa do território nacional perante esta ameaça. Tal como referido anteriormente, a posição dos socialistas portugueses quanto à entrada de Portugal na guerra vai mudar com a possibilidade de requisição do exército português pelos aliados britânicos. De facto, a ameaça que o projeto imperialista alemão constitui para os socialistas acaba por fomentar o desejo que “a terra portuguesa triunphe das arremetidas dos alemães”, que consideram ser “os piores inimigos da humanidade”⁴⁶¹. Assim, o projeto político do PSP acaba por ser suplantado pelo apoio e defesa das “pátrias” que consideravam ameaçadas pelo imperialismo alemão. Exemplo prático deste acontecimento é a transcrição no jornal *A Voz do Proletário* de uma carta escrita pelo operariado belga e direcionado aos operários portugueses onde explicam as consequências da invasão alemã e procuram que os países neutros tomem uma posição quanto aos “crimes” feitos pela Alemanha em território belga. Neste sentido, fazem um apelo ao operariado português para incentivar os seus governos as “constatações verbaes” e “sympathias platonicas”, questionando se estes “deixarão aniquilar a classe operária d’um povo civilizado?”⁴⁶²

5. O aumento da carestia de vida - Impactos da entrada de Portugal no conflito

No que toca aos impactos da entrada de Portugal na guerra, estes periódicos referem-se sobretudo aos impactos na vida da classe trabalhadora. Desta forma, a questão do aumento da carestia de vida é central para a agenda política deste movimento. Com o agravamento do conflito, principalmente a partir do ano de 1916, a exposição da crise económica que começa a ter efeitos em Portugal leva ao aumento substancial de artigos que denunciam o aumento da carestia de vida, o açambarcamento, a inflação de preços dos bens essenciais e dos géneros alimentícios e a reivindicação do aumento dos salários.

Esta questão da alimentação está-se prestando a enormes explorações que redundam em benefício de uns poucos e no prejuízo de grande numero. O pão atingiu um preço desmedido e no entanto diz-se que em certos concelhos do Norte existe enorme quantidade d’este cereal⁴⁶³

⁴⁶¹ S/A. “A Guerra”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 600, 19.3.1916, p. 1

⁴⁶² S/A. *A Voz do Proletário*, Porto, nº1048, 7.1.1917, p.1

⁴⁶³ “Basta”. *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, nº 607, 25.6.1916, p. 1

De facto, esta inflação dos preços aliada à falta de cereais e outras matérias-primas levava a dificuldades na estrutura produtora industrial do país, que agudizava ainda mais os preços dos bens essenciais. Este aumento é denunciado em diversos jornais, sendo o exemplo mais contundente a análise feita pelo periódico *A Voz do Povo* num artigo denominado “A situação económica do povo”, onde eram analisadas com detalhe as razões apontadas para a crise económica e as razões das dificuldades passadas pela classe trabalhadora. Neste sentido, é elaborada uma tabela onde são colocados os preços de diversos produtos de consumo essencial, bem como matérias primas como o Petróleo em três cronologias diferentes- Julho de 1914, um mês antes do deflagrar do conflito, Outubro de 1916 e 1907.

De facto, a inflação denunciada é comprovada por esta tabela em que, entre os bens referenciados estão os preços do arroz, que custava 132 escudos em 1914 e passa a ter um preço de 222 dois anos depois. Também o pão de trigo e de milho registam aumentos nos seus preços, sendo o maior aumento registado no primeiro, que passa de 90 escudos para 300 no espaço de dois anos. Já o vinho, de grande importância no contexto da produção nacional, regista uma duplicação no seu preço na mesma cronologia. O mesmo acontece com o litro de azeite e o quilograma de bacalhau, que passa a custar 550 escudos quando anteriormente custaria 255. O café assume-se como um dos únicos produtos cuja inflação de preço foi pouco acentuada, passando de 622 escudos para apenas 640 em 1916- “A conclusão a tirar, se se entrar em consideração com o aluguer de casas, com o vestuário, o calçado e todos os artigos de consumo, é a de que a um salário de 500 reis há 30 anos, deve corresponder um salario de 1\$500 na actualidade”.⁴⁶⁴

Esta situação de agravamento é essencialmente representada pela questão do pão, que com o desenrolar do conflito se torna cada vez mais caro e de pior qualidade. Efetivamente, a falta de trigo e centeio cada vez mais notórios na cidade e o aumento do seu preço leva a que se faça pão de pior qualidade, que agrava ainda mais as condições de fome dos mais desfavorecidos. De facto, a composição do pão passa a ser um dos maiores fatores de reivindicação por parte destes periódicos, que denunciam a introdução de matérias impróprias para consumo na composição de um elemento que era essencial na alimentação de grande parte da população. Esta deterioração é sentida em cidades como o Porto, de forma paulatina à medida que a crise económica se alastra. Esta

⁴⁶⁴ “ A situação económica do povo”. *A Voz do Povo*, Porto, nº 498, 11.2.1917, p.1

denúncia da má qualidade do pão e do seu preço crescente é feita com veemência pelo jornal *A Voz do Proletário*, onde figuram diversos artigos de título “O Pão”, onde são exigidas mais medidas por parte da Câmara Municipal do Porto para que possa cobrir esta falta. Apesar disto, mesmo quando estas são acolhidas, são feitas denúncias de incumprimentos e de açambarcamentos que dificultam a chegada do pão e de outros bens de necessidade básica a uma parte considerável da população que mais dele necessitava.

O decreto do 25 do mez findo, que veio regular os preços e typos de farinha e pão, foi uma negociata mal engendrada que além de vir agravar o preço das farinhas, tributando-as com 30 reis em cada kilo, veio ainda fazer uma divisão de qualidades de pão com a qual nós não nos conformamos.⁴⁶⁵

Acrescenta-se que é expressa a opinião de que o aumento da carestia da vida e o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora devem levar, tal como ocorrera na Rússia, a uma mudança estrutural que levasse ao fim da guerra e do militarismo. Efetivamente, é evidenciado, principalmente a partir do ano de 1916, o ponto de vista vincado por parte dos socialistas de que apenas uma rutura completa com o sistema capitalista e uma mudança estrutural na conjuntura económica e política do país poderiam ser a solução para a saída de Portugal deste conflito e para o fim do cada vez maior custo de vida. Esta ambição é brevemente inspirada pelos acontecimentos que se vão desenrolando a partir de Fevereiro de 1917 na Rússia. Tal como referido anteriormente, este discurso não se coaduna com a perspetiva reformista adotada pelo PSP mas sim revela-se como uma esperança pela saída da Rússia da guerra, que acabara por se desvanecer com o desenrolar dos acontecimentos em cronologias não cobertas pela investigação realizada.

Conclusão

Em conclusão, a opinião expressa nos periódicos analisados face ao desenrolar da Primeira Guerra Mundial reflete a mudança de paradigma dentro da II Internacional, marcada por fortes divisões ideológicas, principalmente centradas à volta da legitimação do financiamento da guerra, sendo os principais campos os que defendiam a proteção da

⁴⁶⁵ “O Pão”. *A Voz do Proletário*, Porto, nº 923, 12.11.1916, p. 1

soberania do território nacional, e os que defendiam os ideais de internacionalismo e pacifismo.

A posição adotada pelos socialistas portugueses reflete a sua associação com a ala “reformista”, centrada na defesa da integridade do território nacional. O Partido Socialista Português ainda defende os princípios antimilitaristas do socialismo, no entanto considera que para este se poder desenvolver, o país precisa de ser capaz de defender a sua “integridade nacional”. Como tal, é possível verificar nos periódicos uma moderação das posições dos socialistas – O discurso não se torna pró-guerra, mas há uma clara aceitação da participação de Portugal ao lado da Grã-Bretanha no conflito, que é justificada pela tentativa de proteger os interesses e a autonomia da nação, e do império colonial, sendo que é entendido que uma ameaça a esta autonomia tornar-se-ia um risco aos seus próprios objetivos políticos – há assim uma associação do projeto socialista português com a própria integridade nacional, uma vez que a participação na guerra é vista como um “mal necessário” para o “bem maior” que é a instalação do socialismo em Portugal.

A análise discursiva realizada neste artigo permite corroborar aquilo que é descrito no estado da arte no que toca às questões dos posicionamentos do Partido Socialista Português no norte e a central do partido na capital. Assim, o antibelicismo mais acentuado dos socialistas nortenhos, de crítica a uma guerra que consideravam imperialista, vai paulatinamente indo ao encontro das críticas do órgão central face ao Império Alemão. As querelas anteriormente descritas dissipam-se, finalmente, nessa defesa pela unidade nacional.

Porém, ao longo do escalar da guerra é possível perceber claramente um maior foco por parte dos periódicos em questões da realidade portuguesa em detrimento de questões ideológicas da participação militar do país na guerra, sem que estas deixem de estar conectadas. A carestia de vida prova ser um tema cada vez mais discutido à medida que o conflito prossegue e, a partir de 1916, passa a ser a preocupação central destes periódicos que procuravam, acima de tudo, defender os interesses da classe mais afetada pelo aumento geral dos preços – a classe trabalhadora.

A questão do pão e da deterioração das condições alimentares em geral são tomadas como as principais razões para o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, estando intimamente ligadas ao desenrolar do conflito.

Finalmente, é de referir uma questão em aberto que surge durante a realização da investigação e poderá servir de base para estudos posteriores. De facto, um dos aspetos que mais se destacou na análise destes periódicos foi a defesa do império colonial português por parte do PSP, tendo em conta não só a posição fortemente contrária do socialismo ao imperialismo, como também a própria crítica feita pelos periódicos das intensões imperialistas da Tríplice Aliança. Desta forma, crê-se que seria oportuno procurar entender a forma como estes periódicos e o Partido Socialista Português em geral conjugaram estas realidades dicotómicas. Assim, a análise do argumento da defesa do império colonial português no contexto de integridade nacional e dos posicionamentos republicanos clássicos da soberania e defesa de qualquer ataque de outras nações ao território colonizado por Portugal, que acontece a par de uma veemente crítica ao imperialismo e expansionismo dos Impérios Centrais dentro da Europa poderia constituir uma outra pesquisa que procure entender a argumentação por detrás desta aparente incoerência.

Fontes

A Luz do Operário: Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das classes trabalhadoras em geral. Dir: Luiz Gonçalves de Oliveira. Ano 21, nº 559 (agosto 1914) – ano 24, nº 629 (abril 1917). Vila Nova de Gaya

A Voz do Povo: Fundado pelo Centro Socialista do Porto e Orgão do Partido no norte de Portugal. Dir: Manoel José da Silva. Ano 7, nº 372 (agosto de 1914) – ano 10, nº 505 (abril 1917). Porto

A Voz do Proletário: Orgão dos Manipuladores de Tabaco. Dir: Torquato Joaquim do Couto. Ano 17, nº 918 (agosto 1914) - ano 20, nº 1054 (março 1917). Porto: Imprensa Civilização.

Bibliografia

CORREIA, Fausto – *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Nuno – A Grande Guerra na imprensa operária socialista do Porto e de Gaia: (1914-1917).
Omni Tempore, Encontros da Primavera 2023, 9 (2024) pp 174-192

HAUPT, Georges – *The Socialism and the Great War. The Collapse of the Second International*. Oxford: Clarendon Press, 1972. ISBN 0198271840. 270 pp.

MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. ISBN 0053000098512. 240 pp.

NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1895-1925)*. Lisboa: Portugália, 1966. ISBN 3306. 296 pp.

SASSOON, Donald – *Cem anos de Socialismo. A Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*. Lisboa: Contexto Editora, 2001. ISBN 9725752600. 582 pp.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticos na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. ISBN: 9723312042. 420 pp.

VENTURA, António – Antibelicismo em Portugal. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Quidnovi, 2010. ISBN 9789896281830. 574 pp.

